

Gênero na Psicologia

Saberes e Práticas



**Grupo de Trabalho Relações
de Gênero e Psicologia - GTRGP**

Gênero na Psicologia

Saberes e Práticas

Alessa Montalvão Oliveira Denega, Darlane Silva Vieira Andrade, Helena
Miranda dos Santos (Organizadoras)

1ª. Edição



**Grupo de Trabalho Relações
de Gênero e Psicologia - GTRGP**

Salvador – BA
2016

**INTEGRANTES DO GRUPO DE TRABALHO
RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA - GTRGP**

Alessa Denega / Alessandra Almeida
Ana Cláudia Urpia / Anni Carneiro
Ariane Senna / Claudiana Maria S. dos Santos
Darlane Silva Vieira Andrade / Diogo Sousa
Julianin Araujo Santos / Larissa Dantas
Maiane Santos Sauer / Marta Campos
Nina Cruz / Paula Rita Bacellar Gonzaga
Rosângela Castro / Suzana Costa

**COORDENADORA DO GRUPO DE TRABALHO
RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA - GTRGP**

Helena Miranda dos Santos

CONVIDADAS PARA COLABORAR NESTE LIVRO

Laila Rosa
Lina Maria Brandão de Aras
Céu Cavalcanti

XIV PLENÁRIO DO CRP-03 (2013 - 2016)

Diretoria:

Liliane Alves da Luz Teles (CRP-03/6829)
Rogério da Silva Abílio (CRP-03/3208)
Eurenildes Reis Ferreira (CRP-03/1398)
Denise Viana Silva (CRP-03/9620)

Demais Conselheiras(os):

Clarissa Paranhos Guedes(CRP-03/9706)
Daniele Carmo Queiroz (CRP-03/8905)
Eurisa Maria de Santana (CRP-03/0835)
João Mendes de Lima Junior (CRP-03/5515)
Marta Campos (CRP-03/IP10180)
Verena Souza Souto (CRP-03/8363)
Sylvia Regina Rocha Lemos (CRP-03/1032)
- desligada na plenária de 22 de fevereiro de 2014
Denize Tavares Macedo (CRP-03/6686)
- desligada na plenária de 28 de fevereiro de 2015
Jonsos Nunes Júnior (CRP-03/3383)
- desligado na plenária de 15 de março de 2014
Samir Perez Mortada (CRP-03/3708)
- desligado na plenária de 27 de março de 2015
Victor Brandão Ribeiro (CRP-03/3723)
- desligado na plenária de 09 de abril de 2014
Carlos Vinícius Gomes Melo (CRP-03/6732)
- desligado na plenária de 16 de abril de 2016
Marinês Santos de Oliveira (CRP-03/6586)
- desligada na plenária de 25 de maio de 2014
Emmila Di Paula Carvalho (CRP-03/5427)
- desligada na plenária de 18 de junho de 2016

XV PLENÁRIO DO CRP-03 (2016 - 2019)

Diretoria:

Valter da Mata Filho (CRP-03/1990)
Alessandra Santos de Almeida (CRP-03/3642)
José Costa dos Santos (CRP-03/7479)
Darlane Silva Vieira Andrade (CRP-03/3187)

Demais Conselheiras(os):

Eric Gamaliel dos Santos Vieira (CRP-03/7146)
Glória Maria Machado Pimentel (CRP-03/8457)
Monaliza Cirino de Oliveira (CRP-03/9621)
Carmen Sílvia Silva Camuso Barros (CRP-03/6712)
Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280)
Márcia Regina Bento de Araújo (CRP-03/1438)
Anderson Fontes Passos Guimarães (CRP-03/6680)
Bruno Vivas de Sá (CRP-03/7197)
Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03/IP12600)
Djean Ribeiro Gomes (CRP-03/IP13269)
Iara Maria Alves da Cruz Martins (CRP-03/10210)
Itamar de Almeida Carneiro (CRP-03/IP12001)
Ivana Ventura da Silva (CRP-03/3494)
Mailson Santos Pereira (CRP-03/7767)

Todos os direitos autorais deste material são de propriedade das(os) autoras(os).
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
O conteúdo de cada artigo é de inteira responsabilidade das(os) autoras(os).

ORGANIZAÇÃO

Alessa Denega
Darlane Silva Vieira Andrade
Helena Miranda dos Santos

REVISÃO GERAL

Alessa Denega
Darlane Silva Vieira Andrade
Helena Miranda dos Santos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (REVISÃO)

Rosaline Otero

SESSÃO “O QUE TEMOS FEITO”

Julianin Araujo Santos

PRODUÇÃO

Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (Bahia)

IMPRESSÃO

500 cópias

IMAGEM DE CAPA

Abrasivo Digital Studio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326

Gênero na psicologia: saberes e práticas/ organizado por Alessa Denega;
Darlane S. V. Andrade e Helena M. dos Santos. – Salvador: CRP-03, 2016.
PDF.

Várias colaboradoras.

Obra oriunda das atividades do grupo de trabalho Relações de Gênero
e Psicologia do Conselho Regional de Psicologia 3ª Região – Bahia.

ISBN: 978-85-65208-05-5

1. Gênero. 2. Psicologia. 3. Feminismo. I. Denega, Alessa. II. Andrade,
Darlane S. V. Santos, Helena M. dos. IV. Título.

CDD 362.83 (21.ed.)

CDU 347.156:159.9 (2.ed.)

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Rosaline Otero, CRB-5/1762

ÀS(AOS) PSICÓLOGAS(OS) DO BRASIL E, EM ESPECIAL, DO ESTADO DA BAHIA, COM O DESEJO DE QUE A DISCUSSÃO DE GÊNERO SE AMPLIE EM NOSSA PROFISSÃO E AJUDE A TRANSFORMAR O FAZER PSICOLÓGICO DE FORMA MAIS ÉTICA E COMPROMETIDA COM OS DIREITOS HUMANOS.

PREFÁCIO

Que diferenças têm sido produzidas pelas novas gerações de psicólogas(os) baianas(os) para a ampliação das análises sobre os mapeamentos dos territórios de dor e sofrimento humanos? Qual o lugar destas(es) nas confluências com outros campos de saberes, no enfrentamento e superação das incertezas sobre os abismos impostos às vivências estruturadas em trajetórias marcadas pelas condições de inferiorização, de subordinação e invisibilização, sendo estas também portas de entrada e definidoras de permanências em vastos campos por onde se desdobram muitas outras expressões de violência e violação correlatas de direitos?

Para nós, docentes e pesquisadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia – NEIM/UFBA, a existência do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia – GTRGP, no âmbito do Conselho Regional de Psicologia, nos enche de alegrias e aumentam os nossos compromissos de parcerias na difícil tarefa de formação de profissionais de vários campos de conhecimento e áreas de atuação. Os trabalhos aqui reunidos, além de reafirmarem a categoria gênero como um dos pilares estruturantes das narrativas destes sofrimentos e dores, reúne utopias e sedimenta perspectivas de mudanças, pela diferença, pela pluralidade, pela diversidade, pela vida.

Eu, que tantas vezes fiz questão de bradar minhas “desconfianças” aos olhares deste campo científico sobre as minhas realidades, ora reduzidas, ora coisificadas, ora patologizadas, me vejo “pagando a língua” ao me debruçar sobre as formas como estas profissionais se posicionam frente às ignomínias traduzidas em lentes estruturantes de poderes nocivos da desonra de muitas(os).

Assim, celebramos, através de nossas memórias, prospectivas de que os trabalhos aqui reunidos demonstrem que, enquanto categoria, existem grupos cada vez mais atuantes nas tarefas formativas no Sistema Conselhos de Psicologia. Celebramos conformar a esta categoria: velhice e geração, solteirice, processos criativos, autorias qualificadas pela negação de moralismos banais ao tratar das políticas do próprio corpo e suas individualizações; celebramos que a própria Psicologia seja mantida “em cheque” ao debruçar-se sobre os fios cada vez mais tênues – mas nem por isto isentos de violências – das cis e transgeneridades, bem como da transexualidade; celebramos, acima de tudo, que a Psicologia seja hoje um campo em que distintas pessoas possam se reconhecer representadas e que processos novos históricos instituídos, amparados no reconhecimento da materialidade virtual da(o) “outra(o)”, possam bagunçar as zonas de conforto que situam pessoas detentoras de privilégios, seus apegos mentais e suas mobilidades atribuídas a farsas meritocráticas.

Celebramos ainda a ação coletiva e o reconhecimento dos distintos lugares de fala e das expressões de visões de mundo, igualmente singularizadas nas temporalidades performativas destes saberes, impondo escuta igualmente

qualificada ao dia a dia da sociedade brasileira como um todo, sendo ela reconhecidamente vasta, plural e desigual.

Se por um lado a ação deste trabalho registra um momento histórico dos aspectos formativos das organizações de ensino reunidas nas trajetórias profissionais das pessoas aqui presentes, por outro lado, talvez seja o próprio NEIM/UFBA a entidade a mais se orgulhar dos seus esforços por, através dos seus cursos de pós-graduação (PPGNEIM), ter o seu nome também representado nas construções talentosas de algumas de suas estudantes e egressas, firmando com o Conselho Regional de Psicologia do Estado da Bahia uma parceria cada vez mais fortalecida na defesa desta categoria estruturante de análises históricas, seja concordando, seja perseguindo ou mesmo se opondo a ela.

Por fim, mais que buscar estratégias individuais de superação do sofrimento e dor, este trabalho estrutura um belo roteiro para, simultaneamente, nos fortalecer em nossas atuações profissionais bem como reestruturar a necessária crença de que o individual é político.

Janja Araújo

Coordenadora do NEIM

Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo

FFCH/UFBA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO11
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCUSSÃO DE GÊNERO NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA16
Helena Miranda dos Santos	
ESCREVIVÊNCIAS FEMINISTAS: CAMINHOS DE AUTORIA E PROCESSOS DE INDIVIDUAÇÃO40
Anni de Novais Carneiro e Laila Rosa	
A SOLTEIRICE NA VIDA ADULTA: REFLEXÕES PARA ESTUDOS E ATUAÇÃO NA PSICOLOGIA54
Darlane Silva Vieira Andrade	
ARTICULANDO SABERES SOBRE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, VELHICE E GÊNERO84
Julianin Araujo Santos	
O SILÊNCIO E A ESCUTA: POR UMA PSICOLOGIA QUE ESCUTE AS MULHERES QUE INTERROMPERAM GESTAÇÕES101
Paula Rita Bacellar Gonzaga e Lina Maria Brandão de Aras	
ENTRE NORMAS E TUTELAS: PENSANDO (IM)POSSIBILIDADES DA PSICOLOGIA EM INTERFACE COM TRANSGENERIDADES126
Diogo Sousa e Céu Cavalcanti	
TRANSEXUALIDADE E SAÚDE NA CIDADE DE SALVADOR140
Ariane Senna e Maiane Santos Sauer	

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES EM CONTEXTOS ESCOLARES157
Claudiana Maria S. dos Santos	
“LÁ VAI O BRASIL, SUBINDO A LADEIRA” ... RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA EM COMERCIAIS DE AUTOMÓVEIS180
Alessa Montalvão Oliveira Denega	
O QUE TEMOS FEITO: ALGUMAS AÇÕES DO GT RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA203
QUEM É QUEM: APRESENTAÇÃO DAS(O) AUTORAS(OR)213

APRESENTAÇÃO

Esta é a segunda publicação do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP), da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), fruto do esforço de um grupo de profissionais e estudantes de Psicologia deste GT que buscou reunir produções sobre saberes e práticas que interconectam Gênero, Feminismo e Psicologia. Este grupo tem como um de seus objetivos articular a discussão deste campo de estudos, tanto dentro da Psicologia como em outras áreas de produção do conhecimento, construindo ações que busquem combater todas as formas de opressão e de violência contra as mulheres e contra a diversidade de expressões de identidade e sexualidade, tomando como respaldo os princípios dos Direitos Humanos e o compromisso social da Psicologia.

Os textos apresentados neste livro trazem o conceito de gênero sob uma perspectiva feminista, que é o olhar adotado por este Grupo de Trabalho para respaldar as suas ações e produções. Este conceito vem sendo construído a partir das diferenças que demarcam os corpos de homens e mulheres, tendo por base as injunções sociais, históricas, culturais, discursivas e simbólicas que as(os) “conduzem” à assunção de papéis sociais específicos, adotando comportamentos relacionados a estas diferenças, comumente entendidas pelo senso comum como desigualdades.

O conceito de gênero¹, utilizado na década de 1980 por feministas acadêmicas, foi pensado a partir do binarismo para responder às questões sobre “o que é ser homem? O que é ser mulher?”. Estas constituições binárias – distorcidas e inadequadas – ainda estão presentes nos discursos da Psicologia que tem se voltado para a compreensão das identidades e das diferenças de comportamentos a partir dos binarismos que as compõem. Todavia, a elaboração do conceito “gênero”, influenciada por teóricas(os) pós-modernas(os) e pós-estruturalistas, caminhou no sentido de incorporar a perspectiva foucaultiana das relações de poder. Falar de gênero, para a historiadora feminista que é referência nos estudos na área, Joan Scott (1988)², é falar das relações de poder que perpassam as construções sociais, discursivas, simbólicas, etc., sobre os corpos sexuados. E, a partir de um olhar pós-moderno, a noção de gênero é desconstruída no sentido de romper com a lógica binária, dando voz e vez à diversidade e a não fixidez das construções sobre o masculino e o feminino.

A perspectiva feminista que fundamenta tais construções vem do movimento social que tem como proposta equiparar os sexos no que diz respeito ao exercício dos direitos cívicos e políticos. O Feminismo também representa uma estrutura

1. Os conceitos apresentados foram retomados aqui a partir de revisão de literatura feita por Darlane Andrade em seu trabalho de Tese (ANDRADE, 2012)

2. SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-52. [Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993].

básica de consciência e de denúncia de práticas sexistas que privilegiam um sexo em detrimento do outro, resultando na desigualdade de direitos, de liberdade e em diferentes oportunidades reais de intervenção na vida social. O Feminismo foi influenciado por acontecimentos históricos, políticos e sociais, tais como a revolução industrial e as duas guerras mundiais, e por teorias como o Marxismo, a Psicanálise, o Pós-estruturalismo e o Pós-modernismo.

O Feminismo, no Brasil, surge a partir do século XIX, com a expansão de movimentações feministas desde a Europa setecentista, e se estabelece como movimento social de contestações e reivindicações em torno da situação das mulheres, para superação das condições de destituição de direitos e desigualdades às quais estavam sujeitas nos âmbitos social, político, econômico e cultural. Em seu histórico, alcança diferentes fases (ondas do feminismo) passando por transformações estruturais, incorporando novas pautas e perspectivas de análise a partir de articulações com diversos segmentos (movimento negro, hippie, LGBT, estudantil, dentre outros), “assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista” (Ana Alice COSTA; Cecília SARDENBERG, 2008, p.32³). No que tange às questões da sexualidade, realiza uma crítica contundente ao status quo, defendendo direitos à liberdade da sexualidade feminina e das mulheres decidirem sobre o seu próprio corpo.

Antônio Flávio Pierucci (1999)⁴ sintetiza as três ondas do Movimento Feminista a partir da sequência de debates em torno de uma política identitária voltada para a igualdade, desta para a diferença e da diferença para as diferenças. Ou seja, a primeira onda do Feminismo tem como prioridade a conquista de direitos para as mulheres exercerem a sua cidadania da mesma forma que os homens; a segunda foca nas diferenças entre homens e mulheres e questiona os modelos patriarcais vigentes que fundamentam estas diferenças; e a terceira onda reconhece as diferenças identitárias de gênero, classe, raça/etnia, idade/geração, sexualidade, etc., em homens e mulheres, dando abertura à diversidade de identidades e sexualidades.

Sob uma perspectiva feminista, o gênero como uma categoria de análise das relações sociais será utilizado de modo interseccionado com estas outras esferas sociais. O termo interseccionalidade, presente em textos deste livro, será utilizado na perspectiva de Kimberlé Crenshaw (2002)⁵ como um conceito capaz de identificar aspectos estruturais e dinâmicos decorrentes da associação entre dois ou mais eixos de subordinação. Considerando estas intersecções,

3. COSTA, Ana Alice. A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, 2008. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismovinteanos.pdf>>; Acesso em 10 mar. 2016.

4. PIERUCCI, Antonio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: USP Editora, 1999.

5. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina: vol. 10, núm. 1, jan., 2002, pp. 171-188.

consideramos necessário posicionar a(o) leitora(or) sobre como articularemos cada uma dessas categorias.

A categoria classe social remete ao aspecto econômico e de estilos de vida que têm sido forjados em territórios – grandes centros urbanos, por exemplo – onde se dão as relações de poder guiadas pelo fator econômico e pelos bens culturais e os costumes e valores de classe (Gilberto VELHO, 1989; 1994; 1995; Pierre BOURDIEU, 2003)⁶. A categoria raça é considerada, por Levi-Strauss et al. (1970)⁷, como uma categoria cultural com base no fato de que, biologicamente, não haveria uma explicação sobre a raça humana. No entanto, a cor da pele, ao longo da história da humanidade, impeliu sistemas de dominação e discriminação, em meio à hegemonia branca dos colonizadores europeus. Dominação esta que, no Brasil, tende a ser invisibilizada com o discurso de uma “democracia racial”, mas tem ganhado notoriedade com o reconhecimento do racismo e a consequente formulação de políticas de ação afirmativa (HASENBALG; SILVA, 1992)⁸.

Outra categoria presente nos textos é a sexualidade, que tem o seu conceito ampliado para além das práticas sexuais, está relacionada ao desejo e ao afeto consigo e em relação com outra(s) pessoa(s) e aqui é compreendida numa perspectiva socio-cultural. Referenciada a partir do aparato sexual, Tania Swain (2004, p.1)⁹ pontua que “os corpos, modelados em feminino e masculino são, portanto, uma invenção social, já que o cerne da questão é a importância dada a este aspecto da materialidade da carne”. Neste sentido, a identidade de gênero se intersecciona com a sexualidade tendo em vista o debate sobre a população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, trazido neste livro.

A última categoria utilizada em textos deste livro é geração. Partindo de discussões da socióloga Alda Britto da Motta (1999)¹⁰, esta categoria é traduzida como uma construção social das idades (biológicas) que, reunidas em grupos, apresentam significados socioculturais e históricos que reportam a relações de poder, no sentido de apontarem o que é ou não permitido para cada grupo de idades realizar na sociedade.

6. VELHO, Gilberto. Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995.
BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilo de vida. Em: ORTIZ, Renato. (Org.). A sociologia de Pierre de Bourdieu. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

7. LEVI-STRAUSS, Claude et al. Raça e ciência I. São Paulo: Perspectiva, 1970. (Raça e História 231-252).

8. HASENBALG, C.; SILVA, N. V. Relações raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

9. SWAIN, Tânia Navarro. O normal e o “abjeto”: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. Labrys, Estudos Feministas, n. 6, ago./dez. 2004 Disponível em: <<http://www.tanianavarrosain.com.br/labrys/labrys6/lesbianahita.htm>>. Acesso em: 28 maio 2009.

10. BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. Cadernos Pagu, n. 13, p. 191-221, 1999. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/n13a07.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012.

As leituras trazidas neste livro estão respaldadas numa perspectiva epistemológica feminista, que concebe as produções dos saberes de modo localizado, reconhecendo os lugares de fala e dando visibilidades às pessoas que estão por trás de tais construções. Neste sentido, adotamos a nomeação das autoras e dos autores nas referências, nas citações diretas e indiretas, incluindo os nomes também nos parênteses. Adotamos ainda a escrita gendrada, demarcando os artigos feminino e masculino ao longo de todo o livro e valendo-se de termos como “indivídua” e “sujeita” para ressaltar o gênero feminino mesmo em palavras não usuais, como um ato político de desinvisibilização das mulheres na linguagem¹¹.

O primeiro texto do livro, “A institucionalização da discussão de gênero no Sistema Conselhos de Psicologia”, de autoria de Helena Miranda, apresenta como a discussão de gênero está institucionalizada nos Conselhos Regionais e no Conselho Federal de Psicologia do país, a partir de um levantamento feito pela autora sobre a existência de Comissões e Grupos de Trabalho que discutem gênero e sexualidade, do indicativo de normativas sobre o tema e dos posicionamentos ético-políticos que influenciam o fazer profissional das(os) psicólogas(os).

Anni Novais Carneiro e Laila Rosa, no texto “Escrevivências feministas: caminhos de autoria e processos de individuação”, discorrem sobre os modos de escrita feminista, em uma perspectiva pós-colonialista, atentando para os lugares de fala de quem escreve e de que modo o reconhecimento de si, dos processos de individuação, se apresenta no movimento de escrita, construindo o diálogo entre a perspectiva feminista e a Psicologia Analítica.

Os dois textos seguintes contribuem para o campo do estudo da Psicologia do Desenvolvimento, trazendo as categorias de gênero e geração para pensar os processos que envolvem a adultez e a velhice. O texto de Darlane Silva Vieira Andrade, “A solteirice na vida adulta: reflexões para estudos e atuação na Psicologia”, parte de estudo de Tese da autora sobre o tema da solteirice em Salvador para discutir as práticas e sentidos construídos em torno da solteirice, demarcando a importância de a Psicologia olhar para a diversidade de modos de viver a adultez. O texto “Articulando saberes sobre Psicologia do Desenvolvimento, velhice e gênero”, de autoria de Julianin Araujo Santos, apresenta a articulação entre velhice e gênero, tecendo reflexões acerca da importância de considerar a heterogeneidade do curso da vida, de olhar para os significados da velhice na sociedade, mas também na perspectiva das “velhas” e dos “velhos”, visibilizando as diferenças de gênero, geração, etnia, classe social a partir da compreensão do envelhecimento como um fenômeno sócio-histórico-cultural.

Para tratar de questões envolvendo direitos sexuais, reprodutivos e identitários, os textos seguintes trazem as temáticas do aborto e das transgeneridades e transexualidades, articulando perspectivas mais diversas sobre as construções de gênero. Paula Rita Bacellar Gonzaga e Lina Maria Brandão de Aras, no texto “O

11. Ver informações sobre a escrita gendrada utilizada pelo CRP-03 no primeiro texto deste livro.

silêncio e a escuta: por uma Psicologia que escute as mulheres que interromperam gestações”, relatam a experiência de estudar o tema em um centro de saúde e os desafios enfrentados por profissionais ao lidar com situações de abortamento. O texto de Diogo Sousa e Céu Cavalcanti, “Entre normas e tutelas – pensando (im)possibilidades da Psicologia em interface com as transgeneridades” apresenta conceitos, normativas e reflexões acerca da temática, visando investigar como a Psicologia se posiciona às demandas que se apresentam na profissão e que divergem do modelo cisgênero e heteronormativo, indicando a necessidade de a Psicologia qualificar a sua atuação. A experiência de uma pessoa trans é trazida por Ariane Senna que, junto com Maiane Santos Sauer, produzem o texto “Transexualidade e saúde na cidade de Salvador”, abordando as vivências cotidianas de Ariane, enquanto mulher trans, e de Maiane, como estagiária de Psicologia em serviço que atende pessoas trans.

O texto seguinte, “Gênero e sexualidades na educação sexual em contextos escolares: contribuições positivas para o respeito à diversidade e para formação das subjetividades”, de autoria de Claudiana Maria S. dos Santos, resgata uma pesquisa anterior realizada com a temática, em uma escola de rede pública de Salvador, para problematizar a discussão sobre gênero e diversidade direcionada a adolescentes em contexto escolar.

O livro é finalizado com o texto “Lá vai o Brasil, subindo a ladeira... relações de gênero e raça/etnia em comerciais de automóveis”, de Alessa Denega, sobre uma temática que é muito importante para os estudos e a atuação em gênero e Psicologia: as relações de poder presentes nas construções midiáticas. Alessa analisa propagandas de automóveis e articula as categorias raça/etnia e gênero, em um contexto brasileiro, para chamar atenção sobre a linguagem e os sentidos produzidos pelas mensagens publicitárias.

Esperamos que este livro inspire a construção de saberes e práticas comprometidos com a defesa dos Direitos Humanos, mostrando que a perspectiva de gênero é fundamental para levar esta missão a contento.

Boa leitura!

Comissão Organizadora

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCUSSÃO DE GÊNERO NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA

Helena Miranda dos Santos

INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é buscar evidenciar como a discussão de gênero tem sido pautada dentro do Sistema Conselhos de Psicologia¹², abordando as normativas técnicas e os posicionamentos políticos sobre o tema, discutindo e problematizando essas contribuições para o fazer profissional das(os) psicólogas(os). Pretende-se traçar um percurso sobre a institucionalização desta discussão dentro do órgão que regulamenta, orienta e fiscaliza a profissão de psicólogo(a) no Brasil, sinalizando a existência de normativas técnicas sobre o assunto, com destaque para a discussão e produção do Conselho Regional de Psicologia da Bahia¹³.

Tanto o Conselho Federal de Psicologia (CFP) como alguns Conselhos Regionais de Psicologia no Brasil (CRPs) já vêm trilhando um caminho de contribuições acerca da temática de gênero. Preocupo-me em trazer o que vem sendo produzido e divulgado nestas instâncias, sinalizando a existência de Grupos de Trabalho (GTs) e de Comissões específicas nos Conselhos Regionais que desenvolvem ações de modo a abarcar discussões sobre mulheres, violência de gênero, transexualidade, homoafetividade, direitos sexuais e reprodutivos, Direitos Humanos, entre outras, tomando a temática de gênero como ponto de partida para reflexão e articulação.

Considero que a discussão de gênero se insere no mesmo arcabouço da discussão de Direitos Humanos, mas traz as suas especificidades. Inicialmente, o Sistema Conselhos de Psicologia, criado através da Lei 5.677/1971, não previa a existência de um espaço institucionalizado e permanente que pautasse o tema dos Direitos Humanos para a profissão. Entretanto, no final da década de 1990, por meio da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 11/1998, foi institucionalizada a criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia com a proposta de incentivar a reflexão sobre os Direitos Humanos, estudar as formas de exclusão, apoiar movimentos internacionais e intervir em situações de violação

12. Atualmente, o Sistema Conselho de Psicologia está composto pelo Conselho Federal de Psicologia e por 23 Conselhos Regionais. Estas informações estão disponíveis no site: <http://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/conselhos-pelo-brasil/>. Acesso em 20 out. 2015.

13. A escola deste tema está embasada no meu lugar de fala enquanto mulher, psicóloga, coordenadora do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia do CRP-03, atuante desde a constituição deste grupo no ano de 2008, e como funcionária do CRP-03 onde desempenho, há sete anos, a função de psicóloga orientadora fiscal da Comissão de Orientação e Fiscalização.

a esses direitos com consequente produção de sofrimento mental. A criação desta Comissão trazia, como pressuposto, a constatação de que esta temática se tornava imprescindível ao exercício profissional da Psicologia, devendo estar presente também na formação e na área de pesquisa científica. Desse modo, o órgão regulamentador da profissão avançou ao reconhecer, de forma institucionalizada, o seu papel e lugar estratégico para fortalecer o exercício da cidadania e da democracia, com respeito à singularidade e à integridade psíquica de cada sujeita(o), pois os Direitos Humanos precisam ser de todas(os) e para todas(os), e não apenas de algumas(uns).

Nos anos que se seguiram, também foram criadas as Comissões de Direitos Humanos Regionais e cada CRP pôde pautar este tema de forma específica e atenta ao seu contexto histórico e territorial. No caso da Bahia, a criação da Comissão de Direitos Humanos data de 2005, mas não demorou muito para que a ampliação desta discussão no estado suscitasse a necessidade de se debruçar sobre temas mais específicos e alinhados ao propósito maior dos Direitos Humanos. Foi assim que começaram a surgir os Grupos de Trabalho no CRP da Bahia para tratar de temas como direitos da criança e da(o) adolescente, homossexualidade e raça, por exemplo.

No ano de 2008, foi criado, no CRP da Bahia, o Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia cuja contribuição com a temática de gênero, mulheres e sexualidade será pautada nesta comunicação. Trata-se de um tema relevante à promoção dos Direitos Humanos que gera sofrimento mental a partir de diversas violações e que pode contribuir com importantes mudanças para a atuação profissional, trazendo ganhos para a sociedade que usufrui dos serviços psicológicos.

Considerando que gênero é uma categoria que traz a discussão social imposta sobre um corpo sexuado (Joan SCOTT, 1995), o seu estudo auxilia a Psicologia no entendimento sobre o lugar existencial de fala e de subjetividade das(os) diversas(os) sujeitas(os). Entretanto, apesar da importância deste tema para a profissão, o seu reconhecimento e a sua permanência ainda não se fazem presentes de forma tão abrangente em nosso país.

Valeska Zanello (2014) considera que o impacto dos estudos de gênero na Psicologia tem sido incipiente apesar de o Feminismo ter trazido muitas discussões para as áreas de Ciências Humanas e Sociais desde as décadas de 1960 e 1970. A autora complementa afirmando que, de modo geral, quando se pensa em estudos de gênero na Psicologia, utiliza-se mais a categoria gênero como fator a ser analisado em um determinado objeto de pesquisa, não conduzindo a uma crítica mais radical das teorias feministas que podem contribuir com nossos campos de pesquisa e prática.

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira e Ana Flávia do Amaral Madureira (2014) também reconhecem o descompasso entre a Psicologia e os estudos de gênero e afirmam que, com exceção de algumas perspectivas psicológicas críticas, a Psicologia tem contribuído, ao longo de sua trajetória, para normatizar as identidades de gênero a partir de um sistema binário e heteronormativo que se expressa em padrões rígidos de relacionamento sexual, afetivo e familiar que são difundidos

pela Psicologia como um modelo saudável e de normalidade. As autoras apontam que os estudos sobre Psicologia do Desenvolvimento, por exemplo, têm contribuído significativamente no reforço a estas desigualdades.

Para Maria Juracy Toneli Siqueira (2008), a preocupação com as diferenças sexuais não é recente na Psicologia, mas a mesma foi abordada de modo indevido:

As diferenças entre os sexos foram buscadas de maneira descontextualizada e acrítica, seja através de uma visão subjetivista/individualista, seja através de estudos classificatórios/generalistas de cunho funcionalista, como os que caracterizaram a chamada Psicologia Diferencial, fortemente marcada pela herança biológica (Maria SIQUEIRA, 2008, p. 251).

A autora pontua que, por desconhecimento, superficialismo ou preconceito, as funções psíquicas e suas etapas evolutivas foram estudadas como se as diferenças de gênero não existissem, tomando como referência apenas o masculino. Por isto, entende que a integração gênero-sujeita(o) ainda está por ser satisfatoriamente construída dentro da Psicologia.

A restrição da discussão de gênero também pode ser discutida tomando como foco a sua presença em Associações Nacionais da Psicologia. Em pesquisa realizada por Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira e Ana Flávia do Amaral Madureira (2014), observou-se que, entre algumas Associações Nacionais da Psicologia – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD) –, foi identificado apenas um grupo de trabalho com foco na temática de gênero na ANPEPP: o GT Psicologia e Estudos de Gênero, conforme observado no simpósio da ANPEPP realizado em 2014¹⁴.

Segundo a ANPEPP¹⁵, as inscrições para o próximo Simpósio de 2016 ainda não foram finalizadas para atestar todos os GTs que serão formados, mas a entidade considerou provável que o GT Psicologia e Estudos de Gênero continue em funcionamento. De acordo com a entidade, este GT iniciou as suas atividades em 2006 na tentativa de buscar consolidar o espaço de interlocução entre pesquisadoras(es) de diferentes Instituições de Ensino Superior do país que produzem estudos de gênero na Psicologia e na sua interlocução com outras áreas, constituindo-se em um campo interdisciplinar de investigação. Também foi objetivo do GT resgatar temas de discussões de grupos presentes na ANPEPP em épocas anteriores, focados nas questões feministas, de mulheres e de gênero. A Associação ainda informou que o GT cresceu em tamanho e articulação de profissionais provenientes de várias regiões

14. Disponível em: <http://www.simpósio2014.anpepp.org.br/>. Acesso em 20 out. 2015.

15. O contato com esta Associação foi realizado através de e-mail na data de 30/10/15.

do país que têm se envolvido com a organização de eventos acadêmicos nacionais e internacionais, com a edição de livros e periódicos e com o desenvolvimento de projetos sobre estudos de gênero na Psicologia. De acordo com a ANPEPP, historicamente a discussão de gênero já se fazia presente mesmo antes da criação deste GT, através do GT “Psicologia e relações de gênero” (1992, 1994, 1996, 1998 e 2000) e do GT “Mulher, feminino e sexualidade feminina” (1994, 1996 e 1998).

Pode-se observar o investimento da ANPEPP no fomento e na articulação em torno da temática de gênero dentro da Psicologia. Esta associação integra o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB¹⁶) e, por isto, também considero relevante identificar se a discussão de gênero vem sendo pautada pelas demais instituições que compõem esse Fórum. Todavia, em contato realizado através de e-mail, nos meses de outubro e novembro de 2015, com as demais instituições que o compõem, obtive resposta apenas da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo). Também foi possível contato com o Núcleo Regional Bahia da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP).

A ABRAPEE informou que realiza o Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE) a cada dois anos, sendo apresentados cerca de 700 trabalhos em cada uma de suas edições, possuindo representação nos estados de Rondônia, Paraná, Minas Gerais, Goiás e São Paulo onde são realizados encontros bianuais. Entretanto, a discussão de gênero não parece estar presente de forma efetiva, já que foi sinalizada a existência de apenas uma mesa com a temática de gênero no último CONPE ocorrido no estado de São Paulo, no ano de 2015. A ASBRo, por sua vez, informou que, até o momento, não possui um grupo formalmente constituído que desenvolva a discussão de gênero.

O Núcleo Regional Bahia da ABEP, representado pela psicóloga Graça Santiago, informou que as temáticas sobre gênero, sexualidade e direitos da mulher têm sido pensadas nas instâncias regional e nacional que se mostram atentas e

16. São 23 as instituições que compõem o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB): ABECIPSI - Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia; ABOP - Associação Brasileira de Orientação Profissional; ABPD - Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento; ABPJ - Associação Brasileira de Psicologia Jurídica; ABRAPEDE - Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres; ABPP - Associação Brasileira de Psicologia Política; ABPSA - Associação Brasileira de Psicologia da Saúde; ABRAP - Associação Brasileira de Psicoterapia; ABRAPESP - Associação Brasileira de Psicologia do Esporte; ABRANEP - Associação Brasileira de Neuropsicologia; ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional; ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social; ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia; ASBRo - Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos; CFP - Conselho Federal de Psicologia; CONEP - Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia; FENAPSI - Federação Nacional dos Psicólogos; FLAAB - Federação Latino Americana de Análise Bioenergética; IBAP - Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica; SBPH - Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar; SBPOT - Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho; SOBRAPA - Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura.

preocupadas com esta discussão nos currículos de formação de psicólogas(os). Foi sinalizada também, na época da pesquisa, a produção de um texto que seria divulgado pela professora e psicóloga Ângela Soligo, presidente da ABEP Nacional, intitulado “Questões de gênero e suas representações – para pensar o impacto do ENEM¹⁷”. O texto propõe uma reflexão sobre a última prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ocorrida em 24/10/2015, que trouxe a temática de gênero em dois momentos: em uma questão sobre o pensamento da feminista e filósofa Simone de Beauvoir que afirma que “não se nasce mulher; torna-se” e no tema disparador da redação do exame que foi “a violência contra a mulher no Brasil¹⁸”.

Entre as entidades que compõem este Fórum, a ABRAPSO tem se destacado como campo no qual os debates em torno da categoria gênero têm encontrando mais espaço de reflexão através da Psicologia Social (Maria Cláudia Santos Lopes OLIVEIRA; Ana Flávia do Amaral MADUREIRA, 2014). Em pesquisa ao site¹⁹ da ABRAPSO, pode-se perceber a existência de eixos temáticos específicos sobre gênero nos Encontros Nacionais ocorridos entre os anos de 2007 e 2013: Gênero, sexualidade, etnia e geração (2007); Gênero, sexualidade, raça e idade (2009); Gênero, sexualidade, raça, idade e territórios de existência (2011) e Gênero, sexualidades e intersecções (2013)²⁰.

Apesar das críticas sinalizadas sobre a participação modesta da Psicologia na articulação com a temática de gênero, Mara Coelho e Anna Paula Uziel (2014) observam alguns avanços. Em pesquisa às publicações realizadas na Revista Estudos Feministas, entre os anos de 2003 e 2014, as autoras apontam que, em um total de 991 textos escritos por 813 autoras(es) – 655 mulheres e 158 homens –, 128 textos foram produzidos por 98 profissionais ligadas(os) ao campo da Psicologia, nas diferentes seções da revista (artigos, ensaios, dossiês, debates, seções temáticas, entrevistas e resenhas). Este quantitativo representou um percentual de 12,91% de textos produzidos por profissionais da Psicologia em uma revista feminista. Do quantitativo geral de 655 autoras, 11,90% eram psicólogas e do quantitativo geral de 158 autores, 12,65% eram psicólogos. Mara Coelho e Anna Paula Uziel (2014) sinalizam que, em comparação a uma pesquisa anterior realizada na primeira década de publicação da Revista Estudos Feministas, houve um crescimento da participação de autoras(es) com formação e/ou atuação no campo da Psicologia em uma revista feminista, mas reconhecem que muitas contribuições ainda podem ser realizadas.

17. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 1998 e tem por objetivo avaliar os estudantes de escolas públicas e particulares do Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>. Acesso em 18 nov. 2015.

18. Na prova de Inglês do ENEM, no ano de 2015, a escritora feminista Gloria Evangelina Anzaldúa também foi citada. A autora escreve sobre questões culturais, raciais e de gênero.

19. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br>. Acesso em 18 nov. 2015.

20. Os encontros anteriores da ABRAPSO não estão disponíveis para visualização no site da Associação.

Ainda no tocante às produções científicas, em pesquisa realizada no site²¹ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), de forma mais específica, no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, o censo de 2014 identificou que, entre os 35.424 grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no país, há 22 grupos da área de Psicologia que abordam a temática de gênero e sete que abordam a temática de sexualidade. Foram identificados também o grupo “Estudo e Enfrentamento da Violência”, que possui linhas de pesquisa sobre a mulher e sobre sexualidade e gênero, bem como o grupo “Observatório de Violência e Práticas Exemplares” com uma linha de pesquisa que aborda a violência doméstica, perfazendo um total de 31 grupos²² na área da Psicologia que discorrem sobre a temática de gênero, mulher e sexualidade. Estes grupos estão localizados, principalmente, em Universidades, instituições isoladas de ensino superior com cursos de Pós-graduação stricto sensu, Institutos de Pesquisa Científica e Institutos Tecnológicos.

Todas estas considerações denotam que um caminho já vem sendo trilhado a favor da permanência da discussão de gênero na Psicologia, mas ainda há muito a ser construído. Buscando refletir sobre algumas conquistas e avanços do uso da temática de gênero em nosso fazer profissional, apresento, a seguir, algumas considerações sobre a utilização deste tema, de forma mais institucionalizada, pelos órgãos regulamentadores da profissão.

21. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>. Acesso em 18 nov. 2015.

22. Os grupos identificados foram os seguintes: Família e Juventude: Relações Intergeracionais e de Gênero; Família, Gênero e Desenvolvimento Humano; Família, Gênero e Interação Social; Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais - GESEC; Grupo de Estudo e Enfrentamento da Violência; Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero; Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Sexualidades; Grupo de Pesquisa e Estudos em Identidade de Gênero e Desenvolvimento Humano - IGDH; Grupo de Pesquisa e Estudos em Representação Social, Gênero e Sexualidades; Grupo de Pesquisa Estudos sobre as Sexualidades - GPEES; Grupo de Pesquisa Mariposas: gênero, sexualidades e feminismos; Grupo de Trabalho em Gênero; Laboratório de Estudos e Pesquisa em Sexualidade e Violência de Gênero - HUBRIS; Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana - Lab-ESHU; Laboratório de estudos e pesquisa em gênero, educação e saúde; Laboratório de Imagens: gênero, corpo, espaço, participação e desenvolvimento, migração e mobilidades culturais; Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos - LIDIS; Modos de Vida, Família e Relações de Gênero - MARGENS; Narrativas, Gênero e Saúde - NAGENS; Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX; Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual; Observatório de Violência e Práticas Exemplares; Psicologia, Relações de Gênero e Saúde Mental; Relações de Gênero; Segurança Pública, Violência e Gênero - SEVIG; Sexualidade, Educação e Cultura - GEPESEC; Sexualidades, Cuidado e Políticas Públicas; Sexualidadevida; Violência e Relações de Gênero; Violência, Gênero e Subjetividades Contemporâneas.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCUSSÃO DE GÊNERO NA PROFISSÃO

O que o Conselho Federal de Psicologia tem produzido acerca da inserção e permanência da discussão de gênero na profissão de psicóloga(o)?

As temáticas da diversidade sexual e das identidades de gênero começaram a ser pautadas pelo Conselho Federal de Psicologia, de forma mais institucionalizada, a partir da Resolução do CFP nº 01/1999 que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação à questão de orientação sexual e que preconiza que nenhum(a) profissional da Psicologia poderá exercer qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, bem como não poderá agir de forma coercitiva e tendente a orientar pessoas homoafetivas para tratamentos que proponham a “cura” da homossexualidade. Desta forma, a Resolução sinaliza o comprometimento da Psicologia para contribuir na reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aquelas(es) que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

No ano de 2005, foi aprovada a versão²³ do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) que se encontra em vigor até o momento, através da Resolução do CFP nº 10/2005. Esta versão do Código, além de possuir sete princípios fundamentais baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, também veda a toda(o) psicóloga(o) a possibilidade de induzir as(os) sujeitas(os) a convicções de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito quando do exercício de suas funções profissionais. Trata-se, portanto, de uma obrigatoriedade ético-profissional que pode trazer consequências e penalidades às(aos) psicólogas(os) que o infringirem²⁴.

Seguindo o percurso cronológico sobre o tema, em 2010, o CFP conquistou vaga no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e, no ano de 2011, o Conselho Federal de Psicologia lançou a Resolução nº 14/2011 que assegura às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha na Carteira de Identidade Profissional de Psicóloga(o) do seu nome social. Em Nota Técnica²⁵ elaborada

23. As primeiras versões do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) datam de 1975 (Resolução CFP 08/1975), 1979 (Resolução CFP 029/1979) e 1987 (Resolução CFP 002/1987). Na versão de 1987 já estava pautada a preocupação, no Código, de considerar a Declaração Universal dos Direitos Humanos para o exercício ético da profissão.

24. De acordo com o Código de Processamento Disciplinar (Resolução do CFP nº 006/2007), toda(o) psicóloga(o) poderá responder a Processo Disciplinar Ético em função de infração ao Código de Ética da(o) Psicóloga(o). Uma vez sendo aberto um processo ético na Comissão de Ética do CRP, a(o) profissional poderá ter como penalidade: advertência, multa, censura pública, suspensão do exercício profissional por 30 dias ou cassação do registro para o exercício profissional de psicóloga(o).

25. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. Brasília: CFP, 2013.

pelo CFP e divulgada no dia 04/09/2013 acerca da atuação da(o) psicóloga(o) no processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans, o Conselho Federal ratificou que a transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, representando apenas algumas das múltiplas possibilidades de vivência da sexualidade e da identidade humanas²⁶.

O CFP também criou, em 2012, um Grupo de Trabalho para discutir o processo transexualizador e, em junho desse mesmo ano, promoveu uma interlocução com o Ministério da Saúde por meio da participação no Seminário “Processo Transexualizador no SUS”, ocorrido em Brasília. O objetivo deste encontro foi discutir a Portaria do Ministério da Saúde nº 457/2008²⁷ e estabelecer diretrizes para garantir a atenção à saúde integral das travestis e das(os) transexuais.

Em março de 2013, o Conselho Federal de Psicologia em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia de São Paulo (CRP-06) e do Espírito Santo (CRP-16) realizaram o Seminário “Identidades Trans e Políticas Públicas de Saúde: contribuições da Psicologia”, pautando o compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia na construção de referências para a prática profissional das(os) psicólogas(os) e no acompanhamento das políticas públicas voltadas a esta população.

Dando continuidade ao debate sobre a despatologização das identidades de travestis e transexuais, a Comissão de Direitos Humanos do CFP lançou, no dia 19/06/2015, o vídeo “A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia – Parte I”. O vídeo aborda alguns dos problemas vivenciados por transexuais e travestis acerca da patologização de suas identidades e conta com a participação de professoras(es) universitárias(os) que trazem reflexões sobre gênero e sexualidade. A produção faz parte da campanha iniciada pelo CFP, em novembro de 2014, intitulada “Despatologização das Identidades Trans”²⁸ e problematiza a atuação da Psicologia no processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), além de pautar a necessidade de formação acadêmica das(os) psicólogas(os) em relação ao tema.

Prosseguindo na discussão de gênero e retomando a cronologia dos fatos, no dia 02/08/2013, o CFP emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 003/2013 (que posteriormente se transformou na Lei Ordinária nº 12845/2013) que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, entre outros aspectos, através da chamada “profilaxia da gravidez” que consiste no uso de

26. Para uma leitura mais aprofundada sobre transexualidade e travestilidade, ler o sexto e o sétimo textos deste livro.

27. A Portaria dispõe sobre a regulamentação do processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em 18 nov. 2015.

28. Informações sobre a campanha estão disponíveis no site: <http://despatologizacao.cfp.org.br/> (Acesso em 18 nov. 2015). Este site foi lançado pelo CFP no dia 22 de maio de 2015, na semana internacional de luta contra a homofobia.

contraceptivo de emergência previsto em casos de violência contra a mulher e que foi pautado como recurso de atendimento imediato e obrigatório na rede SUS. Na oportunidade, o CFP se manifestou publicamente a respeito da importância desta nova Lei, especialmente no que concerne ao atendimento imediato e obrigatório de mulheres vítimas de violência sexual, entendendo que, caso o uso do contraceptivo de emergência fosse vetado, a autonomia da mulher sobre o seu corpo não seria respeitada, seus direitos reprodutivos seriam aviltados e complicações sérias e letais decorrentes do abortamento poderiam não ser evitadas²⁹.

O Conselho Federal de Psicologia tem defendido o acolhimento e a escuta para as mulheres em situação de violência sexual, de modo a auxiliá-las na tomada da própria decisão acerca de uma possível gravidez à medida que assim desejarem, posicionando-se favoravelmente à descriminalização do aborto. Neste sentido, o órgão concordou com o parecer do Conselho Federal de Medicina, por meio da publicação do Ofício Circular nº 0305-13/DRT-CFP (Brasília, 11 de julho de 2013), que defende a liberação do aborto em gestações de até 12 semanas, afirmando que a posição do Conselho de Medicina demonstra um grande avanço. Ao se posicionar desta forma, o CFP defende o amparo legal à mulher em situação de violência, demonstrando preocupação com a promoção da saúde desta mulher, tanto física quanto mental.

No ano de 2015, no dia 23/09/2015, o CFP publicou uma Nota de Repúdio ao Projeto de Lei 5.069/2013 que objetiva acrescentar um artigo ao Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) prevendo detenção de quatro a oito anos à pessoa que busque “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto, induzir ou instigar gestante a usar substância ou objeto abortivo, instruir ou orientar gestante sobre como praticar aborto, ou prestar-lhe qualquer auxílio para que o pratique, ainda que sob o pretexto de redução de danos”. Entende-se que este Projeto de Lei veta o atendimento às vítimas de violência sexual no SUS, além de ser um retrocesso à conquista de um direito já garantido para as mulheres.

No dia 08/03/16, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o CFP divulgou debate online sobre “Aborto: direitos, políticas para mulheres e o papel da Psicologia”, transmitido ao vivo na página do Youtube³⁰. Na mesa de discussão, coordenada pela psicóloga Valeska Zanelli³¹, foi ratificado que o CFP é favorável à descriminalização e à liberação do aborto em gestações de até 12 semanas.

Estes posicionamentos e normativas acerca da discussão de gênero emanados da instância federal, que rege a profissão de psicólogo(a) no Brasil, possuem

29. Para maiores discussões sobre aborto e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ler o quinto deste livro.

30. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_FPEE05en3U. Acesso em 18 nov. 2015.

31. A psicóloga Valeska Zanelli é a atual representante do Conselho Federal de Psicologia no Conselho Nacional dos

respaldo nos direitos à cidadania, à igualdade de todas(os) as(os) cidadãs(aos), sem distinção de qualquer natureza, e ao princípio da dignidade da pessoa humana, como estabelece a Constituição Federal de 1988.

O Conselho Federal de Psicologia já havia lançado, no mês de março de 2011, a Campanha “Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres” com a proposta de premiar experiências profissionais exitosas em democracia e cidadania plena das mulheres, realizadas por profissionais da Psicologia. As(os) psicólogas(os) tiveram a possibilidade de disponibilizar, no site da campanha, fotos, vídeos e relatos de experiência do seu cotidiano profissional.

Vale ressaltar ainda as produções teóricas publicadas pelo CFP acerca da temática de gênero, a partir da realização de pesquisas nacionais específicas sobre o atendimento às mulheres vítimas de violência (2008) e sobre a participação de mulheres psicólogas na profissão (2011 e 2012), ambas pautadas em referenciais teóricos de estudos feministas.

A pesquisa realizada em 2008 através do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP³²), do Sistema Conselhos de Psicologia, originou, no ano de 2012, a publicação “Referências Técnicas para a Atuação de psicólogas(os) em programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência” que funciona como um documento de referência técnico, ético e político para a atuação de psicólogas(os) em serviços de atenção à mulher. O documento identifica quais são os marcos lógicos e legais (Decretos, Leis, Normas Técnicas, entre outros) nacionais e internacionais sobre o tema, bem como aborda conceitos e discussões na área de gênero, com o entendimento de que a violência contra a mulher representa uma violação aos Direitos Humanos e de que a discussão de gênero é primordial para esta compreensão, pois adotar uma postura “neutra” diante das diversas formas de violência contra as mulheres pode implicar na perpetuação da violência em si.

A partir da pesquisa realizada pelo CFP em 2012, foram produzidas duas publicações: “Quem é a Psicóloga Brasileira? Mulher Psicologia e Trabalho” (Louise LHULLIER, 2013a) e “Psicologia. Uma profissão de muitas e diferentes mulheres” (Louise, LHULLIER, 2013b). Estas publicações do Conselho Federal de Psicologia mostram que a nossa profissão no Brasil é majoritariamente formada por mulheres – 89% das(os) 232 mil profissionais que compunham a profissão no ano de 2012 – na faixa etária entre 30 e 59 anos (76%). Todavia, do público pesquisado (1.331 psicólogas), apenas 1% declarou que costuma trabalhar com

32. O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é um dispositivo do Sistema Conselhos de Psicologia cuja criação foi aprovada no ano de 2005 e que tem como objetivo sistematizar e difundir conhecimento sobre a interface entre as práticas psicológicas e as políticas públicas. Encontra-se estruturado em rede, com uma instância nacional, sediada no Conselho Federal de Psicologia, e com unidades locais sediadas nos Conselhos Regionais. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/objetivos>. Acesso em 18 nov. 2015.

a temática de gênero em sua atuação profissional. Esta pesquisa também nos evidenciou que quase metade das psicólogas (46%) dedicam quatro ou mais horas diárias ao cuidado com as(os) filhas(os). Entre os psicólogos, esse percentual foi de apenas 24%.

Outros resultados da pesquisa mostraram que: 38% das psicólogas que têm filhas(os) declararam que já perderam alguma oportunidade profissional como consequência direta de precisar cuidar delas(es); 64% das psicólogas informaram que dedicam até duas horas diariamente aos trabalhos domésticos em geral (a exemplo de lavar roupa, lavar louça, limpar a casa, fazer compras em supermercado) e 32% utilizam três ou mais horas diárias para essas atividades. Isto sinaliza que a questão de gênero está presente de forma bastante evidente na vida e no trabalho dessas profissionais mesmo que elas ainda não tenham se implicado nesta discussão.

Estes resultados são agravados ao se constatar que 27% das psicólogas participantes da pesquisa afirmaram ter sofrido violência em algum momento de suas vidas, o que traz o caráter mais perverso da submissão de gênero e convida não apenas a Psicologia, mas toda a sociedade a refletir e se posicionar criticamente sobre esta questão. Entre os tipos de violência sinalizados na pesquisa, predominou-se a violência verbal (56%), a física (31%) e o assédio moral (26%). Ressalta-se que 11% das psicólogas pesquisadas indicaram que sofreram violência sexual.

Atualmente, o Sistema Conselhos de Psicologia, através do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), também está desenvolvendo duas pesquisas que articulam a temática de gênero: Diversidade Sexual, e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Em contato com a equipe do CREPOP do CFP, em novembro de 2015, foi informado que, sobre a pesquisa de Diversidade Sexual, já foi finalizada a etapa de coleta de dados e, no momento, encontra-se em fase de composição da comissão que irá elaborar a Referência Técnica com início previsto para 2016. Já a pesquisa sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos teve concluída a sua coleta de dados inicial com fins exploratórios e os mesmos foram encaminhados às(aos) técnicas(os) regionais para análise. Foi informado, pela equipe, que a coleta principal de dados está prevista para fevereiro de 2016 e com expectativa de publicação desta Referência Técnica para o final do mesmo ano.

Muitas são as contribuições nacionais da Psicologia sobre o tema de gênero no fazer profissional da(o) psicóloga(o). Estas considerações ratificam a importância do uso da temática de gênero na nossa profissão, como também na nossa vida pessoal, enquanto cidadãs(aos) constituídas(os) a partir de um enquadre de gênero e cujas construções sociais repercutem diretamente no nosso fazer profissional. Exemplificarei, a seguir, como esta discussão vem sendo pautada de modo específico no CRP da Bahia e em outros CRPs do Brasil.

AS DISCUSSÕES E PRODUÇÕES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CRP DA BAHIA

Após evidenciar como vêm se processando as discussões nacionais sobre a temática de gênero dentro da Psicologia, faz-se importante destacar as construções/produções realizadas nas instâncias regionais do Sistema Conselhos de Psicologia. Para tanto, iniciarei com a experiência do CRP 03, na Bahia, com a criação dos seguintes grupos de trabalho: Grupo de Trabalho de Combate à Homofobia (GTCH), Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) e Grupo de Trabalho Psicologia, Sexualidade e Identidade de Gênero (GTPSIG), todos vinculados à Comissão de Direitos Humanos do referido órgão.

Cronologicamente, o GT de Combate à Homofobia (GTCH) foi o primeiro a ser criado no CRP 03. O grupo iniciou as suas atividades no mês de maio de 2007, objetivando instalar o debate sobre homoerotismo, homofobia e papéis de gênero junto à categoria profissional, no sentido de orientar e fiscalizar as(os) psicólogas(os) à luz deste tema e em respeito, especialmente, ao Código de Ética da Psicologia. O grupo buscava um comprometimento maior da Psicologia com as problemáticas sociais e o respeito aos Direitos Humanos, denunciando a violação de direitos sexuais e defendendo a diversidade sexual.

As atividades deste GT envolviam palestras, organização de seminários, grupos de estudos, construção de um banco de dados de pesquisadoras(es) sobre a temática, cine-debates, visitas aos cursos de Psicologia da capital do estado e divulgação da Resolução do CFP nº 01/1999, além de buscar estabelecer contato e parceria com instituições locais, estaduais e nacionais que atuassem no combate à homofobia. O grupo também teve participação ativa nas etapas estadual e nacional da Conferência GLBT³³, tendo encerrado as suas atividades no ano de 2011.

Em março de 2008, foi criado o Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) com a proposta de estudar a temática de gênero e suas relações e implicações na profissão de psicóloga(o), pautando práticas que sustentam o sexismo e funcionam como instrumentos de controle social e promovendo discursos alternativos de questionamento ao discurso dominante opressivo às mulheres.

Os estudos de gênero propostos por este grupo de trabalho têm buscado, entre alguns dos objetivos ao longo destes anos, desconstruir a ideia essencializada que vincula a mulher à natureza e ao espaço privado/doméstico, desnaturalizar as relações assimétricas entre homens e mulheres e posicionar-se contra as diversas formas de violência de gênero – simbólica, psicológica, física, verbal, moral, etc.

33. A sigla foi modificada para LGBT durante a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ocorrida no ano de 2008, trazendo a letra "l" referente às mulheres lésbicas para a frente do nome como forma de dar visibilidade e destaque às reivindicações das mulheres.

O grupo reconhece e defende a livre expressão da sexualidade, bem como das identidades e papéis de gênero, legitimando e despatologizando os desejos e as diferenças sexuais e identitárias, livre de estigmatizações, pois concebe que o ser humano, complexo e multifacetado, é muito mais do que um corpo biológico pré-definido e enquadrado mesmo antes do seu nascimento. Portanto, traz a proposta de problematizar e desconstruir as normas sociais que ferem, violentam e machucam o corpo e a alma das(os) sujeitas(os).

Ao longo de oito anos de existência, este grupo tem trazido discussões diversas para a profissão no que tange a: direitos sexuais e reprodutivos, diversidade sexual, imagem da mulher na mídia, trabalho e precarização da profissão de psicóloga(o), violência contra as mulheres, saúde mental das mulheres, estereótipos de masculinidade e feminilidade, tomando a discussão de gênero a partir de suas intersecções com outras categorias de análise social: raça/etnia, geração, classe social, sexualidades. O grupo também pauta a prática da Psicologia nos diferentes espaços utilizando o gênero como perspectiva, questionando e desestabilizando as explicações deterministas nos campos da sexualidade e do desenvolvimento humano.

É do entendimento deste GT que a Psicologia não pode enquadrar como desviantes os comportamentos sexuais que “destoam da norma”, não deve patologizar adultos e crianças que não apresentam comportamentos considerados “naturais” a determinado sexo biológico e nem pode endossar características de homens e mulheres como se fossem inatas, quando, na verdade, são construídas. Este raciocínio também deve se fazer presente quando do uso de testes psicológicos e da construção de documentos técnicos a exemplo de relatórios psicológicos.

O GTRGP tem organizado e participado de atividades diversas no CRP 03, inclusive em articulação a outros grupos e comissões, através de seminários, rodas de conversa e por meio de produções textuais, posicionando-se publicamente com notas de repúdio³⁴ e respostas a instituições sobre o tema. O grupo também articula as suas ações com outras categorias profissionais, grupos de pesquisa e movimentos sociais.

Como fruto de suas produções, o grupo lançou, em 2013, o livro “Gênero na Psicologia: articulações e discussões”³⁵ com a proposta de difundir a temática de gênero

34. Exemplos de Notas de Repúdio já elaborados pelo GTRGP: Nota de repúdio sobre a propaganda da sport.com (19/12/2014), disponível em: <https://observatorio03.wordpress.com/2014/12/22/nota-de-repudio-a-propaganda-abaixo/>; Nota de Repúdio sobre o livro “Piadas sobre Meninas - para os meninos lerem” da V&R Editora. (16/11/2015), disponível em: <http://www.crp03.org.br/nota-de-repudio/>; Nota de Repúdio sobre matéria “Bela, recatada e do lar” (04/05/2016), disponível em: <https://www.facebook.com/notes/gt-g%C3%Aanero/nota-de-repudio-mat%C3%A9ria-da-veja-bela-recatada-e-do-lar/771556569611877/>; Nota de repúdio contra a cultura do estupro (28/05/2016), disponível em: <https://www.facebook.com/notes/gt-g%C3%Aanero/nota-de-rep%C3%BAdio/781944285239772>. Acessos em 20 maio 2016.

35. ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda dos (org). Gênero na psicologia: articulações e discussões. Salvador: CRP-03, 2013. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/genero_na_psicologia.pdf. Acesso em 20 out. 2015.

dentro do Sistema Conselhos de Psicologia e junto à categoria de psicólogas(os), de modo a instrumentalizá-las(os) teoricamente sobre o fazer profissional que se articula a esta temática. Nessa produção, o grupo demarca o seu posicionamento sobre a “escrita gendrada”³⁶: termo cunhado pelo GTRGP e que se refere à utilização dos artigos feminino e masculino na linguagem escrita e oral. Atualmente, o Conselho Federal de Psicologia também utiliza a escrita gendrada em seus pronunciamentos e produções, mas fica o registro do pioneirismo da Bahia com esta discussão e atitude política de “desinvisibilizar” as mulheres na linguagem³⁷.

O grupo de gênero também tem participado, ao longo da sua trajetória, de eventos específicos da Psicologia no intento de pautar a discussão de gênero e, nesta troca, também colabora com eventos nacionais e regionais na área de gênero para afirmar o diálogo com a Psicologia nestes espaços. Nos últimos anos, tem se debruçado sobre a temática da diversidade sexual, tendo em vista uma atuação profissional ética e respaldada nos preceitos dos Direitos Humanos, atenta às discussões nacionais da Psicologia sobre a transexualidade.

Buscando uma aproximação junto à sociedade e à categoria de psicólogas(os), o GTRGP atualmente opera um Blog³⁸ (constituído em 2009) e uma página no Facebook³⁹, sendo que apenas este último, criado em 2011, tem se mostrado mais eficiente na interação ágil junto à categoria e à sociedade enquanto espaço de troca de informações sobre pesquisas, encontros, textos e outros conteúdos relacionados à articulação entre gênero e Psicologia.

Entre algumas de suas produções mais recentes, o grupo de gênero se pronunciou publicamente, em 2014, sobre uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)⁴⁰ que abordava a tolerância social à violência contra a mulher através da elaboração do texto “A intolerância e o preconceito de gênero”⁴¹.

36. A discussão acerca da escrita gendrada foi iniciada dentro do Sistema Conselhos de Psicologia pelo GTRGP e trouxe como consequência a produção de uma Nota Técnica nº 01/2009 “Reflexões sobre o sexismo na linguagem” elaborada pelo CRP-03 no ano de 2009. O objetivo foi elucidar alguns elementos para a discussão sobre a visibilidade do gênero gramatical feminino equilibrada com a visibilidade do gênero gramatical masculino na linguagem utilizada nos documentos elaborados pelo CRP-03. Parte-se do entendimento de que a linguagem discrimina as mulheres ao adotar o gênero masculino como fórmula única para referir-se a homens e mulheres de modo genérico e, assim, as mulheres são obrigadas a se sentirem incluídas no masculino.

37. O GTRGP participou do VIII e IX Congressos Nacionais da Psicologia (CNPs), elaborando e defendendo propostas específicas sobre o uso da escrita gendrada dentro do Sistema Conselhos de Psicologia.

38. Link: <<http://observatorio03mulheres.wordpress.com>>

39. Link: <<http://www.facebook.com/gt.genero>>

40. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/porta/imagens/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf. Acesso em 20 out. 2015.

41. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/gt-g%C3%Aanero/a-intoler%C3%A2ncia-e-o-preconceito-de-g%C3%Aanero/490594894374714>. Acesso em 20 out. 2015.

Em 2015, elaborou duas Cartas Abertas⁴²: uma direcionada às(aos) profissionais da publicidade do Estado da Bahia, posicionando-se contra as propagandas que estimulam o preconceito e a violência de gênero, expõem e objetificam o corpo da mulher; e outra voltada para o apoio à inclusão da temática de gênero nos Planos Municipais de Educação em decorrência da aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005) no dia 25 de junho de 2014.

Em 2015, o grupo também escreveu uma Nota Técnica⁴³, que foi divulgada pelo CRP-03, sobre a produção de documento psicológico em casos de adequação de nome no registro civil das travestis e das(os) transexuais. Nestas situações, a Nota orienta a categoria de psicólogas(os) quanto à elaboração de um Parecer Psicológico (e não de um Relatório Psicológico), seguindo a estrutura prevista na Resolução do CFP nº 07/2003. A produção da Nota pautou-se na despatologização e no reconhecimento da travestilidade e da transexualidade como formas possíveis e legítimas de expressão de identidade das(os) sujeitas(os), sinalizando a necessidade de a(o) psicóloga(o) buscar um referencial teórico-científico de estudos e pesquisas culturais na área de gênero, sexualidade e direitos humanos que respalde a elaboração do documento. Neste sentido, o Relatório Psicológico não se constituiria no tipo de documento mais adequado, já que o mesmo, por ser proveniente de avaliação psicológica, caminha na contramão do discurso da despatologização.

O GTRGP possui assento, desde o ano de 2011, no Conselho Municipal da Mulher da cidade de Salvador⁴⁴ onde tem buscado articular contribuições da Psicologia na formulação e promoção de políticas e ações que visem a garantia dos direitos das mulheres. O GT vem desenvolvendo atividades até o presente momento, dentro do CRP da Bahia, e a publicação deste livro é reflexo de um caminho de trabalho trilhado a favor da garantia destes direitos.

Por fim, no ano de 2015, como forma de construir uma discussão mais específica sobre orientação sexual e identidade de gênero, tomando como ponto de partida a Resolução do CFP nº 01/1999, foi constituído, no CRP da Bahia, o Grupo Psicologia, Sexualidade e Identidade de Gênero (GPSIG) que atualmente vem se reunindo com estudantes e profissionais da Psicologia interessadas(os) no assunto. Este grupo surge com uma proposta de atualização desta Resolução e tem se de-

42. Carta às empresas de publicidade acerca de propagandas que objetificam a mulher: "Carta Aberta aos profissionais da publicidade sobre propagandas que estimulam o preconceito e a violência de gênero". Ofício nº 294/2015, 02/10/2015. Disponível em: <http://www.crp03.org.br/conselho-produz-carta-sobre-propagandas-que-estimulam-o-preconceito>. Acesso em 20 out. 2015. Carta aberta sobre inclusão da temática de gênero nos Planos Municipais de Educação, 30/06/2015. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?id=1459599177684183&story_fbid=1461372890840145. Acesso em 20 out. 2015.

43. A Nota Técnica "Posicionamento do CRP-03 acerca da produção de relatórios psicológicos em casos de alteração/adequação de nome no registro civil das travestis e das(os) transexuais", elaborada em 28/09/2015, está disponível em: <http://www.crp03.org.br/crp-03-publica-nota-tecnica-sobre-producao-de-relatorios-psicologicos>. Acesso em 20 out. 2015.

44. O Conselho Municipal da Mulher da cidade de Salvador foi constituído no dia 06/12/1986.

bruçado sobre normativas nacionais e internacionais que tratam das temáticas de gênero e sexualidade, bem como organizado eventos sobre o tema, posicionando-se contra a naturalização de sujeitos(os) e legitimando vivências e identidades não heteronormativas. A proposta de atualização da Resolução 01/1999 já foi finalizada pelo grupo e submetida à reunião da APAF⁴⁵, no ano de 2016, tendo sido sugerida a criação de um GT Nacional, com a participação do GTPSIG, para ampliar a discussão acerca da reformulação do documento.

ENLACES DE DISCUSSÕES DE GÊNERO EM OUTROS CONSELHOS REGIONAIS

Saindo da esfera da Bahia e buscando identificar a existência de espaços específicos de discussão de gênero em outros Conselhos Regionais de Psicologia, realizei uma pesquisa, no mês de novembro de 2015, através de consulta ao site de todos os CRPs do Brasil. A pesquisa foi complementada também por e-mail encaminhado pela equipe do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/Bahia) a todos os Conselhos Regionais e por telefone junto a alguns Conselhos cuja pesquisa demandou dúvidas. Segue abaixo o registro do que foi encontrado junto aos 23 Conselhos pesquisados.

Dos CRPs consultados, 10 não possuem discussão de gênero institucionalizada por meio de Grupo de Trabalho ou Comissão, a saber: CRP 01 (DF), CRP 07 (RS), CRP 08 (PR), CRP 15 (AL), CRP 17 (RN), CRP 18 (MT), CRP 20 (AM, AC, RR e RO), CRP 21 (PI), CRP 22 (MA) e CRP 23 (TO).

Os Conselhos de Psicologia dos estados do Ceará, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio de Janeiro sinalizaram que, apesar de não possuírem atualmente um espaço específico para esta discussão, realizam-na através de outros meios.

O CRP 11 (CE) informou que pauta o tema de gênero, sexualidades e orientação sexual na Comissão de Direitos Humanos, tendo inclusive realizado um seminário no ano de 2015 com a temática “diversidade e gênero”. Sinalizou ainda que atualmente está organizando uma pesquisa sobre a atuação de psicólogas(os) no contexto de diversidades, gênero e sexualidades, com a possibilidade de publicação no ano de 2016. O CRP 12 (SC) informou que, apesar de não possuir um grupo de trabalho próprio para a discussão desta temática, há, dentro da gestão atual do Conselho, psicólogas(os) de referência que realizam pesquisas e estudos nesta área.

No CRP 16 (ES), havia um grupo intitulado GT Trans no ano de 2014 e atualmente há duas conselheiras militantes da área de gênero e LGBT que são

⁴⁵. A APAF é a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças que foi criada durante o II Congresso Nacional da Psicologia, em 1996, e funciona como uma instância deliberativa do Sistema Conselhos de Psicologia (Guia Profissional da/o Psicóloga/o. Conselho Regional de Psicologia da Bahia. Salvador-BA: CRP-BA, 2016).

membros da Comissão de Direitos Humanos. O CRP 16 ainda sinalizou que possui psicólogas(os) representantes que participam de dois grupos: o Fórum Estadual em Defesa dos Direitos LGBT e a Aliança Capixaba pela Cidadania LGBT. Durante a existência do GT Trans, o grupo produziu um documento sensibilizador, em parceria com outros órgãos do estado do Espírito Santo, intitulado “Por direito, por cidadania, por reconhecimento e respeito a travestis e transexuais”, que foi endereçado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo com a finalidade de buscar garantias de Direitos Humanos para a população LGBT em unidades policiais desse estado. O grupo também deu visibilidade à criação da Nota Técnica pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Federal), em 2014, sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em casos de violência doméstica contra as transexuais e as travestis, sinalizando que a produção da mesma foi fruto de um questionamento realizado pelo CRP 16 e por membros de movimentos sociais de todo o país. Neste documento, a OAB confere o parecer de que, nas situações de violência doméstica e familiar, aplica-se o previsto nesta Lei para as travestis e as transexuais de gênero feminino.

No CRP 05 (Rio de Janeiro) havia um grupo de trabalho sobre Psicologia e Diversidade Sexual, que permaneceu em funcionamento por um ano (entre novembro/2008 e novembro/2009), cujo objetivo era refletir sobre as práticas da Psicologia com relação à orientação sexual e promover o direito à diversidade sexual com fundamento no Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) e na Resolução do CFP nº 01/1999. O grupo também realizou reflexões sobre as ações das(os) psicólogas(os) em seu dia a dia profissional com relação à diversidade sexual. O Conselho do Rio de Janeiro informou que atualmente estas discussões continuam presentes através da Comissão de Direitos Humanos.

Constatou-se ainda que dois Conselhos Regionais possuíam espaço específico para a discussão de gênero, mas o mesmo foi dissolvido e a discussão não vem sendo efetivada de forma permanente: CRP 09 (GO) e CRP 10 (PA/AP). Em Goiás, havia uma Comissão de Políticas Públicas, Gênero e Sexualidades no ano de 2011. Na região do Pará e do Amapá, havia um Grupo de Trabalho de Violência de Gênero que atualmente não realiza mais reuniões.

Entre os Conselhos que possuem espaço específico de discussão de gênero, pode-se citar, além do CRP 03 (Bahia), os Conselhos da Paraíba (CRP 13), de Minas Gerais (CRP 04), do Mato Grosso do Sul (CRP 14), de São Paulo (CRP 06), de Pernambuco (CRP 02) e de Sergipe (CRP 19).

Na Paraíba, há uma Comissão de Políticas para Mulheres que se encontra ativa, mas, em contato telefônico e por e-mail com a referida Comissão, não foi obtido retorno sobre as atividades desenvolvidas. No Mato Grosso do Sul, existe a Comissão de Gênero e Diversidade Sexual (C.GÊN) que se constitui em um espaço para promover o estudo, o debate e o desenvolvimento de ações que contribuam para a compreensão das relações sociais de gênero e da diversidade sexual. A

informação obtida foi de que a Comissão se encontra ativa, mas, no momento da pesquisa, não estavam ocorrendo reuniões por problemas de saúde da atual coordenadora da Comissão.

Em Minas Gerais, há uma Comissão intitulada “Mulheres e Questões de Gênero” e um Grupo de Trabalho sobre Psicologia e Diversidade Sexual, este último reativado recentemente. O Conselho de Minas Gerais informou que a Comissão tem centrado as suas ações em discussões sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, sobre temáticas específicas que têm surgido na região, a exemplo de “proteção à infância” e “maternidade e crack”, e na realização de oficinas sobre gênero nas escolas. A Comissão está se organizando para o lançamento de uma publicação prevista para o ano de 2016. Quanto ao GT de Psicologia e Diversidade Sexual, o Conselho informou que, por se tratar de um grupo reativado recentemente, ainda se encontra em fase de estruturação quanto à organização dos membros e participantes. Todavia, o grupo já realizou algumas rodas de conversa abordando temas relativos à garantia de direitos das mulheres lésbicas e sobre a bissexualidade, refletindo sobre invisibilidade e empoderamento.

O estado de São Paulo possui uma Comissão ativa desde fevereiro de 2009 intitulada “Sexualidade e Gênero”, que incorpora ações e discussões das questões LGBT. A Comissão informa que objetiva ampliar as discussões sobre gênero, sexualidades e direitos sexuais e reprodutivos, enfocando a temática do aborto, buscando uma maior atuação do Conselho no âmbito das políticas públicas e dos movimentos sociais. Propõe fomentar, junto à categoria de psicólogas(os), novas referências sobre o tema e fornecer orientações às(aos) usuárias(os) do serviço de Psicologia acerca das identidades de gênero, contribuindo para o enfrentamento da homofobia e do preconceito presentes na sociedade brasileira. É de entendimento desta Comissão que a Psicologia precisa se articular junto a outras(os) atrizes/atores sociais na perspectiva da construção de uma sociedade que garanta os direitos de suas(seus) cidadãs(ãos).

Em Pernambuco, foi confirmada a criação do GT Gênero e Sexualidade em maio de 2015. O grupo busca se posicionar de forma crítica e contextualizada contra os modelos discriminatórios e patologizantes que afetam as diferentes performances sexuais e de gênero. Entre os objetivos pretendidos pelo grupo estão: propor atualizações às normativas e notas técnicas do CFP relacionadas à população LGBT e contribuir, junto à categoria, com o debate das discussões sobre gênero, no intuito de qualificar a atuação profissional.

Em Sergipe, foi constituído o GT Gênero e Diversidade Sexual, em outubro de 2014, tendo as suas atividades iniciadas a partir de março de 2015. O grupo surgiu com o objetivo de discutir sobre o tema da diversidade sexual e refletir sobre os pressupostos teóricos, éticos, políticos e metodológicos envolvidos na homofobia, levando a discussão para a esfera educacional e convidando profissionais (da Psicologia e de outras áreas), estudantes e a população civil organizada para compor agenda de encontros, estudos e debate. O GT está em fase de planejamento para

implementação de um projeto educativo e preventivo de violação aos direitos junto aos cursos de Psicologia no estado, buscando parcerias com Coletivo de Mulheres de Aracaju e aproximando-se de outros Conselhos de Classe, OAB e associações que abordam as questões de gênero e diversidade sexual. Também é proposta do GT ampliar o enfoque da discussão de gênero de forma interseccional, para além da temática da homofobia.

PAUTANDO O COMPROMISSO DA PSICOLOGIA E TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Quais atitudes e comportamentos assumimos na nossa profissão enquanto psicólogas(os)? E qual o compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia como órgão regulamentador, orientador, fiscalizador e disciplinador da profissão que tem como objetivo o oferecimento de serviços psicológicos de qualidade à sociedade?

Entendo que a resposta a estes questionamentos parte de dois alicerces: a ratificação do Estado Democrático de Direito, que deve pautar as suas ações preservando a laicidade e com foco na garantia de direitos constitucionais, e o reconhecimento de que, para cumprir este objetivo, a Psicologia precisa se debruçar sobre outras fontes, conhecendo e produzindo conhecimentos que repudiem a desigualdade social em suas múltiplas expressões, de forma contextualizada, histórica, crítica e, portanto, desnaturalizada.

Isto parte de uma reflexão cotidiana sobre o lugar que ocupamos e a prática psicológica que desenvolvemos, reconhecendo que estamos a serviço da(o) sujeita(o) que se apresenta a nós e não a favor de um discurso dominante que subalterna, explora e agride. Estamos em um lugar onde somos chamadas(os) rotineiramente a dar respostas sobre a vida das pessoas, a enquadrar, atestar e autorizar as(os) sujeitas(os) em situações diversas, valendo-se de respaldo técnico-científico. Por conta disso, entendo que não podemos estar aquém dos estudos sociais sobre gênero, Direitos Humanos e sexualidade de modo a melhor entender e respeitar o lugar de fala de cada sujeita(o), pois não existe, em nossa sociedade, um(a) sujeito(a) que não sofra as marcas de gênero; somos todas(os) genericadas(os).

Concordo com Karen Priscila Lima dos Anjos (2015) quando pontua a necessidade de a Psicologia se debruçar sobre “problemas de gênero psicológicos”, parafraseando a autora feminista Judith Butler (2012), no desafio de repensar as categorias de sujeita(o), eu, indivíduo(o) e pessoa, a partir de uma crítica feminista de gênero sobre as principais metateorias psicológicas. A autora reconhece que a sexualidade é uma das temáticas centrais para a Psicologia, mas sinaliza a carência de uma discussão mais assertiva sobre diferença sexual, identidade de gênero e diversidade sexual de modo a romper a perspectiva normativa, heterossexualizada e binária de oposição entre sexo, corpo e gênero. Portanto, este é o momento de a Psicologia debruçar-se sobre um debate politicamente crítico acerca destas temá-

ticas, voltar-se para a reformulação e a problematização de conceitos-chave que alicerçam a profissão e que organizam a forma como entendemos a constituição das(os) sujeitas(os) (Karen ANJOS, 2015).

Pensando na formação acadêmica, os cursos de graduação de Psicologia também não priorizam esta discussão. A falta de qualificação do corpo docente de Psicologia sobre a temática de gênero compromete a transmissão e a discussão dialogada sobre o assunto em sala de aula. Vale ressaltar que este tema raramente se insere nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Psicologia como conteúdo obrigatório, ficando restrito a disciplinas isoladas que o abordam de forma rápida como um item a ser seguido no plano de ensino de disciplinas como Psicologia Social, por exemplo.

Mara Lago e Anna Paula Uziel (2014), com base em estudos de Adriano Nuernberg (2005), discutem que o ingresso de psicólogas acadêmicas no campo dos estudos de gênero no Brasil tem sido efetivado na área da Psicologia Social e definem três gerações de profissionais da Psicologia dedicadas a este campo de estudos: as pioneiras que trabalhavam com a temática de mulheres, a condição feminina, a família e o trabalho; as psicólogas que se dedicaram propriamente aos estudos feministas e de gênero; e aquelas voltadas para os estudos de gênero que começam a se debruçar sobre temáticas de homossexualidades e masculinidades. Essas discussões, entretanto, não podem ficar na esfera apenas da Psicologia Social, pois a temática de gênero, enquanto categoria social que abarca a discussão acerca dos papéis e identidades das(os) sujeitas(os), precisa estar presente no arcabouço teórico de formação e atuação profissional de toda(o) profissional da Psicologia como um tema necessário à garantia dos Direitos Humanos⁴⁶.

Considerando que um dos compromissos éticos da nossa profissão é a não convivência com nenhuma forma de discriminação ou violência, se faz necessário estar qualificada(o) para acolher, de forma consciente e contextualizada, estas demandas que se apresentam. E, neste sentido, entendo que os estudos feministas têm trazido subsídios para esta compreensão e podem auxiliar a Psicologia tendo em vista o seu comprometimento com o enfrentamento à opressão e às injustiças sociais.

Marlene Neves Strey (2011) reconhece que os estudos de gênero dentro da Psicologia abrem espaço para uma compreensão transformadora das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres e que, portanto, devem estar presentes nas diversas áreas que abordam desenvolvimento humano, trabalho, escola, família, personalidade, identidade, grupos, sociedade e cultura. A autora aponta como um problema as tentativas de reduzir a discussão de gênero na Psicologia às diferenças

⁴⁶. O GTRGP, nas pessoas de Helena Miranda e Darlane Andrade, coordenou um Simpósio sobre Gênero e Diversidade na Psicologia: produções e desafios contemporâneos, no II Seminário Internacional Desfazendo Gênero, ocorrido em Salvador, Bahia, entre os dias 4 e 7 de setembro de 2015. Neste Simpósio foram apresentados seis trabalhos, provenientes de diferentes estados, e foi possível identificar psicólogas feministas que vêm desenvolvendo a sua atuação clínica com um olhar contextualizado socialmente, atento às discussões de gênero. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em 20 out. 2015.

sexuais e de definir possíveis dimensões psicológicas da masculinidade e da feminilidade, fazendo generalizações inadequadas nos resultados de muitas pesquisas e valorando os traços ditos masculinos de forma mais positiva que os femininos. É neste sentido que o gênero precisa ser entendido como uma instância das relações de poder e é esta barreira que deve ser rompida e reconstruída constantemente em nosso fazer profissional.

A partir dessas considerações e voltando ao questionamento anterior sobre a responsabilidade da Psicologia enquanto área de conhecimento, e a nossa própria responsabilidade enquanto psicólogas(os), entendo que o compromisso que é preciso pautar constantemente é o reconhecimento de que o impacto das discussões de gênero na sociedade repercute em padrões culturais e nos modos de subjetivação das(os) sujeitas(os). Isto enseja mudanças no nosso fazer profissional, no caminho que escolhemos deliberadamente seguir e na qualificação técnica e ética da qual não podemos prescindir.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Karen Priscila Lima dos. Problemas de Gênero Psicológico: questões transversais entre gênero, sexualidade e subjetividade. In: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 4., 2015. Salvador. **Anais...** Salvador: EDUNEB, 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Comunica%C3%A7%C3%A3ooralKarenPrisciladosAnjos.pdf>>. Acesso em 18 out. 2015.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota de repúdio do CFP ao PL que veda atendimento às vítimas de violência sexual no SUS**. Publicado em 23/09/2015. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/nota-de-repudio-do-cfp-ao-pl-50692013/>>. Acesso em 27 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **CFP saúda presidenta Dilma por sanção a projeto que garante auxílio a vítimas de abuso sexual**. Publicado em 02/08/2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/cfp-sauda-presidenta-dilma-por-sancao-a-projeto-que-garante-auxilio-a-vitimas-de-abuso-sexual/>>. Acesso em 27 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **CFP lança vídeo sobre a relação da Psicologia com a luta pela despatologização das identidades trans e travestis**. Publicado em 19/06/2015. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/cfp-lanca-video-sobre-a-relacao-da-psicologia-com-a-luta-pela-despatologizacao-das-identidades-trans-e-travestis/>>. Acesso em 27 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01/1999**, de 22 de março de 1999. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em 11 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 07/2003**, de 14 de junho de 2003. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>. Acesso em 11 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 10/2005**, de 21 de julho de 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005_10.pdf>. Acesso em 11 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 14/2011**, de 20 de junho de 2011. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao2011_014.pdf>. Acesso em 11 out. 2015.

LAGO, Mara Coelho de Souza; UZIEL, Anna Paula. Intersecções: Psicologia e Estudos de Gênero na Revista Estudos Feministas (2003-2014). **Labrys, Estudos Feministas, n. 26, julho/dezembro 2014**. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys26/psy/mara.htm>>. Acesso em 20 out. 2015.

LHULLIER, Louise A. (org.). **Quem é a Psicóloga brasileira?**: Mulher, Psicologia e Trabalho. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 157p.

LHULLIER, Louise A. (org.). **Psicologia**: uma profissão de muitas e diferentes mulheres. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 250p.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 43-64, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 16 ago. 2016.

NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em Psicologia**. 2005, 345f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86384/211687.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes; MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. Gênero e Psicologia do Desenvolvimento: quando a ciência é utilizada como força normatizadora das identidades de gênero. **Labrys, Estudos Feministas, n.26, julho/dezembro 2014**. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys26/psy/maria%20claudia.htm>>. Acesso em 20 out. 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. A(s) psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. In: ZANELLA, AV. (org), et al., **Psicologia e práticas sociais [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 251-259. ISBN: 978-85-99662-87-8. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

STREY, Marlene Neves. Gênero. In: _____, et al. **Psicologia Social Contemporânea**: livro-texto. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 180 – 197.

ZANELLO, Valeska. Feminismos e Psicologia. **Labrys, Estudos Feministas, n.26, julho/dezembro 2014**. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys26/psy/valeska%20intro.htm>>. Acesso em 20 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. <<http://site.cfp.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL-CRP-DF. <<http://www.crp-01.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 2ª REGIÃO – CRP-PE. <<http://www.crppe.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA BAHIA – CRP-03. <<http://www.crp03.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS – CRP-MG. <<http://www.crpmg.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – CRP-RJ. <<http://www.crprij.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO – CRP-06. <<http://www.crsp.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – CRP-RS. <<http://www.cpr.rs.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ – CRP-PR. <<http://portal.crprr.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 9ª REGIÃO – GO. <<http://www.crp09.org.br/portal/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 10ª REGIÃO – PARÁ/AMAPÁ. <<http://www.crp10.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 11ª REGIÃO – CRP-11. <<http://www.crp11.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA – CRP-SC. <<http://www.crpssc.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA PARAÍBA – CRP-13. <<http://www.crp13.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP-14/MS. <<http://www.crpms.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – AL/15ª REGIÃO. <<http://crp15.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP-16/ES. <<http://crp16.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 17ª REGIÃO – CRP/RN. <<http://www.crp17.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP-18/MT. <<http://www.crpmt.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 19ª REGIÃO/SE. <<http://www.crp19.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP-20 – AM/AC/RR/RO. <<http://www.crp20.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 21ª REGIÃO – PIAUÍ. <<http://www.crp21.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO – 22ª REGIÃO. <<http://crpma.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO TOCANTINS – 23ª REGIÃO. <<http://www.crp23.org.br/>>. Acesso em 07 out. 2015.

ESCREVIVÊNCIAS FEMINISTAS NEGRAS: CAMINHOS DE AUTORIAS E PROCESSOS DE INDIVIDUAÇÃO

Anni Carneiro e Laila Rosa⁴⁷

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva elucidar processos de autoria e subjetivação de mulheres negras e feministas a partir de escritas criativas e apontar aproximações destas escritas com o conceito de Indivuação da Psicologia Analítica de Carl Jung. A Indivuação – conceito central para a compreensão desta abordagem, cuja construção se deu com base na experiência de vida do autor – pressupõe o aprofundamento da diferenciação da pessoa com relação à sociedade, tendo em vista as regras, valores sociais e pressões para enquadramentos, normalizações, diferenciação entre personalidade consciente e fantasias do inconsciente coletivo⁴⁸, criando uma ponte, uma conexão entre o ego⁴⁹ e o self (si mesmo) (Amnérís MARONI, 1998).

Considerando os processos de autoconhecimento de cada sujeita(o) e, ao incluir na escrita as experiências – aqui chamadas de escrevivências, termo cunhado por Conceição Evaristo⁵⁰ –, as escritas de mulheres feministas negras, mestiças, terceiro-mundistas trazem muitas contribuições de forma a abrir espaço para escritas dissidentes, criativas, visibilizando, assim, suas histórias não contadas anteriormente em espaços acadêmico-científicos e outros.

Neste percurso, os Feminismos tiveram importante papel em dar visibilidade a estas histórias, principalmente quando fortalece uma nova concepção de ciência (Cecília SARDENBERG, 2002). Ao defender saberes localizados, teceu críticas à universalidade, neutralidade e racionalidade, além de incluir as mulheres como objetos de estudo e produtoras de conhecimento, antes tão pouco legitimadas e reconhecidas.

Apoiada em autoras dos Feminismos Negro e Pós-Colonial, Audre Lorde (1984), Gloria Anzaldúa (2000) e bell hooks (2004), entende-se que, ao contar as suas

47. Orientadora, Professora do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPG NEIM e da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia.

48. O inconsciente coletivo refere-se às camadas mais profundas do inconsciente, fundamentos estruturais da psique que são comuns a toda espécie humana (Nise da SILVEIRA, 1994).

49. Na perspectiva Junguiana, Ego é um complexo, uma parte da psique total e o centro da consciência (Nise da Silveira SILVEIRA, 1994).

50. Conceição Evaristo é uma mulher negra mineira, importante escritora brasileira, que cunhou o termo escrevivências para as suas escritas carregadas de histórias de sua vida e de mulheres conhecidas.

histórias em seus textos, essas mulheres fazem um exercício de construção de si, de encontro consigo, o que favorece elaborações subjetivas suas e de outras mulheres.

Pretende-se, neste trabalho, relacionar escrituradas de mulheres feministas negras e terceiro-mundistas com o conceito de Individuação pautado por Carl Jung, na Psicologia Analítica. O argumento central é que, a partir de escritas autorais e criativas, mulheres negras desenvolvem uma diversidade de movimentos de resistência, autonomia, que favorecem encontros consigo – subjetivações – aproximando-as do movimento de Individuação.

Diante da importância de explicitar o meu lugar de fala, apoiada na Teoria do Ponto de Vista (Standpoint Theory) defendida por Sandra Harding (2004)⁵¹ e outras autoras feministas, busco elucidar o meu processo de aproximação da temática e os delineamentos deste texto. Sou psicóloga, negra, jovem, cisgênero, estou heterossexual, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM-UFBA) e em formação no curso de especialização em Arteterapia Junguiana. Tendo como base reflexões acerca do lugar da escrita, o interesse surge da minha experiência, do processo pessoal psicoterapêutico e de leituras, ao longo do Mestrado, de textos de mulheres negras, mais especificamente Audre Lorde, Gloria Anzaldúa e bell hooks⁵², através das quais pude entrar em contato com escritas diferentes, não tradicionais. Por meio da aproximação com o conceito de escrita performativa, através de escritos da feminista e musicista baiana Laila Rosa (2010), foi possível compreender melhor em que consistiam essas escritas, ainda que a experiência e a compreensão da importância tenham ocorrido antes da teoria.

Durante a minha infância e adolescência, a escrita poética, sem formatos ou padrões, e outras linguagens como a dança e a pintura foram muito utilizadas por mim como meio de expressão e encontro comigo. Após a entrada na adultez, já cursando a graduação, participei de Oficinas de Textos em Humanidades e Oficinas de Escritas Criativas e Literatura. Quando cursava o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade Federal da Bahia, aprendi modelos de textos e o que se deve fazer para adequá-los às normas técnicas de escrita da Universidade, tendo contato com muitos formatos não tradicionais de literatura. Ao escrever na e para a Academia durante as graduações de Psicologia e do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, o exercício solicitado era geralmente o de distanciamento, mesmo que falando de mim, meus interesses, sobretudo na Psicologia. Ao ingressar no Mestrado do PPGNEIM/UFBA, passo a ser convocada a escrever expondo-me e, no final deste processo, diante do contato com Laila Rosa, com o grupo Feminária

51. Pautada em um feminismo perspectivista, orientado por uma objetividade robusta, entendida como reflexividade, apresentando-se como um ponto de vista, sem se pretender universal ou total. Para tal, se faz necessário o posicionamento da pesquisadora, a fim de iniciar a análise conjuntural a partir de si, a partir da produção (Sandra HARDING, 2004).

52. bell hooks é o pseudônimo utilizado por Gloria Jean Watkins, utilizado com grafia em minúsculo.

Musical⁵³ e com outras linguagens, principalmente a musical e a da performance, comecei a construir e a revalorizar outras escritas, meus caminhos para a integração das pessoas dentro da minha pessoa.

Este texto parte do pressuposto de que o resgate de sua própria história e identidade⁵⁴ significa resistência, acreditando que a partir do processo de feita da escrita criativa e performativa é possível reconstruir-se e ressignificar-se. Propõe-se uma produção que fortaleça o desenvolvimento de uma consciência crítica, mais localmente situada e referenciada, que adense o movimento e as identidades de resistência. Pretende-se, assim, fortalecer olhares ampliados sobre o complexo processo de escrita e suas relações com as construções de agência, ou ainda, fortalecimento de autonomias, de identidades de resistência e de Individualização, com destaque para as relações raciais, sobretudo com enfoque nas mulheres negras terceiro-mundistas.

FEMINISMOS E COMPREENSÃO DE PESSOA

Os Feminismos constituem um campo de conhecimento das(os) sujeitas(os) múltiplas(os), inclui a política da interpretação, do parcialmente compreendido, do que foge à norma. É uma visão crítica decorrente de um posicionamento analítico em relação à sociedade marcado por um discurso hegemônico acerca dos gêneros. Não existe um ponto de vista feminista único, pois, para cada fenômeno, grupos, sujeitas(os) e histórias, dar-se-á um conhecimento parcial e situado de acordo com quem realiza a pesquisa. E ainda, há o entendimento de pessoa como potência, com autonomia: atores e atrizes já existem e os movimentos também, portanto, não dependem da lógica da descoberta, e sim de uma lógica de conversa; são espaços de construção de conhecimento aberto, espaços para as(os) sujeitas(os), para o devir, surpresas e fluxos (Donna HARAWAY, 1995).

Donna Haraway (1995) salienta que o Feminismo tradicional não rompe com a ciência tradicional, situa-se no polo oposto, mas traz novidades na concepção e no fazer ciência. A autora aponta o Marxismo como teoria importante que oferecia recursos instrumentais para a crítica à hegemonia, sinalizando a necessária corporificação, materialidade, o que parece culminar nas Teorias de Perspectiva (Standpoint Theory). Deste modo, o Feminismo é compreendido como projeto de ciência engajado e pós-moderno, menos vaidoso e autocentrado, um projeto de ciência sucessora – termo pautado por Sandra Harding (2004) – que oferece explicações mais adequadas, ricas

⁵³. Feminária Musical: grupo de pesquisa e experimentações sonoras. Grupo do qual sou integrante e que desenvolve diversas linguagens e articulações teóricas feministas que incluem as dimensões subjetivas.

⁵⁴. Identidade aqui entendida com base em perspectivas críticas dos Estudos Feministas e Culturais: sujeitas(os) que possuem identidades plurais, contraditórias. Portanto, as identidades estão sempre em construção; não são dadas, fechadas ou fixas; fazem movimentos. Desse modo, identidades são aqui compreendidas como uma eterna construção que se dá pautada nos marcadores, em suas articulações e agenciamentos (Stuart HALL, 1987).

e, portanto, complexas de mundo, envolvendo uma relação crítica consigo, com as próprias práticas e com as práticas de dominação.

Como aponta esta autora, "(...) precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro" (Donna HARAWAY, 1995, p.15). Dessa forma, temos acesso a uma visão ampliada e interseccional que considera individualidades, coletividades e subjetividades, destacando a importância do olhar que vem de dentro, próximo dos fenômenos, ou seja, a necessidade de que pessoas que não ocupam papéis como os de escritoras, professoras, produtoras de conhecimento acadêmico e de outros espaços sejam chamadas para falar sobre as suas realidades – para que não continuem sendo vistas de fora, por uma pessoa estrangeira que lança um olhar sobre o exótico. E para exercer o papel de escritora de sua própria história, é preciso saber de onde se vem, qual a sua ancestralidade, ter uma leitura crítica da realidade e se colocar como sujeita(o) a partir deste lugar. A autora destaca o uso da visão e da sua descorporificação na história da ciência, tendo como partida a visualização de uma cultura multinacional, pelo militarismo, Capitalismo e supremacia masculina. Por isso, propõe que a escrita feminista enfatize a visão de modo metafórico e corporificado.

Foram as mulheres negras, sobretudo dentro dos grupos de luta, que chamaram atenção para as diferenças entre as mulheres, a partir da situação de classe social que as colocavam em lugares de opressão diferenciados. Autoras feministas brancas, como Leah Fritz (1979), escreveram sobre o sofrimento das mulheres como algo comum, inclusive defendendo não ser possível quantificar o sofrimento de mulheres brancas de classe média/alta e de mulheres negras de classes populares; então o sofrimento seria algo equivalente. Todavia, é necessário ressaltar que a soma de categorias de opressão gera o aumento crescente da experiência de opressão e, neste sentido, as mulheres negras seriam, no mínimo, duplamente oprimidas – quando são mulheres lésbicas, de religiões de matrizes africanas, gordas, naturais de países de "terceiro mundo", por exemplo, esta opressão ainda se intensifica (BELL HOOKS, 2004).

Segundo bell hooks (2004), não parece existir um vínculo comum entre todas as mulheres e, quando se pensa em uma "opressão comum", as diferenças e especificidades não são visibilizadas, desfavorecendo assim as lutas de classe e raça/etnia e a melhoria de condições de vida para as mulheres negras. Assim, é importante que mulheres negras, e dos demais grupos não contemplados na produção acadêmica hegemônica, produzam, pesquisem e apresentem os seus pontos de vista, a fim de que haja uma diversidade maior de olhares e de falas de diferentes mulheres em diversos contextos. As mulheres negras vivenciam e constroem um tipo de Feminismo sem que necessariamente o entendam como tal, sem acesso a nomenclaturas ou teorias feministas. Além disso, haveria uma dificuldade nas lutas porque existe uma escala decrescente de privilégios: primeiro, o homem branco; em seguida, a mulher

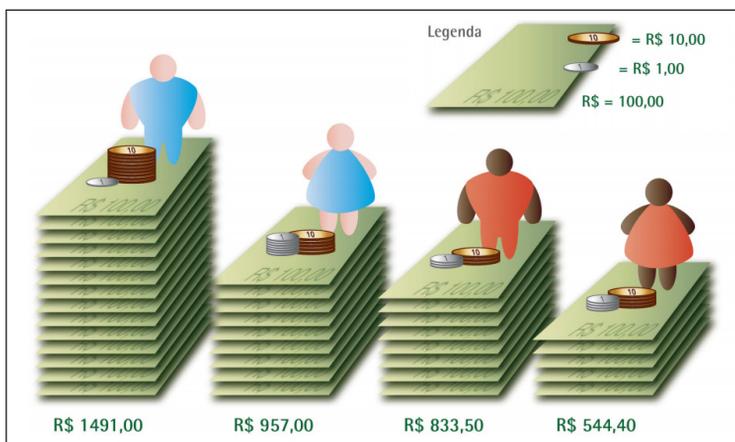


Gráfico - Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009 - IPEA 2014

branca; logo em seguida, o homem negro e, por fim, a mulher negra apontada em último lugar, sem espaços, nem privilégios.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2014) apontam que o Brasil se apresenta como um lugar extremamente desigual no que se refere à distribuição de renda, acesso à saúde, educação, moradia, emprego, entre outros aspectos avaliados, considerando as categorias de raça e sexo (ver gráfico 01). Neste aspecto, destaco a distribuição de renda, baseada na renda per capita por domicílio e salário mínimo, de acordo com sexo e raça/etnia/cor:

O gráfico apresenta o grupo das mulheres negras como o mais desprivilegiado economicamente, tendo acesso a aproximadamente metade da renda das mulheres brancas e a um terço da renda dos homens brancos. Os grupos de homens e de mulheres negras(os) estão na base da pirâmide de renda, situação de desigualdade e desprivilégio, o que se repete em outras categorias analisadas, como a média de anos de estudo, taxa de desemprego, trabalho doméstico remunerado, entre outros.

Além das situações de vulnerabilidades citadas, as mulheres negras também são desqualificadas pelo fenótipo não branco, pela estética, pelo lugar de um corpo sexualizado que está a servir aos homens brancos (colonizadores). Darlene Sladier (2004) traz a concepção de que mulheres de terceiro-mundo são duplamente colonizadas, já que as leis que regem as sociedades ocidentais são patriarcais e coloniais. Para Lélia Gonzalez (1979), as imagens de mulheres negras estão comumente vinculadas aos estereótipos de servilismo sexual e profissional, podendo ser profissional doméstica ou mulata, sendo a mulata um produto sexual de exportação.

Ângela Figueiredo (2008) chama atenção, neste contexto, para a emergência de discursos de resistência de mulheres negras na contemporaneidade que politizam

o seu corpo e a sua estética, valorizando-os e constituindo, assim, um forte movimento antirracista e antissexista, a fim de reinventar as representações de corpos de pessoas negras. Esse discurso se dá no sentido de uma autoafirmação e significa a recusa das colonizações atualizadas em discursos contemporâneos sobre os seus corpos. Desta forma, criam-se representações e imagens que valorizam o corpo da mulher negra, rejeitando os discursos estrangeiros sobre elas.

Observa-se que há uma política racial de supremacia branca nos Estados Unidos, fato presente também no Brasil, apesar de ser este um país mestiço, com grande parte da população negra⁵⁵. A luta de classes está intimamente relacionada à luta de combate ao racismo, já que a maioria das pessoas de classe social mais baixa tem a cor da pele preta. O entendimento de classe, hoje, extrapola a ideia de meios de produção de Marx e, somado a isto, observam-se as questões referentes a comportamentos, valores, crenças e as hierarquizações envolvidas (bell HOOKS, 2004). Avtah Brah (2006) traz inúmeras e importantes contribuições para a discussão sobre raça. Ela evidencia que a raça é um marcador de diferença social que não se pode erradicar e sinaliza que negra(o) e branca(o) não são categorias fixas e que é preciso desessencializá-las, já que são historicamente contingentes. Além disso, a categoria negra(o) abrange uma enorme diversidade de experiências, uma vez que o ser social possui identidades. Segundo a autora, entre os anos 1960 e 1970, o termo “negra(o)” é ressignificado nos EUA como um termo político, sob influência do movimento Black Power. A autora aponta que, desta forma, haveria uma ressignificação do termo negra(o), positivando-o, tornando uma expressão de identidade de autoafirmação, desejo e necessidade de construir uma comunidade negra para além da geografia, em termos da diáspora global.

Conforme aponta Avtah Brah (2006) com relação às identidades sociais distintas ou marcadores sociais, a questão-chave não se refere à “diferença” em si, mas perpassa o questionamento de quem define a diferença e quem é diferente, como também se há representação das diversas categorias e experiências de mulheres e, mais ainda, se a diferença tem conotação lateral ou hierárquica.

A exclusão que restringe as mulheres negras a papéis de subalternidade gera fortalecimento de estigmas e repercussões em todas as áreas da vida, incluindo o trabalho, a vida afetiva, a relação com o corpo e a sexualidade. Isso constitui uma violência simbólica, assim como a apresentada em imagens brancas ou embranquecidas, ocasionando saldos negativos para as subjetividades das mulheres negras.

55. Segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos (2015, s/p), “no Brasil, 51% da população é formada por negros. No entanto, as informações levantadas para o banco de dados mostram que, apesar dos avanços, ainda existe uma grande desigualdade no país. Exemplo disso é que os negros representam apenas 20% dos brasileiros que ganham mais de dez salários mínimos. A população negra também representa apenas 20% dos brasileiros que chegam a fazer pós-graduação no país”. Dados disponíveis em <http://www.sae.gov.br/imprensa/noticia/materias/banco-de-dados-mostra-situacao-da-populacao-negra-do-brasil/>. Acesso em 01 jun. 2016.

No presente texto, a compreensão de identidade pauta-se nas direções apontadas por Tania Swain (1999) e Stuart Hall (2000). Para a primeira autora, a identidade é vista como nômade, fluida, transitória, ou seja, uma identidade que é retrospectiva, que evidencia onde estávamos, mas onde já não se está mais. Já a identidade, para Stuart Hall (2000), significa elemento que decorre de processos que produzem as subjetividades das(os) sujeitas(os); seria como a costura que alinha discursos e práticas que nos convocam a nos assumirmos como sujeitas(os) sociais com discursos particulares.

A construção da identidade está sempre marcada pela relação de interação com as outras pessoas. A identidade constitui-se como a interpretação da sua história de vida (as experiências vividas pela(o) sujeita(o) e do seu processo de construção, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representadas(os) ou interpeladas(os) nos sistemas culturais que nos rodeiam (Stuart HALL, 1987). Assim, a identidade é definida historicamente, com base na cultura e não em aspectos biológicos; a(o) sujeita(o) assume identidades diferentes em diferentes momentos: identidades não são unificadas ao redor de um eu coerente ou linear. Neste sentido, a(o) sujeita(o) pós-moderna(o) caracteriza-se pela mudança, pela diferença, pela inconstância, e as identidades permanecem abertas. Apesar desta visão de sujeita(o) soar como perturbadora, tendo em vista o seu caráter de incerteza e imprevisibilidade resultante de um deslocamento constante, segundo Stuart Hall (2006), a identidade tem características positivas, pois, se de um lado, desestabiliza identidades estáveis do passado; de outro, abre-se à possibilidade de desenvolvimento de novas(os) sujeitas(os).

Amnérís Maroni (1998) destaca que pensadores como Immanuel Kant e Friedrich Schiller, no século XVIII, apontavam para a antinomia entre sujeita(o) e sociedade, compreendendo que, a partir do desenvolvimento da sociedade, com base em valores pouco democráticos – o que entendo ter relação com condutas estabelecidas e pouco plurais – se deu o agravamento de iniquidades, isto é, a(o) sujeita(o) foi sendo sufocada(o), controlada(o), podada(o) e, assim, fragmentou-se, perdeu-se de si. Estas(es) autoras(es) propuseram uma integração e assimilação desta(e) sujeita(o) na cultura e na sociedade de modo que desse lugar para a realização da(o) indivíduo(a), da integração e da totalidade, o que segue muito atual e aplicável à cultura ocidental dos dias de hoje.

ESCRITAS CRIATIVAS DE MULHERES NEGRAS, MESTIÇAS E TERCEIRO-MUNDISTAS: AUTORIA E INDIVIDUAÇÃO

A Individação é uma forma de autonomia da(o) sujeita(o), de emancipação das regras coletivas, da moral, e o respeito a uma ética pessoal que responda às suas próprias demandas. E como compensação, esta Individação pressupõe um retorno ao coletivo do que foi aprendido neste processo, reconhecendo que a(o)

sujeita(o) individuada(o) deve oferecer à coletividade um resgate de si mesma(o), uma amostra de seus valores e criações.

Entende-se que muitas mulheres fizeram este movimento, a exemplo de Gloria Anzaldúa (2000) que faz uso da linguagem poética, da afetividade e subjetividade com base em sua experiência como militante e escritora, para inovar e transgredir através da escrita. A autora evidencia a desvalorização da fala da mulher negra e mestiça em detrimento do modelo hegemônico, do quanto são deslegitimadas, muitas vezes não escutadas, e, com isso, sentem-se desimportantes. Por isso, pode-se pensar o exercício da autoria como árduo, o que decorre, entre outros aspectos, do fato de os autorizados a falar, histórica e socialmente, serem os homens brancos, que culturalmente são compreendidos como capazes e legitimados em suas colocações. Trata-se de uma diferença que ganhou conotação de desigualdade, criando uma espécie de complexo de recolhimento, de barrar o que se pensa, sente e deseja.

Somada à questão do gênero e da raça/etnia, há ainda a questão da nacionalidade. A partir desses e de outros marcadores, as pessoas são estigmatizadas quando não ocupam lugares/territórios e identidades hegemônicos. É necessário coragem para que se possa, a partir da sua pele preta, da sua experiência racializada, posicionar-se, demandar direitos, entre eles, os direitos de fala, escrita e de reconhecimento; por isso, é imprescindível fortalecer Feminismos que incluem, que dão visibilidade à pluralidade.

Se você não se encontra no labirinto em que (nós) estamos, é muito difícil lhe explicar as horas do dia que não possuímos. Estas horas que não possuímos são as horas que se traduzem em estratégias de sobrevivência e dinheiro. E quando uma dessas horas é tirada, isto significa não uma hora em que não iremos deitar e olhar para o teto, nem uma hora em que não conversaremos com um amigo. Para mim isto significa um pedaço de pão (Cherríe MORAGA, 1983, p. 88).

Gloria Anzaldúa (2000) compreende a escrita como reconciliação da pessoa consigo, do reencontro com o que há de negra(o) e mestiça(o) em nós, com o que se entende como feminino, o escuro, o mistério, o sagrado, a complexidade. A escrita como exercício de poder, como um modo de compartilhar, preservar-se, descobrir-se, aproximar-se, para escrever histórias mal-entendidas, ou contadas sempre pelo olhar estrangeiro, para escrever sobre o seu povo, para exercitar o desimportar-se com o julgamento da outra pessoa. Logo, esse tipo de escrita é um exercício de empoderamento, de saber de si, é um desvelar-se e revelar-se; não há assunto desinteressante ou opinião irrelevante e o perigo é perder-se na tentativa de universalidade ou na relativização.

Esta autora convida-nos a escrever em todos os momentos, nos instantes de dor, de frustração, de tristeza, de amor, de elaboração, denominando esse tipo de escrita de “orgânica”, pois envolve o que há de mais pessoal e visceral na criação, entendendo as pessoas como potentes, capazes e criativas. Nesse sentido, descolar-se das regras e transgredir se torna essencial para encontrar-se e para encontrar outras pessoas, já que possibilita novos olhares que se dão através de experiências compartilhadas e de relações, e não por intermédio da teoria crua.

Eu digo, mulher mágica, se esvazie. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo, choque seus leitores da mesma maneira. Acabe com os ruídos dentro da cabeça deles. Sua pele deve ser sensível suficiente para o beijo mais suave e dura o bastante para protegê-la do desdém. Se for cuspir na cara do mundo, tenha certeza de estar de costas para o vento. Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências (Gloria ANZALDÚA, 2000, p.235).

Ao existir uma maior flexibilidade para a escrita, cria-se a possibilidade de uma escrita autoral ou performática⁵⁶, tornando-se, assim, a escrita uma rica ferramenta para realizar conexões entre a vida cotidiana, afetos, desejos, dores, teorias e elaborações. Esta ferramenta funciona como exercício de liberdade, de transgressão e ainda propicia uma compreensão mais integral das pessoas, dos fenômenos, favorecendo assim o aprendizado, a troca de experiências e o movimento de autorreflexão e de subjetivação. Diante disso, pode-se pensar na estreita relação entre Psicologia, Feminismos e Artes, com base nas escritas criativas e expressamente autorais. Toda construção é, de algum modo, autoral, entretanto, só adquire a força da autoria a partir do momento em que isto é evidenciado na própria obra. Para tanto, demanda consciência e atenção para si, sua história e contexto vivenciado. São expressões de si, extensões de si, de um eterno devir.

Audre Lorde (1984) ressalta o quanto a sua experiência de adoecimento com o câncer de mama repercutiu subjetivamente, despertando-lhe questionamentos sobre o seu silêncio, o que mais lhe dava medo e, com isso, diversas reflexões e elaborações acerca de si, do grupo de mulheres negras. A autora relata que os seus silêncios só a haviam traído, pois, para ela, as mulheres compartilham da tirania do

⁵⁶. Della Pollok (1998) descreve a escrita performativa, conceito de origem estadunidense, como ferramenta que pretende abrir espaços, possibilidades, promover a liberdade da escrita no que diz respeito à forma e ao conteúdo; não há fórmula, consiste em uma construção individual e criativa.

silêncio, são educadas a fazê-lo, a se calar diante das violências vividas por medo de outras pessoas, medo de uma violência maior.

A transformação do silêncio em linguagem e ação funciona como autorreveladores, como libertadores, segundo Audre Lorde (1984, p. 18): “no silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento”. A visibilidade de mulheres negras, lésbicas e/ou de terceiro mundo/do sul global ainda é uma bandeira necessária; é preciso ocupar espaços e territórios. Entende-se que, para tal, é preciso atentar-se para os processos subjetivos, compreendendo que as subjetividades são atravessadas por experiências corporificadas, portanto, gendradas, racializadas, marcadas por estas e outras identidades sociais hierarquizadas.

Segundo Nise da Silveira (1994), a Psicologia Analítica de Jung compreende a pessoa como um ser integrado e reserva ao corpo um papel fundamental no desenvolvimento psíquico e no processo de Indivuação da(o) sujeita(o). O processo de Indivuação corresponde ao desenvolvimento da personalidade individual e isto ocorre a partir do deslocamento para um novo centro psíquico: o self. Esse deslocamento consiste no ordenamento do consciente e inconsciente em torno do self, tornando a personalidade completa. É no confronto entre consciente e inconsciente que se dá uma espécie de colaboração propiciadora do amadurecimento de componentes da personalidade da pessoa, resultando na totalidade, na inteireza. Para tal, faz-se necessário o desenvolvimento de potencialidades da(o) sujeita(o), o que acontece de forma única para cada um(a), inclusive os percursos que não são lineares ou de fáceis trilhas. O desenvolvimento das potencialidades é impulsionado por forças inconscientes, entretanto, a(o) indivíduo(a) tem a possibilidade de tornar-se consciente deste processo de modo a influenciá-lo.

Indivuar-se não significa tornar-se perfeito, tampouco individualista. O movimento de individuar-se não se relaciona à perfeição, e sim a completar-se, ou seja, conviver de maneira consciente com tendências diversas que podem ser opostas e às vezes irreconciliáveis. Neste processo, a(o) sujeita(o) não se torna egoísta; ao contrário disso, durante o processo de Indivuação, realiza particularidades suas, amplia a consideração para componentes coletivos da psique, conteúdos relativos ao inconsciente coletivo, o que aponta para um melhor funcionamento em meio à coletividade. O processo de Indivuação apresenta-se nas diversas produções do inconsciente e é retratado em imagens nos contos de fada, mitos, no opus alquímico⁵⁷

57. Opus Alquímico corresponde à imagem central da Alquimia de criação da pedra filosofal, considerado como um processo gêmeo ao de Indivuação. Ambos envolvem três etapas básicas: o nigredo, a massa se encontra em estado confuso, relativo ao encontro com a sombra no processo de Indivuação, em seguida se tem processos de lavagem, solução e separação dos elementos; se atinge o albedo, estado onde há regência do animus e anima que, com o aquecimento, se obtém o rubedo que é uma etapa na qual se unem os opostos, a totalização psíquica. Deste modo a pedra filosofal é homóloga ao self (Nise da SILVEIRA, 1994).

e se manifesta de modo mais contundente nos sonhos, a partir dos quais é possível acompanhar os progressos deste processo (Nise da SILVEIRA, 1994).

Após o seu rompimento com Sigmund Freud, em 1913, Carl Jung confrontou-se com figuras de sua imaginação⁵⁸ e, a partir disto, construiu o conceito de Individualização, que pode ser considerado o central de sua teoria. Amnérís Maroni (1998) destaca que, nos estudos de Carl Jung e sucessores sobre tipos psicológicos⁵⁹, evidencia-se como as(os) indivíduos(os) tornaram-se unilaterais, desenvolvendo apenas determinados tipos e funções, com tendência a gerar um processo compensatório no inconsciente, uma espécie de retorno do oprimido. Na Metanóia, acontecimento que ocorre no meio da vida, se dá a inversão da direção da vida psíquica, ou ainda, da energia psíquica, o que tornam emergentes as fantasias do inconsciente coletivo. Este conceito de Carl Jung demarca a passagem pelo meio da vida, transição da vida adulta para a velhice, momento de mudanças psicodinâmicas e sociais muito marcantes.

Nise da Silveira (1994) descreveu os processos da Individualização também chamados de doença criativa, em estágios (apenas como modo de elucidar o processo), sendo o primeiro referente à persona e à sombra, no qual a persona pode ser descrita como uma máscara social, construída e usada para se adequar às expectativas e normas sociais. Este processo demanda um distanciamento, ou ainda, uma diferenciação entre a personalidade da(o) sujeita(o) e a máscara social, tendo em vista que uma identificação total da(o) sujeita(o) com a persona a(o) reduziria apenas ao “parecer”, e não ao “ser”. Por outro lado, a sombra relaciona-se à parcela da personalidade que é negada, aos aspectos rejeitados da personalidade – incluindo aspectos valorados como negativos, mas também potencialidades, tesouros escondidos – que carecem de ser assimilados e integrados de algum modo.

Rosa Maria Farah (2009, p. 13) destaca que “a Individualização só pode ocorrer quando é percebida, quando alguém está lá e a registra; de outro modo, é a eterna melodia do vento no deserto...”. Vale ressaltar ainda que este processo inclui movimentos de busca de independência, unicidade e totalidade. Ao aprofundar-se em textos e imagens alquímicas, Jung os relaciona com o processo de Individualização e é assim que supera a antinomia, os paradoxos deste processo. Nesse estágio, nenhum dos tipos e funções é predominante, todos eles estão presentes e a fantasia ativa

58. Imagens gestadas pelo seu inconsciente.

59. Os Tipos Psicológicos foram cunhados por Jung. A princípio, o autor os dividiu em tipos de atitude extrovertida e introvertida, tendo como base a direção da energia psíquica, sendo os extrovertidos aqueles que partem diretamente para o objeto e os introvertidos aqueles que hesitam, recuam ou não se atentam ao objeto. A partir destas, conceituou quatro funções de adaptação, que se articulam com as anteriores e referem-se aos modos da consciência reconhecer o mundo exterior e orientar-se: sensação, percepção, sentimento e intuição. As quatro funções psicológicas podem ser introvertidas ou extrovertidas, totalizando oito tipos psicológicos, já desdobrados em 16, considerando uma função principal e uma auxiliar (Nise da SILVEIRA, 1994).

corresponde à integração, à união de pares opostos como, por exemplo, sentimento e pensamento, intuição e sensação, extroversão e introversão.

Deste modo, ocorre o delineamento de uma nova subjetividade “[...] em que a consciência já não se reconhece como autônoma, em que o ego perde a sua centralidade e já não se identifica com apenas uma função nem com um único tipo psicológico” (Amnérís MARONI, 1998, p. 54). O exercício de integração das ambivalências, a assunção de habilidades e a capacidade de leituras e releituras de narrativas de si apontam para uma ponte entre as escrituras feministas negras e processos de subjetivação eminentemente simbólicos.

ALGUNS ARREMATES

Entende-se que mais do que pensar para realizar escritas, escrevemos para pensar, e é este um exercício de elaboração, de articulação de ideias e de sentidos, o que corrobora com o processo de Individuação. Este processo será geralmente feito com medo, com angústia, com dor, com mortes simbólicas, mas esse é o caminho, como aponta Audre Lorde (1984).

Donna Haraway (1995) expõe que, de um modo geral, não se está presente para si mesma e, para o desenvolvimento do autoconhecimento, faz-se necessária a correlação entre significados e corpos, gerando uma assunção das(os) sujeitas(os) como agentes de suas próprias histórias. O eu de hoje, dividido e contraditório, que vacila, é o mesmo eu que pode mudar a história.

Assim, evidencia-se que as escritas autorais favorecem subjetivações, aproximações das autoras e de leitoras de suas próprias experiências, da construção e reconstrução de suas histórias, apontando para um novo entendimento de sujeita que considera a subjetividade como algo irrenunciável, favorecendo o processo de Individuação e o fortalecimento desta nova concepção de pessoa, mais inteira, mais centrada em si mesma. Tendo isto em vista, reforça-se o quanto os Feminismos têm a contribuir para as Psicologias e como as articulações entre estes campos se fazem necessárias para o desenvolvimento de concepções críticas sobre a realidade das relações de gênero e outras dinâmicas que se entrelaçam, como as relações raciais e as repercussões destas nas subjetividades. Fica ainda evidente o quanto a Psicologia como ciência, incluindo aí os modos de fazer ciência e as teorias tradicionais, precisa de atualizações diante dos avanços de discussões nestes campos, valorizando realidades e construções locais contra-hegemônicas.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feminista**, n.8. Florianópolis: UFSC, p. 229-236. 2000.

_____. Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam. In: HOOKS, Bell; et. al. **Otras inapropiables**: Feminismos desde las fronteras (obra colectiva). Traficantes de Sueños: Madrid, 2004. p. 71-80. Disponível em: <<http://www.hartza.com/otrasinapropiables.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2016.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

FARAH, Rosa Maria. Introdução. In: Zimmermann, Elisabeth. (Org.). **Corpo e Individuação**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 7-14.

FIGUEIREDO, Angela. Dialogando com estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio (Org.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. 2 ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p.237-255.

FRITZ, Leah. **Dreamers and dealers**: an intimate appraisal the women's movement. Boston: Bacon Press, 1979.

HALL, Stuart. Minimal Selves. In: Bhabha, Homi K.; Appignanesi, Lisa (eds.). **Identity**: The Real Me. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987. p.44-46.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 07-41. 1995.

HARDING, Sandra (ed.). **The Feminist Standpoint Theory Reader**. New York: Routledge, 2004.

HEATHER, M. Methodology of the heart: a performative writing response. **Liminalities**: a Journal of Performance Studies [online]. v.3, n.1, p. 1-14, March 2007. Disponível em: <<http://liminalities.net/3-1/index.htm>>. Acesso em 13 jul. 2016.

HOOKS, Bell. **Alisando o Nosso Cabelo**. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do site: <<http://www.criola.org.br>>. Acesso em 20 set. 2014.

_____. An Aesthetic of Blackness: Strange and Oppositional. **Lenox Avenue**: a Journal of In-

terarts Inquiry [online], v. 1. p. 65-62, 1995. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/i395727>>. Acesso em 13 jul 2016.

_____. Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista. In: HOOKS, Bell; et. al. **Otras inaprobables: Feminismos desde las fronteras** (obra coletiva). Madrid: Traficantes de sueños, 2004, p. 33-50.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos e reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

LORDE, Audre [1984]. **Textos escolhidos de Audre Lorde**: herética difusão lesbofeminista independente. Organizado por Difusão Herética. Edições lesbofeministas independentes. Disponível em: <difusionfeminista.wordpress.com>. Acesso em 10 out. 2014.

MARONI, Amnérís. **Jung**: individualidade e coletividade. São Paulo, Editora Moderna, 1998. (Coleção Logos).

POLLOCK, Della. Performing Writing. In: Phelan, Peggy; Lane, Jill. (eds.), **The Ends of Performance**. NewYork: NYU Press, 1998. p.73-103.

ROSA, Laila. Pode performance ser no feminino?. **Revista ICTUS**, v. 11, n.2, p. 83-99, 2010.

SARDENBERG, Cecília M.B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. In: COSTA, A.A. e SARDENBERG, C.M.B. (orgs.) **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR:NEIM-FFCH:UFBA, 2002. p.89- 120.(Coleção Bahianas; 8).

SLADIER, Darlene J. **Pós-colonialismo, feminismo e a escrita de mulheres de cor nos Estados Unidos**. Disponível em: <<http://www.litcult.net/revistamulheresvol8.php?id=710>>. Acesso em 15 mar. 2016.

SILVEIRA, Nise. **Jung**: Vida e Obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. (Coleção Vida e Obra).

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu**, v. 12, p. 121-139, 1999.

VON FRANZ, Marie-Louise. **Reflexos da Alma**: Projeção e Recolhimento Interior na Psicologia de C. G. Jung. São Paulo: Cultrix, 1992. 226 p.

A SOLTEIRICE NA VIDA ADULTA: REFLEXÕES PARA ESTUDOS E ATUAÇÃO NA PSICOLOGIA⁶⁰

Darlane Silva Vieira Andrade

APRESENTAÇÃO

Este texto trata da solteirice⁶¹ na vida adulta, a partir de discussões trazidas em estudo de Tese que realizei em Salvador (Darlane ANDRADE, 2012), em diálogo com pesquisas anteriores (Darlane ANDRADE, 2004; 2007). Aqui chamo de solteirice a condição de ser ou estar solteira(o), ou seja, a vivência de quem não está em uma relação marital, podendo ou não ter experienciado, previamente, uma (ou mais) relação(ões) de conjugalidade. Partindo desta noção, interessou-me no estudo explorar e compreender quais são as concepções no que diz respeito à solteirice, assim como os significados e sentidos construídos em torno das vivências e experiências de homens e mulheres adultas(os), de classe média, solteiras(os) e que moram sozinhas(os) em Salvador.

O estudo dialoga com debates da Psicologia do Desenvolvimento sobre a adulez, “fase adulta” ou vida adulta, trazendo reflexões acerca da vivência da solteirice em uma “fase” da vida em que comumente espera-se que a(o) jovem adulta(o) adquira independência emocional e maturidade com a saída da casa da família de origem, a independência financeira (ou indicações para este caminho à medida que a(o) jovem adulta(o) ingressa no mercado de trabalho) e a constituição de família, com união conjugal e filhas(os) (Robert AYLMER, 2001; Helen BEE, 1997; Diane PAPALIA; Sally OLDS; Ruth FELDMAN 2006; Ana Amélia CAMARANO et al., 2006).

A linearidade apresentada no processo de ingresso de jovens na vida adulta (ou a expectativa social em relação a este processo), ao passo em que aponta este caminho como sendo um destino, afirma também vestígios de uma cultura patriarcal e heteronormativa, representada por um “familismo” e uma “cultura de casais”, que caminha junto com práticas sociais dissidentes do modelo convencional, desafiando olhares mais tradicionais da ciência e das práticas psicológicas.

60. Este texto foi construído com base em Tese de Doutorado (ANDRADE, 2011), orientada pela professora Dra Maria Gabriela Hita, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, e que teve apoio da CAPES incluindo bolsa para realização de estágio doutoral na Universidade de Manchester, no Reino Unido.

61. O termo solteirice é informal e significa “condição de quem está solteiro. Ação ou comportamento de quem é ou está solteiro”, de acordo com Dicionário online Dicio. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/solteirice/> Acesso em 10 jun. 2010.

Quando se trata de pessoas solteiras no estudo do desenvolvimento humano, estas são vistas como estando na idade adulta e tendo esta condição vivenciada de forma temporária, até que se casem e, assim, cumpram seus “papéis no ciclo de vida”, o que incluiria a constituição de família, com casamento e filha(o)s, porque, socialmente, até poucas décadas atrás, isto era o que se esperava delas(es), principalmente para as mulheres que não vivenciavam um período como solteiras quando adultas jovens. Para estas, o comum era sair da casa da família diretamente para a do esposo – em referência às mulheres heterossexuais, considerando também que este era um costume das classes mais abastadas da sociedade. De modo diferente, os homens jovens tinham oportunidade de investirem no trabalho e estudo fora de casa antes de se casarem (Robert AYLMER, 2001). Tratando-se de adultas(os) maduras(os), o foco dos estudos comumente se encontra na vida conjugal ou separação/divórcio além da relação com as(os) filhas(os), não considerando as vivências de quem não se casou ou de quem já teve esta experiência e voltou a estar solteira(o) por motivos de viuvez, separação ou divórcio (Diane PAPALIA; Sally OLDS; Ruth FELDMAN, 2006; Ana Amélia CAMARANO et al., 2006).

Ainda, quando a temática da solteirice era estudada no campo da Psicologia, o foco se dirigia para os problemas individuais impeditivos para o engajamento e a manutenção de uma relação estável ou do casamento, buscando origens psíquicas ou na história relacional (problemática) das pessoas solteiras que justificassem o não casamento (Jill REYNOLDS, 2008).

Neste sentido, são questões que norteiam as reflexões propostas no presente texto: Como a Psicologia tem olhado para as pessoas adultas que não se casam e não têm filhas(os)? De que forma esta temática está presente nos livros que comumente estudamos em disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento? E como, na prática, as pessoas solteiras adultas pensam e vivem esta condição? Neste texto, além de discussões teóricas, será trazido um recorte dos dados da Tese (Darlane ANDRADE, 2012) referente aos significados da solteirice descritos por adultas(os) de classe média que moram sozinhas(os) em Salvador, que abordam suas dimensões de estado civil, estilo de vida, solidão e que têm a liberdade como a dimensão mais importante, como um elemento que interliga todas as outras e que aparece como o seu significado mais expressivo.

A SOLTEIRICE NA VIDA ADULTA

Para situar as discussões acerca da vida adulta, trago o conceito de geração que auxilia a olhar para uma população agrupada por idades – adultas(os) – que compartilham a experiência de viverem em uma mesma época (Robert AYLMER, 2001; Maria das Dores GUERREIRO; Pedro ABRANTES, 2005). A idade se configura como um fator importante de organização social em que comportamentos, posições e situações sociais são definidos e institucionalizados: define-se idade para

votar, para casar e para se aposentar, por exemplo. A idade é, também, transitória. Como afirma a socióloga Alda Britto da Motta (2005, p. 3), “somos sempre jovens ou velhas/os de alguém”, e a idade tem, ainda, o seu componente individual, como algo próprio de cada pessoa.

O valor social que a idade adquire se dá quando referida a grupos ou categorias de idade – por exemplo, a criança, o jovem, as(os) adultas(os) e as(os) velhas(os) – em termos de legitimidade ou não para realizar tal ou qual ação na sociedade. No Brasil, estipulou-se como juventude o grupo de pessoas com idades entre 15 e 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), e idosa(o) quem tem idade de 60 anos ou mais, de acordo com o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003); então, considero aqui que as(os) adultas(os) estão no intervalo entre estes dois grupos.

O tempo social vai ser expresso pela geração e o reconhecimento das(os) indivíduos(os) será realizado a partir do pertencimento a um grupo com idades semelhantes que vive em uma mesma época e compartilha acontecimentos semelhantes. As gerações têm como referência este grupo social e a família, diferentemente das idades que são institucionalizadas. O sentido sociológico de geração é definido pela socióloga Alda Britto da Motta como: [...] “um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social e que têm aproximadamente a mesma idade. E por isso mesmo estão expostos à aproximadamente os mesmos tipos de eventos ou circunstâncias” (2005, p. 5).

A categoria idade/geração auxilia a tecer reflexões sobre as mudanças nos processos de transição para a vida adulta e sobre o que, socialmente, se espera das(os) adultas(os), visto que esta fase da vida tem ganhado um caráter dinâmico em meio às exigências do mercado de trabalho e da diversidade da vida pessoal – afetiva, conjugal, familiar (Ana Amélia CAMARANO et al., 2006; Robert AYLNER, 2001; Maria das Dores GUERREIRO; Pedro ABRANTES, 2005).

Ana Amélia Camarano (2006), ao estudar juventude e adultez, discute como a juventude (e a adolescência que a antecede) caracteriza-se por uma fase de transição para a vida adulta, atribuindo “um caráter de instabilidade à juventude em oposição à estabilidade da vida adulta” (p.15), enfatizando ainda que se toda sociedade está sempre em transformação, e por isso também é instável, isto implica que o mundo adulto não é mais tão estático que não possa também apresentar instabilidades. Neste sentido, a entrada na vida adulta – que objetivamente inclui, em linhas gerais, a constituição de família e o ingresso no mercado de trabalho e, de modo subjetivo, é indicada pela aquisição de independência e maturidade –, tem apresentado mudanças quando as características que marcam essa passagem encontram-se em processos de transformação, ou seja, os aspectos como os de educação, trabalho, família e constituição do domicílio não são lineares e intercambiam a juventude e a vida adulta.

Para Diane Papalia, Sally Olds e Ruth Feldman (2006), a vida adulta dura dos 20 aos 40 anos, apontando que esse é o período em que as pessoas costumam sair da casa da família, iniciar a sua vida profissional, casar-se ou se engajar em outros

relacionamentos íntimos, ter e criar filhas(os) e começar a contribuir significativamente para as suas comunidades. Elas tomam decisões que, segundo as referidas autoras, afetarão o resto de suas vidas no que se refere à saúde, felicidade e sucesso pessoal e profissional. Estas autoras, bem como Helen Bee (1997), trazem estudos sobre a vida adulta que tratam do desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial de homens e mulheres, sendo esta fase da vida considerada o ápice do desenvolvimento, não dando muita ênfase ao estado civil de solteira(o). Ao se referirem à solteirice, compara estudos que tratam da saúde de quem é solteira(o) e casada(o), discutindo maiores vantagens para quem se casa do que para quem não tem um par.

O livro *As mudanças do ciclo de vida familiar*, organizado por Betty Carter e Monica McGoldrick (2001), destina um capítulo para tratar de jovens adultas(os) solteiras(os), incluindo-as(os) como estando em um estágio do ciclo de vida que compreende o período que a(o) indivíduo(a) deixou a sua família de origem – em termos físicos e também emocionais, mas ainda não estabeleceu uma “família de procriação”. Assim, a inclusão da(o) adulta(o) nesta fase do ciclo de vida segue três critérios, segundo Robert Aylmer (2011): 1) estar fisicamente separada(o) da família de origem; 2) a(o) adulta(o) estar em pós-graduação no exterior, trabalhando ou residindo fora da casa da família; 3) ser quase ou financeiramente independente, incluindo também quem se casou cedo e, depois de um ou dois anos, se separou, vive junto com a(o) companheira(o) sem compromisso permanente; não inclui filhas(os) de qualquer idade que jamais saíram de casa⁶² (Robert AYLMEYER, 2001). Ou seja, considera que as(os) jovens adultas(os) estão nesta condição até que se constitua uma família dentro dos moldes heteronormativos, partindo de uma realidade de países localizados no Norte Global. Vale ressaltar que o autor não problematiza os diversos arranjos possíveis ao longo do ciclo de vida e as diversas experiências e contextos a partir dos quais a adultez (e a solteirice) é vivenciada, incluindo diferenças de gênero, classe social, relações étnico-raciais, sexualidades e outros marcadores sociais que transversalizam estas vivências.

No seu texto, contudo, diferenças de gênero são apontadas a partir de discussões de Carol Gilligan (1982 apud Robert AYLMEYER, 2001), por exemplo, que discorre sobre possíveis caminhos que homens e mulheres traçam na construção identitária a partir do gênero: os homens buscam identidade na auto-expressão, atuando de

62. Há autoras(es) que discutem a permanência de jovens e adultas(os) na casa da família como um prolongamento da adolescência e chamam esta geração de “geração canguru” ou “adolescência prolongada”, observando que esta prática tem sido comum nas residências de famílias de classe social alta, com jovens e adutas(os) escolarizadas(os) no Brasil. O estudo exploratório de Miguel Bunge et al (2012) cita dados da PNAD (2008) em que 40% dos domicílios tinham moradoras(es) de 25 a 34 anos e que a presença delas(es) era mais significativa nas famílias de renda superior. A discussão sobre a “geração canguru” considera que essas(es) jovens permanecem na casa da família mais por questões emocionais que dizem respeito ao processo da chamada “separação-individação” das figuras parentais e ainda não conseguiram elaborar o luto que faz parte do amadurecimento (Miguel BUNGE et al, 2012).

modo mais afastado da família e voltados para o mundo do trabalho, e as mulheres constroem sua identidade com foco no auto-sacrifício, colocam-se mais próximas emocionalmente de suas famílias e não desenvolvem capacidades necessárias para sustentarem-se financeiramente. Esta visão, contudo, parte de um modelo binário de construção das identidades de gênero que tem sido questionado em um contexto de maior flexibilidade e de mudanças sociais, visto que homens e mulheres transitam (ou tendem a transitar) entre papéis e identidades de gênero mais diversas, bem como ocupam espaços públicos e privados de modo mais dinâmico e flexível.

A discussão de Robert Aylmer (2001) aponta também que a(o) adulta(o) busca estabilidade porque é isto o que a vida adulta possui, demandando que seja capaz de construir uma estrutura de início da vida adulta, com estabilidade e continuidade. Na busca de estabilidade, a(o) jovem adulta(o) se depara com um mundo instável e paradoxal, o que demanda dela(e) múltiplos esforços que a(o) levam a viver de acordo com suas escolhas relativas à profissão, relacionamentos amorosos, estilos de vida e valores, corroborando com as discussões de Ana Amélia Camarano (2006), em contexto brasileiro.

A perspectiva linear dos estudos no campo do desenvolvimento humano que consideram a constituição de família como uma tendência na vida adulta – e até mesmo um sinal de “estabilidade” – traz resquícios de uma cultura patriarcal e heteronormativa, ou seja, que tem como norma a união conjugal e de preferência, heterossexual. Para Monique Wittig (1980), a forma pela qual as relações sociais se organizam gira em torno do pensamento heterossexual. A chamada “matriz heterossexual” normatiza corpos, comportamentos, sexualidades e modos de se relacionar (incluindo a obrigatoriedade do casamento), colocando o que está fora desta matriz como um abjeto. Adrienne Rich (1981) faz um questionamento acerca do que é o “natural” da relação heterossexual, na medida em que ela é imposta e mantida pela interdição da sexualidade fora das normas, pela mutilação, pelo casamento forçado, pelo estupro, incesto, violência física e mental, e outros meios coercitivos.

Shelly Budgeon (2008), em seu texto *Cultura de casais e a produção da solteirice* (tradução livre), utiliza os argumentos feministas sobre a heterossexualidade normativa, apontando como as expressões da sexualidade estão organizadas por normas e convenções que orientam as práticas cotidianas. Neste caso, a norma que prevalece é a ideologia da família e do casamento baseada na assunção de que todas(os) desejam um(a) parceiro(a) sexual e que o relacionamento amoroso e conjugal seria o tipo de relacionamento mais importante que a pessoa poderia ter⁶³.

63. O que chama atenção aqui é o fato de que, por muitos anos, o Feminismo lutou pela não obrigatoriedade do casamento e da constituição da família. Mas, neste novo milênio, é o casamento como direito que entra de novo nas agendas de luta, agora da população LGBT. Neste sentido, a discussão sobre o casamento ainda é presente e, mesmo depois de muito se questionar esta instituição, a ideologia que a perpassa parece que ainda não foi superada: o que mudou (ou o que ainda se busca mudar) é a forma como as relações dentro do casamento são gerenciadas, desconstruindo muitos dos pressupostos patriarcais e heteronormativos que o rondavam (e ainda continuam a rondar), também com vistas a acabar com todas as formas de violência.

A força da ideologia da cultura do casal é tanta que o seu status privilegiado raramente é reconhecido ou questionado (Shelly BUDGEON, 2008). Assim, o estudo sobre não estar casada(o) não é ainda um tema central na Academia, incluindo a Psicologia, pois a ideologia do casamento privilegia pesquisas sobre casais e tem influenciado as formas como as Ciências Sociais, principalmente, têm conduzido os estudos, na medida em que esta ideologia “guia os tipos de perguntas a serem feitas, os tipos de estudos que são conduzidos e a forma com que os resultados são interpretados” (Shelly BUDGEON, 2008, p. 302, tradução livre).

A autora considera, ainda, que os estudos pouco têm privilegiado quem não está em uma relação conjugal, mas, por outro lado, aponta que, apesar do status que o casamento ocupa na sociedade, as normas convencionais que norteavam as sexualidades e os relacionamentos estão se transformando, como sugerem os teóricos da tese da individualização (Anthony GIDDENS, 1992; Ulrich BECK; Elisabeth BECK-GERNISHEIM, 1990; Zygmunt BAUMAN, 2001a, 2001b). Neste sentido, as(os) indivíduos(as) são também capazes de questionar normas vigentes e de exercer o direito de escolher a forma como organizam as suas relações, os seus estilos de vida e identidades, escolhas estas que podem estar fora da norma do casamento heterossexual, da coresidência e de ter filhas(os).

Apesar do pouco olhar para as práticas diversas e que fogem das normas convencionais em referências bibliográficas que estudamos nos cursos de Psicologia, como as que foram citadas aqui, estudos atuais nas Ciências Humanas e Sociais têm se preocupado em dar visibilidade à diversidade de práticas sociais, relacionais, de estilos de vida e que vêm colocando a solteirice fora do lugar exclusivo da condição de adultas(os) que estão em transição para o casamento, ou que já passaram por este status.

A SOLTEIRICE EM NÚMEROS E EM DISCUSSÕES TEÓRICAS

O olhar para a solteirice — de modo específico, para as pessoas solteiras que moram sozinhas — proposto aqui, está situado em dados e discussões teóricas acerca das mudanças no campo da Vida Pessoal (Carol SMART, 2007), ou seja, das famílias, das relações socioafetivas, dos arranjos domésticos e dos estilos de vida, considerando o contexto social, cultural e histórico a partir do qual estas transformações têm sido visualizadas nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Os dados da demografia vão mostrar os “novos arranjos familiares” e o aumento dos chamados domicílios unipessoais, observados principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, segundo Eliane Gonçalves (2007), destacados nos grandes centros urbanos de países desenvolvidos. Dados de Elizabeth Badinter (1986), entre os anos de 1962 e 1983, apontam um aumento de 70% entre pessoas que vivem sozinhas em metrópoles como Paris e Nova Iorque. Nestas, a proporcionalidade era de dois casais para cada uma pessoa sozinha. Na década de 1990, na Alemanha, a proporção de lugares compostos somente por uma pessoa é de 35% e, em alguns

centros urbanos, chega a 50%, com tendência a aumentar, segundo Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (1990).

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, esta também é uma realidade que vem se conformando, com tendência à diminuição do número de membros da família e o aumento das famílias monoparentais e dos lares unipessoais, desde a década de 1970, segundo Elza Berquó e Suzana Cazenaghi (1988). O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, aponta que o número de membros da família brasileira diminuiu de 3,5 (no ano 2000) para 3,3 pessoas em 2010. O número de famílias nucleares também diminuiu, ou seja, o ideal de família nuclear (e heterossexual) deixa de compor a boa parte das residências brasileiras e, dentre outras mudanças, os lares unipessoais vêm crescendo, chegando a sete milhões de pessoas morando sozinhas no país em 2010.

Tabela 1 – As mudanças nas famílias no Brasil, 1980-2010

	Casais com filhas/os (%)	Casais sem filhas/os (%)	Mulher com filhas/os (%)	Homem com filhas/os (%)	Mulheres morando sozinhas (%)	Homens morando sozinhos (%)	Outro tipo de residência (%)
1980	65.0	12.1	11.5	0.8	2.8	3.0	4.8
1991	61.3	12.3	12.9	1.1	3.8	4.1	4.5
2000	58.8	12.5	14.0	1.8	4.5	4.4	3.9
2010	52.5	15.1	15.3	2.2	6.2	6.5	2.2

Fonte: Dados do censo de 1980 a 2010 (IBGE, 2010)⁶⁴

Sobre o quantitativo de pessoas solteiras que vivem em países ocidentais, Márcia Tavares (2008) traz dados de Paula Mageste (2003) relativos ao número de mulheres solteiras nos Estados Unidos: nos últimos 30 anos, o número de mulheres solteiras com idades entre 30 e 34 anos, aumentou em torno de 6% para 22%. Em 2003, 43 milhões de mulheres estavam solteiras nos Estados Unidos. No Brasil, o número de solteiras(os) representou 54,8% da população em 2000 (IBGE, 2000⁶⁵). Em 2010, este número era de 55,3% (somado ao número de pessoas separadas, divorciadas e viúvas, o percentual chega a 65,1%) (IBGE, 2010). A capital com maior número de pessoas solteiras, no ano 2000, era Salvador: 45% da população acima de 18 anos de idade estava solteira⁶⁶. Em 2010, este número na cidade era de 64,7% – somado às pessoas separadas (1,3%), divorciadas (3%) e viúvas (4,3%), tem-se 73,3% (IBGE, 2010)⁶⁷. Chama atenção o aumento do número de jovens solteiras(os)

⁶⁴. Dados disponíveis em http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf. Acesso em 20 set. 2013.

⁶⁵. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofecund.html.shtm>. Acesso em 13 jan. 2016.

⁶⁶. Disponível em <http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=931592>. Acesso em 13 jan. 2016.

⁶⁷. Os dados censitários aqui postos consideram solteiras as pessoas com idade acima dos 10 anos, e não traz uma análise específica dos adultos acima dos 18 anos. Em Salvador, havia 1.507.558 pessoas solteiras em 2010 (IBGE, 2010).

em uma faixa etária em que comumente as pessoas estariam se casando: dos 25 aos 29 anos e dos 30 aos 34 anos, as pessoas solteiras constituem cerca de 30% em cada grupo de idade, no ano 2000, no Brasil (Marcelo NÉRI, 2005).

Estado civil	2000 (%)	2010 (%)
Casadas(os)	37.0	34.8
Solteiras(os)	54.8	55.3
Viúvas(os)	4.6	5.0
Divorciadas(os)	1.7	3.1
Separadas(os)	1.9	1.7

Fonte: Dados censitários de 2010 (IBGE, 2010)⁶⁸

Dados demográficos de períodos anteriores relativos às décadas de 1970 e 1980 (Elza BERQUÓ; Suzana CAZENAGHI, 1988) mostraram que grande parte da população de solteiras(os) no país estava em uma faixa etária maior, acima dos 45 anos, e era formada por pessoas que vivenciavam o “ninho vazio” (a saída das(os) filhas(os) de casa), uma separação conjugal ou viuvez, ou as que nunca se casaram. As idosas, com mais de 60 anos, porém, eram maioria, representando 53% das mulheres que viviam sozinhas, sendo a maior parte delas viúvas⁶⁹. Já os homens estavam sozinhos em diferentes faixas etárias, prevalecendo aqueles em idades mais jovens.

Debates sobre as diferenças de gênero têm evidenciado uma discrepância no “mercado amoroso” no qual os homens apresentam mais possibilidade de se casar e recasar no decorrer da vida, diferente das mulheres que, com o avançar da idade (e também com o aumento da escolaridade), têm menos chances de encontrar um par conjugal (Elza BERQUÓ, 1986; Márcia TAVARES, 2008). As discussões também englobam a questão racial, quando mulheres negras são preteridas para o casamento. Em Salvador, esta discussão intersecciona raça/etnia e classe social, visto que grande parte das mulheres negras na capital baiana compõe a classe trabalhadora. A tripla condição de ser mulher, negra e pobre aumenta a “solidão” conjugal, como discute Ana Cláudia Pacheco (2013) em estudo realizado nesta cidade. Vale ressaltar que Salvador tem uma população de maioria negra (pretas e pardas), cerca de 80% da população segundo o censo do IBGE (2010), prevalecendo este perfil desde o século XIX, e de mulheres (53,3%), sendo que muitas delas são chefas de família.

Em estudos que realizei sobre o tema, o casamento foi também discutido (opiniões sobre este, expectativas, etc.), mas de forma secundária, porque o foco principal foi o olhar para a experiência da solteirice, como uma condição que pode oferecer diversas possibilidades no campo da afetividade, das relações, da organização da rotina, do lazer, dentre outros aspectos, considerando a experiência de solteirice

68. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=798>>. Acesso em 13 jan. 2016.

69. Estudos sobre o envelhecimento têm discutido esta temática, como os da socióloga Alda Britto da Motta (2005; 2011).

para quem espera ou não o casamento, e para quem teve ou não a vivência marital, atentando também para o fato do casamento ser uma das diversas possibilidades de escolha e vivência na vida adulta, mas não a única.

Os dados acerca da dupla condição de estar solteira(o) e morar sozinha(o) são lidos como frutos de mudanças nas dinâmicas das sociedades ocidentais contemporâneas que são marcadas por transformações no âmbito das relações humanas. Tais transformações são vistas como sendo efeitos de causas multifacetadas, tais como: a diminuição da religiosidade e a difusão de estudos do campo da Psicologia, da Psicanálise e outros saberes sobre sexualidade, o desenvolvimento de tecnologias de reprodução, sendo estas mudanças traduzidas no aumento do sexo fora do casamento e na vida sexual mais livre, em especial para as mulheres, segundo Bernard Jablonski (1998).

Há um consenso entre diversas(os) autoras(es) de que um fator importante para mudanças de perspectivas e comportamentos foi a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho (as de classe média, porque as de classe menos favorecida já trabalhavam dentro e fora do lar). Em fins da década de 1990, as mulheres respondiam por 32,1% da força de trabalho em termos globais (Manoel CASTELLS, 1999). Soma-se a essa inserção, a presença das mulheres nas faculdades e cursos de pós-graduação, o que favorece a independência feminina. O que também colaborou, de forma significativa, foram os impulsos promovidos pelos movimentos sociais, principalmente o movimento das mulheres, e os questionamentos suscitados por um movimento Feminista multifacetado⁷⁰ (Manoel CASTELLS, 1999).

As dinâmicas da vida pessoal de solteiras(os) morando sozinhas(os), em especial, as(os) que pertencem à classe média e alta, são vistas como reflexo do cenário de mudanças sociais e do sistema capitalista, que culminam em alguns elementos que passam a caracterizar as sociedades urbano-industriais ocidentais e informatizadas: o individualismo, o imediatismo, a descartabilidade, o fim das tradições e as mudanças nas noções de tempo e espaço – passando a prevalecer o tempo presente e emergindo os múltiplos espaços, inclusive, os virtuais –, a velocidade e o dinamismo, a instabilidade e a transitoriedade, o nomadismo e a emergência de uma cultura marcada pelo consumo. Ganham importância os signos, as imagens, a mídia e os discursos, por representarem os principais tipos de transformações que são discutidas por Terry Eagleton (1996), Ulrich Beck (1997), Manuel Castells (1999), Anthony Giddens (2000), Zygmunt Bauman (2001a), dentre outras(os).

Neste sentido, o “viver só”, protagonizado por pessoas das classes médias urbanas, é visto como um estilo de vida capaz de conferir sentido e de articular um novo paradigma da cultura de modernidade, tornando-se uma clara manifestação do

70. Sobre o Feminismo, ver Apresentação deste livro e consultar também: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacular. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida Luiza R.; BINGEMER, Maria Clara L. (Org.). Mulher e relações de gênero. São Paulo: Loyola, 1994.

movimento radical e multiforme do centramento da(o) indivíduo(a) sobre si mesma(o), como percebeu a socióloga Rosário Mauritti (2011) ao estudar o tema em Portugal.

Neste cenário de mudança, observa-se também de que maneira as identidades têm sido forjadas. Consideradas como fruto de uma construção social e histórica e, portanto, mutável (Antônio da Costa CIAMPA, 2001), as identidades apresentam tendências à flexibilização e androginia, ou seja, um tipo de identidade representada por atributos de masculinidade e feminilidade no autoconceito, o que possibilita um extenso e diversificado repertório de comportamentos sociais, assim como uma maior aproximação entre homens e mulheres, no sentido de pôr fim às desigualdades e hierarquias que impunham a dominação de um sexo sobre o outro, segundo Conceição Nogueira (2001). Nesta direção, emergem também questionamentos acerca da própria construção do gênero discutida a partir das leituras sociais, discursivas e simbólicas das diferenças sexuais (Joan SCOTT, 1988), rompendo com os binarismos que os definiam e possibilitando a diversidade e fluidez quando esta construção é vista como “performática”, ou seja, o gênero é construído na ação e no discurso para Judith Butler (2003). Neste sentido, solteiros e solteiras também convivem com possibilidades de construções identitárias múltiplas, fluidas e diversas.

As várias transformações no campo da família e no significado social do casamento também colaboram para pensar a solteirice fora do lugar marginal (Tuula GORDON, 1994) que esta condição era posta. Quando o casamento e a família nuclear se constituíram como uma ideologia e prática a serem seguidas, os arranjos que estavam fora deste padrão foram postos à margem da sociedade e, com isto, criou-se a visão de que a solteirice refletia a “crise da família”, em uma sociedade agora egoísta, hedonista e amoral, como também estudiosas(os) centraram análises sobre o tema, como aponta Rosário Mauritti (2011). A estigmatização da solteirice era vista principalmente para as mulheres que, por exemplo, eram consideradas “as que ficaram para titia” ou as “solteironas”.

Em contrapartida, este fenômeno começa a ser visto de forma positiva em decorrência das relações humanas que passam a se configurar de forma diversa e tendem a ser mais horizontalizadas (Anthony GIDDENS, 1992; Manoel CASTELLS, 1999). E, neste cenário, o casamento deixou de ser visto como um destino para as pessoas adultas, e como uma instituição que tem que durar “até que a morte separe o casal”, haja vista a possibilidade de divórcio; deixa também de ser uma união (econômica) entre duas famílias e, entre outras mudanças, o casamento passa a ser visto como fazendo parte de um elemento do projeto de vida pessoal como tantos outros, segundo Jeny Vaitsman (1994).

As noções atuais construídas vêm desvinculando a solteirice da solidão em seu sentido negativo, do isolamento social e da falta de responsabilidade, quando a vida social em contexto urbano contemporâneo permite outras formas de agenciamento. Estas incorporam novos elementos no cotidiano relacional como o estabelecimento de redes de relações significativas como as de amizade, a busca por atividades di-

versas que dão prazer e satisfação nos campos do trabalho e lazer, a possibilidade de exercício da sexualidade em relações transitórias como o “ficar” (Jaqueline CHAVES, 1997; Darlane ANDRADE, 2004) e outros aspectos que fazem parte das vivências de sujeitas(os) da classe média urbana, como aponta Gilberto Velho (1989), e como tem sido observado em pesquisas sobre a solteirice no Brasil (Eliane GONÇALVES, 2007; Darlane ANDRADE, 2007, 2012; Márcia TAVARES, 2008; Mariana ANTUNES, 2010; Ísis MARTINS, 2010; Luci MANUSUR, 2011) e em contexto norte-americano e europeu (E. Kay TRIMBERGER, 2005; Jill REYNOLDS, 2008; Rosário MAURITTI, 2011, Shelly BUDGEON, 2008; Tuula GORDON, 1994).

Os estudos sobre o tema partem de diferentes noções sobre a condição de solteira(o) para as mulheres e também para os homens, e meu olhar sobre o fenômeno dialoga com Jill Reynolds (2008) que considera a solteirice como uma construção social. Em estudos internacionais, a solteirice (singleness ou singlehood, em inglês) vem sendo tratada como uma construção social e discursiva que compõe identidades e práticas sociais de mulheres e também de homens que, sob esta condição, constroem modos de viver em uma sociedade heteronormativa que, apesar das mudanças, ainda considera a união conjugal como um preceito a ser seguido (Roona SIMPSON, 2009; Jill REYNOLDS, 2008; E. Kay TRIMBERGER, 2005; Shelly BUDGEON, 2008).

Eliane Gonçalves (2007) mostra como têm sido construídas as novas noções de “mulheres sós” no Brasil contemporâneo e como a solteirice relacionada à moradia unipessoal vem sendo considerada um novo modo de viver em contexto urbano, que incorpora os ideais de liberdade, autonomia e independência disseminados pelo Feminismo. Esta autora discute como reportagens veiculadas em revistas de grande circulação no país, a demografia e também depoimentos de mulheres (solteiras vivendo em Goiânia) confirmam a existência de uma nova personagem social, as “novas solteiras”, ou seja, mulheres independentes, autônomas e “senhoras do seu destino”.

Esta nova noção, no entanto, não se aplica de forma generalizada às mulheres brasileiras. As reportagens que tratam das “novas solteiras” no país, fazem referência a mulheres de classe média e alta, brancas, escolarizadas, independentes economicamente, liberadas sexualmente, vivendo sozinhas em grandes centros urbanos, na região Sudeste do país, no trecho Rio-São Paulo principalmente (Eliane GONÇALVES, 2007; Mariana ANTUNES, 2010). Apesar das referências regionais e locais, os estudos sobre o tema no Brasil focam na realidade das mulheres e de homens solteiras(os) pertencentes à classe média, o que se constitui em uma população com possíveis privilégios para fazer escolhas sobre que estilo de vida deseja adotar, por exemplo, na medida em que pressupõe-se que possuem capital econômico, social e cultural para tal.

A solteirice foi discutida sob aspectos identitários que fazem parte das vivências e trajetórias de mulheres nesta condição, em Maceió (Nádia AMORIM, 1992) e na capital paulista (Mariana ANTUNES, 2010), sendo vista também como parte

integrante de uma política afirmativa de identidade. Já Eliane Gonçalves (2007) tratou do conceito como um estilo de vida que tem a ver com uma maneira de ser ou estar no mundo, de fazer escolhas e viver a vida; é uma forma de vida, adotada para quem quer “viver só” sem, no entanto, que isto implique na negatividade da solidão, e sim, em uma vida com autonomia e independência. Caminham nesta linha de discussão Cristiane Victorino (2001), ao falar de mulheres (solteiras) que optaram por morar sós no Rio de Janeiro, bem como Luci Mansur (2011) e Ísis Martins (2010) que tratam do tema da solidão de mulheres solteiras que moram sozinhas em contexto urbano, vinculando este sentimento à possibilidade de escolha por estar só e ao crescimento pessoal proporcionado por esta condição.

O estudo de Márcia Tavares (2008) teve como foco mulheres e homens que nunca se casaram; investigou práticas e construções de sentidos dentro da realidade de Salvador e Aracaju para pessoas solteiras adultas. No estudo que realizei no Mestrado (Darlane ANDRADE, 2007), procurei, a partir de uma amostra de vinte pessoas solteiras de ambos os sexos, adultas e de classe média vivendo em Salvador, explorar a relação entre as principais características da contemporaneidade trazidas pela Teoria Social (Anthony GIDDENS, 1992; Ulrich BECK; Elisabeth BECK-GERNISHEIM, 1990; Zygmunt BAUMAN, 2001b e outros) e elementos do estilo de vida, relacionamentos amorosos e das identidades de pessoas solteiras em contexto urbano. O estudo evidenciou uma maior aproximação das(os) entrevistadas(os) com características mais cosmopolitas e contemporâneas, por suas posturas identitárias, rompendo mais com estereótipos e tradições em torno da família e do casamento. Tais posturas se aproximam da visão das “novas solteiras” que vem sendo abordada em outros estudos.

Na pesquisa realizada no Doutorado (Darlane ANDRADE, 2012), essas discussões foram importantes para respaldar a busca pela compreensão do que é a solteirice na contemporaneidade, em Salvador, o que foi feito a partir de construção de dados relativos a práticas e experiências de pessoas adultas de ambos os sexos, com idades variando entre 30 e 60 anos, solteiras, de classe média, residindo sozinhas nesta cidade⁷¹. A escolha pela dupla condição de ser solteira(o) e morar sozinha(o) teve em vista dialogar com a tendência de ser este um estilo de vida emergente em grandes centros urbanos em diversos países ocidentais.

Os estudos sobre o tema da solteirice podem ser utilizados em discussões no campo da Psicologia do Desenvolvimento, abrindo mais espaço para olhar as práticas dissidentes das convencionais, desconstruindo normativas que engessam a visão sobre a “vida adulta”, a “fase adulta” ou adulez, principalmente no aspecto da afetividade e conjugalidade, considerando a não linearidade das experiências de vida que inclui diversas possibilidades de vivenciá-las sem o engessamento que pode levar a perspectivas normativas do “ciclo de vida”.

71. Destaco que nesta amostra, incluiu pessoas que tinham filhas(os), mas que estas(es) não compartilhavam residência.

AS DIMENSÕES DA SOLTEIRICE EM SALVADOR

Considerando-se que a condição de ser solteira(o) pode ser transitória e a dificuldade de eleger uma definição única, escolhi discutir esta condição relacionada às experiências e construções de sentidos de um grupo específico de solteiras(os) adultas(os): as(os) que não estão casadas(os) e não estão envolvidas(os) em uma relação marital por um período de cinco anos, independentemente de quais eram as suas experiências relacionais e conjugais anteriores e, principalmente, que elas(es) estejam morando sozinhas(os) no presente. Esta especificação foi escolhida em um contexto de classe média urbana, que é definida por critérios subjetivos como o estilo de vida e os interesses pessoais que se adaptam a uma cultura urbana que passa pelos processos de individualização e “psicologização”⁷², onde se inserem também as pessoas intelectualizadas (Pierre BOURDIEU, 2003; Amaury de SOUZA; Bolívar LAMOUNIER, 2010; Gilberto VELHO, 1989, 1994, 1995).

No Brasil, o número de lares formados por pessoas que pertencem à classe média tem aumentado desde 1994 e, em 2010, 53% da população pertencia a esta classe social (IBGE, 2010). De acordo com os autores mencionados, a classe média também é definida no Brasil por critérios objetivos que incluem renda (quem recebe mais de 2 salários mínimos), escolaridade (quem tem, pelo menos, um diploma de graduação) e ocupação (ocupações mais intelectualizadas – como profissionais das ciências e das artes) (Amaury de SOUZA; Bolívar LAMOUNIER, 2010). Esta pesquisa também considerou os critérios dos bairros com melhor infra-estrutura, onde vive uma população com rendimentos mais elevados, neste caso, os da cidade de Salvador, tais como Barra, Graça, Ondina, Pituba, Itaigara, dentre outros (Antônia GARCIA, 2009; Mercedes CUNHA, 1979).

O estudo se fundamentou em uma perspectiva analítica interdisciplinar e feminista das relações de gênero (Donna HARAWAY, 1995; Sandra HARDING, 1996, 1998). Neste sentido, há o entendimento de que a construção do conhecimento é feita a partir de um lugar onde não se propõe a neutralidade nem a generalização das análises sobre o produto da investigação. Assim, o encontro da(o) sujeita(o) e do objeto de conhecimento é reconhecido na medida em que a subjetividade faz parte do processo de “objetivação”⁷³.

⁷². Gilberto Velho (1989; 1994; 1995) discute que esta é uma característica de uma sociedade que busca por respostas internas para as suas condições de vida. Para o autor, isto pode ser observado, por exemplo, pela crescente busca de terapia, análise e psicoterapia.

⁷³. Respalhada pela epistemologia feminista do ponto de vista, construí a Tese em primeira pessoa, e me situei como uma mulher jovem, solteira, heterossexual, parda, de classe média morando sozinha em Salvador (nos últimos meses da pesquisa, porque compartilhava residência anteriormente), situando como este lugar me trouxe privilégios para falar do tema e também desafios; do mesmo modo, explicito as bases teóricas desde as quais o estudo se fundamentou, localizando de que modo este conhecimento foi construído.

A pesquisa feminista, sob esses moldes, reconhece que a construção do conhecimento científico é corporificada e, assim, localiza e nomeia onde estamos nas dimensões do espaço mental e físico. A objetividade científica, nesta perspectiva, é revelada, também, como algo que diz respeito à corporificação específica e particular, uma visão objetiva somente alcançada com uma perspectiva parcial, porque não se pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo, mas, sim, pode-se estar em um lugar com a mobilidade de ir para outro lugar, porém, localizando-o sempre. Logo, “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado. [...] Desse modo, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (Donna HARAWAY, 1995, p. 21, tradução livre).

A partir de uma perspectiva feminista, a categoria gênero foi a principal utilizada para análise dos dados, observando proximidades e diferenças entre experiências de homens e mulheres na condição de solteiras(os), atentando para as relações socioafetivas e performances possíveis dentro desta condição. O uso do gênero para análise fez-se de forma interseccionalizada com os marcadores sociais: classe social, raça/etnia⁷⁴, idade/geração, espaço/territórios⁷⁵, sexualidades⁷⁶ (considerando as diferentes orientações sexuais e práticas sexuais), visto que a experiência, tanto pessoal como social, é complexa e, portanto, perpassada por diversos vetores que se encontram em diferentes momentos e formam um aglomerado.

A pesquisa adotou método misto (no original em inglês: mixed methods), escolhido como uma estratégia para chegar mais perto da realidade da amostra. Duas são as premissas que fundamentam o uso de métodos mistos, de acordo com Jennifer Mason (2006): “a primeira é que a experiência social e as realidades vividas

74. O conceito de classe social aqui foi visto juntamente com o conceito de raça, visto que, em Salvador, a questão racial é importante para caracterizar a população que compõe a classe média, isto porque a cidade tem maioria populacional formada por negras(os) – pretas(os) e pardas(os) –, sendo que são as(os) brancas(os), em sua maioria, que ainda ocupam as áreas geográficas (bairros) mais ricas da cidade (Antônia GARCIA, 2009).

75. A noção de espaço considera que, na perspectiva sociológica, este pode ser primordialmente dado, algo concreto, mas a sua organização e o seu sentido são produtos de transformação e das experiências sociais, sendo também político e repleto de ideologias (Bila SOJA, 1993). Ana Martínez, Juana Moya e Maria de los Ángeles Muñoz (1995), pautadas em uma perspectiva feminista, utilizam o conceito de “geografia de gênero” para mostrar como os espaços não são neutros do ponto de vista de gênero, na medida em que são ocupados de forma diferenciada por mulheres e homens. Os territórios são espaços discutidos a partir do fluxo de pessoas e as relações que se estabelecem nestes. Esta categoria foi utilizada para análise de dados sobre os espaços por onde transitam as pessoas solteiras em momentos de lazer em Salvador. Este tema, contudo, não será explorado neste texto.

76. A sexualidade é compreendida desde uma perspectiva sociocultural que é lida a partir do aparato sexual, segundo Tania Swain (2004). Quanto às práticas sexuais, estas são tratadas aqui a partir das discussões contemporâneas em torno das transformações da intimidade feitas, principalmente, por teóricas(os) da tese da individualização (Anthony GIDDENS, 1992; Zygmunt BAUMAN, 2001b; Ulrich BECK; Elisabeth BECK-GERNSEHEIM, 1990), dialogando com a linha de discussão sobre a “Vida Pessoal” (Carol SMART, 2007; Vanessa MAY, 2011) dentro da perspectiva feminista, ou seja, considerando o contexto cultural onde estas práticas estão situadas.

são multidimensionais e que nossos entendimentos ficam empobrecidos e podem ser inadequados se olharmos esses fenômenos apenas sob uma única dimensão” (p.10, tradução livre). A segunda premissa é de que “as vidas sociais (e multidimensionais) são vividas, experienciadas e enaltecidas simultaneamente em escalas macro e micro” (p.12, tradução livre). Como as ideias de macro e micro são construções científicas, elas podem ser vistas com base no próprio dualismo da ciência, que inclui o público versus o privado, o social e o cultural versus o individual, a estrutura e a agência, o objeto e o sujeito, e assim por diante. Segundo a autora, estes dualismos são transcendidos na experiência vivida e, da mesma forma, devem ser transcendidos na ciência. Isto pode ser possível, considerando que os elementos são ligados com os domínios multidimensionais citados.

A construção dos dados utilizou instrumentos quantitativos e qualitativos, nas seguintes etapas: a primeira etapa objetivou explorar conceitos e significados sobre a solteirice, o viver só e a solidão, a partir de três grupos focais, com a participação de quatro mulheres e três homens. A segunda etapa utilizou questionário com 54 questões fechadas e uma aberta, aplicado a 76 pessoas (53,9 % de mulheres e 46,1 % de homens), para construir informações sobre o perfil de solteiras(os) morando sozinhas(os), de acordo com costumes de classe, páticas sexuais, redes de relacionamentos e projetos para o futuro. Para complementar algumas informações sobre lazer e sociabilidade de solteiras(os), foram realizadas observações de campo em espaços de lazer na cidade, com registro em diários de campo. Estas observações também tiveram o propósito de fazer contato com as pessoas para participarem da pesquisa.

A terceira etapa da pesquisa utilizou entrevistas biográficas guiadas pela linha da vida⁷⁷ (Rachel THOMSON, 2003; Rachel THOMSON; Janet HOLLAND, 2002; Maria Gabriela HITA, 1997), com uma subamostra de três homens e três mulheres que tinham participado em, pelo menos, uma das fases anteriores. As entrevistas buscaram compreender os contextos que colaboraram para a atual condição de solteira(o). Por fim, a última etapa objetivou construir informações sobre a rotina de relacionamentos da amostra e, para isto, diários seguidos de entrevista⁷⁸ foram utilizados como método (Heather ELLIOT, 1997; Don ZIMMERMAN; Lawrence WIEDER, 1977). Eles foram aplicados em quem foi entrevistada(o) na fase anterior, com exceção de um dos homens participantes, tendo no total cinco diários. Os dados produzidos, considerando cada um dos métodos escolhidos, foram analisados por um viés mais qualitativo, com o intuito de dialogar com os temas principais da pesquisa.

77. Esta técnica consiste em fazer uma entrevista de história de vida guiada por uma linha traçada pela(o) participante em um papel em branco, onde ela(ele) destaca fatos importantes na trajetória de vida e fala sobre eles.

78. As(os) participantes tinham que anotar informações relacionadas aos contatos sociais mais significativos que foram feitos por elas(es) no período de uma semana: nome do contato, tipo de relação, lugar onde o contato foi feito (incluindo espaço virtual), horário e objetivo do contato. Após o período de uma semana, uma entrevista foi realizada para colher dados sobre o que foi registrado nos diários.

As(os) participantes da pesquisa foram acessadas(os) através do método de “bola de neve”⁷⁹. A amostra (a partir dos questionários) foi caracterizada por homens e mulheres solteiras(o): 64,5% nunca tinham sido casadas(os), 35,5% eram divorciadas(os). O tempo de moradia individual variou entre 1 e 30 anos, sendo a maioria deles entre dois e cinco anos (42,5%). A média de idade das(os) participantes foi de 38,9 anos de idade e a amostra incluiu pessoas de diferentes orientações sexuais (a maioria que respondeu ao questionário, contudo, era heterossexual – 90%, mas, nos grupos focais e entrevistas, gays e lésbicas participaram de modo equilibrado). 50% da amostra se considerou branca e a outra metade preta, parda e indígena.

Todas(os) elas(es) eram graduadas(os) (42,1% com título de especialista, 14,5% com mestrado e 14,5% com doutoramento) e trabalhavam em ocupações mais intelectualizadas (professoras(es), profissionais liberais e outras). A amostra declarou receber entre três e 30 salários mínimos. Os bairros de residência eram de classe média/alta em Salvador, tais como, Pituba, Barra, Stella Maris, Rio Vermelho, entre outros.

Entre os dados construídos, trago aqui a reconstrução da noção de solteirice, guiada pela premissa de que esta é uma construção social, como discute Jill Reynolds (2008), e estabelecendo um diálogo com outros estudos (Eliane GONÇALVES, 2007; 2009; Márcia TAVARES, 2008; E. Kay TRIMBERGER, 2005; Shelly BUDGEON, 2008). Os significados construídos sobre a solteirice em Salvador foram discutidos, em primeiro lugar, de acordo com a exploração de seus conceitos e noções; segundo, através das práticas com base na condição de ser solteira(o). Os resultados relacionados com a discussão sobre algumas das dimensões da solteirice foram investigados primeiro nos grupos focais, em seguida, eles foram confirmados com os dados construídos utilizando os outros instrumentos. Durante este processo de análise, utilizei as noções de “condição” e “situação” das mulheres propostas por Marcela Lagarde (1990)⁸⁰ e as

79. Entrei em contato com pessoas da minha rede de relações sociais que tinham as características esperadas; as(os) participantes fizeram também indicações, e outras foram contactadas em lugares de lazer em bairros de classe média onde pessoas solteiras costumam frequentar (bares e clubes nos bairros do Rio Vermelho e da Barra). Também publiquei notas sobre a pesquisa na Internet (Facebook, sites que informam sobre a vida social e de lazer em Salvador), além de ter falado sobre a pesquisa em programas de rádio e televisivos locais no período de realização da mesma.

80. O conceito de “condição de mulher” está relacionado com a sua construção histórica, considerando todo o contexto, qualidades e características que definem a mulher como um ser geral, referenciado na noção de Simone de Beauvoir (1980) de que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”. Neste sentido, todas as mulheres compartilham características históricas, sociais e culturais que irão definir-las como um ser social e cultural. A definição de “situação da mulher” está relacionada com a posição que uma pessoa ocupa em determinado lugar ou situação. Refere-se a uma “quantidade de características que as mulheres têm com base em sua condição genérica, em determinadas circunstâncias históricas” (Marcela LAGARDE, 1990, p. 73) e expressa a existência de mulheres reais, de acordo com as suas condições de vida. Dizendo isso, as mulheres compartilham do mesmo sexo ou do mesmo estado geral, mas elas diferem umas das outras em relação à sua condição de vida, ao seu diferente nível de opressão ou às suas experiências de vida. Nesta perspectiva, a solteirice foi vista como uma condição social, histórica e cultural que a define e, dessa forma, a amostra deste estudo irá expressar uma situação de solteirice de acordo com os lugares de fala e as particularidades de cada sujeita(o).

expressões de “ser” e de “estar solteira(o)”, dialogando com o estudo de Ísis Martins (2010) que usou expressões parecidas – ser sozinha(o) e sentir-se solitária(o) – em referência a viver sozinha(o), para as mulheres de classe média no Rio de Janeiro.

A primeira dimensão da solteirice foi o estado civil, “estar solteira(o)”, discutido em comparação com a condição de casamento, algumas opiniões e as expectativas sobre este. Isto significa que a condição de solteira(o) é uma condição transitória, pois existe a possibilidade do casamento e, neste caso, pode-se dizer: estou solteira(o).

Eu acho que eu poderia dizer, estar solteira[o] porque eu posso encontrar alguém. Há sempre a possibilidade de encontrar alguém. Ninguém permanece solteira[o] para toda a vida. As pessoas podem namorar e elas podem se casar depois. Eu acho que estar solteira é aquele período que pode ser longo ou não até que você encontre alguém [para o casamento]. (Mar⁸¹, 37 anos, branca, heterossexual, dentista, divorciada; participante nos grupos focais)

De acordo com uma visão legal, [solteiro] é não estar casada[o] ou em uma relação com alguém, legalmente. Não importa se for uma relação homossexual ou heterossexual. (Renata, 49 anos, preta, heterossexual, professora, nunca se casou; participante que respondeu ao questionário)

Este conceito de solteirice relacionado com estado civil foi importante para definir: quem é solteira(o)? Culturalmente, há uma concepção de que se alguém tem qualquer tipo de relacionamento amoroso (estável/fixo, como um namoro), ela(e) não está solteira(o). Mas, legalmente, existem algumas regras em torno de uma relação de casamento (considerando as diversas modalidades de casamento tais como morar junto, casamento em casas separadas, casamento no civil e religioso, incluindo, nestas modalidades, a união homoafetiva) que são diferentes das regras dos pares que estão namorando ou não moram juntos, por exemplo.

A discussão sobre esta dimensão incluiu opiniões sobre a forma como o casamento é visto por pessoas solteiras, com afirmações nos grupos focais condizentes com dados dos questionários que apontaram ser esta instituição um “projeto de vida comum” e “o resultado do amor entre duas pessoas” tal como foi apresentado na discussão sobre a tendência mais horizontalizada dos relacionamentos atuais, trazida por Anthony Giddens (1992) com a noção de “relacionamento puro”, e como vem discutindo Jeny Vaitsman (1994).

Por outro lado, o casamento foi visto também como uma instituição que ainda é mantida por uma “cultura de casado” (Shelly BUDGEON, 2008), que faz com que as pessoas solteiras se sintam como se estivessem em uma posição social

81. Os nomes são fictícios para preservar a identidade das(os) participantes no estudo.

diferente e desigual, como apontou um dos participantes: “o que me incomoda é a instituição do casamento, a expectativa de que todos devem se casar” (Cristiano, 31 anos, branco, gay, advogado, nunca se casou; participante nos grupos focais). Além disso, houve algumas opiniões negativas sobre o casamento que estava sendo visto como um relacionamento que pode limitar a liberdade, em comparação com alguém que está em uma condição de solteira(o). E, nas práticas sociais de solteiras(os), elas(es) observaram como os programas de lazer que costumam fazer com suas(seus) amigas(os) solteiras(os) são diferentes daqueles realizados com as(os) amigas(os) casadas(os) porque os destes últimos incluem mais as relações familiares em encontros ou atividades de lazer, do que exclusivamente as de amizade, como acontece entre amigas(os) solteiras(os).

Apesar de haver uma abertura social para pessoas adotarem um estilo de vida fora dos modelos familiares convencionais, ainda há a presença do discurso que as(os) coloca à margem de uma “cultura de casal”. Na prática, solteiras e solteiros têm que criar estratégias para negociar e viver com o dilema de sentirem-se bem na situação de solteira(o) e serem questionadas (ou se questionarem) sobre a possibilidade de casamento; ou viver com as dicotomias entre os hábitos que caracterizam uma vida de solteira(o), contrapondo com a vida de quem não está na mesma condição (Shelly BUDGEON, 2008; Jill REYNOLDS, 2008).

A segunda dimensão da solteirice foi o estilo de vida adotado por quem se considera “ser solteira(o)”, o que a(o) caracteriza por assumir uma forma de vida que reflete a conquista da independência, autonomia e liberdade: “ser solteiro é uma opção, é um estilo de vida” (Eduardo, 48 anos, biólogo, pardo, heterossexual, nunca se casou; participante que respondeu ao questionário). Também se refere a assumir uma identidade, tal como expressou uma participante dos grupos focais: “Se eu ficar solteira um ano e meio, dois anos, começo a não estar solteira, a ser solteira. É como se passasse, se virasse uma entidade própria, o ser solteiro”. (Simone, 32 anos, branca, heterossexual, analista de recursos humanos, soteropolitana, separada).

Essa concepção dialoga com a noção de “solteira(o) de coração” (no original: *single at heart*) que se refere àquelas(es) que são solteiras(os) por opção e desfrutam dessa condição (Bella DEPAULO, 2010). Também demonstra um tipo de arranjo que pode ser considerado uma “família de escolha” (no original, *families of choice*), ou seja, como o termo diz, a forma de viver em relação se dá em um contexto onde as escolhas são possíveis e são feitas fora de modelos convencionais de família nuclear, tal como discutem estudos sobre lares formados por casais do mesmo sexo (Jeffrey WEEKS; Brian HEAPHY; Catherine DONOVAN, 2001) e por amigas(os) e colegas (Sue HEATH, 2004; Katherine DAVIES, 2011). Quando se escolhe voluntariamente ser solteira(o) e viver sozinha(o), este olhar pode ser um sinal de ruptura com as expectativas sociais de que as(os) adultas(os) devem se casar ou, pelo menos, partilhar a residência com um(a) parceiro(a) e ter filhas(os).

A terceira dimensão foi a solidão. Esta dimensão está relacionada às experiências subjetivas sentidas porque há uma ausência das(os) outras(os) e também está relacionada a uma experiência que colabora para o crescimento pessoal (Luci MANSUR, 2011). Neste sentido, uma pessoa solteira que vive só não significa que sente solidão, no sentido negativo, e que ela está isolada socialmente. Pelo contrário, estar sozinha(o) não implica necessariamente uma situação de isolamento social, porque as pessoas podem estar em contato com as(os) outras(os), considerando que esta é uma condição voluntária. É diferente da experiência de alguém que é sozinha(o) ou que sente-se solitária(o), o que está relacionado com a experiência negativa da solidão e pode ser sentida por qualquer pessoa, independente do estado civil ou tipo de residência (Ísis MARTINS, 2010).

As(os) participantes do estudo da Tese mencionaram a presença de solidão (em respostas ao questionário e às discussões nos instrumentos qualitativos) quando elas(es) sentem falta de companhia afetiva, não se sentem psicologicamente muito bem, quando adoecem e quando sentem falta de sexo. Uma pequena parte da amostra mencionou que se sente solitária com mais frequência porque este sentimento está presente quando estão sozinhas(os) (em casa, por exemplo) e alguns homens reportaram que não sentem solidão. Para esta questão, mais mulheres do que homens expressaram que sentem solidão em quase todas as situações propostas, possivelmente por terem suas construções identitárias mais voltadas para as relações, diferente dos homens, como vem sendo discutido em estudos de Carol Gilligan (1982) sobre aspectos subjetivos que envolvem as construções de gênero.

No grupo focal, a solidão foi mencionada por mulheres participantes, como um sentimento que existia em situações de infelicidade (em um relacionamento conjugal malsucedido e na ausência de apoio familiar em momentos de dificuldades pessoais, por exemplo). Esta foi também mencionada como uma sensação que tiveram que lidar de modo expressivo quando começaram a morar sozinhas(os). Neste caso, a presença de solidão foi considerada como um caminho para o crescimento pessoal, mais do que uma sensação de fracasso ou isolamento. Segundo um dos participantes, “a solidão não é uma escolha, é uma escola.” (Cristiano, 31 anos, branco, gay, advogado, nunca se casou; participante nos grupos focais).

O propósito da discussão sobre essas dimensões não era olhá-las separadamente, construindo uma noção única de solteirice – que significasse apenas o estado civil ou apenas o estilo de vida ou a solidão –, isto porque esta é uma experiência complexa presente na vida pessoal. Assim, a noção de solteirice aqui defendida é de que esta é uma condição (social) e situação (pessoal) que ligam as dimensões mencionadas de modo que elas podem ser integradas nas experiências e nas construções de significados através destas experiências. Uma dimensão pode se destacar das outras de uma maneira que venha a direcionar algumas experiências e significados da solteirice, ou elas podem aparecer de uma forma mais integrada.

Há um elemento que integra os diversos modos de ser solteira(o), que foi relatado como o principal significado dessa condição e sua dimensão mais importante: a liberdade. A liberdade foi mencionada e relacionada a várias situações: liberdade para organizar a rotina, a casa e para preservar a privacidade; liberdade para escolher as atividades de lazer e de fazer diversos planos individualmente, sem qualquer preocupação com parceiras(os) ou familiares; liberdade de viver a sua sexualidade com quem, quando e da maneira que quiser; liberdade de escolher ficar sozinha(o) ou cercada(o) por pessoas que pertencem às suas redes sociais – familiares, amigas(os), alguém que mantém algum tipo de relacionamento sexual e afetivo, como namorada(o), “ficantes”, amantes⁸², etc.

[ser solteira] significa liberdade para mim. Essa é a palavra que pode definir a solteirice. (Gabriela, 32 anos, branca, heterossexual, professora, já morou junto; participante em grupo focal).

[ser solteiro] significa estar em completa liberdade, acordar quando quiser, sem a obrigação de dizer a ninguém o que você irá fazer. Significa viajar a qualquer momento, de qualquer maneira. A melhor coisa de ser solteiro para mim é também ser independente e se sentir bem consigo mesmo, e a liberdade. A solteirice é uma opção para mim e não uma obrigação social. (Cecílio, 38 anos, historiador, branco, heterossexual; participante que respondeu ao questionário).

A liberdade atravessa as características que estão presentes na vida de solteira(o) como um estilo de vida que dialoga com a ideologia da democracia em um contexto em que as regras e tradições foram diluídas, o que deixou o legado de escolhas pessoais e as formas individuais de construção de biografias e modos de viver. Nesse caso, as pessoas devem ser, elas próprias, responsáveis por assumir as consequências de suas escolhas (Anthony GIDDENS, 1992; Ulrich BECK; Elisabeth BECK-GERNSHEIM, 1990). Contudo, as escolhas não são feitas de uma forma fluida como se dependessem apenas da vontade pessoal; elas são construídas em certos contextos e são influenciadas por algumas identidades e as circunstâncias sociais com base nas construções de gênero, no pertencimento de classe, na localização e em outros marcadores sociais (Carol SMART, 2007; Vanessa MAY, 2011). Neste sentido, as trajetórias, experiências e lugares sociais a partir de onde as(os) participantes deste estudo falam, revelam algumas escolhas e oportunidades que favoreceram a condição de solteiras(os) que moram sozinhas(os).

⁸². Todos estes aspectos que tratam das práticas e experiências da amostra foram acessados nos questionários, mas foram as entrevistas biográficas que deram um panorama mais significativo da rotina social/relacional dos participantes, especialmente com uso dos diários, confirmando como a liberdade está presente nos modos de falar da solteirice e de vivenciá-la.

Esta dupla condição foi possível, primeiro, em decorrência da conquista da independência financeira e, para algumas(uns) participantes, também em virtude da independência emocional de que precisavam para criar uma separação com a sua família de origem, o que pôde ser visto, de modo mais específico, nas entrevistas biográficas (que estão exploradas na Tese). Por exemplo, participantes relatam a importância de deixar a cidade de origem (e a casa dos familiares) para trabalhar e/ou estudar e o quanto a independência tem sido um elemento importante também para a escolha em morar só. A independência⁸³ permitiu às(aos) participantes morarem sozinhas(os) porque elas(es) podiam custear (financeiramente e emocionalmente) este estilo de vida – o que dialoga com perspectivas da Psicologia do Desenvolvimento para o que é esperado socialmente na vida adulta, como discutido anteriormente neste texto. E para as(os) participantes (nas diferentes fases do estudo), morar só era um desejo que foi possível quando conseguiram um emprego melhor. Também possibilitou a elas(es) escolherem que tipo de relacionamento e com que tipo de pessoa queriam se relacionar, sem terem a sensação de serem obrigadas(os) a se envolverem em uma relação amorosa por dependência financeira e/ou emocional.

O segundo aspecto observado que contribuiu para a construção do “ser solteira(o) e morar só” diz respeito ao fato de as participantes pertencerem a uma determinada classe social e contexto familiar que espera das(os) jovens e adultas(os) o investimento na educação e na carreira profissional anterior à constituição de família, trazendo, assim, um discurso de busca de independência que marca uma geração e a classe média urbana. Com independência, é possível fazer escolhas nos diversos campos da vida, incluindo o da intimidade e suas diversas expressões e práticas.

Em Salvador, uma cidade que convive com diversos modos de viver e se relacionar, parece que a solteirice tem se mostrado como uma destas possibilidades e que adultas(os) que se encontram nesta condição têm levado uma vida independente e assumido responsabilidade por suas escolhas.

83. A independência e outros elementos relacionados a ela foram mencionados principalmente quando a amostra discutiu sobre o que motivou a viver só. No questionário, as respostas foram equilibradas: a amostra declarou que está morando sozinha (número de respostas = 168), porque tem condições financeiras para pagar por este estilo de vida, 26,8%; quer ter mais privacidade, 24,4%; desfrutar de liberdade, 23,2%; e para desfrutar de independência, 22%. Uma pequena parte das respostas mostrou que elas(es) estão morando sozinhas(os) porque não encontraram ninguém para compartilhar moradia (3,6%). Para estas questões, os homens responderam com uma frequência um pouco maior os seguintes elementos: têm condição financeira, 51,1%; desfrutar de liberdade, 51,3%; e desfrutar de privacidade, 56,1%. E as mulheres mostraram uma porcentagem um pouco mais elevada nas afirmações de que elas estão morando sozinhas para desfrutar da independência, 51,4% e porque não encontraram alguém para compartilhar a residência, 66,7%; e, neste caso, morar sozinha não era esperado (e nem uma escolha).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, busquei discutir sobre o tímido lugar que a solteirice tem ocupado no campo da Psicologia, em especial em estudos do desenvolvimento humano que tratam da adultez, o que parece demonstrar o parco espaço que também outros modos de ser e viver têm na nossa ciência e profissão. Nos estudos sobre o Desenvolvimento humano, o “ciclo de vida” ou as “fases da vida”, a solteirice aparece como uma condição que é transitória, porque é esperado que a(o) adulta(o) busque constituir família, ou o tema volta à tona para incluir as experiências de divórcio, separação ou as discussões sobre envelhecimento. Contudo, apesar de tímido, estudos em diversas disciplinas têm se ocupado em compreender as transformações que ocorrem na juventude e na vida adulta, como tratou, de modo específico, o de Ana Amélia Camarano (2006) e também outros estudos citados que buscaram dar voz às práticas dissidentes incluindo a solteirice como foco de análise, e considerando esta condição também como um estilo de vida.

A partir do estudo sobre a solteirice em Salvador (Darlane ANDRADE, 2012), dialogando com outras pesquisas neste campo, trago a reflexão sobre a presença dos elementos que marcam a vida adulta como a independência e a maturidade nos modos de caracterizar e vivenciar a solteirice. Adultas(os) que não estão engajadas(os) em uma relação marital têm responsabilidades cotidianas com sua vida – individual – e com as relações que estabelecem em sua rotina diária, e consideram a liberdade como um elemento importante que irá caracterizar o seu estilo de vida, quando apontam esta característica como marca da solteirice. Quando reportam às dimensões da solteirice – estado civil, estilo de vida, solidão e liberdade – falam também a partir das suas experiências, considerando os lugares de gênero, raça, classe social, geração e sexualidades que as respaldam, atentando para os privilégios de classe das pessoas participantes do estudo, que representam uma geração de classe média urbana baiana que tem a independência (principalmente a financeira) como um valor recebido de familiares, anterior à constituição de família.

Foi importante ver como a independência financeira e a emocional (separação da família de origem) estão também presentes no fato destas(es) solteiras(os) morarem sozinhas(os) porque elas(es), sendo escolarizadas(os) e trabalhando, podem arcar com a vida só e escolheram este tipo de moradia que tem um custo maior do que a residência compartilhada. E morar só, arcando com o ônus e bônus deste modo de viver, também é um sinal de maturidade, o que é discutido na Psicologia como indicativo de ingresso na vida adulta.

Quanto à constituição de família (com casamento e filhas(os), ou outras modalidades de famílias), se esta não ocorre, não significa que a vida adulta está incompleta, porque o sentimento de pertencimento, responsabilidade e convivência com outras gerações, dentre outros elementos, também podem circular na vida de

solteiras(os), mesmo que sob outra perspectiva ou com outras práticas relacionais, do mesmo modo que esta condição pode trazer elementos inexistentes em uma constituição familiar.

No campo das relações afetivas e no exercício da sexualidade, espera-se que adultas(os) assumam relações “mais estáveis” e muitas(os) solteiras(os) têm relações de namoro que podem ser consideradas “estáveis”, por exemplo, mas outras(os) se engajam em diferentes formas de relacionamento, mais transitórias, e exercem a sua sexualidade de modo particular, o que não significa que estejam em relações com menor qualidade; estas são apenas diferentes. Destaquei a característica de estabilidade (entre aspas) porque em se tratando de um contexto de transformações sociais e no campo da intimidade que tem como características a transitoriedade e a instabilidade, para citar algumas, o que remete ao “estável” pode ganhar outros sentidos e deve ser olhado com cautela.

No cenário de transformações na intimidade, merece atenção de estudos, as práticas sociais que desconstroem as heteronormas, o casamento compulsório, flexibilizam os papéis de gênero, etc., de modo não patologizante, atentando para as construções de sentidos e significados que as(os) sujeitas(os) tecem em torno das suas experiências, bem como o contexto desde o qual estas são engendradas. Olhar para as diferentes e diversas possibilidades de exercícios da afetividade, da sexualidade e dos modos de viver na vida adulta é respeitar o direito à livre expressão de desejos, identidades e modos de viver.

Considerando a importância de visibilizar os diversos e diferentes modos de se experimentar a vida adulta, a Psicologia tem o desafio de romper com as dicotomias que envolvem o casamento e a solteirice, como se fossem pólos muito opostos e que houvesse uma condição melhor do que a outra, utilizando o estado civil inclusive como parâmetro para medir saúde (mental). Como ciência e profissão, é importante olhar para os sentidos e significados em torno destas experiências, e de modo especial, desconstruir a ideia de que a vida de solteira(o) é solitária, ruim, ou pouco séria para merecer atenção em estudos e na prática profissional (seja na clínica ou em outros contextos).

REFERÊNCIAS

AMORIM, Nádia. **Mulher solteira**: do estigma à construção de uma nova identidade. Maceió: EDUFAL, 1992. 192 p.

ANDRADE, Darlane Silva Vieira. Conceitos e significados acerca do estilo relacional ficar: uma análise de discurso entre adultos jovens. **Cientefico**. v. 3, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.cientefico.frb.br/2004.2/especial_tcc/esp_tccs.andrade.pdf>. Acesso em: 20 nov 2004.

ANDRADE, Darlane Silva Vieira. **Antes só do que mal acompanhado/a?**: um estudo sistêmico sobre

a experiência de ser solteiro/a na atualidade. 2005. Monografia (Especialização em Psicologia Conjugal e Familiar) - Faculdade Ruy Barbosa, Salvador, 2005.

ANDRADE, Darlane Silva Vieira. **Dando voz à diversidade**: um estudo sobre pessoas solteiras em Salvador. 2007, 166f. Salvador. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher NEIM, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ANTUNES, Mariana. **Itinerários da vida de solteira**: razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação. 2010, 213f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

AYLMER, Robert. O lançamento do jovem adulto solteiro. In: CARTER, Betty. et al. **As mudanças do ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2001. p. 169-179.

BEE, Helen. **O Ciclo Vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 656 p.

BADINTER, Elizabeth. **Um é o outro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 309 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 260 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Editor, 2004. 192 p.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997. p. 11- 71.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **El normal caos del amor**. Barcelona: El Roure, 1998.

BERQUÓ, Elza. Pirâmide da solidão? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, n. 5, 1986. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1986.

BERQUÓ, Elza Salvatori; CAZENAGHI, Suzana M. Oportunidades e fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6. **Anais...** Olinda, PE: ABEP, 1988. v. 1. p.155-181. Disponível em:<<http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-do-vi-encontro-nacional-de-estudos-populacionais-1988-volume-1>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **A sociologia de Pierre de Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do idoso**. Brasília: MS, 2003. Disponível em: <http://www.assufba.org.br/legis/estatuto_idoso.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2010.

BRASIL. **Estatuto da juventude**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/estatutodajuventude.pdf>>. Acesso em 01.10.2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/n13a07.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Teorias de geração na perspectiva de gênero. In: CRUZ, Maria Helena S.; ALVES, Amy Adelina C. F. **Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos**: multiplicidade de questões feministas. Aracaju: REDOR, NEPIMG, 2005. p. 1-20.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Feminismo, gerontologia e mulheres idosas. In: BONNETI, Alinne; SOUZA, Angela Maria Freire e Lima (org). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA : NEIM, 2011. 346 p. 71 – 92 (Coleção Bahianas, 14).

BUDGEON, Shelly. Couple culture and the production of singleness. **Sexualities**, v. 11, n. 3, p. 301-325, 2008.

BUNGE, Miguel. et al. O jovem adulto que reside com os pais: um estudo exploratório. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, v. 20, n.1-2, Jan-Dez, p. 51-62, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica e cols. **As mudanças do ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2001.

CAMARANO, Ana Amélia. et al. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: _____. **Transição para uma vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p.169-285. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CHAVES, Jaqueline. **Ficar com**: um novo código entre jovens. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 156 p.

CIAMPA, Antônio Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2001. 254 p.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida Luiza R.; BINGEMER, Maria Clara L. (Org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

CUNHA, Mercedes. **Dados para uma avaliação de currículo do curso de Psicologia da UFBA**: caracterização do aluno, análise das condições de ensino oferecidas pela Instituição. 1979, Salvador. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

DAVIES, Katherine. Friendship and personal life. In: MAY, Vanessa. **Sociology of personal life**. Hampshire New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 72-84.

DEPAULLO, Bella. **"Single at Heart"**: is it quirkyalone's naughty cousin?. Disponível em: <<http://www.psychologytoday.com/blog/living-single/201004/single-heart-is-it-quirkyalone-s-naughty-cousin>>. Acesso em: 9 jun. 2011.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 144 p.

ELLIOT, Heather. The use of diaries in sociological research on health experience. **Sociological Research Online**, v. 2, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://www.socresonline.org.uk/2/2/contents.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

AYLMER, Robert. O lançamento do jovem adulto solteiro. In: CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica e cols. **As mudanças do ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2001. Cap. 9, p. 169-179.

GARCIA, Antonia. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais**. Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 544 p.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993. 228 p.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrol**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000. 112 p.

GONÇALVES, Eliane. **Vidas no singular**: noções sobre "mulheres sós" no Brasil contemporâneo. Campinas, 2007, 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.agencia.fapesp.br/arquivos/vidas_no_singular.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

GORDON, Tuula. Single women and familism: challenge from the margins. **European Journal of Women's Studies**, v. 1, n. 2, p. 165-182, nov. 1994. Disponível em: <<http://ejw.sagepub.com/content/1/2/165>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **RBCS**, v. 20, n. 58, p. 157-212, jun. 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/pagu05.02.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2012.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is strong objectivity?. In: KELLER, Evelyn F.; LONGINO, Helen E. (Eds.). **Feminism & Science**, Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 235-248.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista?. In: BARTRA, Eli (Org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. México, D.F.: UNAM, 1998. p. 9-34.

HEATH, Sue. Peer-shared households, quasi-communes and neo-tribes. **Current Sociology**, v. 52, n.2, p. 161-179, mar. 2004. disponível em:<<http://csi.sagepub.com/content/52/2/135.full.pdf+html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

HITA, Maria Gabriela. Esterilização e pobreza: necessidades, falta de opção ou decisão? In: COSTA, Ana Alice Alcantara; ALVES, Ivya (Org.). **Ritos, mitos e fatos: mulher e gênero na Bahia**. Salvador, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, FFCH/UFBA, 1997. p.91-101. (Coleção Bahianas, 1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofecundhtml.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=14558id_pagina>. Acesso em: 20 out. 2011.

JABLONSKI, Bernardo. Crenças e crendices sobre a sexualidade humana. **Psicologia teoria e pesquisa**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 209-218, set./dez. 1998.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Mexico: Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 2003. 883 p.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004. 129 p.

MANSUR, Luci Helena B. **Solidão-solitude**: passagens femininas do estado civil ao território da alma. São Paulo: EDUSP, 2011. 272 p.

MARTINEZ, Ana S. Por que una Geografía de Género? In: MARTINEZ, Ana S.; MOYA, Juana, M. R.; MUÑOZ, María de los Ángeles D. **Mujeres, espacio y sociedad**: hacia una geografía del género. Madrid: Síntesis, 1995. p.12-21.

MARTINS, Ísis Ribeiro. **“Só há solidão porque vivemos com os outros...”**: um estudo sobre as vivências de solidão e sociabilidade entre mulheres que vivem sós no Rio de Janeiro. 2010, 104 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp123744.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

MASON, Jennifer. Mixing methods in a qualitatively driven way. **Qualitative Research**, v. 6, n. 1, p. 9-25, 2006. Disponível em: <<http://qrj.sagepub.com/content/6/1/9.abstract>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

MAURITTI, Rosário. **Viver só**: mudança social e estilos de vida. Lisboa: Mundos Sociais, 2011. 191 p.

MAY, Vanessa. Introducing a sociology of personal life. In: _____. **Sociology of personal life**. Hampshire New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 1-8.

NERI, Marcelo Cortes. Sexo, casamento e solidão. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 6, p. 66-70, jun. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/issue/view/1633>>. Acesso em: 25 jul. 2005.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de O. Feminismo e discurso de gênero na psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, v. 13 n. 1, p. 107-128, jan./jun. 2001.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally. W.; FELDMAN, Ruth. D. Desenvolvimento psicossocial na adolescência. In: _____. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013. 382 p. - (Coleção Temas Afro).

REYNOLDS, Jill. **The single woman**: a discursive investigation. London: Routledge, 2008. 192 p. (Women and Psychology, 5).

RICH, Adrienne. A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Tradução Carlos Guilherme do Valle. **Revista Bagoas**. Rio Grande do Norte, v.4, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/edic05.html>>. Acesso em: 5 abr. 2009.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-52. [Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993].

SIMPSON, Roona. **Contemporary spinsterhood in Britain**: gender, partnership status and social change. 2009, 282 f. Thesis (PhD Social Science) - University of London. London, 2009. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/429/1/Simpson_Contemporary%20spinsterhood%20in%20Britain.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

SMART, Carol. **Personal life**: new directions in sociological thinking. Cambridge: Polity Press, 2007. 232 p.

SOJA, Edward. A dialética sócio-espacial. In: _____. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 97-116

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. **A classe média brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

SWAIN, Tânia Navarro. O normal e o "abjeto": a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. *Labrys*, **Estudos Feministas**, n. 6, ago./dez. 2004 Disponível em: <<http://www.tanianavarros-wain.com.br/labrys/labrys6/lesb/anhita.htm>>. Acesso em: 28 maio 2009.

TAVARES, M. S. **Os novos tempos e vivências da "solteirice" em compasso de gênero**: ser solteira e solteiro em Aracaju e Salvador. 389f. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/2172009155251.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

HOMSON, R. **When will I see you again? Strategies for interviewing over time**. Paper for presentation at 'Reflexive methodologies: interviewing revisited', Helsinki Collegium for Advanced Studies, p. 30-31, October, 2003. Disponível em: <http://www.restore.ac.uk/inventingadulthoods/downloads/when_will_i_see_you.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

THOMSON, Rachel; HOLLAND, Janet. Young people, social change and the negotiation of moral authority. **Children & Society**, v. 16, p. 103-115, 2002. Disponível em: <www.interscience.wiley.com>. Acesso em: 28 out. 2010.

TRIMBERGER, E. Kay. **The new single woman**. Boston: Beacon Press, 2005. 316 p.

VAITSMAN, Jeny. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 203 p.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. 112 p.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 137 p.

VICTORINO, Christiane Machado. **Morar só**: uma nova opção de vida. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001. 122 p.

WEEKS, Jeffrey; HEAPHY, Brian; DONOVAN, Catherine. **Same-sex intimacies**: families of choice and other life experiments. London: Routledge, 2001. 235 p.

WITTIG, Monique. **O pensamento hetero**. 1980. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2008.

_____. **The straight mind and other essays**. Boston: Beacon, 1992. 110 p.

ZIMMERMAN, Don H.; WIEDER, D. Lawrence. The diary: diary-interview method. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 5, p. 479-498, 1977. Disponível em: <<http://jce.sagepub.com/content/5/4/479>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

ARTICULANDO SABERES SOBRE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, VELHICE E GÊNERO

Julianin Araujo Santos

Partindo da compreensão de que a velhice é uma realidade cada vez mais presente em nossa sociedade, que, enquanto fenômeno biopsicossocial, se caracteriza pela heterogeneidade e pela feminização⁸⁴ e envolve diferentes dimensões inter-relacionadas, é preciso repensar os modelos teóricos explicativos do desenvolvimento humano que colocam a velhice no discurso científico como um momento de apenas declínio biológico, negligenciando o valor explicativo do contexto sócio-histórico-cultural. No presente texto, pretende-se refletir de que modo a Sociologia e a Antropologia do Envelhecimento, bem como os Estudos Feministas, podem contribuir, juntamente com a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicologia Cultural Semiótica, para a compreensão da velhice como parte do desenvolvimento humano enquanto fenômeno sócio-histórico-cultural.

INTRODUÇÃO

Na ciência moderna, a divisão entre sujeita(o) e objeto, mente e corpo, razão e emoção, natureza e cultura, e todas as outras que se seguiram, segundo Edgar Morin (2008), apontam para a eliminação daquela(e) que constrói a pesquisa, ou seja, eliminou-se a pessoa que produz o conhecimento. Ademais, ele afirma que a separação no campo da ciência, entre as ciências naturais e as ciências humanas:

(...) fazem, por exemplo, com que não possamos compreender a nós mesmos, nós que somos seres culturais, psicológicos, biológicos e físicos. Não podemos compreender essa unidade multidimensional porque tudo isso está separado e desmanchado (Edgar MORIN, 2008, p. 79).

Para Mariana Barcinski (2014), esta separação entre a pessoa que conhece e o que é conhecido parte do pressuposto de que o objeto a ser conhecido não deve ser contaminado pelas afeições, valores e gostos do(a) pesquisador(a), já que essa possibilidade de separação se ampara na crença de que o(a) pesquisador(a), dife-

⁸⁴. Refere-se à tendência que vem se estabelecendo no Brasil de o número de mulheres idosas ser superior ao número de homens idosos. Essa questão será melhor discutida neste texto, na sessão "Entendendo a interseção entre velhice e gênero".

rentemente das(os) sujeitas(os) pesquisadas(os), não são situadas(os) socialmente, não carregam hábitos, preconceitos e modos de ver o mundo, característicos dos grupos que são afiliados.

Se considerarmos a questão do gênero, de acordo com Sondra Farganis (1997), em uma sociedade dividida pelo gênero, as mulheres verão o mundo de forma diferente dos homens, pois ambos são socializados de maneiras diferentes e reforçados a verem o mundo de formas distintas, pois “o conhecimento do mundo é socialmente construído e determinado pelo gênero, uma vez que o gênero molda quem somos, como pensamos e nossas concepções de ciência” (Sondra FARGANIS, 1997, p. 224). Segundo Alda Britto da Motta (1999), o próprio Feminismo já aponta que não apenas o gênero é uma dimensão constitutiva do conhecimento do mundo, mas a idade/geração, a raça/etnia e a classe social.

Dessa forma, a ciência, como praticada, simplifica as relações de causa e efeito: “olha para os corpos como se fossem todos masculinos e faz distinções arbitrárias entre sujeita(o) e objeto, natureza e educação, biologia e meio ambiente, indivíduo(o) e comunidade, ignorando a interação dialética de cada par” (Sondra FARGANIS, 1997, p.229). A ciência, eu acrescentaria, olha para os corpos, não só como masculinos, mas como adultos, brancos, heterossexuais, cristãos, das camadas mais privilegiadas economicamente.

A ciência hegemônica constitui uma ideologia política de dominação, pois “o (neo)positivismo, ao tratar entidades físicas e sociais como objetos a serem descritos, medidos e classificados, nos treina para pensar em controlar e, conseqüentemente, em dominar o mundo à nossa volta e as pessoas nesse mundo” (Sondra FARGANIS, 1997, p.232). Para Edgar Morin (2008), a ciência é uma construção social e mais uma forma de produção de conhecimento, pois o lugar onde é forjada por ela mesma, já que se autoproduz, é a sociedade, o mundo, a própria cultura, “ela se autoproduz, já que sua ecologia é a cultura e a sociedade, é o mundo” (p. 61). A ciência como produto do esforço humano tem os seus defeitos, (Paul FEYERABEND, 2011), as teorias científicas nascem das pessoas que estão inseridas em uma cultura, de modo que se faz necessário que a ciência compreenda quais são suas ideologias e qual o seu enraizamento sociocultural (Edgar MORIN, 2008).

A Psicologia a seu turno, de acordo com Maria Claudia Lopes de Oliveria e Ana Flávia do Amaral Madureira (2014), adotou epistemologias positivistas tendo como referência o masculino, fundado em bases ideológicas que pretendiam ser neutras, com um olhar universalista sobre a vida psicológica. A clivagem entre a racionalidade e a sensibilidade, proposta pelas epistemologias positivistas, não só influenciou a Psicologia como ciência, mas também como profissão. Um exemplo disto é o termo feminização da Psicologia que não se refere apenas, segundo Bruna Camillo Bonassi e Rita Flores Müller (2013), ao número crescente de mulheres fazendo Psicologia, mas à ideia de que o masculino é identificado como a Psicologia “científica” e o feminino como a Psicologia “aplicada”.

Conforme Luísa Saavedra e Conceição Nogueira (2006), quando a Psicologia se afirma como uma ciência moderna, a partir da sua separação da Filosofia, ela segue um modelo predominantemente biológico que exigia a utilização de métodos experimentais e psicométricos para a avaliação das diferenças individuais. Consequentemente, de acordo com Lopes de Oliveria e Madureira (2014), gênero na ciência psicológica “foi reduzido a uma questão de sexo, compreendido como uma variável interveniente a mais, a ser considerada na interpretação de resultados de estudos empíricos” (p.1), assim como idade, geração, raça, etnia, classe social, foram colocadas nesses termos.

Uma variável interveniente é aquela que influencia o fenômeno observado, mas que não pode ser manipulada ou mensurada, como pode ser observado em Diane Papalia (2006) quando ressalta que algumas questões não se prestam à experimentação porque certas variáveis, como idade, gênero e raça, não podem ser manipuladas. Contudo, até mesmo no campo da pesquisa qualitativa, no qual não há a intenção de manipulação de variáveis, essa perspectiva influenciou. Esse modo de compreender essas dimensões da vida social parece que se generalizou em diversos âmbitos da Psicologia, não só nas diferentes formas de realizar pesquisa, mas até mesmo em seus diferentes campos de estudo, no caso específico deste texto, da Psicologia do Desenvolvimento no que se refere ao estudo do envelhecimento e da velhice.

Na atualidade, conforme ressaltam Maria Claudia Lopes de Oliveria e Ana Flávia do Amaral Madureira (2014), a Psicologia está entre as ciências antropossociais cuja tendência tem sido estabelecer interfaces mais tênues com os estudos feministas e de gênero. A própria Psicologia do Desenvolvimento é um exemplo disto. De acordo com Maria da Conceição Barreto (2013), a categoria geração, assim como gênero, tem sido esquecida na Psicologia, mesmo diante do aumento do número de idosas(os) e da mudança no perfil demográfico da população brasileira. Parece, ressalta a autora, que essas mudanças não têm sido suficientes para que esse grupo geracional adquira maior visibilidade na Psicologia desde a pesquisa, a extensão, a formação até a prática profissional.

Assim, para Maria Claudia Lopes de Oliveria e Ana Flávia do Amaral Madureira (2014), a Psicologia em seus primeiros ensaios científicos era uma disciplina voltada ao estudo do homem-adulto-jovem-europeu-branco, de modo que este era o objeto de reflexão na área. O interesse por crianças, mulheres – velhas(os)⁸⁵ – e outras “minorias” era inexistente. O modelo interpretativo geral da Psicologia vê o desenvolvimento como processo eminentemente individual, pouco afetado por aspectos contextuais, em termos históricos, culturais e sociais.

No âmbito da Psicologia, a Psicologia Cultural Semiótica tem construído um caminho para a superação dessa cisão entre sujeita(o) e objeto, uma vez que, com base na teoria de sistemas dinâmicos, tenta explicar a experiência dos seres humanos

85. Ressalva incluída pela autora do presente texto.

– no tempo e nos ambientes sociais e culturais – como fabricantes de sentido (Tania ZITTOUN, 2012) capazes de recriar de modo pessoal o mundo social através do processo de construção de significados que torna as experiências humanas singulares. Constituiu-se, pois, uma abordagem importante para o estudo do desenvolvimento humano, uma vez que considera o desenvolvimento como um processo que se dá, ao longo da vida, de maneira dinâmica a partir do contexto sócio-histórico-cultural.

Do mesmo modo, os Estudos Feministas possuem suas alternativas para irem de encontro com essa separação entre sujeita(o) e objetivo, de forma que podem contribuir com a Psicologia do Desenvolvimento para essa contextualização social do desenvolvimento humano enquanto fenômeno individual e coletivo. Pensando a contribuição dos Estudos Feministas para a Psicologia, Maria Claudia Lopes de Oliveria e Ana Flávia do Amaral Madureira (2014) ressaltam a compreensão de que a ciência não representa a busca de verdades universais, mas sim de conhecimentos situados.

As feministas veem a ciência como um discurso, um modo de falar sobre o mundo, de forma que podem desconstruir a relação complexa entre ciência e poder, ao trazer à superfície os meios através dos quais o discurso científico reforça o poder e o papel ativo que o poder desempenha ao criar o discurso científico (Sondra FARGANIS, 1997).

Para Donna Haraway (1995), existe uma natureza corpórea em toda visão, de modo que a objetividade, no Feminismo, é corporificada – a objetividade feminista significa saberes localizados social e historicamente, sendo inevitável a sua parcialidade. Assim, a única forma de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar particular. Sendo assim, de acordo com Maria Claudia Lopes de Oliveria e Ana Flávia do Amaral Madureira (2014), é a partir desta perspectiva situada – contribuição dos Estudos Feministas para a Psicologia – que a produção do conhecimento psicológico pode ser concebida como um processo dialógico caracterizado “como uma viva produção intersubjetiva, na qual cientista e participantes negociam a construção de conhecimentos, em bases semióticas distintas, mas interdependentes” (p.7).

NOÇÕES CONCEITUAIS E DE TRAJETÓRIA DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A Psicologia do Desenvolvimento se constitui em um campo fértil de debate entre natureza e cultura. O modo de explicação teórica do desenvolvimento em partes, segundo Diane Papalia et. al. (2006), vai depender da forma como as(os) teóricas(os) encaram três questões básicas: peso relativo dado à hereditariedade e ao ambiente; se as pessoas são ativas ou passivas no seu desenvolvimento; e se o desenvolvimento é contínuo ou ocorre em etapas.

Nesse campo, duas visões hegemônicas eram compartilhadas por diversas(os) pesquisadoras(es): o desenvolvimento humano segue uma progressão linear e ascendente, em uma sequência universal de etapas; e o desenvolvimento

psicológico se concluía na adolescência, ou seja, juventude, vida adulta e velhice não eram consideradas como estágios de desenvolvimento, em que se dariam mudanças estruturais no sistema psicológico, mas marcadas, simplesmente, pelo acúmulo de experiências e a consolidação de uma identidade já construída em estágios anteriores (Maria Claudia LOPES DE OLIVERIA; Ana Flávia MADUREIRA, 2014).

Atualmente, a maioria das(os) cientistas do desenvolvimento concorda que as pessoas têm potencial para mudar durante toda a sua vida. A ideia de que o desenvolvimento continua depois da infância é relativamente nova (Diane PAPALIA, 2006). Foi apenas a partir da década de 1980, que a Psicologia ampliou o seu escopo, passou a considerar o desenvolvimento humano como um fenômeno amplo e complexo, a partir do acolhimento da natureza temporal do fenômeno psicológico – independentemente do enfoque teórico-metodológico – considerando que o objeto da Psicologia é um fenômeno em transformação como já preconizado por Lev Vygotsky⁸⁶ (Maria Claudia LOPES DE OLIVERIA; Ana Flávia MADUREIRA, 2014).

Desse modo, neste texto, é adotada a perspectiva teórica contextual da Psicologia do Desenvolvimento, segundo a qual o desenvolvimento só pode ser compreendido em seu contexto social. Os contextualistas veem a(o) individua(o) não como uma entidade separada que interage com o ambiente, mas como uma parte inseparável dele (Diane PAPALIA, 2006). É adotada, mais especificamente, a Psicologia Cultural Semiótica. Nesta abordagem, o desenvolvimento é considerado, em todas as suas dimensões, como um sistema aberto no qual a novidade está constantemente em processo de ser criada, pois, na dinâmica de internalização cultural, todas as pessoas estão transformando ativamente as mensagens culturais que recebem (Jaan VALSINER, 2012), ao invés de serem meras(os) receptoras(es) passivas(os) dessas mensagens. Mesmo que os conteúdos recebidos possam ser semelhantes para diferentes pessoas, o modo através do qual estas(es) serão transformadas(os) e reconstruídas(os) será único e particular.

Na Psicologia Cultural Semiótica, portanto, é enfatizada a natureza dinâmica e processual do funcionamento da cultura dentro de sistemas psicológicos humanos, sejam intrapessoais (sentir, pensar e agir) ou interpessoais: a conduta em relação às(aos) outras(os). Consequentemente, a cultura é tratada como parte do sistema psicológico da pessoa (Jaan VALSINER, 2012), pois, pela apresentação da experiência⁸⁷ passada por meio de signos⁸⁸, criamos o próximo momento da nossa existência. Conforme Tania Zittoun et. al. (2013), não

⁸⁶. Citado por Maria Claudia Lopes de Oliveria e Ana Flávia Madureira a partir do livro "A Formação Social da Mente" da Editora Martins Fontes, 1929.

⁸⁷. Nós experienciamos o mundo e o significamos por meio de signos (Jaan VALSINER, 2007).

⁸⁸. "Um signo [...] é um objeto que está para a mente (ou aos olhos) de alguém em lugar de outra coisa" (Charles Sanders PIERCE, 1873/1986 apud Jaan VALSINER, 2012, p.39). "Signos são fabricados por mentes e mentes operam por meio de signos. Consequentemente, signos são instrumentos cultivados para nossas relações interiores, mediante a ligação com os objetos no ambiente externo" (Jaan VALSINER, 2012, p.39).

é possível falar do tempo “em si”, uma vez que o tempo é apreendido através de meios semióticos – linguagem, esquemas ou números. Nesse sentido, uma forma satisfatória para representar o tempo precisa respeitar a natureza dinâmica do curso da vida humana.

Destacam-se, de acordo com Tania Zittoun et. al. (2013), duas tentativas para identificar processos de desenvolvimento no curso da vida: o modelo proposto por Erik Erikson⁸⁹ focaliza o desenvolvimento da identidade; “a Psicologia do life-span” formulada por Paul Baltes⁹⁰. Na primeira tentativa, o interesse era pela “unidade do ciclo da vida humana”, mas Erikson se propôs a examinar as dinâmicas específicas de cada uma de suas etapas, conforme prescrito pelos pressupostos do desenvolvimento individual e da organização social. Os processos descritos por Erikson são dinâmicos por natureza e consideram a(o) indivíduo(a) na sua necessidade de continuidade e uniformidade, sendo submetida(o) às mudanças de seu organismo e às demandas específicas de seu ambiente social e histórico. Apesar disso, ele propôs um modelo de curso da vida organizado em oito etapas e representado em uma escada (Tania ZITTOUN et. al., 2013), conforme exemplificado pela figura 01.



Figura 1: Modelo de Erikson.

Imagem extraída e adaptada do Google imagens em 2016.

⁸⁹. Citado por Tania Zittoun et. al. (2013) na obra “Author’s preface. In Identity and the life cycle (1959).

⁹⁰. Citado por Tania Zittoun et. al. (2013) na obra “On the incomplete architecture of human ontogeny. Selection, optimization and compensation of developmental psychology” (1997).

A segunda tentativa a Psicologia do life-span explica o desenvolvimento a partir de um conjunto de princípios muito simples, como podemos observar pelo Modelo de Paul Baltes, na Figura 2: 1) à medida que os seres humanos envelhecem, a importância do seu capital genético diminui progressivamente; 2) a importância da cultura cresce em sua vida para compensar as perdas biológicas; e 3) eventualmente, até a cultura não compensa nem minimiza essas perdas biológicas. Esta ideia é representada por uma curva ascendente e em seguida descendente, curva que segue a forma geral do modelo de escada (Tania ZITTOUN et. al., 2013).

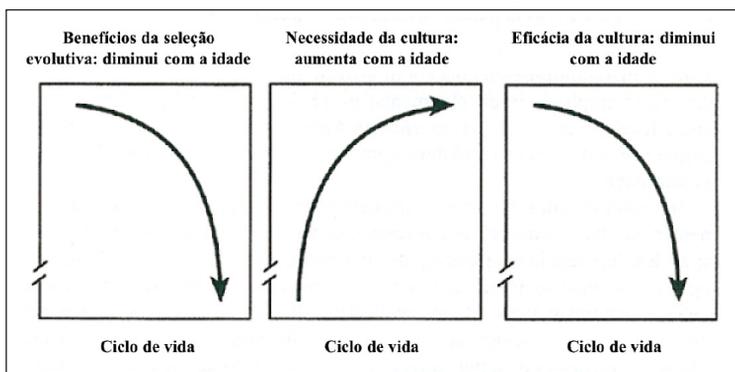


Figura 2: Modelo de Baltes. Imagem extraída e adaptada do Google imagens em 2016.

A concepção de desenvolvimento presente no paradigma life-span, no que se refere ao envelhecimento, é de que a heterogeneidade intra e interindividual é observada a partir da consideração das influências: “de natureza socioculturais (tais como gênero, coortes, papéis), socioeconômicas (tais como educação e renda), psicossociais (como os mecanismos de autorregulação do self) e biológicas (como o status de saúde e funcionalidade física) atuantes ao longo de toda a vida” (Samila BATISTONI, 2009, p.14).

De acordo com Tania Zittoun et. al. (2013), essas duas tentativas formuladas por Erikson e Baltes se fundamentam em uma concepção tradicional, socialmente construída, do curso de vida humano no ocidente, o “modelo de escada da vida”, que implica a noção linear de progressão gradual seguida por semelhante regressão gradual até a morte. As imagens desse modelo popular eram visíveis nos ambientes europeus desde a Idade Média (figura 3⁹¹); já em termos contemporâneos, essas imagens são

⁹¹. Imagem extraída do capítulo 4 do livro *Human Development in the Life Course – Melodies of Living*. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 2013. Mais informações nas referências.

propagandas normativas do curso da vida que orientam a conduta de pessoas de diferentes idades, chegando-se ao destino final através de um progresso ordenado pelos estágios apropriados do curso da vida humana (Tania ZITTOUN et. al., 2013).



Figura 3: Representação protótipo de curso de vida na Europa

Dessa forma a Psicologia, baseando a criação dos seus diferentes modelos de curso de vida nesse da “escada da vida”, tem sido Eurocentrista, uma vez que se fundamenta em uma ideia linear de desenvolvimento como se existisse um único modo de se desenvolver: da ascensão ao declínio. Os modelos teóricos de Erik Erikson e Paul Baltes, influenciados por esse modelo, acabam, respectivamente, por esquecer os aspectos dinâmicos do desenvolvimento e por não explicar a complexidade do processo de desenvolvimento ao longo da vida (Tania ZITTOUN et. al., 2013).

Embora ambas tentativas, de Erik Erikson e de Paul Baltes, tenham aberto a possibilidade de compreender a velhice como um momento da vida no qual há progresso, se considerarmos o processo de envelhecimento que ocorre paralelamente ao de desenvolvimento, podemos analisar a questão da velhice, foco desse texto, para perceber que, nesse modelo de escada da vida, o que está reservado é apenas o declínio e a morte, ou seja, não está inclusa uma perspectiva de desenvolvimento para as pessoas no “último” estágio da vida. Se considerarmos também o referencial da Psicologia Cultural Semiótica, não parece fazer sentido apreender os fatores históricos e culturais apenas como influências no desenvolvimento humano, uma vez que a pessoa, nesse referencial, é considerada parte do ambiente e não algo exterior a ele. Desse modo, o foco dado à natureza dinâmica e processual do funcionamento da cultura dentro de sistemas psicológicos possibilita compreender

que aspectos socioculturais, socioeconômicos, biológicos e psicológicos são dimensões integradas e funcionam como parte do processo de desenvolvimento humano.

Portanto, esse modelo de escada da vida é fruto, conforme já mencionado neste texto, da compreensão do desenvolvimento como progresso linear e ascendente, que segue uma seqüência universal de etapas ou estágios. De acordo com Maria Cláudia Lopes de Oliveria e Ana Flávia do Amaral Madureira (2014), essa ideia de que todos os seres humanos passam pelos mesmos estágios de desenvolvimento “(...) é reveladora de uma visão reducionista sobre o ser humano, em que pouco espaço é deixado para a subjetividade, além de camuflar que tudo o que é considerado como ‘normal’ para um grupo, revela sobre seus valores, crenças e ideologias” (Maria Cláudia LOPES DE OLIVERIA; Ana Flávia MADUREIRA, 2014, pp.10-11).

As divisões entre as idades são arbitrárias (Pierre BOURDIEU, 1983), o que não exclui o fato de as categorias e os grupos de idade se constituírem como elementos privilegiados para dar conta da plasticidade cultural e também das transformações históricas (Guita DEBERT, 1999/2012). Desse modo, não é possível tratar a idade das(os) indivíduos(os) como uma característica independente do contexto no qual ela toma sentido, pois a fixação de uma idade é o produto de uma luta que envolve diferentes gerações (Remi LENOIR, 1998).

Nessa disputa de poder entre as gerações, a sociedade organizou a sua experiência em relação ao tempo, construindo imagens dos corpos humanos, segmentando o curso da vida em estágios definidos a partir de cada sistema cultural (Guita DEBERT, 1999/2012, pp.39-40). Nesse processo, normas de conduta e papéis sociais foram sendo convencioneados socialmente para serem desempenhados em cada momento da vida. Nas ciências sociais, de acordo com Alda Britto da Motta (2006), a idade é vista como um “percurso existencial, construído socialmente, elemento da vida de relações, passível de análise e explicação” (p.78).

Assim, retomamos a ideia de que o discurso científico reforça o poder enquanto o poder participa ativamente da criação do discurso científico. Refletindo acerca da velhice, é possível afirmar que o discurso científico é uma arena de disputas de poder entre as diferentes gerações. No discurso científico, quando a velhice é retratada apenas como declínio físico, cognitivo e social ou mesmo quando é colocada a ideia de velhice ativa e bem-sucedida, observa-se que é reforçado o poder da(o) adulta(o) jovem e do ideal de juventude eterna, como no modelo de escada da vida discutido anteriormente. Por outro lado, observa-se também que é o poder das(os) adultas(os)⁹² jovens que participa ativamente da criação deste discurso científico acerca da velhice, uma vez que são seus interesses que estão sendo representados, pois são as(os) que se beneficiam da inatividade imposta às pessoas idosas, já que essas, não sendo consideradas úteis ao mundo do trabalho, abrem espaço para as(os) adultas(os) mais jovens.

92. Numa perspectiva também feminista há que se perguntar que adultas(os) jovens são essas(es)? Predominantemente são homens, brancos, de classe média.

Muito antes do aumento da expectativa de vida ser uma realidade tão presente no Brasil, Simone de Beauvoir (1990) já apontava que a inatividade não é uma fatalidade natural, mas a consequência de uma opção social, pois quem impõe às pessoas idosas seu estatuto é a classe dominante, contudo, o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela. Assim, velhas e velhos são representadas(os), praticamente, apenas como doentes, incapacitadas(os), inativas(os) com interesses e jogos de poder entre as diferentes gerações. Desse modo, aquelas(es) que se proponham a estudar a velhice em qualquer campo de conhecimento, mas principalmente pela Psicologia do Desenvolvimento, hão de considerar que seu discurso científico é situado, construído a partir de um lugar específico de poder.

A Psicologia, de modo geral, enfocou o estudo de um modelo de homem específico – adulto, jovem, europeu, branco, de classe média – e, na tentativa de encontrar aspectos universais, generalizou os seus achados desconsiderando, muitas vezes, as diferenças culturais. A Psicologia do Desenvolvimento, por exemplo, recebeu críticas pelos vieses existentes nos estudos acerca da infância, devido ao fato de suas pesquisas sobre esse período da vida serem construídas a partir da perspectiva das(os) adultas(os) e não das próprias crianças. Podemos fazer essa mesma crítica em relação aos estudos da velhice que são produzidos também na perspectiva das(os) adultas(os) e o que estas(es) consideram como significado de velhice.

A partir da compreensão de que o objeto da Psicologia é um fenômeno em transformação e que o discurso científico da Psicologia do Desenvolvimento acerca da velhice é situado, marcado por relações de poder, pode-se afirmar que o modelo social de escada da vida, que influenciou diversos modelos teóricos de desenvolvimento humano, é datado no tempo, não se constitui em um modelo explicativo do desenvolvimento, pois a concepção subjacente é de um desenvolvimento em progressão e regressão linear que não condiz com a perspectiva de desenvolvimento como um processo dinâmico e construído ao longo da vida, de modo que, é preciso construir modelos explicativos acerca do desenvolvimento humano que dê conta desses aspectos assim como da realidade atual da velhice.

Na contemporaneidade, observa-se um movimento contraditório: quanto maior a longevidade, maior está sendo a juvenilização das idades, por dois motivos: o avanço da Medicina e da maior acessibilidade aos serviços de saúde pública e o acesso crescente aos sistemas de comunicação e informação têm possibilitado que as pessoas mantenham boas condições físicas e cognitivas por um tempo cada vez mais ampliado (Alda BRITTO DA MOTTA, 2012). Apesar disso, o enfoque dos estudos acerca da velhice, na Psicologia do Desenvolvimento, tem sido sobre as mudanças quantitativas, na tentativa de encontrar aquilo que é comum entre as pessoas que envelhecem. As mudanças na velhice são sempre vistas como piores, embora possamos dizer que perdas e declínios biológico, cognitivo e social podem existir em todas as “etapas” da vida porque o envelhecimento não é um processo que começa na velhice, mas desde que se nasce.

Dessa forma, uma teoria do desenvolvimento que considere o desenvolvimento como processo construído ao longo da vida, para Tania Zittoun et. al. (2013), precisa ir além da ilusão de que as coisas possuem estabilidade, pois os sentidos de tempo, imaginação e memória são variáveis. Nesse sentido, a Psicologia do Curso de Vida precisa de uma base teórica para a própria noção de tempo que permita articular tanto uma perspectiva objetiva no tempo como o sentido subjetivo de tempo das pessoas. Uma dificuldade a partir de qualquer tentativa de descrever o tempo é que não podemos capturá-lo como tal, pois flui permanentemente e irreversivelmente e, dessa forma, não pode ser medido e cortado em segmentos equivalentes; estes segmentos são construções sociais que têm funções pragmáticas. Isto implica em propor uma forma para representar o tempo que permita respeitar a natureza dinâmica do curso da vida humana (Tania ZITTOUN et. al., 2013). Para tal, podem contribuir com a Psicologia do Desenvolvimento, especificamente, a Sociologia e Antropologia do Envelhecimento e os Estudos Feministas para uma compreensão mais contextualizada da velhice, que inclua a heterogeneidade desse fenômeno.

ENTENDENDO A INTERSEÇÃO ENTRE VELHICE E GÊNERO

De acordo com Alda Britto da Motta (2006), a velhice é uma categoria socialmente produzida e, como todo fenômeno social, é a heterogeneidade que caracteriza o envelhecimento. As velhas e os velhos são diferentes a partir da classe social a que pertencem, das relações de gênero que estabelecem, de suas características étnico-raciais e dos grupos de idades que fazem parte enquanto idosas(os) (ALDA BRITTO DA MOTTA, 2006).

Desse modo, segundo Remi Lenoir (1998), a velhice assim como a juventude:

não é uma espécie de característica substancial que acontece com a idade, mas uma categoria cuja delimitação resulta do estado (variável) das relações de força entre as classes e, em cada classe, das relações entre as gerações, isto é, da distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações (Remi LENOIR, 1998, p.71).

Já Mike Featherstone (1994) pontua que apreender qualquer aspecto da vida social, inclusive o envelhecimento, como apenas uma construção social, é uma perspectiva limitada, pois desconsidera as exigências do corpo humano e do processo de envelhecimento que são reais; o que importa são os modos através dos quais o corpo humano impõe limites às possibilidades das pessoas para a vida social. Ao mesmo tempo, é preciso estar consciente de que a capacidade dos corpos de operar no mundo é mediada pela cultura e a cultura está escrita

sobre os corpos. Cabe, portanto, as(os) pesquisadoras(es) do envelhecimento analisar: 1) os modos particulares de como a cultura é escrita nos corpos; 2) o papel das imagens sobre as percepções do corpo; e 3) os modos através dos quais a construção das identidades depende das imagens do corpo (Mike FEATHERSTONE, 1994).

Guita Debert (1998) sinaliza que uma dificuldade relacionada ao estudo do envelhecimento reside no fato deste ser objeto de um discurso científico, pois as qualificações e desqualificações que o saber científico opera, acabam tendo o estatuto de um direito e de uma definição de normas. Os corpos são divididos segundo aparelhos e sistemas fisiológicos e idades pelas especialidades médicas e afins; especificamente o corpo das(os) velhas(os) é considerado diferente, em desvantagem e, se comparado com o modelo de corpo e beleza jovens da nossa sociedade, é considerado ainda manipulável para se aproximar desse ideal de juventude (Alda BRITTO DA MOTTA, 2002).

Conforme explica Alda Britto da Motta (2002), o maior aliado do preconceito contra as(os) velhas(os) pode advir das assertivas e prescrições “científicas”. No discurso médico, há quem considera as perdas e doenças como próprias da velhice e há quem considera que a velhice não é doença, contudo, é a primeira perspectiva que frequentemente é incorporada pelas(os) idosas(os) como um acontecimento inarredável, ou seja, as perdas, as doenças são naturalizadas como próprias da velhice pela expressão comum “isso é coisa da velhice”.

As perdas são tratadas como problemas de saúde que são expressos muito mais pelas(os) outras(os) do que pelas(os) próprias(os) velhas(os): em grande parte na aparência do corpo e pelo sentimento em relação a ele e ao que lhe acontece, a exemplo de enrugamento, encolhimento, descoloramento dos cabelos, enfeamento⁹³, reflexos mais lentos e menos agilidade (Alda BRITTO DA MOTTA, 2002). De acordo com Cecília Sardenberg (2002), as pressões sociais para a manutenção de uma aparência jovem também atingem os homens, mas é sobre as mulheres que recaem com maior peso, uma vez que as mulheres com aparência envelhecida são muito menos favorecidas no mercado afetivo/sexual do que os homens em circunstâncias semelhantes.

O preconceito e a discriminação contra a idade são mais naturalizados pela evidência dos registros da passagem do tempo nos corpos e se apresentam de forma menos perceptível e mais sutil que o sexismo, contudo, não deixam de existir (Alda BRITTO DA MOTTA, 2013). No momento em que as(os) velhas(os) se negam a obedecer e aceitar o lugar a elas(es) reservado culturalmente e a respeitar os limites impostos pelo preconceito social, os conflitos intergeracionais se acirram ainda mais, porque a fronteira entre juventude e velhice é uma disputa pelo poder em todas as sociedades (Pierre BOURDIEU, 1983).

93. Se considerado a partir do ideal de beleza e eterna juventude vigentes em nossa sociedade.

O envelhecimento é uma questão global e particularmente feminina (Alda BRITTO DA MOTTA, 1999), uma vez que as mulheres estão tendo uma maior expectativa de vida em relação aos homens⁹⁴, além de terem alcançado maior visibilidade social devido a seu dinamismo atual. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a expectativa de vida das mulheres no Brasil é de 77,32 anos e dos homens é de 69,73 anos. Desse modo, é preciso identificar, no processo de envelhecimento, as diferenças de vivências e, inclusive, as assimetrias de poder associadas ao gênero (Alda BRITTO DA MOTTA, 1999; Guita DEBERT, 1999/2012);

Pode-se perceber que o envelhecimento envolve disputas geracionais, de gênero, de etnia e de classe social que demarcam o lugar social de cada mulher ou homem na velhice, assim como suas possibilidades e os modos de envelhecer e viver a velhice. De acordo com Alda Britto da Motta (2002), de modo semelhante à discussão de gênero que enfoca a opressão vivida pelas mulheres, as(os) velhas(os) foram ligadas(os) à natureza como uma forma de dominação e controle, através do determinismo bioideológico. Contudo, segundo a autora, com as pessoas idosas é ainda pior porque é como se elas estivessem em uma dimensão não produtiva e terminal da natureza e pudessem ser descartadas, uma vez que, como não se reproduzem mais e não produzem trabalho e bens materiais, não pertencem à sociedade.

É preciso superar os enfoques dados aos estudos acerca da velhice apenas como perdas e declínio ou como ativa e bem-sucedida⁹⁵ para dar espaço às pesquisas com outros enfoques para além do aspecto biológico, mas que incluam outras dimensões presentes nesse momento da vida. Assim há uma questão conceitual sobre o que é a velhice, inclusive, sobre como este conceito opera na ciência e na sociedade, sendo difícil precisar onde começa um e onde termina o outro. Ambas perspectivas – da ciência e da sociedade acerca da velhice – se retroalimentam, o que conseqüentemente vai incorrer em uma questão metodológica porque as ferramentas de pesquisas desenvolvidas nesse viés, da velhice como exclusivamente declínio biológico, não são capazes de dar conta de compreender sua heterogeneidade e os distintos modos de vivê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento humano é uma questão de importância global na atualidade, principalmente porque a expectativa de vida da população mundial e o número de idosas(os) aumenta, cada vez mais, o que é favorecido, entre outros aspectos, pelo avanço da Medicina e de suas tecnologias para a promoção da saúde. Para o ano de

⁹⁴. Esse fenômeno vem sendo chamado de “feminização da velhice” (Clarice PEIXOTO, 1997; Guita Grin DEBERT, 1999/2012; Ana Amélia CAMARANO, 2003).

⁹⁵. Mesmo nas concepções de velhice ativa e bem-sucedida o que subjaz socialmente é uma tentativa de negação da velhice e de manutenção de uma eterna juventude e padrão de beleza.

2050, a expectativa no Brasil, bem como em todo o mundo, é de que existirão mais idosas(os) que crianças abaixo de 15 anos, fenômeno esse nunca antes registrado (Ministério da Saúde, 2010a, p.7). Observa-se, no Brasil, um crescimento da participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010 (IBGE, 2010). Neste país, as mulheres possuem uma expectativa de vida maior do que a dos homens como já mencionado anteriormente, o que implica reconhecer e incluir a questão de gênero no debate acerca da velhice, enfatizando o fato de que essa realidade não pode ser desprezada. É preciso, portanto, compreender a velhice em seu contexto social e político atual.

O desenvolvimento humano, durante certo tempo na Psicologia, foi considerado como um processo que se findava com a adolescência, ou seja, é como se fôssemos produtos das experiências infantis e incapazes de mudar após esse período. Pensava-se que a vida adulta era o ápice do desenvolvimento humano.

Contudo, com o aumento da expectativa de vida e a longevidade, novas concepções de desenvolvimento humano foram sendo construídas e a velhice passou a ser considerada como um período no qual, além de perdas e declínio físico, há também desenvolvimento. A velhice, como um momento de vida e objeto de estudo, é ainda pouco estudada em uma sociedade cujo valor maior é a juventude e em que a vida adulta é a fase de alcance de plenitude e de posição de poder no grupo. Neste sentido, faz-se necessário dar enfoque à diversidade que envolve os processos de tornar-se velha(o), através da interseccionalidade da categoria idade/geração com as demais categorias da experiência, a exemplo de gênero, raça/etnia, classe social, sexualidades, pois mulheres e homens idosas(os) vivenciam a velhice de modos distintos a partir da múltipla pertinência a essas categorias.

Além disso, as exigências socialmente colocadas para uma mulher idosa são diferentes daquelas direcionadas a um homem idoso. Dessa forma, o recorte de gênero e a perspectiva interseccional constituem importantes contribuições para a pesquisa da velhice no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento com vistas a evidenciar a heterogeneidade desse período do curso de vida, assim como pode contribuir para a atuação profissional em Psicologia. Concordo com Maria Cláudia Lopes de Oliveria e Ana Flávia Madureira (2014) que o conceito de gênero se configura como uma ferramenta política e analítica, pois contribui para construção de explicações para as desigualdades entre homens e mulheres, que rejeitem, o essencialismo biológico e consequentemente, uma leitura reducionista e biologizante.

Isto porque desenvolver e aprofundar, na Psicologia, a reflexão mediada pelos estudos de gênero pode ser um caminho para superar a separação objetivada entre sujeita(o) e objeto do conhecimento, assim como pode fortalecer um paradigma crítico (Maria Cláudia LOPES DE OLIVERIA; Ana Flávia MADUREIRA, 2014). Também é igualmente necessário que a pesquisa psicológica abra mão de sua orientação individualista e “adote como unidade de análise as distintas dimensões das realidades subjetiva, relacional e contextual dos seres humanos, que se traduzem em fenômenos

provisórios, múltiplos e complexos, e que admitem uma pluralidade de possibilidades de análise” (Maria Cláudia LOPES DE OLIVEIRA; Ana Flávia MADUREIRA, 2014, p.6).

É através, portanto, da articulação entre a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicologia Cultural Semiótica com os Estudos da Sociologia e Antropologia do Envelhecimento, os Estudos Feministas e de Gênero que será possível construir saberes acerca da velhice e do processo de envelhecimento que foquem na sua relação com o contexto sócio-histórico-cultural, que concebam o desenvolvimento como um fenômeno em transformação ao longo da vida e que priorizem as perspectivas dos envelhecidos⁹⁶ e não de gerações que pretendem disputar o poder social através da deslegitimação da velhice. Outros aspectos da vida social, como os mencionados – gênero, raça/etnia, classe social –, também devem ser pautados para além de variáveis intervenientes, mas como dimensões integrantes do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BARCINSKI, Mariana. O lugar da informalidade e do imprevisto na pesquisa científica: notas epistemológicas, metodológicas e éticas para o debate. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 279-286, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jul. 2016.

BARRETO, Maria da Conceição. Gênero e Geração na Psicologia: Categorias esquecidas?. In: Andrade, Darlane Silva Vieira e Santos, Helena Miranda. **Gênero na psicologia**: articulações e discussões. Conselho Regional de Psicologia da Bahia. Salvador: CRP-03, 2013. p. 113-128.

BATISTONI, Samila Sathler Tavares. Contribuições da Psicologia do Envelhecimento para as práticas clínicas com idosos. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 13-22, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jul. 2016.

BONASSI, Bruna Camillo; MÜLLER, Rita Flores. A feminização da profissão e a presença das mulheres na Psicologia. In: Conselho Federal De Psicologia. **Quem é a psicóloga brasileira?**: mulher, psicologia e trabalho. Brasília: CFP, 2013. p.79-91.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **CADERNOS Pagu**, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999.

_____. Envelhecimento e sentimento do corpo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA

96. Pessoas que estão envelhecendo, mencionado por Alda Britto da Motta (2002).

JR., Carlos (Org.) **Antropologia saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz Editora, 2002. p. 37-50. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.

_____. Visão antropológica do envelhecimento. In: Py, L., Freitas, E. V. et al. (org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p.78-82.

_____. Violências específicas aos idosos. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.8, n. 22, p.63-85, maio-ago. 2013. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/portal/publicacoes/sesc/revistas/sinaissociais/n22/maio+agosto+de+2013>>. Acesso em 14 jul.2016.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?. **Estud. av.** São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jul. 2016.

DE BEAUVOIR, Simone. A velhice na sociedade de hoje. Descoberta e vivência do corpo. In: _____. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 265-342.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. BARROS, Myriam M. Lins de. (org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1998. p. 49-67.

_____. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP; 2012. 266p.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, S.; BORDO, R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-240. Disponível em: <<http://www.marcoareliosc.com.br/jaggar-bordo.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.

FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. In: DEBERT, G.G., org. **Antropologia e Velhice**. Campinas, IFCH/ UNICAMP, 1994. p. 49-71. (Textos Didáticos, 13).

FEYERABEND, Paul. **A ciência em uma sociedade livre**. São Paulo: Unesp, 2011. 288 p.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da Ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.5, p.07-42, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica [Internet]. **Brasil**: tábua completa de mortalidade – 2010. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2010/notastecnicas.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: Champagne, Patrick; Lenoir, Remi; Merlié, Dominique. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.

OLIVEIRA, Maria Cláudia S. L. de; MADUREIRA, Ana Flávia do A. Gênero e Psicologia do Desenvolvimento: quando a ciência é utilizada como força normatizadora das identidades de gênero. **Labrys, études féministes** (Edition Française. Online), v. 26, 2014. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys26/psy/maria%20claudia.htm>>. Acesso em 18 jul. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Editora MS, 2010. 192 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos: Cadernos de Atenção Básica, n. 19). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa_n19.pdf>. Acesso em 18 jul. 2016.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 350 p.

PAPALIA, Diane E; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano** 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 873 p.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. "Histórias de mais de 60 Anos". **Rev. Est. femin.** v.5, n.1, p. 148-58, 1997.

SAAVEDRA, Luísa; NOGUEIRA, Conceição. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. **Memorandum**, n.11, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, p.113-127, out/2006. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/n11po.htm>>. Acesso em 18 jul. 2016.

SADENBERG, Cecília Maria Bacelar. A mulher frente à cultura da eterna juventude: Reflexões teóricas e pessoais de uma feminista "cinquentona". In: FERREIRA, S. L.; NASCIMENTO, E. R. do (orgs.). **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p.51-68. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/imagens.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção Defesa dos Direitos Humanos. **Dados sobre o envelhecimento no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentoonoBrasil.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2016.

VALSINER, Jaan. **Fundamentos da psicologia cultural**: mundos da mente, mundos da vida. Porto Alegre: Artmed, 2012. 352 p.

ZITTOUN, Tania; et al. In: _____ . **Human development in the life Course: melodies of living**. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 2013.

O SILÊNCIO E A ESCUTA: POR UMA PSICOLOGIA VOLTADA PARA AS MULHERES QUE INTERROMPERAM GESTAÇÕES

Paula Rita Bacellar Gonzaga

Lina Maria Brandão de Aras

INTRODUÇÃO

Este texto não traz respostas, mas inquietações e relatos de experiências dentro do campo das discussões sobre os direitos sexuais e reprodutivos. No primeiro tópico, apresentamos a argumentação teórica que pauta a relevância da questão do abortamento dentro da Psicologia, como uma questão de Direitos Humanos e de compromisso dessa categoria com a redução das desigualdades de gênero no Brasil. No segundo tópico, três momentos distintos são apresentados: o primeiro referente ao ano de 2012, quando, ainda na graduação de Psicologia, foram entrevistadas seis psicólogas que atuavam em maternidades e centros obstétricos e atendiam mulheres que interromperam gestações e precisaram recorrer ao serviço de saúde para resolver complicações oriundas de procedimentos inseguros. No segundo momento, o foco se concentra nas observações do pré-campo, tendo como enfoque o contato com uma das psicólogas e registro da dinâmica do setor de Psicologia de uma maternidade pública soteropolitana. No último momento deste tópico, são apresentadas as experiências de mulheres que vivenciaram a indução de um abortamento, enfocando os relatos sobre os atendimentos em ambientes hospitalares.

A proposta que se sustenta ao longo do texto, e que pode ser identificada como fio condutor que une as experiências e reflexões apresentadas, é a busca por uma aliança entre a Psicologia, as mulheres e as questões referentes aos direitos sexuais e reprodutivos destas. Essa demanda se faz ainda mais relevante em tempos de avanços conservadores no cenário político brasileiro, em que os direitos já alcançados estão sob ameaça constante e o retrocesso parece estar sempre à espreita.

A PSICOLOGIA E O CENÁRIO DO ABORTO NO BRASIL

A Psicologia brasileira, enquanto ciência e profissão, está cada vez mais próxima e atuante no que se refere às pautas dos direitos humanos. Esse campo de saber tem sido um componente fundamental para a eliminação das desigualdades sociais e para a problematização dos conceitos estigmatizantes e excludentes que ainda vigoram na sociedade brasileira. Esse engajamento – ou, como propôs Ana

Bock (2010), esse momento do compromisso da Psicologia – se inicia principalmente pautando as questões referentes às desigualdades de classe social, rompendo com a ligação que a Psicologia manteve, desde a sua origem, de certa exclusividade com as demandas das elites. O cuidado e o atendimento voltados para as camadas da sociedade que constantemente vivenciam a privação de seus direitos compõem atualmente um campo reconhecido e legítimo da Psicologia, principalmente através da inserção dessas(es) profissionais na criação e execução de políticas públicas e na oferta de serviços de atendimento psicossocial. Nesse âmbito, psicólogas e psicólogos estão cada vez mais consolidando o seu espaço de atuação nos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, inclusive nos serviços referentes à saúde ginecológica e obstétrica.

A presença de profissionais de Psicologia em serviços de emergência obstétrica vai além do atendimento direcionado para as mulheres gestantes ou puérperas. Existe, nas maternidades públicas do país, a recorrente busca de atendimento por complicações pós abortamento ou solicitação de abortamento nos casos previstos por lei. De acordo com a legislação brasileira, as mulheres podem recorrer à interrupção da gravidez caso isto implique em risco de vida para si, de modo específico, em situações de gestação fruto de violência sexual (BRASIL, 1940). Além dessas situações em que o aborto é permitido, por decisão do Supremo Tribunal Federal, somaram-se os casos de gravidezes de fetos com anencefalia a partir de 2012. Apesar dos dois primeiros casos citados serem previstos desde 1940, a garantia desse direito só se torna possível a partir da década de 1980 devido a uma intensa articulação dos movimentos feministas e de mulheres (Leila BARSTED, 1997).

Considerando a busca a essas unidades por mulheres com complicações pós abortamento inseguro e a necessidade de se regulamentar o atendimento que seria oferecido às mulheres que procurassem os serviços de abortamento legal, o Ministério da Saúde publicou, no ano de 2005, a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, que foi reeditada no ano de 2010. Esta Norma prevê que todas as mulheres em situação de abortamento, voluntário ou induzido, devem ter informações sobre o seu estado de saúde, o procedimento que será realizado, os medicamentos que serão administrados, além de garantir o acesso à escuta especializada, às orientações sobre cuidados contraceptivos e o encaminhamento para que seja atendida de forma contínua em outra unidade. Essa demanda, além de legítima diante do direito constitucional inalienável à saúde (BRASIL, 1988), também é de extrema relevância diante da magnitude dos casos de aborto provocado no país.

De acordo com Débora Diniz e Marcelo Medeiros (2010), uma em cada cinco mulheres brasileiras já vivenciou a experiência de interrupção clandestina de uma gravidez. Este número, como as (os) autoras(es) apontam, se refere apenas às áreas urbanas em que a pesquisa foi realizada; portanto, ao considerar as mulheres que vivem em áreas rurais, esse contingente deve ser ainda mais significativo. Apesar disso, é recorrente os relatos de descaso e humilhação nos ambientes hospitalares em que essas mulheres são atendidas (ROZELI PORTO, 2009; GLÓRIA RABAY; GILBERTA SOARES, 2008; IMAIS; 2008).

A Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (BRASIL, 2012), que atualmente está na sua terceira edição, se direciona aos cuidados físicos, psicológicos e sociais que a equipe deve oferecer às mulheres e adolescentes que foram vítimas de violência sexual. Entre esses cuidados, destacamos a necessidade de informar sobre o direito à contracepção de emergência (a chamada pílula do dia seguinte), assim como à interrupção da gestação caso esta seja confirmada. Além de garantir que essas mulheres tenham clareza sobre estes direitos, é preciso também garantir que elas tenham acesso a esses procedimentos mesmo na ausência de documentos legais que comprovem a violência sexual. De acordo com a Norma:

O Código Penal não exige qualquer documento para a prática do abortamento nesse caso, a não ser o consentimento da mulher. Assim, a mulher que sofre violência sexual não tem o dever legal de noticiar o fato à polícia. Deve-se orientá-la a tomar as providências policiais e judiciais cabíveis, mas caso ela não o faça, não lhe pode ser negado o abortamento. O Código Penal afirma que a palavra da mulher que busca os serviços de saúde afirmando ter sofrido violência, deve ter credibilidade, ética e, legalmente, devendo ser recebida como presunção de veracidade. O objetivo do serviço de saúde é garantir o exercício do direito à saúde, portanto não cabe ao profissional de saúde duvidar da palavra da vítima, o que agravaria ainda mais as consequências da violência sofrida. Seus procedimentos não devem ser confundidos com os procedimentos reservados a Polícia ou Justiça (BRASIL, 2012, p.69).

Apesar da existência desta normativa, são recorrentes os casos em que a equipe de saúde exige a apresentação do Boletim de Ocorrência para a realização de interrupção da gravidez decorrente de estupro, como constatou Rozeli Porto (2009). Deste modo, o acesso ao serviço e ao cuidado passa a ser entendido não como algo que as(os) profissionais de saúde devem promover, mas, de modo contrário, como um tipo de benefício em que lhes cabe filtrar quem tem ou não direito a obter. E onde a Psicologia se encaixa nesse contexto?

De acordo com a Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (BRASIL, 2012), a(o) profissional da Psicologia é essencial nesses serviços, sendo responsável pelo acompanhamento psicológico que deve ser iniciado desde o primeiro atendimento e mantido durante todo o período que for necessário, recomendando-se, inclusive, que essas mulheres sejam encaminhadas para atendimentos posteriores. Fica em evidência, no referido documento, o impacto que a violência sexual acarreta na saúde

e integridade física e psíquica das vítimas e que, os casos onde elas engravidam em decorrência do estupro, agravam ainda mais a delicadeza da situação (BRASIL, 2012), o que requer atuação da Psicologia. Atualmente, é estipulado que as (os) profissionais de saúde informem sobre o direito à interrupção da gravidez e garantam que seja realizada nos Serviços de Referência ao Abortamento Legal, que ainda são poucos no território nacional.

Apesar de os abortamentos estarem previstos em situações específicas no Brasil, de modo regulamentado desde os anos 1940, esta prática legalizada segue instável devido aos avanços de grupos conservadores e fundamentalistas em espaços decisórios do poder executivo. Efetivamente, o crescimento desses grupos já significa retrocessos consolidados para os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Um exemplo desses retrocessos ocorreu uma semana após a publicação da Portaria do Ministério da Saúde nº 415/2014 no Diário Oficial, do dia 22 de maio de 2014, culminando com a sua revogação. O objetivo da mesma era estipular gastos com mulheres que procuram o Serviço Único de Saúde para a realização de abortos que se encaixam nos casos previstos por lei. É explicitado, no texto do documento, que o mesmo se refere à regulamentação de um direito já garantido, indicando que o atendimento deve seguir as normas e portarias do Ministério da Saúde. Por exemplo, se esclarece quanto à origem do pagamento dos procedimentos a serem feitos, quais são indicados, idade mínima e máxima de acesso ao serviço, os direitos às pacientes, tais como, uso de anestesia, acompanhante durante a internação, possibilidade de consulta de retorno, acesso a contraceptivos e encaminhamentos para tratamento que se fizer necessário. Apesar do caráter descritivo e econômico, a Portaria nº 415/2014 colocou em tensão os representantes do Ministério da Saúde e deputados da chamada bancada Evangélica⁹⁷.

Essa Portaria cumpre um papel fundamental quando se tem uma legislação que não vigora na prática. Os serviços de aborto legal não são numericamente suficientes para atender à demanda. De acordo com pesquisa realizada em 2011 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, com base em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN do SUS, 67,4% das mulheres que engravidaram em decorrência de estupro não tiveram acesso ao serviço de aborto legal na rede pública de saúde. Observa-se este elevado índice mesmo sendo este atendimento garantido por lei e definido pelo Ministério da Saúde através da Norma Técnica sobre Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (BRASIL, 2012). Embora a Portaria nº 415/2014 se limite aos casos já previstos por lei e tenha um caráter regulamentador e não

⁹⁷. A bancada evangélica consiste em uma frente parlamentar formada por representantes evangélicos de diversos partidos políticos que se unem em torno de temáticas que consideram de cunho religioso, como direitos sexuais e reprodutivos, questões raciais, direitos da população LGBT e decisões referentes à laicidade do Estado.

deliberativo, na perspectiva de certos grupos religiosos, partidos conservadores e opositores políticos do governo em vigor neste período, tratava-se da legalização do aborto no Brasil. Diante da pressão desses grupos, esta Portaria foi revogada oficialmente no dia 29 de maio de 2014, uma semana após a sua publicação. A assessoria de comunicação do Ministério da Saúde declarou que a revogação se deu por que a mesma “não foi pactuada internamente entre os gestores”, possuindo uma “inconsistência de redação e de gastos”⁹⁸.

Outro exemplo significativo é o avanço do Projeto de Lei nº 5.069/2013 de autoria do Deputado Eduardo Cunha, que estava em exercício na Presidência da Câmara dos Deputados⁹⁹. No referido projeto, estipula-se pena de detenção para qualquer pessoa que anuncie processo ou substância que possa provocar aborto, assim como devem ser detidas também aquelas que “ousarem” instruir, orientar ou mesmo prestar auxílio a mulheres nessa situação. O texto salienta que as penas devem ser aplicadas mesmo em caso de alegação de redução de danos para as mulheres que decidiram abortar. Essas penas são agravadas se a(o) ré(réu) for profissional de saúde pública ou exercer a função de médica(o), enfermeira(o) e farmacêutica(o), ou ainda se a pessoa que foi auxiliada na interrupção não for maior de dezoito anos¹⁰⁰. No mesmo projeto, se prevê que o atendimento às vítimas de violência sexual só ocorra mediante a comprovação de danos físicos e/ou psicológicos, ou seja, após registro de boletim de ocorrência e realização de exame pericial pelo Instituto Médico Legal – IML. Esses exemplos demonstram como, no espaço de um ano e meio, a discussão política sobre o aborto retrocedeu significativamente.

Grupos políticos conservadores que, em 2014, se manifestaram pela revogação de uma importante Portaria que regulamentava os custos relacionados ao processo de abortamento, em 2015, reforçaram ainda mais os caminhos de retrocesso com um projeto de lei que visa dificultar o acesso das mulheres à interrupção decorrente de estupro, assim como criminalizar todas as pessoas que buscarem orientá-las¹⁰¹. O quadro político se apresenta como um campo de batalha no qual os direitos sexuais e reprodutivos são regidos por perspectivas conservadoras, antiéticas e em total

98. Publicação do diário Oficial: <http://e-dou.com.br/2014/05/diario-oficial-da-uniao-secao-1-29-05-2014/>; Revista Fórum sobre a justificativa da Assessoria de comunicação do Ministério da Saúde: <http://www.revistaforum.com.br/2014/05/29/portaria-referente-ao-aborto-legal-durou-uma-semana/>. Acesso em 22 maio 2016.

99. No dia 05 de maio de 2016, o deputado Eduardo Cunha foi afastado do cargo e da Presidência da Câmara por decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato. O Ministro considerou que o deputado ameaçava o curso das investigações.

100. O texto original do Projeto de Lei nº 5.069/2013 pode ser conferido no Site da Câmara Federal através do link: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1071423.pdf>. Acesso em 22 maio 2016.

101. Até o momento de fechamento deste texto, o referido projeto havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

desacordo com os compromissos firmados pelo Brasil em Conferências e Tratados Internacionais, conforme aponta José Henrique Torres:

[...] é preciso lembrar que, ao manter a criminalização do aborto, o Brasil viola princípios democráticos elementares relativos à possibilidade de criminalização (idoneidade, subsidiariedade e racionalidade), bem como ignora as exigências jurídico-penais de não se criminalizar uma conduta de modo simbólico ou para impor uma determinada concepção moral ou para punir condutas frequentemente aceitas ou praticadas por parcela significativa da população, pois a criminalização do aborto constitui um instrumento ideológico de controle da sexualidade feminina, representa um mero instrumental simbólico da ideologia patriarcal, não tem sido eficaz nem útil para a proteção da vida intrauterina, está sendo mantida com um enorme custo social, impede a implantação e efetivação de medidas realmente eficazes para o enfrentamento do problema e acarreta às mulheres terríveis sequelas e morte. Assim, o Brasil, que adotou o sistema democrático e que aderiu a todos os princípios e tratados internacionais de direitos humanos acima referidos, incorporando em seu sistema jurídico-constitucional os direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres, tem a obrigação jurídica e ética de descriminalizar o aborto (José Henrique TORRES, 2012, p. 43).

Refletindo sobre o lugar que a Psicologia se situa dentro desta problemática, observa-se que, a priori, a profissão tem se aproximado timidamente desta questão. Em levantamento sobre 20 anos de pesquisas acerca do aborto no Brasil, Débora Diniz e Mariza Correa (2009) identificaram 2087 referências ao tema, sendo que apenas 12 eram provenientes da área de Psicologia e nenhuma se referia à inserção de psicólogas(os) em serviços de aborto legal ou à prática profissional de atendimento às mulheres que tiveram complicações por abortamento induzido. Em concordância, Caroline Romio et al. (2015) realizaram um levantamento de publicações referentes à interface do aborto induzido e saúde mental no período entre 1993 e 2013 e encontraram apenas 18 resultados publicados¹⁰². Dentre estes trabalhos encontrados, apenas três tinham profissionais da Psicologia como primeiras(os) autoras(es), os demais eram de autoria de profissionais majoritariamente da Enfermagem e, em seguida, da Medicina. O silêncio pode ser compreendido como uma concepção dúbia sobre qual é o objeto de estudo das(os) psicólogas(os) que estão inseridas nesse campo. Como Ana Bock

¹⁰². Estes trabalhos foram publicados em três bases de dados de grande relevância tanto para o campo das Ciências da Saúde como das Ciências Humanas e da Psicologia: Scielo, Lilacs e IndexPsi.

(2002) problematiza, é preciso compreender que o objeto da Psicologia é a(o) sujeita(o) perpassada(o) pelas condições sociais e políticas que a(o) cercam, logo, mulheres que vivenciam a situação de abortamento estão deliberadamente experienciando os signos sociais que são atribuídos a essa prática, o medo da criminalização jurídica e da estigmatização social. Desse modo, pode-se dizer que o abortamento é uma questão para a Psicologia, compreendendo que se trata de um complexo fenômeno discursivamente construído e que acarreta às mulheres sentimentos contraditórios e situações estressoras devido às condições de ilegalidade em que está inserido.

No que se refere à repercussão dessa conjuntura conturbada sobre a individualidade e a saúde mental das mulheres, a Psicologia se qualifica como um discurso de autoridade ou, como definiu Michel Foucault (2004), como um discurso de verdade operante. Essa verdade nunca é absoluta, mas sim um discurso de verdade construído em um tempo-espaço específico, atendendo a interesses dos grupos dominantes. Esse lugar legitimado da Psicologia está presente nas Normas Técnicas oficiais do Ministério da Saúde do Brasil, que definem as(os) psicólogos(as) como responsáveis por oferecer escuta especializada e acolhimento psicológico às mulheres em situação de abortamento. Países em que o aborto é legalizado, como o Uruguai que legalizou a interrupção voluntária da gravidez em 2012, também apontam a(o) profissional de Psicologia como figura integrante da equipe multidisciplinar que avalia os casos de solicitação de abortamento (Maria Luiza HEILBORN, 2012). Enquanto saber convocado a atuar junto às usuárias dos serviços de abortamento legal ou nas unidades onde buscam atendimento devido a complicações em abortos inseguros, a Psicologia estabeleceu-se como um discurso a ser escutado e cabe problematizar porque o silêncio continua sendo uma marca dessa categoria no que tange ao abortamento.

A origem da própria ciência psicológica é marcada pela reiteração das desigualdades a partir de um padrão classificatório e normativo de comportamentos e diferenças. É no seio da Modernidade que a Psicologia passa a ser possível e necessária. Na substituição do modelo feudal pelo Liberalismo, do coletivo pela vida privada e com o advento da(o) sujeita(o) do Capitalismo, que é ao mesmo tempo produto e consumidor, estabelece-se uma conjuntura em que o “mundo interno” passa a ser uma realidade das(os) indivíduos(os) e, portanto, gera-se a demanda de uma ciência voltada para o eu (Ana BOCK, 2012). Entretanto, durante muito tempo, a Psicologia esteve a serviço dos interesses dominantes, impôs padrões comportamentais, patologizou “desviantes” e desconsiderou os impactos da organização social sobre a vivência psicológica das(os) sujeitas(os).

Nossas construções ideais de saúde e normalidade em geral abrigam valores morais da cultura dominante na sociedade; por serem dominantes instalaram-se na ciência e na profissão como preferência para o comportamento e as formas de ser dos sujeitos. O problema

está em não termos assumido essa adesão. Temos apontados esses valores e referências como naturais do homem [da mulher]; como universais. Desta forma, trabalhamos para manter os valores dominantes e para justificá-los como a única possibilidade de estar no mundo. O diferente passa a ser combatido; visto como crise, como desajuste ou desequilíbrio; passa a ser 'tratado' com a finalidade do retorno à condição saudável e natural do homem [da mulher] (Ana BOCK, 2002, p. 31).

Dentre os muitos padrões impostos e naturalizados socialmente, cabe destacar a imposição da maternidade como característica simbiótica à feminilidade. Historicamente a função materna foi concebida como uma obrigação feminina, reproduzindo um suposto enlace da mulher à natureza, algo que lhe continha no seu processo de transcendência, possivelmente o instrumento mais eficaz da subjugação feminina, visto que esse não se fazia através da violência e sim do convencimento de que o melhor que a mulher podia fazer era ser mãe (BEAUVOIR, 1980). Ao longo da história, foi em nome da maternidade que mulheres foram convencidas de que haveria mais benefícios na abdicação de seus projetos pessoais desde que sua vida fosse dedicada para o cuidado dos filhos, de modo que feminino e maternal se confundiam em uma simbiose perigosa.

Para Tania Swain (2007), a apropriação social do corpo construído como mulher implicou na imposição de um destino biológico determinado com o qual as mulheres não podem romper sem atingir a sua própria identidade de gênero. A perpetuação do discurso simbiótico entre mulher e maternidade cumpriu e cumpre a função de regulação dos corpos e da sexualidade das mulheres, atribuindo àquelas que não exercem esse papel um lugar de desqualificação moral e social (Helena Miranda SANTOS e Alessandra ALMEIDA, 2013). A maternidade, que deveria ser uma possibilidade de escolha, é associada à necessidade e obrigação, impondo às mulheres o peso de uma existência que só se valida por outrem. Como se garante o direito e o respeito à individualidade para pessoas que, para serem legitimadas, precisam gerar outras(os) indivíduos(os)? Como isso impacta na construção subjetiva das mulheres, em especial? A quem interessa esse controle? O que se reserva àquelas que subvertem?

A maternidade é um dos alicerces fundamentais da família patriarcal (Tania SWAIN, 2007). A mulher que desafia essa regra está rompendo com uma imposição que transcende a sua própria existência e que é digna de sanção social. Quando essa ruptura se dá através da interrupção voluntária da gravidez, a sanção se estende ao âmbito jurídico, impondo às mulheres o medo e o risco da repressão legal que o Estado estabelece.

É necessário entender o tabu que cerca o aborto como um fenômeno sociológico centrado no suposto princípio da obrigatoriedade da maternidade. Simone de Beauvoir (1980) expõe como a moral da sociedade vai impor às mulheres que

abortam uma culpa por subverterem algo que, desde cedo, lhes é ensinado como sagrado: a concepção. A definição do aborto como crime ou como direito é decisiva para se pensar o lugar que se reserva às mulheres.

O Movimento Feminista, em sua Segunda Onda¹⁰³, reivindicou o direito ao corpo em sua amplitude (sexualidade, autonomia, reprodução), no entanto, enquanto esses direitos foram garantidos na maioria dos países europeus e norte-americanos, a realidade da América Latina era de regimes ditatoriais que perseguiram os movimentos sociais e silenciavam as pautas das mulheres e das demais articulações de grupos minorizados. Desse modo, enquanto se buscava a implementação de uma liberdade sexual e reprodutiva nos países do Norte Global¹⁰⁴, as mulheres latino-americanas vivenciavam (e ainda vivenciam) a supressão desses direitos através de discursos simbióticos de feminilidade e maternidade e de manutenção da família tradicional. Esse descompasso impõe sobre as mulheres o peso da obrigatoriedade do exercício desse papel de mãe/esposa como primordial, mesmo quando elas estão ocupando espaços de trabalho no âmbito público, na política e na ciência. Diante das lacunas da Psicologia sobre essas formas de resistência, tanto a não maternidade voluntária (Sara CHAVES, 2011) como a interrupção voluntária da gravidez, muitas vezes, são socialmente e academicamente associadas a desvios comportamentais. No caso do aborto, camuflado através de discursos biologizantes e deterministas sobre a maternidade, o argumento de que a realização deste acarreta impactos psicológicos na mulher, por romper com algo inerente à sua existência, desconsidera que a criminalização é responsável por tornar a experiência do abortamento perigosa, ansiogênica, estressante, onde a culpa, a violência psicológica e a ansiedade se fazem presentes mesmo que a mulher tenha certeza da sua decisão (Leila ADESSE, Mário MONTEIRO, Jaqueline LEVIN; 2013).

O que se constata é que a criminalização do aborto não é algo natural, mas sim o exercício de manutenção de privilégios através de Sociedades de Discursos. De acordo com Michel Foucault (2004), Sociedades de Discursos possuem a função de conservar e produzir discursos que, apesar de serem compartilhados com grupos restritos, são impostos e difundidos como verdade legítima pela autoridade que os ratifica, como o discurso médico, científico, econômico e político. Essas Sociedades Discursivas perpetuam sua autoridade, entre outras formas, através do controle da sexualidade e da exploração da capacidade reprodutiva das mulheres. Considerando a lógica relacional que Michel Foucault (2001) aponta como relações de poder, cada avanço de conquista gera uma reação de resistência, o que, na prática, transforma os direitos sexuais e reprodutivos em um campo de batalha historicamente disputado e cotidianamente em pauta. Manter a criminalização do aborto é um meio eficaz

103. A Segunda Onda feminista ocorreu no período entre a década de 1960 e a década de 1980, teve como principais pautas as temáticas referentes ao direito ao corpo, sexualidade, reprodução e liberdades individuais.

104. Conceito proposto por Raewyn Connell (2007).

de perpetuação da história de violência e de controle sobre os corpos e sobre a capacidade reprodutiva das mulheres, um modo de exercício da função de morte inerente ao Racismo de Estado. Racismo de Estado, de acordo com Michel Foucault (2005), transcende a lógica racial e se refere aos grupos historicamente minorizados. Para esse autor, o Racismo de Estado é o instrumento eficaz de hierarquização da espécie em categorias que podem viver ou devem morrer. Em sociedades onde a normalização vigora, este é o argumento através do qual se justifica a função assassina do Estado, seja através da sua força armada ou da sua negligência diante das demandas desses grupos (Michel FOUCAULT, 2005).

E quem são as mulheres que abortam? Elas são desviantes de três sociedades discursivas dominantes na sociedade ocidental: a religiosa, a médica e a jurídica. Elas desviam da doutrina religiosa que condena o aborto como pecado e que define a maternidade como papel fundamental para a vida da mulher. Essas mulheres subvertem o papel de paciente que a Medicina lhes impõe ao realizarem em si próprias, ou permitirem que terceiros o façam, um procedimento que é, de modo geral, um domínio do saber médico. Por fim, em países como o Brasil, elas rompem com a legislação ao realizarem uma incursão na clandestinidade para garantir o exercício de sua autonomia e o controle de sua vida reprodutiva.

Como afirma Simone Beauvoir (1980), o caminho da transcendência não é fácil, pelo contrário, é ainda mais tortuoso que a imanência e, mesmo que não problematizem esse percurso, as mulheres que abortam estão rompendo um contrato social tácito de obediência e submissão aos três discursos mais consolidados e dominantes nas sociedades ocidentais. Esta ruptura requer muita coragem e muitos questionamentos que precisam ser escutados por profissionais aptas(os) a acolher, compreender e fortalecer essas mulheres que se colocam em risco, em um processo de resistência ao destino que lhes é imposto socialmente. As perguntas que ficam são: essa escuta existe? Como ela acontece?

A PSICOLOGIA NO CAMPO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS

Neste tópico, a proposta é partir das reflexões teóricas anteriores para analisar como a Psicologia tem atuado no âmbito da temática dos direitos sexuais e reprodutivos. O caminho trilhado aqui concerne aos quatro anos de incursão no campo de estudos sobre o abortamento no Brasil que se iniciou durante a graduação em Psicologia, perpassou a dissertação de mestrado e se estende até os dias atuais em um curso de doutorado. Desse modo, é importante situar esse percurso como componente das análises apresentadas e executar o texto em primeira pessoa¹⁰⁵, visibilizando que se trata de uma produção onde o papel da pesquisadora está associado ao conhecimento produzido.

105. Em primeira pessoa, fala a coautora Paula Gonzaga.

A minha aproximação com a questão da Psicologia no campo dos direitos reprodutivos se iniciou no ano de 2012, ainda no curso de graduação em Psicologia, na Universidade Federal da Bahia – UFBA (Paula GONZAGA, 2012)¹⁰⁶. A partir da proposta constante em um componente curricular, de criação de um projeto de pesquisa que posteriormente seria executado, escolhi entrevistar psicólogas que trabalhavam em maternidades públicas da cidade de Salvador, visando conhecer como era a atuação delas com mulheres em situação de abortamento. O estranhamento com o tema se fez presente tanto no meio acadêmico em que eu estava inserida como junto às diretoras e coordenadoras das maternidades que receberam os ofícios informando sobre o projeto. Este estranhamento refletia a difícil associação de como a Psicologia poderia trabalhar com essas mulheres em um contexto onde tantas outras histórias surgiam como prioritárias (mães com bebês natimortos, falecimento da parturiente durante o trabalho de parto, bebês prematuros e com complicações graves) somado ao fato de o aborto ser comumente visto na área como um fenômeno meramente biológico e que, a priori, não seria uma pauta para a Psicologia. Com a autorização institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, iniciei o campo desta pesquisa realizando um levantamento sobre o serviço de ginecologia e obstetria na cidade de Salvador. Através de contatos telefônicos, e-mails e visitas a instituições de saúde, foi possível constatar que, no ano de 2012, existiam quatro maternidades e quatro centros obstétricos (estes inseridos em hospitais gerais) ativos. Destes oito espaços, uma maternidade e um centro obstétrico não tinham profissionais de Psicologia no seu quadro de funcionárias(os) e uma maternidade e um centro obstétrico não responderam aos ofícios e visitas que solicitavam a participação na pesquisa.

Nesse percurso, foi possível entrevistar seis psicólogas, naquele ano, que atuavam em duas maternidades e dois centros obstétricos: todas consentiram a participação através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Cinco das seis participantes concederam as entrevistas no local de trabalho e uma delas o fez na instituição onde estava realizando o seu doutorado; todas são citadas com nomes fictícios neste texto de modo a garantir a confidencialidade e o sigilo da pesquisa.

O instrumento utilizado consistiu de um questionário socioeconômico, que buscava informações sobre as participantes, como idade, sexo, naturalidade, raça/cor, religião de criação e atual, formação profissional e atuação em hospitais e unidades de saúde. Também foi utilizado um roteiro de entrevista acerca do atendimento prestado às mulheres em situação de abortamento, participação das profissionais em capacitações sobre aborto e temas correlatos, dificuldades no atendimento a essas mulheres, conhecimento sobre a Norma de Atenção ao Abortamento, concepção sobre o aborto e as mulheres que abortam e posicionamento sobre a descriminalização do aborto no Brasil.

106. Os resultados desta pesquisa e o trabalho completo foram apresentados no III Encontro de São Lázaro, realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, em dezembro de 2012.

O método utilizado foi a Análise de Conteúdo (Laurence BARDIN, 1977) que inclui a categorização e a subcategorização das respostas encontradas. As participantes da pesquisa são mulheres, quatro delas se declararam brancas e duas pardas, e todas são oriundas de famílias com religiões tradicionais, sendo que três delas declararam, no momento da pesquisa, não possuir religião. Três declararam-se solteiras e as outras três casadas. Todas possuíam mais de cinco anos de trabalho no serviço público. Dentre as informantes, quatro declaram ter realizado pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*.

As participantes da pesquisa afirmaram que atendem casos de abortamento induzido, apesar de Sara, que trabalha no hospital A, ter enfatizado que os casos de abortamento induzido no hospital eram muito raros (um motivo plausível para isso talvez seja a origem católica do hospital onde Sara trabalha). Fernanda e Raquel trabalham no hospital B. A primeira relatou não ter atendido muitos casos de abortamento por seu trabalho ser com mulheres com gravidez de risco; já a segunda é responsável pela atenção a casos de abortamento e situações de violência atendidos na maternidade. Sobre o perfil das psicólogas entrevistadas, apresentamos as características de modo sistematizado, como se observa no Quadro 1.

Quadro 1 - Características das Participantes	
Participantes	Características
Sara	33 anos, declarou-se branca, casada, judia, graduada em faculdade privada, localizada em outro estado, há 10 anos, especialização em Teoria da Clínica Psicanalítica, trabalha há 8 anos no serviço público e há 8 meses no Hospital A, jornada de trabalho de 30 horas e trabalha também com atendimento clínico.
Raquel	39 anos, declarou-se parda, solteira, católica, graduada pela UFBA há 16 anos, trabalha há 7 anos no serviço público e há 4 anos no Hospital B, jornada de trabalho de 30 horas e trabalha também em um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).
Fernanda	34 anos, declarou-se parda, casada, espírita, graduada pela UFBA há 8 anos, com especialização, trabalha há 6 anos no serviço público e no Hospital B, jornada de trabalho de 30 horas e não possui outros trabalhos.
Catarina	31 anos, declarou-se branca, casada, criada como adventista, mas, atualmente, não possui religião, graduada em faculdade privada localizada em Salvador há 7 anos, especialização e mestrado, trabalha há 8 anos no serviço público e há 5 anos na Maternidade C, jornada de trabalho de 30 horas e trabalha também em outro hospital.
Glória	34 anos, declarou-se branca, solteira, criada como espírita, mas, atualmente, não possui religião, graduada pela UFBA há 10 anos, possui mestrado, trabalha há 6 anos no serviço público e há 1 ano no Maternidade D, jornada de trabalho de 20 horas e trabalha também em outro hospital, em uma ONG e com atendimento clínico.
Mariana	31 anos, declarou-se branca, solteira, foi criada em uma família católica e espírita, mas, atualmente, não possui religião, graduada pela UFBA há 8 anos, com especialização e mestrado, trabalha há 7 anos no serviço público e há 4 anos na Maternidade C, jornada de trabalho de 30 horas e trabalha também em outro hospital público.

As participantes indicaram que o perfil das mulheres em situação de abortamento é: com idade entre 18 e 30 anos, de baixo nível socioeconômico, negras e com baixa escolaridade. Este perfil, segundo as psicólogas, não apresenta distinção em relação às mulheres que buscam o serviço em situação de parto ou em abortamento espon-

tâneo, o que elas justificaram como sendo o público mais recorrente em hospitais do SUS. Vale ressaltar que este perfil se distingue do encontrado entre as profissionais: a maioria é de mulheres brancas, com formação superior, oriundas de classe média/alta.

De acordo com as profissionais entrevistadas, nem todas as mulheres em situação de abortamento são atendidas por uma profissional de Psicologia, sendo apontados como motivos a falta de profissionais e o fato de terem que atender às diversas demandas diferenciadas no setor de maternidade.

Como a gente não tem condição de dar suporte psicológico a todas as pessoas que estão entrando no hospital, que se internaram por algum motivo, então muitas vezes a gente atende quando é chamada. Mas por exemplo, eu posso ter sido chamada no centro obstétrico por algum motivo, e aí to vendo aquela mulher, que eu não sei porquê, porque a gente não tá sabendo o que tá acontecendo, e percebo que ela precisa de um suporte. Percebo alguma coisa estranha, um choro, ou uma preocupação, ou ela me pede alguma coisa, eu aproveito e atendo. Já que eu já tô ali, aproveito que eu tô vendo a situação e atendo. Aí, se ela tiver na enfermaria, algumas vezes elas querem pedir, pra sair de alta, pedido, aí chama a gente. Ou alguma outra situação (Mariana, Maternidade C).

Assim, o atendimento depende da solicitação da equipe, o que nem sempre respeita a demanda da usuária ou a necessidade de um atendimento psicológico. A carência de profissionais implica em muitas mulheres passarem pela internação hospitalar sem serem devidamente acompanhadas pelas psicólogas, configurando uma dificuldade de efetivar o que propõe a Norma Técnica do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) que prevê a escuta especializada como um direito das mulheres internadas por razão de abortamento.

Diante da demanda de intervenção de um(a) profissional de Psicologia, seja por presença de choro ou pelo fato de as usuárias manterem-se isoladas e em silêncio, todas as entrevistadas relatam realizar atendimento individual com as mulheres, sendo o mesmo registrado no prontuário das usuárias. Para além dessa prática individual, Raquel informa ter desenvolvido, por dois anos, um grupo onde as usuárias podiam dividir suas histórias, dúvidas, queixas ao serviço, realizando uma espécie de terapia grupal com as mulheres em situação de abortamento, sem questionar se foi um aborto provocado ou não.

Eu fazia essas abordagens de forma individual, né? Com o tempo, a gente percebeu que poderia ser interessante fazer uma abordagem em grupo, né? ...A gente construiu um grupo que acon-

tecia de 14:00h até 15:00h, uma vez por semana, onde a gente fazia esse tipo de acolhimento, digamos, né? Que a intenção não era fazer um trabalho exatamente terapêutico, psicoterapêutico, embora terapêutico sempre... existe esse viés, né? Porque quando a gente abre um espaço pra escuta, a gente não pode negar que a gente tá tendo uma escuta terapêutica, né? Mas com o objetivo principal de fazer um encaminhamento, né? Ouvir um pouco, abrir, oferecer esse espaço de escuta, pra que, se a paciente tivesse realmente com esse desejo, com essa vontade de verbalizar, né, o fato ocorrido, e muitas vezes elas traziam também episódios anteriores, porque muitas estavam reincidindo o aborto. Isso quando elas, quando elas realmente confirmavam e assumiam o aborto provocado, né, porque nem todas assumem nesse primeiro... porque estão acabando de conhecer o profissional psicólogo, nem todas se sentem à vontade de falar, né? ... Então esse espaço do grupo era um espaço que achava, assim, que... abria essa possibilidade da paciente colocar o seu sofrimento, suas queixas, e se identificar também, existia essa questão também de identificação com outro membro do grupo, uma associação com a história do outro, uma podia também dar uma orientação pra outra. Era muito interessante. Agora o grupo ele durou acho que cerca de 2 anos (Raquel, Hospital B).

As psicólogas relataram abordar as usuárias do serviço com temas relacionados ao seu envolvimento com o parceiro, sua situação familiar, motivação do abortamento, contexto da gravidez, planejamento familiar, sentimentos da mesma diante do aborto e elaboração sobre o evento. Esses temas correspondem à maioria daqueles propostos pela Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento (BRASIL, 2010) e também coadunam com os dados apontados no levantamento realizado por Romio et al. (2015) sobre os temas que são mais preponderantes para a decisão de interrupção da gestação. Apesar dessa confluência entre os temas trabalhados e o que é proposto pela Norma Técnica, apenas Catarina e Mariana, da Maternidade C, enfatizaram segui-la. Quando questionadas sobre se houve divulgação e apresentação da referida Norma nos hospitais e maternidades onde trabalham, quatro das psicólogas negaram que esse material lhes tenha sido apresentado pela instituição, sendo que apenas Catarina e Mariana declararam ter conhecido a Norma através do local de trabalho.

Em relação aos aspectos positivos do atendimento às mulheres em situação de abortamento, as psicólogas consideraram o atendimento importante para que essas usuárias possam ter um espaço para falar sobre o tema e elaborar a situação pela qual passaram. Como trabalhado por Solange Maria Gesteira, Vera Lúcia Barbosa e Paulo César Endo (2006), o espaço para refletir sobre os próprios sentimentos diante dessa experiência é fundamental para ressignificar esse momento em que conflitos

entre valores e crenças pessoais e sociais são vivenciados pelas mulheres, sendo reconhecido como imprescindível um trabalho humanizado e acolhedor das(os) profissionais de saúde, particularmente da Psicologia. As participantes também apontam como aspectos positivos a existência de uma rede de apoio para estas mulheres, a desconstrução da culpa, a reflexão por parte da psicóloga sobre a maternidade e as formas da mulher lidar com a sua sexualidade, de modo a evitar que ela provoque outro aborto. Assim, pode-se dizer que as entrevistadas avaliam o atendimento psicológico como importante e necessário para que a usuária lide com diversas questões pessoais relacionadas ao abortamento.

No que se refere às dificuldades quanto ao atendimento dessas mulheres, foi enfatizada a falta de profissionais, especialmente de Psicologia, pela maioria das entrevistadas. No momento de realização dessa entrevista, Glória e Catarina eram as únicas psicólogas atendendo nas maternidades onde trabalhavam, Mariana estava de licença para realização do doutorado e Raquel e Fernanda se dividiam no setor de ginecologia e obstetrícia. A sobrecarga de trabalho aparece como um fator determinante para a rarefação dos atendimentos às mulheres em situação de abortamento. Catarina e Mariana, ambas da Maternidade C, enfatizaram ainda a inexistência de um espaço que fosse, ao menos, individual para o atendimento psicológico. Raquel relata que o grupo terapêutico desenvolvido por ela, no Hospital B, com um espaço apropriado e um ambiente acolhedor para a escuta, possibilitou que as usuárias conseguissem superar as limitações, sendo possível estabelecer um vínculo de confiança, inclusive para criticar o atendimento que recebiam no centro obstétrico:

E aí a gente ouvia muita... inclusive até umas queixas institucionais, né, com relação à forma como tinham sido tratadas no CO [Centro Obstétrico], que realmente é um local que existe uma certa hostilidade, né? É um local que existem profissionais que não têm essa humanização tão... apurada, certo? (Raquel, Hospital B).

As entrevistadas apontaram como grande dificuldade no atendimento a atitude de julgamento moral da equipe, ou seja, o fato de muitas(os) profissionais de outras áreas que atendem as mulheres tratarem-nas de forma diferenciada e pejorativa, por conta do ato realizado pelas mesmas. A mudança desta atitude foi a principal sugestão para melhoria da atenção prestada pelo serviço. Contribuir para que o atendimento às mulheres seja livre de discriminação e opressão é um dos princípios fundamentais presentes no Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005) e aparece em inúmeras falas das participantes dessa investigação:

Acho que tem que ser feito um trabalho com a equipe, né, com as equipes que tão na ponta, principalmente na entrada

do CO, a forma como essas mulheres são acolhidas acho que é um dos principais pontos que precisam ser melhorados. Porque quando elas dão entrada isso daí é o que marca muito, sabe, porque mesmo que elas estejam passando por um sofrimento psíquico, mesmo que tenha toda a dor física, elas trazem muito nos relatos essa questão do acolhimento, da falta de acolhimento na verdade, do não acolhimento. Então, num momento assim tão difícil, mesmo que tenha sido provocado, isso não quer dizer que não seja difícil, a equipe deveria estar mais preparada pra dar uma acolhida, uma humanizada, que acho que isso contribuiria muito (Raquel, Hospital B).

Julieta Quayle (2006) aponta que, para se combater a violência de gênero, é preciso ter atenção especial às(aos) profissionais de saúde que cuidam das mulheres em qualquer estágio da sua vida. Essas(es) profissionais podem exercer um papel fundamental no combate à violência de gênero (em todas as suas expressões) como podem ser perpetradoras(es) de um modo mais sutil de violência, aquele que se dá através da deslegitimação das mulheres, pelo preconceito e pelo descaso. Sendo assim, qual o papel da(o) profissional de Psicologia que se insere nesses espaços de atuação? Considerando que as(os) psicólogas(os), mesmo quando inseridas(os) no campo da saúde, são oriundas(os) de uma formação com base humanista, que discute as representações sociais e as formas discursivas de controle e de exercício de poder, pode ser a Psicologia um grande instrumento para mobilizar uma transformação no modo como essas mulheres são atendidas e como elas vão ressignificar essas experiências de abortamento e de violência institucional.

Quando questionadas sobre a sua opinião acerca da descriminalização do aborto no Brasil, as psicólogas entrevistadas demonstraram insegurança para se posicionarem. As respostas se restringiram às formas de evitar que o aborto aconteça, enfatizando a educação sobre sexualidade, a melhoria na saúde básica e as políticas públicas para a prevenção do aborto. Glória, Mariana e Raquel, porém, reconheceram o direito da mulher de escolher o momento da maternidade e também da interrupção da gravidez quando a circunstância não for propícia. Já Catarina sinalizou que a mulher não deve ser criminalizada pelo aborto, mas considerou que a descriminalização deve vir atrelada às mudanças nos sistemas de base, como educação e saúde. Fernanda relatou não acreditar na legalização como uma forma de resolver os problemas relacionados ao aborto e revelou que sua opinião está influenciada pelo fato de ser espírita; no entanto ela ressaltou o limite entre a opinião pessoal e a prática profissional. Sara se limitou a dizer que é necessário fazer uma análise caso a caso e considerou que nem a legalização total e nem a completa proibição poderiam ser soluções para a questão. Desta forma, pode-se considerar que quatro das psicólogas entrevistadas se colocaram

contra a atual criminalização do aborto por entenderem que a escolha é um direito de decisão da mulher e que não deve ser imposta por uma determinação social. Isso coaduna com pesquisas que apontam a criminalização do abortamento como um fator que contribui com o caráter preconceituoso, carregado de julgamento moral, com que as mulheres são atendidas nas unidades de saúde (GREICE MENEZES e ESTELA AQUINO, 2009).

É necessário considerar que o fato de o grupo investigado no presente estudo ter sido apenas composto por mulheres, pode ter favorecido um posicionamento empático diante do fenômeno do abortamento, como evidenciado nos trechos abaixo:

Então se isso não for crime, é melhor para elas. É melhor para todas nós mulheres, né? Não só elas que estão engravidando ou praticando um aborto, mas para nós mulheres, não carregarmos mais peso, pelo simples fato de nascermos mulheres (Mariana, Maternidade C).

Eu não tenho a experiência de maternidade, para mim nesse aspecto me faz refletir sobre essa questão, de, assim, até do planejamento, de realmente ter um filho quando eu sentir que é o momento, da responsabilidade com o exercício da sexualidade (Catarina, Maternidade C).

Nas entrevistas, também foi possível perceber como as singularidades de cada instituição se apresentaram como fatores relevantes para as respostas das entrevistadas. Pôde-se observar que Catarina e Mariana, ambas da maternidade C, demonstraram tanto maior conhecimento da Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento como maior reflexão crítica sobre o tema. Isso pode ser atribuído ao fato de esta maternidade ter sido a única cujas psicólogas sinalizaram a divulgação dessa normativa. Sara, que trabalha em um hospital religioso, informou que raramente atende casos de abortamento provocado e apresentou certa dificuldade para responder às questões, posto que o tema não faz parte da sua prática cotidiana.

A influência da religião aparece em outro âmbito como dificuldade para a psicóloga Fernanda, que atende casos de gestação de risco e parto, tendo pouco contato com mulheres em abortamento. Para essa profissional, foi necessário negociar com a colega que atende no mesmo centro obstétrico que ela para que ficasse responsável por esses casos, tendo em vista o fato de a sua religião, o espiritismo, ser contrária ao aborto. Assim, Raquel, a colega do mesmo hospital de Fernanda, ficou responsável pelo atendimento a casos de abortamento e situações de violência, e apresentou uma compreensão dessa questão como um problema de saúde pública e inclusive teve a iniciativa de implementar um trabalho de grupo com mulheres que procuravam o hospital com complicações decorrentes de abortos inseguros. Por fim,

Glória trouxe experiências de seus próprios atendimentos e de estagiárias(os) que ela supervisionou, tendo uma visão abrangente, apesar de não citar a Norma Técnica como documento orientador da sua prática.

Em 2012, este foi o panorama possível de ser traçado dentro das limitações que se colocaram entre mim e essas participantes. Apesar das dificuldades, este contexto me suscitou questões relevantes para pensar como essa prática ocorria no sentido mais profundo, como as psicólogas articulavam as demandas da equipe com a sua própria rotina de trabalho, como esses atendimentos eram registrados em prontuários e quais encaminhamentos eram bem-sucedidos.

A partir desses questionamentos, no ano de 2014, retornei a uma das maternidades em que realizei este primeiro estudo (a maternidade C) para iniciar o pré-campo da minha pesquisa de mestrado. O critério de escolha por essa maternidade foi em função de ter sido a única onde as profissionais declararam conhecer a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento (BRASIL, 2005), sendo inclusive uma iniciativa da própria instituição disponibilizá-la para o corpo profissional. Além disso, trata-se da maternidade que também executa o serviço de aborto legal nos casos previstos por Lei, o que pode indicar maior aproximação das(os) profissionais com essa temática. A priori este contato não consistia na pesquisa propriamente dita, mas sim em um pré-campo etnográfico, centrado em observação participante, notas de campo e conversas informais.

Em dezembro de 2014, cheguei à maternidade com a ideia de buscar por Catarina, informante que participou da pesquisa citada anteriormente. Nesse momento, foi possível constatar que as psicólogas ainda não eram reconhecidas pelas(os) funcionárias(os) da recepção, tampouco seus horários e turnos, apesar de as mesmas terem uma atuação contínua e consolidada nesse serviço. Após esperar um longo tempo pela chegada da psicóloga Catarina, fui informada que a mesma se encontrava de férias e, então, fui recebida pela psicóloga Minerva¹⁰⁷. Minerva informou que a equipe estava composta por cinco psicólogas, sendo que uma delas atuava no ambulatório e quatro se revezavam nos seguintes setores: parto simples, adolescentes, gravidez de risco e unidade semi-intensiva¹⁰⁸. Sobre os casos de aborto legal, Minerva informou que a profissional que estiver de plantão atende, o que significa considerar que todas as psicólogas devem ter tido contato com esses casos em algum momento da sua atuação profissional no hospital. Ela explicou que as usuárias são encaminhadas primeiramente para o Serviço Social e depois para a Psicologia e que, após o atendimento com a psicóloga, a usuária deve realizar a ultrassonografia transvaginal na própria maternidade, porque o hospital só aceita o resultado do exame feito pela própria instituição.

107. Nome fictício.

108. A carga horária de trabalho era de 30 horas para a maioria das psicólogas; apenas uma das profissionais trabalhava 40 horas semanais. Elas se organizavam em plantões de 12hs e 06hs, trabalhando 03 dias na semana (12hs em dois dias e 06hs em um dia). Nenhuma das psicólogas trabalhava durante o fim de semana.

Minerva frisou que, em um tempo máximo de dois dias, a usuária consegue fazer todos os atendimentos necessários, mas que a liberação depende das reuniões de equipe que ocorrem geralmente uma vez por semana. Ressaltou ainda que, muitas vezes, as(os) médicas(os) não querem participar por ser um “assunto polêmico” e, por este motivo, muitas(os) não aceitam fazer o procedimento, mas que isso não é dito, segundo ela, fica subentendido. De acordo com Minerva, a espera da usuária depende da quantidade de casos a serem avaliados e também da idade gestacional, pois, quanto mais avançada a gravidez, maior a prioridade pela realização do procedimento.

O que foi relatado pode ser verificado na literatura sobre o tema: mesmo nos casos em que o aborto é previsto por lei, a equipe de saúde tem reservas na execução do procedimento e no atendimento às usuárias. Sílvia Zordo (2012), em estudo realizado em duas maternidades de Salvador com médicas(os) ginecologistas -obstetras, constatou que a criminalização associada ao medo de ser penalizada(o) jurídica ou socialmente é o fator que mais interfere na prática dessas(es) profissionais com mulheres em situação de abortamento. O segundo fator preponderante são, segundo a pesquisa, os valores religiosos que, internalizados pelas(os) médicas(os), levam ao julgamento do comportamento sexual das usuárias (Sílvia ZORDO, 2012). De acordo com a fala de Minerva, psicólogos e assistentes sociais ocupam um lugar de sensibilização sobre o tema do aborto junto às(aos) demais profissionais.

O medo de ser implicada(o) judicialmente também aparece entre as(os) informantes da pesquisa de Rozeli Porto (2009), inclusive como justificativa para exigir boletins de ocorrência em casos de gravidez decorrente de estupro. Entre essas(es) profissionais, vigora a crença de que relatos de violência sexual podem ser “falsos estupros”, em que as mulheres (principalmente as mais jovens) consentiram com a relação sexual, mas, diante da gravidez, alegaram que foram vítimas de violência para conseguir realizar o aborto. Como Rozeli Porto (2009) explica, o medo de responder por uma interrupção nesses casos é infundado. As(os) profissionais de saúde devem acatar a palavra da vítima como verdade, sem a necessidade do boletim de ocorrência, sendo a mulher responsável pelas declarações que prestar (BRASIL, 2010). Sobretudo cabe destacar que as(os) profissionais estabelecem uma relação de poder e pouca empatia com essas mulheres; afinal a decisão sobre interromper ou não a gestação é gerenciada a partir das desconfiças e valores de sujeitas(os) que não são as(os) diretamente afetadas(os) com o resultado.

Michel Foucault (2004) ressalta que, mesmo que, a priori, não atribuamos ao discurso sua devida importância, é através das interdições que as instituições se localizam: dentro de uma dinâmica que articula poder e desejo. Para isso, o autor identifica, entre os princípios de exclusão do discurso, a separação e a rejeição, o que consiste em um sistema histórico e institucionalmente constrangedor onde nosso desejo pela verdade é construído não devido à busca por uma separação entre verdadeiro e falso, mas sim entre vozes que serão legitimadas e vozes que serão esquecidas. Nessa perspectiva, o posicionamento das(os) profissionais de saúde, diante dos relatos das mulheres em situação de abortamento, pode ser compreendido como a reprodução

do silenciamento das vozes das mulheres e a valorização do “saber médico” como autoridade reconhecida para inferir e decidir sobre os corpos femininos e sobre a legitimação das declarações das mulheres como verdadeiras ou falsas.

Apesar da proposta de investigação sobre o atendimento psicológico às pacientes em situação de aborto ter sido muito bem recebida e valorizada pela equipe do hospital do setor de pesquisa, a mesma se tornou inexecutável devido aos trâmites burocráticos e ao funcionamento precário do Comitê de Ética em que o projeto estava tramitando. Essas dificuldades ocorreram devido à imposição do modelo biomédico no que tange à normatização das pesquisas com seres humanos, como aponta Luís Cardoso de Oliveira (2004). O autor nos esclarece como a perspectiva da Antropologia compreende a(o) participante da pesquisa como atriz/ator, enquanto o modelo das ciências biológicas e da saúde propõe uma ideia de sujeita(o) como objeto de pesquisa. Essa diferenciação é fundamental principalmente quando se considera que, nacionalmente, pesquisadoras(es) de Ciências Humanas precisam adequar e reformular seus projetos, muitas vezes, contrapondo as suas linhas teóricas e metodológicas para conseguirem autorização do Comitê de Ética que trabalha dentro de um modelo biomédico de conhecimento.

O grande desencontro talvez seja, como Maria Luiza Heilborn (2004) aponta, a dificuldade ou o desinteresse em distinguir os estudos que podem efetivamente afetar física e psicologicamente pessoas daqueles cujo trabalho está centrado em signos, símbolos e representações. O que se percebe, de acordo com a autora, é a prevalência de um modelo disciplinar específico, colocando em lugar pouco confortável as(os) pesquisadoras(es) de outras áreas ou com abordagem interdisciplinar, como é o caso aqui apresentado. Diante da inviabilidade de executar essa proposta, a pesquisa de mestrado foi direcionada a ouvir aquelas pessoas que deveriam ser atendidas pelas psicólogas nesses ambientes, isso é, as mulheres que interromperam gravidezes.

Ao longo do desenvolvimento dessa investigação, 12 mulheres foram entrevistadas (por questões éticas, os nomes utilizados aqui também são fictícios). Dentre as participantes, seis relataram buscar o serviço de emergência obstétrica por complicações pós-abortamento, mas nenhuma delas relatou ter sido atendida ou acompanhada por psicólogas dessas unidades. Uma delas relatou ter ido ao mesmo serviço na região metropolitana de Salvador duas vezes, por anos consecutivos, com complicações oriundas de abortos provocados: o primeiro com uma sonda colocada em uma clínica clandestina e o segundo com o uso da medicação abortiva Cytotec. No momento da primeira internação, ela tinha 16 anos e mesmo assim não foi orientada, acompanhada ou encaminhada para ter algum tipo de atenção psicológica ou informação sobre contraceptivos. Ela relata que:

A gente foi pro hospital e eu fiquei o dia inteiro lá, sentindo muita dor, muita contração, porque tinha que sair o feto... quando expeliu aí foi que eu fiquei bem. A enfermeira olhou e me perguntou

o que eu tinha tomado, eu disse que nada, eu fui orientada a dizer que não tinha tomado nada. Ela insistiu: ‘não tomou o que? Esse feto está todo destruído’. Aí eu fiz a curetagem e depois fiquei seis dias internada no isolamento, acho que eu peguei uma infecção, não sei (Mawa, sobre seu primeiro aborto aos 16 anos).

Como Mawa aponta, nem informações sobre sua saúde física lhe foram transmitidas de forma acessível, sendo os motivos de seu internamento, por seis dias, uma hipótese dela própria e não um diagnóstico transmitido por alguém. Situação similar ocorreu com Rabie que, após introduzir três comprimidos de Cytotec, foi ao hospital com dores e hemorragia intensa:

E aí o que acontece é que eu fui mantida no hospital assim, tomando só remédio de gases por conta dos espasmos e o sangramento continuando, fiquei no hospital uns três dias, a ponto de tomar já transfusão de sangue, porque lá não tinha ultrassom e eles só ouviam pelo rádio o batimento tava normal pra idade do feto, pra idade estimada pelas, pelos dados que eu forneci e aí não fiz nenhum procedimento... a gente assinou um documento e me liberaram; daí eu fiquei mais alguns dias em casa passando mal (Rabie, sobre sua experiência em um hospital público de Salvador).

Existe um nítido desencontro entre o que é proposto pela Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento e a realidade que os serviços de saúde impõem às mulheres que buscam esses espaços. A ausência de uma estrutura que possibilite às psicólogas garantir o atendimento e o acompanhamento humanizado dessas usuárias facilita esta realidade de humilhação e descaso vivenciada pelas mesmas. Se o discurso do Biopoder – definido por Michel Foucault (2005) como o que regula, disciplina, regulamenta, legisla a vida das pessoas através dos discursos considerados legítimos (Medicina, Direito, Psicologia) – é utilizado para culpabilizar, estigmatizar e criminalizar as mulheres que abortam porque elas desviam de uma suposta maternidade natural, a Psicologia pode ser extremamente útil para, junto com essas mulheres, construir um discurso de resistência, onde a maternidade seja uma escolha possível e não uma imposição do Estado, do Direito e da Religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades impostas às psicólogas que trabalham em setores onde ocorrem abortamento são evidenciadas no discurso destas profissionais que trazem um sentimento de solidão, em função da ausência de espaços onde debater e refletir sobre essa prática, e de medo de sanções de cunho condenatório moral e legal/nor-

mativo. Os obstáculos no oferecimento de uma escuta especializada, além de refletir a dificuldade de executar o que propõe a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento (BRASIL, 2005), demonstram como o acolhimento psicológico ainda é subestimado quando se refere às mulheres que interromperam gestações.

Encerramos este trabalho com o relato de uma frase muito significativa de uma das mulheres que, ao iniciar a entrevista, falou sobre a sua experiência de abortamento:

Eu vim participar disso aqui pra meio que fazer uma confissão, porque ninguém sabe que isso aconteceu comigo... Isso me traz muitos problemas, conflitos (Mawa).

Mawa tinha e ainda tem uma demanda de escuta. Assim como ela, outras mulheres estão vivenciando a insegurança e o medo de se arrisarem em um procedimento inseguro e que pode lhes trazer tanto a ameaça de um processo penal, como sequelas físicas e risco de morte.

A concepção do aborto como um fenômeno biológico que se limita à expulsão do feto é uma perspectiva reducionista da complexidade que este fato implica em uma sociedade como a brasileira, onde a maternidade ainda é vista como sinônimo de feminilidade e a ruptura com essa norma implica em sanções morais, religiosas e jurídicas. Organizar esses dilemas e romper com essas normas é uma vivência que altera a rotina e a organização das pessoas envolvidas, principalmente pela falta de informação, suporte e acolhimento.

Cabe à Psicologia oferecer às mulheres que interromperam gravidezes o direito de escuta, de acolhimento, para que não precisem guardar suas histórias por tanto tempo, potencializando conflitos que poderiam ser ressignificados, repensados, problematizados e relativizados. A possibilidade de acompanhar os sentimentos que perpassam os itinerários abortivos é uma função de exercício da Psicologia comprometida com a construção de uma equidade entre os gêneros e com a libertação das mulheres do modelo de maternidade compulsória que ainda limita a sua autonomia e potencialidades.

REFERÊNCIAS

ADESSE, Leila; MONTEIRO, Mário; LEVIN, Jaqueline. Abortamento, um grave problema de saúde pública e de justiça social. **Revista Radis-Comunicação em Saúde** [online] n. 66, 2008. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/66/reportagens/grave-problema-de-saude-publica-e-de-justica-social>> Acesso em 28 jun. 2015.

A Psicologia no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. spe, p. 246-271, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 jun. 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v1.

_____. **O Segundo sexo**: A experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v2.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOCK, Ana M. Bahia. A Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva Crítica em Psicologia. In: BOCK, Ana Mercês; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (Org.). **Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2002.

BARSTED, Leila Linhares. O movimento feminista e a descriminalização do aborto. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.5, n.2, 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1997000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 out. 2014.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto Lei N° 2.848 de 07/12/1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decree-to-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 29 jul. 2016.

BRASIL. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental**. Lei N° 9.882, de 3 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19882.htm>. Acesso em 29 jul.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**: norma técnica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. 124 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Caderno 4). Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-sexuais-e-reprodutivos/combate-a-violencia-contra-a-mulher/Manual%20violencia%202005.pdf>>. Acesso em 29 jul 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção humanizada ao abortamento**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. 59 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Caderno n. 4). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada.pdf>. Acesso em 29 jul 2016.

CHAVES, Sara. **Significados de maternidade para mulheres que não querem ter filhos**. 2011, 133f. Salvador: UFBA, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2011. Disponível em: <http://www.pospsi.ufba.br/Sara_Chaves.pdf>. Acesso em 29 jul. 2016.

DINIZ, Debora. **Aborto e saúde pública**: 20 anos de pesquisas no Brasil. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: UERJ, 2008. 313p. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/especiais/2008/04/pesquisa_aborto.pdf>. Acesso em 29 jul. 2016.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna.

Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, supl.1, p. 959-966, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 jul. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Édition Établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald. Collaboration de Jacques Lagrange, Vol. I et II. Paris. Quarto Gallimard, 2001.

_____. **A ordem do Discurso**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In:_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.285-315.

GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos; BARBOSA, Vera Lúcia; ENDO, Paulo César. O luto no processo de aborto provocado. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 462-467, dez. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002006000400016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 ago. 2016.

HEILBORN, M. L. **Antropologia e saúde**: considerações éticas e conciliação multidisciplinar. In: Victora, Ceres (orgs.); et al. **Antropologia e ética: O debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF. 2004. p.57-63. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/AntropologiaEtica.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2016.

HEILBORN, Maria Luiza. Heterossexualidades, contracepção e aborto: uma pesquisa em quatro capitais latino-americanas. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 127-134, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-6487201200060006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 ago. 2016.

INSTITUTO MULHERES PELA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE E AOS DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS [IMAI]. **A realidade do aborto inseguro na Bahia**: a ilegalidade da prática e seus efeitos na saúde das mulheres em Salvador e Feira de Santana. Salvador, 2008. 61 p.

MENEZES, G.; AQUINO, E. **Pesquisa sobre o aborto no Brasil**: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. 193-204, 2009.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Pesquisa em versus pesquisas com seres humanos. In: VICTORA, Ceres (orgs.); et al. **Antropologia e ética: O debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF. 2004. p.33-44. disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/AntropologiaEtica.pdf>>. Acesso: 29 jul. 2016.

Porto, Rozeli M. **Aborto legal e o culto ao segredo**. [tese] : dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal / Rozeli Maria Porto ; orientadora, Miriam Pillar Grossi. - Florianópolis, SC, 2009. 249 f.: Tabs. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

QUAYLE, Julieta. Violência de gênero e saúde reprodutiva: subsídios para o psicólogo hospitalar. **Mu-danças**, São Paulo, v.14, n.1, p.80-85, jan.- jun. 2006. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/635/635>>. Acesso em 28 set. 2015.

RABAY, Glória; SOARES, Gilberta Santos. O percurso da (des) Atenção ao abortamento, in: _____. **Abortamento inseguro: assistência e Discriminação**. João Pessoa: Marmesh, 2008. p. 43-65

ROMIO, Caroline Matos; et al. Saúde Mental das Mulheres e aborto induzido no Brasil. **Psicol. Rev.**, São Paulo, v.24, n.1, p. 61-81, 2015. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/24229/17439>>. Acesso em 10 nov. 2015.

SANTOS, Catarina Miranda; ALMEIDA, Alessandra. As Mulheres e a Autonomia sobre seus corpos: Discussões acerca do Aborto e dos Direitos Reprodutivos. In: ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda dos (org.). **Gênero na psicologia: articulações e discussões**. 1.ed. Salvador: CRP-BA, 2013. p. 129-140.

SWAN, Tania Navarro. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre procriação e Maternidade. In: STEVENS, Cristina (org.). **Feminismo e Maternidade: Diálogos Interdisciplinares**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 201-244

TORRES, José Henrique Rodrigues. Aborto e legislação comparada. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 64, n. 2, Jun. 2012. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 ago. 2016.

DE ZORDO, Sílvia. Representações e experiências sobre aborto legal e ilegal dos ginecologistas-obstetras trabalhando em dois hospitais maternidade de Salvador da Bahia. **Cienc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1745-1754, jul. 2012. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 ago. 2016.

ENTRE NORMAS E TUTEIAS – PENSANDO (IM)POSSIBILIDADES DA PSICOLOGIA EM INTERFACE COM TRANSGENERIDADES

Diogo Sousa
Céu Cavalcanti

INTRODUÇÃO

Em mais de cinquenta anos de profissão, a Psicologia demarca um campo de saber que antecede a sua regulamentação no Brasil. As chamadas teorias clássicas, que possibilitaram caminhos para a ciência e a profissão, se atualizaram em novas propostas e modelos teóricos que ora as tomam como ponto de partida, ora criticam seus pressupostos fundantes e instauram outros modos de pensar a Psicologia e de atuar a partir dela. Não apenas os pressupostos teóricos se expandiram, como a noção de sujeita(o) ganhou novos contornos – importante efeito político na construção dos saberes Psis (Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise).

A década de 1960 evidenciou o início do importante movimento de enfrentamento às normatizações e questionamentos acerca das(os) atrizes/atores sociais centrais do espaço público e as marcas por elas(es) promovidas. Os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) e o Movimento Feminista foram os principais responsáveis por revelar uma estrutura social baseada em intensas discriminações e violências nos campos do gênero e das sexualidades – ao que o movimento negro fez avançar as críticas e tornou notável os contornos que tais questões ganham ao evidenciarmos as relações étnico-raciais.

A manutenção do homossexualismo nas classificações patológicas engendrou (des)conhecimentos sobre sexualidade, sustentou violências e tornou imperativo de legitimação de algumas(uns) sujeitas(os) em detrimento de outros ao longo dos anos. A utilização dos discursos médico e jurídico tem constituído base para a manutenção de desigualdades e preterimento de sujeitas(os). O que foi criado social e culturalmente em função disso não foi apagado ou mudado de imediato, mas atualizou as noções de patologia sobre as possibilidades de vivência da sexualidade não heterossexual, além de transformá-las em vivências perigosas.

Sempre se conheceu muito mais a sexualidade pelo seu potencial de perigo do que por seu potencial de prazer; muito mais por ameaçar a sociedade e suas instituições do que por ser por elas transformada não raramente em fonte de dor, de isolamento

moral, de estigma e de exercício de poder (Livi FARO, Sergio CARRARA, Jane RUSSO, 2005, p. 19).

Um dos importantes efeitos da luta dos movimentos LGBT foi a retirada do homossexualismo do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) em 1973. No Brasil, o termo esteve em uso até 1985, quando foi removido da lista de doenças do Conselho Federal de Medicina, a partir do entendimento da homossexualidade enquanto variação do desejo sexual e não mais como uma patologia. Cabe destacar o avanço nas discussões dos saberes e das práticas acerca das sexualidades no Brasil, uma vez que o Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (CID/OMS) só retirou o homossexualismo do rol de doenças em 1990. No ano de 1999, o Conselho Federal de Psicologia lançou a Resolução nº 0001/99 que estabelece normas de atuação para psicólogos(as) em relação às questões de orientação sexual. Com esse percurso, a homossexualidade passa a configurar um novo cenário em que a heterossexualidade deixa de ser a única expressão possível da sexualidade.

Mesmo após a suspensão do termo homossexualismo do DSM, ainda hoje, somos recorrentemente lembradas(os) e norteadas(os) quanto ao compromisso ético de uma atuação que vise à liberdade, autonomia, respeito e integralidade de todas as pessoas, o que exige pensar a sexualidade (e suas múltiplas dimensões) como constitutiva das(os) sujeitas(os). É uma controvérsia ético-profissional: recordar que as práticas sexuais, o desejo, o erotismo, a afetividade e a homossexualidade não constituem doença e não devem ser tratadas como tal representa, de um lado, marca da forte onda conservadora e dos seus discursos essencialistas e, de outro, o entendimento dos preceitos éticos que norteiam a profissão. Ao assumir o compromisso ético-profissional, deve estar em evidência o esforço em romper com o modelo único de concepção da sexualidade humana que exclui tudo aquilo que não pode ser lido como heterossexual, a heteronormatividade, base normativa sobre a qual se impõe a estruturação da sexualidade, do gênero e da identidade de gênero (Judith BUTLER, 2003).

Vale observar que, no mesmo ano de 1973, quando o homossexualismo é retirado do DSM-II, outra noção patológica surge: a disforia de gênero¹⁰⁹. A primeira pergunta que podemos indagar dessa situação é: quais dispositivos que tratam da sexualidade definiram a homossexualidade e nos impediram a vivência de identidades de gênero que não obedeciam à heteronorma? Ora, se a homossexualidade passava a ser legitimada, é preciso destacar que sua vivência só seria possível a partir do atributo da cisgeneridade, construção heteronormativa que prevê a vinculação linear

¹⁰⁹. O conceito de disforia de gênero, que passou a definir os fenômenos e processos relativos à transexualidade, foi cunhado por John Money, em 1973. Em 1977, o primeiro congresso da Associação Harry Benjamin passou a se chamar Harry Benjamin Internacional Gender Dysphoria Association [Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin, livre tradução] (HBIGDA). A produção da transexualidade enquanto patologia se concretizou em 1980 com sua inclusão no Código Internacional de Doenças – CID (Berenice BENTO, 2008; Berenice BENTO, Larissa PELÚCIO, 2012).

entre órgão genital, gênero e identidade de gênero. Transexualidade e travestilidade permanecem (e permanecem) inseridas no DSM, lidas como transexualismo e travestismo, a partir do Transtorno da Identidade de Gênero e Orientação Sexual.

Com mais de cinquenta anos de profissão, a Psicologia tem sustentado, há mais de quarenta, a transexualidade e a travestilidade no escopo patológico, mesmo reconhecendo a ausência etiológica que sustenta a patologização das transidentidades (Tatiana LIONÇO, 2006), colocando as pessoas trans sob a condição de doentes mentais (Berenice BENTO, 2008). Assim, torna-se imperativo refletir acerca dessa permanência, considerando o mote político e a normatização instaurada para legitimar apenas a singularidade lograda a partir da cisgeneridade.

As discussões levantadas nos campos Psis sobre as transidentidades, e mais especificamente sobre o processo transexualizador, tem nos mostrando que o trabalho da(o) psicóloga(o) no atendimento às pessoas trans não se restringe à tomada de decisão para a realização das cirurgias de redesignação sexual, mas é, antes, uma ferramenta de apoio à(ao) sujeita(o) e deve ter em vista o seu sofrimento individual e social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Cabe destacar que o limite para a atuação pautada e referendada no Código de Ética da profissão e em suas referências técnicas é a sustentação de normativas sociais, culturais e políticas por parte das(os) profissionais no exercício de suas atividades, que impeçam a produção das práxis voltadas à integralidade das(os) sujeita(os). Qualquer prática que tenha como objetivo uma suposta correção das vivências trans apoia e sustenta a cisgeneridade como a única possibilidade de vivência plena e não patológica frente ao sexo, ao gênero, à identidade de gênero e à sexualidade.

Nesse sentido, somos provocadas(os) a problematizar de onde partem o acúmulo teórico e as práticas dos campos Psis, em especial a Psicologia, no que diz respeito às pessoas transexuais e travestis e qual o alcance e impacto sobre a população para a qual se destina.

Ao considerarmos as produções de saber, as visibilidades e invisibilidades epistemológicas de sujeitas(os) e de relações, nos cabe destacar que vivenciamos uma matriz social que, para além da manutenção da noção de sexualidade heterossexual, condiciona as vivências à cisgeneridade. Assim, nosso questionamento busca investigar o lugar de onde a Psicologia parte e responde, em teoria e prática, às demandas que fogem do modelo cisheterossexual.

PENSANDO CISGENERIDADES – A NORMA E SEUS LIMITES

Judith Butler (2003), em seu livro *Problemas de Gênero*, busca fincar a noção de que há, em nossa cultura, uma norma estabelecida que atravessa toda a constituição, tanto das estruturas sociais quanto das subjetividades. O pressuposto da heterossexualidade como único destino possível de expressão da sexualidade seria, dessa forma, um forte elemento de regulação. Para esta autora, o que entra

em jogo nesse cenário é a própria definição de humanidade e a delimitação de que alguns corpos e vidas são mais legítimos que outros.

Desse modo, essa norma – nomeada por ela como heteronorma – exigiria dos corpos uma linearidade e continuidade entre sexo, gênero, desejo e práticas eróticas. Às(aos) sujeitas(os) que se enquadram nessa estrutura é dado o status de mais “verdadeiras(os)”, cujos desejos seriam mais “naturais” do que daquelas(es) que dela desviam. Apesar de heteronorma ser um termo já estabelecido no campo dos estudos de gênero pós-butler, neste texto buscamos tencionar também este termo e recorrer ao uso da cisgeneridade como categoria analítica. Porém, para tal, se faz necessário voltar um pouco no argumento para pensar brevemente sobre o campo contemporâneo de estudos de gênero e sexualidade.

Um ponto possível de estabelecer uma conexão com a noção de heteronorma é a concepção de poder em Michel Foucault (2012). Se pensar em termos de uma norma estruturante parece ainda um tanto abstrato, podemos traçar uma linha que parta da concepção foucaultiana de como se operam as relações de poder. Para este autor, o poder não é algo que se possui, como também não está em instituições específicas ou em determinados grupos políticos e/ou sociais. Poder seria, muito antes, uma dinâmica relacional: algo que circula entre toda a estrutura social e que só tem sua existência possibilitada por e nas relações entre sujeitas(os). Na introdução da *Microfísica do Poder*, Roberto Machado (2012) pontua que:

O interessante da análise é justamente sugerir que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada nem ninguém escapa, a que não existe exterior possível. Daí a importante e polêmica ideia de que poder não é algo que se detém, como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados dele; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona (Roberto MACHADO, 2012 apud Michel FOUCAULT, 2012, p. 17).

Nessa perspectiva, deixa de fazer sentido buscar uma análise dicotomizada onde, de um lado, estariam os que detêm o poder e, do outro, os que seriam subjugados a estes. Assim, ao pensar a norma em termos de relações de poder, nos vemos diante da constatação de que não há exterioridade mas é de dentro das próprias relações de poder que é possível o embate. Não haveria então uma instância encarregada de regular as práticas, mas, enquanto elemento constituinte, a norma se pulveriza, enraizando em todas as instituições, práticas, organizações e relações. O embate novamente se opera desde dentro, nos contextos micro.

Uma vez traçado este paralelo entre poder e norma, nos cabe pensar possíveis definições de gênero e sexo para então refletir em como a norma atravessa esses elementos, valendo-se, inclusive, de dispositivos e disciplinas variados, como a própria Psicologia.

A distinção entre as esferas do sexo e do gênero pode parecer relativamente óbvia para contextos de discussão sobre esses termos baseados em concepções feministas, porém a utilização dessas esferas enquanto sinônimos é recorrente no senso comum e, definitivamente, produz efeitos. Gênero é uma palavra que passou a ser amplamente utilizada pelas pautas feministas a partir dos anos de 1960, porém cabe lembrar que o uso desse termo parte do campo biotecnológico dos anos 40 (B. PRECIADO, 2008).

À rigidez do sexo do século XIX, John Money, o psicólogo infantil encarregado do tratamento dos bebês intersexuais, vai opor a plasticidade tecnológica do gênero. Utiliza pela primeira vez a noção de gender em 1947 e a desenvolve clinicamente mais tarde com Anke Ehrhardt e Joan e John Hampson para falar da possibilidade de modificar hormonal e cirurgicamente o sexo dos bebês nascidos com órgãos genitais e/ou cromossomos que a Medicina, com seus critérios visuais e discursivos, não pode classificar como só femininos ou masculinos (B. PRECIADO, 2008, p.81, tradução nossa).

O uso da categoria gênero, ainda que partindo do campo da saúde, permite operar deslocamentos ante a suposta rigidez e natureza do sexo. Promove-se, assim, um primeiro descolamento entre essas esferas e abre-se margem a pensar que haveria algo no humano capaz de ser cambiável. Porém, essa palavra adquire o status de conceito quando é apropriada pelo movimento feminista na segunda metade do século XX. Joan Scott, na década de 1980, no ensaio Gênero, uma categoria útil para análise histórica, recupera um pouco da história desse termo e, ao elucidar os usos que as feministas fazem do gênero, comenta que:

Mais recentemente – recentemente demais para que possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais – as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos (Joan SCOTT, 1995, p.2).

A apropriação do conceito gênero desloca todo um sentido de um campo nascente de teoria política. O que até então era entendido como “estudos da mulher”, passa a ser chamado estrategicamente de estudos de gênero.

O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. (Joan SCOTT, 1995 p.3).

Como efeito, se pensar em termos de estudos femininos mantinha intacta a dicotomia e deixava intocável uma suposta natureza de diferenciação entre homens e mulheres. Pensar a partir do gênero chama atenção para o caráter estritamente relacional dessas configurações, abrindo margem a pensar que masculinidades e feminilidades parecem ser diferenciações que advêm de uma mesma estrutura normativa.

Temos operando, então, duas conceituações diferentes: sexo passa a ser entendido como aparato corporal da diferenciação dos corpos ao passo em que gênero é entendido como a construção cultural que assenta e até mesmo esborra a diferenciação anatômica. Porém, esses elementos estariam necessariamente imbricados. Sobre isso, podemos entender que Gayle Rubin (1993), ainda na década de 1970, definiu como sistema sexo/gênero a dinâmica que transforma a percepção da diferença “biológica” em produtos da cultura. Para esta autora, tal sistema atravessaria a constituição e o destino dos corpos, criando a distinção entre homens e mulheres e a consequente dominação masculina.

Nesse sentido, os movimentos promovidos pela sustentação dos estudos de gênero comportam duas principais importâncias: primeiro, a rejeição das justificativas biológicas e, segundo, um meio de distinguir prática e desejo sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Isto não seria possível sem pensar que esse movimento emerge de uma conjuntura social que ora nos parece específica, o Patriarcado (BUTLER, 2003), ora se revela múltipla pelos efeitos que não se manifestam exclusivamente sobre as mulheres. Assim, os estudos de gênero comportam a desconstrução dos mecanismos de dominação e contra-hegemonia alinhados e destinados a operar sobre corpos e subjetividades.

Um ponto importante que nos ajuda a pensar o sistema sexo/gênero é a contribuição do pensamento de Judith Butler nessa questão. Se o sexo podia ser entendido como a base “natural” a partir da qual o gênero se configurava, a filósofa pós-estruturalista nos convida a ir um pouco mais além e entender que talvez o próprio sexo seja também uma instância delimitada pela cultura. Um dos argumentos importantes na definição de sexo para Judith Butler (2003) é a afirmação de que essa dicotomização entre sexo/gênero ainda pode carregar em si marcas de uma suposta natureza binária. Como contra-argumento, é lançada a noção de que o sexo é sempre colonizado pelo

gênero. Ou seja, para a autora, tudo a que nos referimos como sendo o campo do sexo (masculino ou feminino) é puramente gênero, de modo que, quando vamos delimitar as fronteiras do que seria dado ao campo do sexo, inevitavelmente nos debruçamos sobre elementos culturais que falam a partir dos marcadores de gênero.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. (Judith BUTLER, 2003 p.25)

Porém, quando Judith Butler (2003) desfaz a diferenciação do sistema sexo/gênero, não é em nome de uma natural distinção entre os corpos e vivências, como era posto antes da crítica feminista ganhar força e forma. Ao comentar que a distinção revela-se nenhuma, a autora dá um passo à frente e aponta para a precariedade dos marcadores que sustentariam as verdades “biológicas” fincadas no corpo. Torna-se, então, tarefa da crítica engajada questionar os próprios mecanismos de produção de verdades sobre os corpos, bem como a hierarquia existente nos projetos científicos que determinam que algumas explicações são mais invioláveis que outras.

Chegamos a um dos argumentos centrais nas obras iniciais de Judith Butler (2003) e que nos ajuda nas reflexões propostas neste texto: se, em um primeiro momento, o gênero foi utilizado como categoria analítica, como uma palavra que ajuda na teorização de cunho feminista, a pensar sobre contextos e opressões escapando da naturalização do lugar da mulher na cultura; em consonância com a obra da autora, podemos entender que os mecanismos que tornam os corpos generificados já são em si mesmos uma fonte de violência. Desse modo, na medida em que podemos pensar gênero como ferramenta analítica, podemos também perceber que gênero opera como marco normativo, incidindo sobre os corpos como uma potente regulação.

No texto intitulado Regulações de gênero, Judith Butler (2006) afirma que é a própria regulação o elemento que possibilita a configuração do gênero, fazendo com que ele seja produzido sempre a partir dessa relação. Nesse contexto não há algo como uma anterioridade.

Podemos então nos perguntar se há algo de material que sustenta o gênero para além de sua própria regulação, ou se seriam precisamente esses marcos regulatórios que, ao serem repetidos cotidianamente, conformam o gênero nos corpos, definindo sujeitas(os) a partir de seus próprios processos de sujeição. A norma que conformaria as(os) sujeitas(os) seria nomeada como heteronorma, advinda dos pressupostos da heterossexualidade compulsória.

Monique Wittig (1980), no ensaio O Pensamento Hétero, já chama atenção para a forma como o status da heterossexualidade é mantido e afirmado dentro da nossa cultura. Ela pontua que:

Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade. Estes discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade num campo apolítico, como se qualquer coisa que significa algo pudesse escapar ao político neste momento da história, e como se, no tocante a nós, pudessem existir signos politicamente insignificantes. Estes discursos da heterossexualidade oprimem-nos no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles. Tudo quanto os põe em questão é imediatamente posto a parte como elementar. A nossa recusa da interpretação totalizante da psicanálise faz com que os teóricos digam que estamos a negligenciar a dimensão simbólica. Estes discursos negam-nos toda a possibilidade de criar as nossas próprias categorias. Mas a sua ação mais feroz é a implacável tirania que exercem sobre os nossos seres físicos e mentais (Monique WITTIG, 1980, p. 2).

Vemos operar, assim, um complexo jogo que delimita verdades na medida em que legitima algumas vivências em detrimento de outras. As(os) sujeitas(os) e os desejos tidos como “não naturais” teriam, inclusive, negado quaisquer possibilidades de significação da própria vivência, tendo que recorrer ao vocabulário hegemônico para falar e pensar suas vidas. Esse argumento será retomado mais adiante, mas, no momento, o que nos cabe entender é que o campo discursivo se configura como uma zona de embate. O que entra em jogo é o direito de definir e legitimar a própria vida. Dessa forma, cremos que pensar a partir dos termos da heterossexualidade ainda deixa uma brecha ao invisibilizar as vivências trans*¹¹⁰. Propomos então unir a categoria de cisgeneridade às nossas análises sobre normativas de gênero.

Tanto “cis” como “trans” são prefixos que podem ser entendidos, respectivamente, como “do mesmo lado” e “do lado oposto/do outro lado”. Os usos da categoria trans já são firmados culturalmente pelo vocábulo psiquiátrico de transexualismo. Porém, ativistas e teóricas(os) trans começam a tensionar o campo discursivo e fazer uso da categoria de cisgeneridade como ferramenta que nomeia e denuncia o caráter de “naturalidade” dado às vivências não trans. Assim, utiliza-se o termo cis para falar sobre as pessoas cuja identificação de gênero se manteve a mesma a que foram atribuídas ao nascer.

¹¹⁰. Utilizamos o termo trans* (com asterisco) como possibilidade de abarcar as vivências lidas como transgêneras, transexuais e travestis ou aquelas que rompem às normativas da cisgeneridade. O uso do sufixo trans seguido de asterisco implica, ainda, a possibilidade de se refletir sobre vivências de sujeitas(os) que rompem com o modelo binário de concepção de corpos e modos de subjetivação da vida.

Utiliza-se o termo “cis” para designar as pessoas que mantêm um alinhamento entre o sexo designado no nascimento e o gênero a ele referenciado. Tal alinhamento garante determinados privilégios das pessoas cis em relação às pessoas trans, já que estas últimas, ao não manterem o alinhamento corpo-gênero, ocupam lugares de menor valor na esfera social. E aí está justamente um dos objetivos de utilizar a marcação cis X trans: evidenciar as desigualdades a que estão submetidas as pessoas trans no mundo cisnormativo em que vivemos. (Camila GUARANHA, 2014, p. 38)

Uma vez traçada essa linha de raciocínio, podemos nos deter à Psicologia a fim de entender um pouco como se dá o seu contato, as suas construções e discussões com as pessoas trans.

PSICOLOGIA: PRÁXIS DE QUEM PARA QUEM?

Os campos Psis foram fortemente requeridos, ao longo do século XX, a explicarem a sexualidade. A Psicanálise teve grande impacto nestas produções e, ao considerar a homossexualidade um distúrbio no desenvolvimento sexual que iria desde um estado polimorfo na infância até a heterossexualidade adulta, colocava esta como destino (normal) para toda(o) sujeita(o). As vivências de gênero, durante a infância, que rompiam com as construções da época eram concebidas sob a mesma condição – destinadas à heterossexualidade e ao papel sexual específico. Passível de críticas e sem possibilitar a concretude etiológica dessa proposta, a Psiquiatria e a Psicologia foram convocadas a falar sobre a sexualidade, principalmente no que diz respeito a revelar a ordem patológica da homossexualidade. Tal situação motivou ativistas da época a reagirem contra esse processo de patologização que culminou em novas proposições para pensar a sexualidade, com foco especial para os estudos culturais.

O significativo avanço que a retirada do homossexualismo do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais produziu, esbarrou-se com a produção da disforia de gênero no rol de patologias. Grosso modo, esse fato delimitou o conjunto de sujeitas(os) e de sexualidades que poderiam ser exercidas (pessoas cisgêneras heterossexuais e, a partir de então, lésbicas, gays e bissexuais), além de ratificar aquelas(es) para as(os) quais tais vivências seriam, desde sempre, negadas (pessoas trans*, independentemente de orientação sexual). Ora, que articulações tomam da Psicologia o discurso necessário para materializar a patologização das identidades de gênero? O que a Psicologia disputa em uma matriz discursiva que não lhe é objeto exclusivo para basear a atuação profissional?

Michel Foucault (2012) propõe como dispositivo a rede formada por elementos heterogêneos e diversos com uma função estratégica dominante. Cabe destacar

que sua implicação está intensamente posta na condição de legitimidade que produz. Ao pensar a Psicologia, seus discursos, suas epístemas, suas estruturas, instituições, resoluções, produções científicas, etc., frente às pessoas e à função de contemplar a diversidade do exercício profissional, torna imprescindível destacar que essa ciência e profissão não constitui dispositivo de legitimação de vivências, mas se constitui como aquela que deve assegurar a garantia de condições de existência e vivência com foco nas(os) sujeitas(os) e na preservação dos direitos humanos. Nesse sentido, ao contrário de carimbar vivências como legítimas ou não legítimas, localizamos, na malha social, o que impede a manifestação das vidas e o que produz apagamento de sujeitas(os) a fim de firmarmos o compromisso com todas as pessoas por uma práxis que vise “promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e [contribuir] para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 7).

A partir desse cenário, é importante destacar que a Psicologia tem sido constantemente discutida e repensada. Ciência e profissão foram lançadas a refletir as dinâmicas sociais, seja por denúncias dos movimentos sociais, seja pelo movimento contra-hegemônico que a categoria tem promovido, além das tensões em suas bases epistemológicas que têm sido requeridas pela população para a produção de novos saberes que garantam abarcar as múltiplas demandas.

Nesse sentido, cabe destacar que a Psicologia tem sido reinventada por sujeitas(os) que, há muito, têm materializado as margens sociais e o não acesso a esse campo de saber-fazer (pessoas negras, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, homens e mulheres transexuais, travestis, pessoas trans não binárias, pessoas com deficiência, entre outras). Isto não se dá sem dificuldades. A formação profissional ainda precisa garantir a expressão e o diálogo com os saberes negligenciados em função das produções que pautam a Psicologia a partir de um modelo universal de sujeita(o), sem pensar os contextos por ele ocupado e os marcadores sociais que o constituem. Por esse modelo, o contato entre profissional e pessoa torna-se inalcançável. Os borrões nas bordas dos conhecimentos da Psicologia e suas reinvenções pelas novas pessoas que ocupam esse lugar dão outras dimensões ao exercício profissional e à função social e política dessa profissão. Suas (nossas) presenças provocam as noções de normalidade, tencionam legitimidades aleatoriamente garantidas por dispositivos regulatórios e materializam as produções de saberes que rompem com tudo aquilo criado para minar a diversidade da/na singularidade humana.

NORMALIDADES, NORMAS E TUTELAS

Parece já ser de senso comum que a Psicologia tem como um dos seus objetos de estudo e intervenção as experiências de anormalidade. Porém, ao pensarmos na problemática que o contato com as vivências trans coloca ao campo Psi, percebemos que há uma tensão dos limites da norma. As categorias do possível

e do desejável se configuram como elementos de disputa. Nesse ponto, podemos lembrar a provocação que George Canguilhem (1999) faz ao campo Psi quando brinca com a metáfora geográfica da localização do Instituto de Psicologia Francês que, segundo ele, ficava exatamente no meio de uma ladeira. Subindo encontraria os salões da Filosofia, descendo encontraria a delegacia de polícia. Essa metáfora se atualiza cotidianamente no momento mesmo de transformar a ciência psicológica em prática de saúde e cuidado. Parece que sempre estamos em uma berlinda onde, de um lado, figuram sujeitas(os) e a potência de singularidades e, do outro, a normalidade, o comum e o esperado de vidas “saudáveis”. A tensão posta é de difícil delineamento, pois suas fronteiras misturam-se e se reinventam em cada prática de profissional Psi com suas especificidades e perspectivas.

Para nos ajudar nesse dilema, George Canguilhem (1999) nos faz mais uma pergunta: seria o estado patológico apenas uma modificação quantitativa do estado normal? Revertendo esta pergunta, poderíamos indagar: seria então o estado “normal” apenas um fato estatístico? Esta provocação nos faz lembrar que se a normalidade se confunde com o que surge e pode ser visto mais frequentemente, para as diferenças, paradoxalmente, parece sobrar desde sempre o lugar da anormalidade.

No livro *Os Anormais*, Michel Foucault (2001) investiga a composição de um campo de saber disposto a dar conta dos estados de anormalidade. Segundo ele, houve, no contexto europeu, em certa medida, uma transição entre o status de monstruosidade para o de anormalidade. Dos monstros, a religião buscava responder com suas práticas discursivas (exorcismos, inquisição, excomunhão, etc.). Porém, à medida que o “século das luzes” se sobrepunha, o discurso religioso perdia forças e o argumento de cientificidade ganhava espaço. Nesse sentido, a partir das novas demandas de reorganização do sistema jurídico, surge uma nova figura nos meios sociais: o perito. Sua função seria garantir uma análise detalhada dos “criminosos” e auxiliar o corpo jurídico em suas decisões. Inevitavelmente, Michel Foucault (2001) aponta um entrelaçamento que gera e alimenta um “sistema médico-jurídico”. Ao buscarem apoio um no outro, os dois campos inventam um modo de operarem juntos bem como delimitam a rígida separação entre normalidade e anormalidade.

Na experiência trans* é visível o modo como o dispositivo médico-jurídico opera. Na maioria absoluta dos espaços no Brasil, o eixo central a partir do qual se tornam possíveis os diversos procedimentos tanto corporais (acesso a endocrinologia, intervenções cirúrgicas “secundárias” como próteses ou mastectomias e outras modificações) como jurídicos (retificação de registro civil e de demais documentações) é ainda o laudo psiquiátrico. A figura da(o) psiquiatra é colocada como pilar do suposto cuidado onde, a partir de sua “perspicácia técnica”, seria possível validar quais vivências são verdadeiras e quais não são. Por consequência, seria dessa(e) profissional a decisão sobre quem merece o acompanhamento de seu processo de transição e quem não passa de um embuste.

Discutimos anteriormente sobre os perigos que a norma nos coloca ao se fazer naturalizada. Quando damos a um(a) profissional o poder legitimado de incluir

ou excluir vivências do rótulo de transexualidade, nos deparamos com uma operacionalidade do poder, no mínimo, problemática. Esmiuçando as origens discursivas da prática psiquiátrica direcionada a pessoas trans, chegamos a um denominador comum: considerar a transexualidade como patologia produz uma série de aparatos e instituições que produzem a(o) sujeita(o) a que esperam “cuidar”. Queremos com esse argumento lembrar o que fora dito por Miguel Missé (2010): que a patologização gera inclusive uma forma única de pensar e lidar socialmente com corpos e transições de gênero. Ao figurar no DSM, a vivência trans é tratada como uma comorbidade, com descrições universalizantes e indicação de possíveis tratamentos. Acontece que os modos de identificação da comorbidade acabam gerando algo como um checklist que a(o) sujeita(o) deveria preencher para ganhar o laudo psiquiátrico que lhe asseguraria direitos básicos como o acesso à saúde e ao sistema jurídico.

Entramos, então, em um dos pontos espinhosos, pois é posta uma ambiguidade: se por um lado a relação com um espaço de saúde pode garantir mais segurança na transição, configurando-se como espaço de cuidado, por outro, a lógica da patologização, ao engessar a visão única de quem seria realmente apta(o) a transicionar, abre um enorme espaço para que profissionais de saúde se criem detentores do poder de decisão sobre transições alheias. Cuidado, neste ponto, pode ter sido configurado apenas como tutela.

Cabe-nos perguntar: e a Psicologia nesse processo? Voltemos à provocação de George Canguilhem (1999) para, metaforicamente, pensarmos que parece haver dois caminhos. De um lado, nutrir uma relação de cuidado e confiança a partir da qual a(o) sujeita(o) seja sempre protagonista de sua própria história, mas, por outro, impor às vidas que escapolem, réguas que limitam o lugar da doença como único espaço possível de significação da vida.

POR NOVAS POTÊNCIAS

Desde 2011, o Conselho Federal de Psicologia tem pautado discussões com foco na despatologização das identidades trans. Ainda há muito o que avançar. É preciso localizar saberes contra-hegemônicos tendo nas transexualidades e travestilidades os elementos para pensar as vivências trans e romper com a produção de instrumentos que se baseiam exclusivamente na cisgeneridade como norteadora e normatizadora das vivências humanas. É preciso reconhecer a Psicologia como um campo de saber capaz de promover tensões no discurso biomédico patologizante e construir outras bases para o diálogo entre as categorias profissionais, para além daquelas que catalogam e esquadrinham vivências em patologias.

No campo das práticas psicológicas, é urgente redimensionarmos nossos fazeres e considerarmos o valor da fala e da escuta como instrumentos capazes de produzir potentes relações e intervenções junto às pessoas trans. As práticas para as quais somos solicitadas(os) a atuar são marcadas pelo não-saber ou por poucas

produções, o que nos requer conhecer o novo, o não dito e, também, o negligenciado por saberes hegemônicos. Tais premissas nos apontam para o exercício profissional guiado pela garantia de autonomia, liberdade e reconhecimento da(o) sujeita(o) integral com quem dialogamos. Isso significa que nem a produção de saber pode ser maior que aquilo que se apresenta no contato entre profissional e cliente, evitando a tutela que os saberes científicos podem conferir, nem podemos produzir tutelas a partir do cuidado e da atenção que o vínculo terapêutico pode propiciar nessa relação.

Porque somos psicólogas(os) e temos entre nossos princípios fundamentais o trabalho baseado “no respeito e na promoção da liberdade, da igualdade e da integralidade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 7), somos convocadas(os) a repensar nossas posições e não cessar de reafirmar “[nossa] rebeldia contra a natureza, contra ‘o estabelecido’, contra tudo aquilo que nos roube ‘a esperança’. [Reafirmamos nossa] rebeldia contra tudo aquilo que nos negue, antes de tudo, nossas próprias vidas” (Joel MALDONADO, 2008 apud Berenice BENTO, 2008, p. 9) e as vidas que não cessam de se reinventar.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 181p. (Coleção Primeiros Passos; 328).

BENTO, Berenice, PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. In: **Rev. Estud. Fem.** Dossiê. v. 20, n. 2. Florianópolis, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

_____. Regulaciones de Género. **Revista de estudios de género: La ventana**, v.3, n. 23, Universidade Del México. p. 7-36, 2006. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/405919>>. Acesso em 14 jul. 2016.

CANGUILHEM, G. O que é a psicologia? **Impulso**: Revista de Ciências Sociais e Humanas, v. 11, n. 26, p. 11-26, Piracicaba, 1999.

CARRARA, Sérgio; RUSSO, Jane A.; FARO, Livi. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 659-678, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 jul. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n° 0001/99**. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://>

site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em 10 out. 2015.

_____. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>> Acesso em 10 out. 2015.

_____. **Código de ética profissional do psicólogo.** Brasília: CFP, 2005. 18 p.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001. 479 p.

_____. **Microfísica do Poder.** 25 ed. São Paulo: Graal, 2012. 432 p.

GUARANHA, Camila. **O Desafio da Equidade e da Integralidade:** Travestilidades e Transexualidades no Sistema Único de Saúde. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/115052>>. Acesso em 14 jul. 2016.

LIONÇO, Tatiana. **Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica.** Brasília. 2006. 158 f. Tese (Doutorado em Psicologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

MALDONADO, Joel. Manifesto contra a natureza. In: BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 7-9. (Coleção Primeiros Passos; 328).

MISSÉ, Miquel; COOL-PLANAS, Gerard. (orgs.) **El género desordenado:** Críticas em torno a la patologización de la transexualidad. Barcelona-Madrid, Egales, 2010. 288 p.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui.** Madrid: Espasa Calpe, 2008. 328 p.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres:** notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo. 1993. 32 p.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hetero.** 1980. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf>. Acesso em 10 set. 2015.

TRANSEXUALIDADE E SAÚDE NA CIDADE DE SALVADOR: REFLEXÕES DE DUAS ESTUDANTES¹¹¹

Maiane Santos Sauer

Ariane Senna

INTRODUÇÃO

Consideramos que, através da Psicologia, é possível romper com os paradigmas da sexualidade, desmistificando o patológico e reconhecendo as pessoas trans com sujeitas(os) de direitos. Ao contrário da Medicina que enquadra as pessoas trans a um transtorno de identidade sexual presente na Classificação Internacional de Doenças¹¹² (CID-10) e da Psicanálise que fala da transexualidade como uma perversão ou psicose¹¹³, a Psicologia¹¹⁴ vem de encontro a essas classificações e propõe a despatologização das identidades trans.

111. Esta discussão parte da experiência de militância das autoras na área de direitos humanos e serviços de saúde. Maiane Santos Sauer foi estagiária no Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT e atualmente é estagiária do Serviço de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa onde realiza atendimento supervisionado às pessoas LGBTQs, estagiária do Ponto de Cidadania – Cetadd/UFBA e integrante do Núcleo de Estudos e Formação em Saúde – NEFES. Ariane Senna é membro da Associação de travestis e transexuais em ação (Atração) e conselheira de ética da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

112. CID 10 – F 64.0 – Transexualismo: trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo acompanha, em geral, um sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e a aspiração de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

113. As hipóteses psicanalíticas inicialmente defendiam um diagnóstico sintomático no qual a transexualidade, vista como transexualismo, carregava o sufixo “ismo”, que remete a uma doença, sendo vista como uma saída psicótica. Esta visão contribuiu para uma tendência patologizante que, juntamente à Psiquiatria, “enquadrou” a transexualidade como um transtorno, negligenciando uma compreensão mais aprofundada do fenômeno.

114. Ainda não há um consenso sobre essa visão despatologizante das identidades trans em todos os Conselhos de Psicologia do Brasil. O Conselho Federal de Psicologia já propõe a despatologização das identidades trans para os profissionais de Psicologia através de debates com ativistas Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs), materiais informativos como folhetos e vídeos, comemoração do dia Internacional pela Despatologização das Identidades Trans e convites às pessoas trans para que garantam os seus próprios lugares de fala dentro dos Conselhos, além de já ter realizado a II Conferência Internacional de Psicologia LGBT. O Conselho Regional de Psicologia da Bahia – CRP-03 publicou, em setembro de 2015, uma Nota técnica sobre a produção de relatórios psicológicos para casos de alteração/adequação de nome de registro civil das pessoas trans com o objetivo de orientar a categoria de psicólogas(os), propondo a confecção de um parecer com base na Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 07/2003. Para maiores informações sobre as ações que têm sido realizadas no Sistema Conselhos acerca da temática de gênero, ler o capítulo I deste livro.

Neste texto, pretendemos discutir a importância de reconhecimento das identidades trans a partir da visibilidade de suas identidades de gênero, bem como problematizar o acesso desta população aos serviços de saúde, sinalizando os fatores que podem se tornar responsáveis por afastá-las destes serviços.

A importância deste tema de estudo e atuação é um compromisso nosso com o combate à violência de gênero que afasta as pessoas trans do processo de sociabilidade e dificulta o acesso das mesmas à educação, saúde, moradia, trabalho e alimentação – determinantes sociais que corroboram com a baixa expectativa de vida desta população.

Para nos auxiliar na construção deste texto, além de utilizarmos relatos de experiências que nos estimularam, ainda mais, a discutir este tema, também buscamos referências de publicações na área da Psicologia que discorressem sobre o acesso das pessoas trans aos serviços de saúde. Realizando uma pesquisa rápida, na Internet, a partir dos indexadores Scielo e Google acadêmico¹¹⁵ e utilizando os termos transexualidade; psicologia; gênero; serviços de saúde; e transgeneridade, identificamos 18 trabalhos. Desses, foram selecionados os trabalhos relevantes ao tema, ou seja, que apresentaram, na teoria, o processo de cuidado em saúde voltado para as mulheres transexuais e a implicação da Psicologia, chegando-se a 12 publicações. Adicionalmente, também encontramos livros, dissertações de mestrado e doutorado, dossiês e documentários pertinentes ao tema, totalizando mais 14 publicações. A seguir, trazemos relatos e reflexões sobre a experiência de ser uma mulher trans.

EXPERIÊNCIA DE UMA MULHER TRANS EM SALVADOR

Este relato parte da coautora deste texto, uma mulher transexual, ativista social e formanda do curso de Psicologia, residente na cidade de Salvador, Bahia, que traz o seu lugar de fala sobre o universo trans em que vive, objetivando relatar os avanços e retrocessos da conquista pelos direitos à saúde da mulher transexual.

No ano de 2015, quando me dirigi a um Centro de Saúde para fazer o cartão do Sistema Único de Saúde – SUS, fui informada que não haveria a possibilidade de utilizar o meu nome social no cartão e que a única maneira de confeccioná-lo seria com o nome que consta no meu registro civil. Tendo conhecimento da Portaria nº 1820/2009, do Ministério da Saúde¹¹⁶, que garante esta possibilidade para as travestis e as (os) transexuais, questionei sobre o assunto, mas as(os) profissionais e atendentes que estavam no local diziam desconhecer esta orientação. Neste momento, mostrei

¹¹⁵. Indexadores acadêmicos disponíveis em: <http://www.scielo.org> e <http://scholar.google.com.br>.

¹¹⁶. Parágrafo único da portaria nº 1820/2009: “É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

às(os) profissionais o parágrafo da Portaria que dizia que deve haver, em todo documento, um espaço para que se coloque o nome social. As(os) profissionais de saúde, entretanto, não entenderam a demanda levada naquele momento, alegando não terem interpretado a Portaria da mesma forma que eu, a usuária do serviço.

Como segunda medida, liguei para o disque saúde, um número acessível para todas(os) usuárias(os) do SUS, para informar sobre o ocorrido. Foi quando percebi que nem mesmo as(os) atendentes do disque saúde tinham conhecimento desse direito. Procurei, através de e-mails e das redes sociais, denunciar esta situação, além de me comunicar diretamente com um setor específico do Ministério da Saúde, localizado em Brasília, para tratar do assunto.

O resultado disto foi que a minha situação não foi resolvida, o que fez com que eu me dirigisse a um outro Centro de Saúde onde este direito já era garantido em função de já terem sido realizados protestos e caminhadas por ativistas trans na porta do Centro, deixando a instituição mais sensíveis à causa. A situação é extremamente absurda, uma vez que a Portaria precisa ser seguida por todos os Postos de Saúde do Brasil, ressaltando-se ainda que este tipo de atitude, por parte de uma instituição pública, gera um grande constrangimento que tem funcionado como a principal causa do afastamento dessa população aos Centros de Saúde.

É válido registrar que, até hoje, muitas de nós – mulheres transexuais – não somos respeitadas pelo nome social nas unidades de saúde que frequentamos e temos que nos conformar em ser bem atendidas por um(a) ou outro(a) profissional que se mostre sensível em nos chamar pelo nome social. Ainda é frequente o constrangimento quando somos nomeadas como “ele” ou “o rapaz” e, ainda pior, quando perguntam o nosso nome e, ao informarmos o nome social, ouvimos como resposta que a pergunta foi sobre qual é o nosso nome de verdade, como se o nosso nome social, que demarca a nossa identidade de gênero, não tivesse status de verdade.

As unidades de saúde, além de terem profissionais que nos expõem a constrangimentos, têm a própria população presente que nos olha o tempo todo com estranhamento, como se fôssemos um ser de outro mundo. Este relato é a constatação de que Portarias e Normativas não são suficientes para que a mudança seja efetivada, pois, muitas vezes, as crenças religiosas e os preconceitos enraizados em suas bases familiares se sobrepõem a qualquer normativa e é por isso que luto por leis que criminalizem a transfobia para que este seja realmente um começo de conscientização de uma sociedade tão machista e heteronormativa.

Travestis e transexuais precisam de um atendimento humanizado assim como as(os) demais cidadãs(aos), porém têm necessidades e especificidades que só poderão ser alcançadas ou supridas quando as(os) profissionais de saúde se dispuserem de fato a isto. Falamos tanto em humanizar o SUS, mas fazemos de conta que não enxergamos essas populações que também são usuárias do sistema e, por isso, entendo que o SUS só será humanizado quando as pessoas que o compõem se humanizarem, especialmente as (os) profissionais de saúde.

As travestis e transexuais apresentam dificuldades relacionadas ao processo transexualizador, mas por que elas resistem em buscar tais procedimentos? A predominância da sociedade machista, que objetifica o corpo feminino, não deixaria escapar dessa segregação as mulheres transexuais, uma vez que estas são marcadas pela subordinação de gênero¹¹⁷ duplamente. Estas mulheres, diferentemente de uma heterossexual cisgênero, trazem consigo o gênero encarnado que as denuncia como um corpo que destoa da norma. O maior problema disso é que muitas(os) profissionais da saúde não sabem lidar com essas demandas que surgem em “novos corpos” e que não foram estudadas pelas(os) mesmas(os) em sua formação acadêmica, somado ao fato de que também negam esta realidade devido aos preconceitos institucionais que estão enraizados como reflexos da sociedade.

Vale ressaltar, entretanto, que os direitos à população trans já são assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Em seu artigo 1º, item III, a Constituição Federal ressalta o estabelecimento da dignidade humana como um dos fundamentos da República. Assim, este dispositivo assegura o livre desenvolvimento da personalidade, protegendo o direito à cidadania e, consequentemente, das mulheres trans, já que também são sujeitas de direitos na sociedade.

A Constituição ainda reforça, em seu artigo 1º, a prevalência dos direitos humanos que têm como princípios básicos a igualdade e a não discriminação: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”, o que serve, mais uma vez, como um documento de fundamental importância para que as travestis e transexuais o utilizem como respaldo à sua luta por direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) também pontua, em seu artigo 2º, que:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

¹¹⁷. Para Joan SCOTT (1995, p.75): “o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado

Apesar de termos direitos fundamentais presentes nestes documentos, quando a sociedade e a mídia referem-se a travestis e transexuais, é comum que o tema do discurso seja sempre o mesmo: prostituição, DST/AIDS, exclusão, violência, patologização e envolvimento com o tráfico de pessoas e de drogas. Mas será que paramos para pensar se elas têm oportunidades de não fazerem e/ou estarem nessas condições? O que é oferecido para essa população? E por que há um estigma em torno delas de que agem de forma violenta já que são elas as violentadas? Até quando vamos continuar a pensar que esses problemas são sempre das(os) outras(os)? Transexuais e travestis, aceitas ou não, são pessoas e são, portanto, integrantes da nossa sociedade, ainda que marginalizadas.

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, 90% das travestis e transexuais se encontram na prostituição. Onde estarão os outros 10%? Causar estranheza é muito difícil e isso vem acompanhado de violências e agressões que, no caso das acometidas contra as pessoas trans, chamamos de transfobia: um conjunto de fatores que agrega preconceito, violação de direitos humanos fundamentais (como, por exemplo, a proibição do uso do nome social e da possibilidade de mudança no registro), exclusão estrutural (acesso à educação, ao mercado de trabalho qualificado e ao uso do banheiro correspondente ao gênero) e violências diversas como ameaças, agressões e homicídios. (Jaqueline JESUS, 2014). Aqui chamamos atenção para os crimes cometidos contra pessoas trans e questionamos o porquê de serem caracterizados pela desfiguração de rostos e órgãos genitais. Seria uma tentativa de não aceitação e de reafirmar que aquele corpo, órgão e rosto não pertencem ou não devem pertencer àquelas pessoas?

Diante desse cenário, vale salientar que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2014), entre os anos de 2008 e 2011, 325 pessoas trans foram assassinadas no Brasil, o que corresponde a 39,8% de assassinatos de pessoas transexuais no mundo e a 50,5% desses crimes na América Latina. Interessa-nos então refletir sobre esses crimes e sobre a porcentagem grande deles em nosso país. Até meados de 2012, segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia (2012)¹¹⁸, 128 travestis e transexuais também foram assassinadas(os) com características de crimes de ódio que crescem a cada ano no território brasileiro. Tais dados sinalizam a importância de debater mais sobre as necessidades e direitos das pessoas trans, bem como visibilizar este tema para profissionais de saúde.

118. De acordo com o Relatório do Grupo Gay da Bahia – GGB, no ano de 2012, foram documentados 338 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo duas transexuais brasileiras mortas na Itália. Trata-se de um assassinato a cada 26 horas e representa um aumento de 27% em relação ao ano de 2011 (266 mortes). Vale salientar que esses dados são subnotificados e que os crimes aumentam a cada ano como mostra o último relatório do GGB de 2015 (319 mortes de LGBTs): 37% destes eram travestis e transexuais e a região Nordeste apareceu como líder de assassinatos no Brasil. O relatório de 2016 ainda se encontra em fase de construção, mas até o dia 28/01/2016, a entidade identificou 30 assassinatos de LGBTs: um assassinato a cada 22 horas. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>. Acesso em 26 jul. 2016.

DESCONSTRUINDO O GÊNERO E TRANSITANDO ENTRE OS BINARISMOS

A variação de gênero é um tema que está em voga, mas que ainda é permeado por tabus, apesar da diversidade de expressões de identidades e de modos de se relacionar e de viver terem ganhado mais visibilidade nos últimos 10 anos. Ainda convivemos, de forma evidente, com um modelo de família patriarcal e burguês: heterossexual, branco e cisgênero, marcado por um binarismo responsável por classificar o gênero em feminino e masculino e por predestinar as pessoas a identidades de gênero fixadas ao seu sexo biológico. Chamamos de cisgênero as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento a partir do seu aparato genital (biológico); e de transgênero, ou não-cisgênero, as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado (Jaqueline JESUS, 2012, p. 10).

Por se tratar de um distanciamento do gênero fixado no sexo biológico, quando nos referimos à transexualidade, deparamo-nos com um certo desconhecimento social e não aceitação que, não raro, repercutem em atos de transfobia. O preconceito pode se refletir em atos de discriminação, tais como, ofensas verbais, partindo de nomeações como: “viado”, “traveco”, “bicha”, ditas em tons agressivos e que desqualificam a identidade da mulher transexual (e do homem transexual). De acordo com Guacira Louro (2008):

Se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-desujeito ou a identidade referência, segue-se que serão diferentes todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. A posição normal é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la. Marcadas serão as identidades que dela diferirem (Guacira LOURO, 2008, p. 22).

Assim, quando há um rompimento desta linearidade, ou seja, quando alguém se permite transitar entre os gêneros (que não condizem com o sexo) ou mesmo não se enquadrar em nenhum deles, a estas pessoas são atribuídos olhares exotificantes, “quando se trata do diferente com discriminação”, como afirma Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013, p. 396), principalmente por serem corpos em processo de transição. De acordo com Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012):

Os “desviantes sexuais”, em especial travestis, transexuais e intersexuais, são os “monstros pálidos” da contemporaneidade, porque foram alocadas/os nos limites do pensável, autorizando, por

meio de um longo e persistente percurso histórico, a escrutinação dos seus corpos, pelo nojo ou fascínio; a desautorização dos seus desejos; a suspeita em torno da sua sanidade; a violação de seus direitos. (Berenice BENTO; Larissa PELÚCIO, 2012, p. 488)

Percebemos que viver como transexual, mesmo que tal identidade não seja publicamente revelada, implica em trajetórias de vida marcadas por recorrentes e duradouros episódios de discriminação. As instituições, as famílias, os grupos sociais, a mídia e as igrejas reforçam os corpos generificados. Segundo Denise Jodelet (2001):

Com efeito, a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica, através da qual ela se traduz: no caso da segregação, através de um afastamento, da manutenção de uma distância topológica; no caso da marginalização, através da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social; no caso da discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status, ou através de um fechamento diferencial ou negativo. (Denise JODELET, 2001, p. 53)

Assim, no estratégico jogo das visibilidades/invisibilidades, “as travestis permanecem invisíveis e silenciadas nas políticas públicas de acesso à segurança social e cidadania, mas estrategicamente visíveis na argumentação sobre tráfico e exploração” (Berenice BENTO, Berenice; Larissa PELÚCIO, 2012, p. 487). Desse modo, faz-se necessário pesquisar as possibilidades de vivência do seu corpo em processo de (des)construção frente a uma sociedade tradicional, que resiste em aceitar o diferente.

A invisibilidade das pessoas transgêneras nos espaços de socialização é uma questão a ser estudada, visto que estas não são respeitadas em função da sua identidade de gênero que contraria as normas aceitas socialmente, principalmente aquelas que se encontram em processo de transição. Segundo Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013), as marcas subjetivas associam-se a perdas muito objetivas no plano da escolarização, do acesso ao trabalho, à cultura, ao lazer, à saúde e à segurança pública para as pessoas trans, construindo-se, assim, um cenário onde tais pessoas são aliadas frequentemente de patamares mínimos de cidadania.

Dessa forma, cabe-se questionar: por que o corpo desviante choca quando percebido nos espaços de circulação e segue acompanhado por estigma, preconceito, discriminação e violência? Quais as saídas para as mulheres transexuais e travestis e os homens trans quando se vive em um panorama excludente que limita os espaços

de sociabilidade, impondo a elas(es) medo em circular pelas ruas?

Reafirmarmos a necessidade de desmistificar estes conceitos preconcebidos de que a genitália é responsável por definir a(o) sujeita(o) em suas relações e de pautar determinações a respeito do seu corpo e da sua identidade. Guacira Louro (2008) sustenta a resistência em (pré)definir a(o) sujeita(o):

Ainda que teóricas e intelectuais disputem quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente (Guacira LOURO, 2008, p. 18).

No Brasil, esta população possui uma média de vida de 30 anos em relação a todo o resto da população brasileira que tem uma expectativa de vida de 78 anos (ARAGÃO, 2015, p. 5). Visto que a violência de gênero é o principal mote para o distanciamento dessas mulheres do acesso aos direitos básicos em saúde, cabe apontarmos a respeito das construções de gênero binárias que definem os seres a partir de suas genitálias.

Desconstruir os binarismos que rondam as construções de gênero não parece uma atividade fácil, uma vez que, antes de nascer, já somos ensinadas(os) a nos vestir, comportar e relacionar da forma estipulada pelos padrões construídos de acordo com as diferenças sexuais. Também somos convocadas(os) a assumir rótulos e a exercer certos papéis de gênero que, uma vez contrariados, geram incômodo e estranheza. “Ainda que normas culturais de há muito assentadas sejam reiteradas por várias instâncias, é indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade” (Guacira LOURO, 2008, p. 19).

A transgeneridade é um termo que ganha visibilidade ao longo do processo de lutas e reivindicações por militantes e acadêmicas(os), reproduzindo uma resistência a respeito da não-identificação com o sexo biológico que transita entre os eixos feminino e masculino. Esta não-identificação se compactua com a teoria queer¹¹⁹, devido à dificuldade em classificar os gêneros, em função da sua pluralidade de identidades.

¹¹⁹ O queer apresentou-se como uma nova possibilidade de identidade, todavia sem pretensões de representar qualquer essência das(os) que o reivindicam. O queer, portanto, recusa a definição e a estabilidade, é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. Recusando-se a aceitar a existência de sujeitas(os) femininas, gays e lésbicas como pressuposto, a teoria queer pretende realizar a desconstrução dessa categoria, defendendo a instabilidade e a indeterminação de todas as identidades sexuadas e generificadas. (Cássio ROCHA, 2014, p. 509-510)

Desse modo, o binarismo não consegue dar conta de tamanha inconstância de variantes formas de sexualidades, pois a sociedade é mutável, as pessoas são mutáveis e isso reverbera em uma impossibilidade de controle dos corpos:

Se, hoje, as classificações binárias dos gêneros e da sexualidade não mais dão conta das possibilidades de práticas e de identidades, isso não significa que os sujeitos transitem livremente entre esses territórios, isso não significa que eles e elas sejam igualmente considerados (Guacira LOURO. 2008, p. 22).

No que diz respeito à sexualidade e às diferenças anti-binárias, o que aparece como novo causa estranhamento, tendo em vista a ruptura com o masculino e o feminino hegemônicos, por exemplo, quando uma pessoa nasce com uma genitália feminina e tem comportamento diferente do feminino que é socialmente esperado (uma menina com vagina que prefere brincar de carrinhos, vestir calça e ter cabelos curtos, por exemplo). A sociedade estabelece um binarismo responsável por distinguir os fenótipos masculino e feminino e enquadrar as pessoas em papéis sociais e sexuais.

Lembramos de uma fala ao final da Conferência de abertura do II Seminário Internacional Desfazendo Gênero (Salvador, 2015)¹²⁰, em que uma mulher transexual (de nome não identificado) “descarregou” o seu fracasso do êxito estético e moral: “fracassei em ser branco, fracassei em ser magro e fracassei em ser cisgênero”. Não se trata apenas de escolha, e sim de carregar no corpo a marca da diferença, da “anormalidade”, da “desigualdade”. Como afirma Erving Goffman (1891, p. 7), “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”.

Estes padrões marcam o corpo e afetam a maneira de se revelar no mundo, visto que o corpo é a forma através da qual expomos quem somos e assumimos uma identidade. Entretanto, esta identidade pode ser marcada e rejeitada quando não apresenta os traços da normalidade.

Jaqueline Gomes de Jesus (2015), em seu livro *Transfeminismo Teoria e Prática*, aborda a dificuldade das pessoas em abrirem os olhos para o novo, para o diferente: “pra que eu vou aprender uma palavra nova pra uma coisa que não faz parte da minha realidade?” (p. 17). É muito cômodo não percebermos a(o) outra(o), não nos importarmos com a(o) outra(o) e negarmos um olhar de alteridade, de apoio por aquelas(es) que sofrem em uma sociedade com padrões hegemônicos. Segundo Larissa Pelúcio (2012, p. 398), “em ambientes tão regularmente homogeneizados, torna-se difícil se perceber como diferente ou refletir sobre a diferença. Ser o ‘outro’ é condição relacional e contextual”.

120. II Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Conferência Internacional ministrada por Judith Butler. Salvador, 2015.

REFLEXÕES SOBRE PSICOLOGIA E A SAÚDE PARA A POPULAÇÃO TRANS

Indianara Siqueira (2015), travesti e militante, aborda as dificuldades enfrentadas pelas travestis para sobreviverem em uma sociedade racista, sexista, transfóbica, conservadora, que estabelece padrões hegemônicos para legitimar suas(eus) cidadãs(ãos). Em sua fala, apresenta a intolerância vivida por grande parte de jovens que, ao se descobrirem travestis, são rejeitadas de suas famílias e, em seu processo de transformação corporal, são denominadas cruelmente de “monstros”, o que, segundo o dicionário Michaelis, significa: “1. Feto, humano ou animal malformado ou com excesso ou deficiência de partes, monstruosidade, teratismo. 5. Pessoa ou coisa muito feia, horrorosa”. (MICHELIS, 2002, p. 1408).

No momento em que um ser humano é colocado na condição de “monstro”, por sua identidade de gênero – a princípio por sua família e, em seguida, em diversos contextos, tais como, a escola e os espaços de socialização, como sustenta Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013, p. 397) –, especialmente no caso das travestis oriundas de camadas populares, são frequentes as histórias de abandono ou expulsão da família, ainda na infância ou na adolescência. Também são recorrentes as narrativas de violência institucional vivenciadas no âmbito da escola.

A Organização Mundial de Saúde – OMS (1946) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de enfermidades”. Todavia, como uma pessoa que é violentada desde o momento da expressão/vivência de sua identidade e sofre rejeição durante todo o seu percurso de construção identitária consegue usufruir da saúde?

Devido à necessidade de atender às demandas específicas dessa população, em novembro de 2009, o Conselho Nacional de Saúde – CNS aprovou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013), com o objetivo de promover a saúde integral, eliminando a discriminação e o preconceito institucionais, contribuindo para a redução das desigualdades e para a consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS, como sistema universal, integral e equânime.

Entretanto, quando se trata do acompanhamento do processo transexualizador¹²¹, que objetiva uma adequação do corpo à sua identidade de gênero, este não alcança todas as regiões do país, causando sofrimento àquelas(es) que almejam uma atenção a suas questões corporais e identitárias. Segundo Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013):

121. Processo pelo qual a pessoa transgênero passa a fim de que o seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização.

Ainda que, para alguns, o processo de transição seja nomeado “uma situação transitória”, a realidade atual dos serviços disponíveis no SUS é a da escassez de recursos técnicos e de vagas disponíveis, além de outras dificuldades institucionais para suprir uma demanda que é crescente. Além disso, o mercado privado da saúde, a chamada saúde suplementar, não foi ainda levado a assumir os procedimentos ligados ao processo transexualizador de seus usuários/clientes. (Guilherme ALMEIDA, 2013, p.395).

Como referido por Adelyany Santos (2014, p. 4547), o paradigma médico-hegemônico atual considera a transexualidade um transtorno que necessita de tratamento, intervenção e correção, obedecendo a uma lógica de normalidade e de linearidade entre sexo, gênero e sexualidade. Este paradigma está presente tanto no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM como na Classificação Internacional de Doenças – CID, instrumentos responsáveis por diagnosticar transtornos mentais e, neste caso, por patologizar a identidade transexual:

A condição de sofrimento intenso, desconforto e inadequação, por estar no corpo errado do ponto de vista do sexo anatômico, com ausência de distúrbios delirantes ou de bases orgânicas, é descrita na 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), no código F64.0, como Transtorno de Identidade Sexual – Transexualismo. O manual de diagnósticos da Associação Americana de Psiquiatria, em sua IV revisão (DSM-IV), classifica essa condição como Transtorno da Identidade de Gênero, com o código F64.x. (Adelyany SANTOS, 2014, p. 4547).

Esse processo de patologização das pessoas trans vem sendo discutido e combatido pela Psicologia, à luz do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) (2005). O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em 2011, demonstrou apoio à Campanha Internacional Stop Trans Pathologization, através do Manifesto pela Despatologização das Identidades Trans, com o objetivo de retirar os transtornos patologizantes das pessoas trans presentes nos manuais diagnósticos.

Vale ressaltar a iniciativa do Conselho Regional de Psicologia da Bahia em construir um Grupo de Trabalho direcionado a discutir estratégias de enfrentamento contra a patologização das pessoas transexuais e debater uma (re)formulação da Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, visto que esta normativa não atende mais aos anseios da população LGBT e se apresenta defasada em termos da discussão que a Psicologia pode e deve realizar sobre este tema.

Tendo em vista a participação da Psicologia no enfrentamento à despatologização da transexualidade, é preciso se atentar ao sofrimento psíquico por parte dessas

peças que, devido aos determinantes sociais, não raro, necessitam de acompanhamento psicológico, pois os sofrimentos enfrentados por transexuais e travestis não são decorrentes de qualquer patologia inerente a tais sujeitas(os), mas de trajetórias de exclusão social. Todavia esta assistência à saúde mental deve ser compreendida como parte de um direito à saúde desta população, despida de um olhar patologizante que objetiva a elaboração de laudos psiquiátricos e psicológicos (Guilherme ALMEIDA, 2012)

Em Salvador, o Serviço de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa, desde o ano de 2015, realiza atendimentos voltados às pessoas LGBT. Essa iniciativa surgiu através do Professor Gilmaro Nogueira (professor da instituição)¹²², por perceber a inexistência de serviços gratuitos, financiados pelo SUS, que fossem direcionados a atender a demanda destas pessoas, sem o caráter patologizante, e que ofertasse o acompanhamento terapêutico na perspectiva da garantia dos direitos humanos.

Deste modo, a Psicologia enquanto ciência e profissão, conforme preconiza o Código de Ética Profissional, deve atuar com o viés diferenciando, rompendo com os paradigmas que excluem e patologizam a transgeneridade, a partir da atuação que vise o cuidado, a autonomia, a liberdade e o respeito a travestis e transexuais e no seu reconhecimento enquanto sujeitas(os) de direitos, pois lutar pela despatologização não significa esquecer a dor e a angústia que marcam a vida das pessoas trans.

Como vemos, a Política Nacional de Saúde LGBT foi conquistada com o intuito de atender às especificidades e singularidades da demanda, porém, ainda existe uma vulnerabilidade na atenção às pessoas trans. William Peres (2008) sinaliza:

ausência de programas de saúde às suas necessidades específicas, tais como a auto prescrição de hormônios sem avaliação laboratorial e acompanhamento médico e/ou do uso abusivo de silicone industrial, quando transformam seus corpos, ou ainda pelo atendimento preconceituoso e excludente nos serviços de saúde, oferecidos por seus/suas agentes, médicos (as) e enfermeiras (os). (William PERES, 2008, p. 1).

O documentário Bombadeiras (2007)¹²³, produzido na cidade de Salvador, na região do Pelourinho, apresenta o cotidiano de travestis e transexuais que almejam um corpo feminino e, para se sentirem realizadas, fazem uso de procedimentos

¹²². Gilmaro Nogueira é psicólogo (CRP-03/5381), especialista em Estudos Culturais, História e Linguagens, Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA), membro do grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade (CUS). Pesquisa práticas e discursos afetivo-sexuais entre homens em sites de relacionamentos e quinzenalmente se reúne com amigas(os) para assistir e discutir filmes sobre a temática da sexualidade.

¹²³. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ukxnlDYdKE>. Acesso em 26 jul. 2016.

arriscados de introdução de silicone em seus corpos, de forma dolorida e violenta, para produzir quadris, coxas, glúteos e seios característicos da construção social do corpo feminino. Como o documentário é feito a partir da vivência de travestis pobres que não têm recursos para pagar o procedimento, já que o mesmo não é realizado nos serviços públicos, evidencia-se que as mesmas ficam vulneráveis a qualquer problema de saúde, uma vez que tais procedimentos não recebem quaisquer tipos de acompanhamento médico ou atenção psicológica.

O documentário apresenta também a dificuldade vivenciada pelas travestis, no processo da adolescência, quando são violentadas pela família, pela sociedade, pela igreja, por fracassarem em alcançar um “ideal de masculinidade” e se enquadrarem aos parâmetros heteronormativos da sociedade. O vídeo, com muito cuidado, reproduz o discurso de pessoas invisíveis, alertando para o sofrimento, mas também mostrando as redes de sociabilidade e afetividade presentes no cotidiano das travestis.

William Peres (2008), sobre o tema, discute a necessidade de garantir a atuação da(o) profissional de Psicologia quando se trata do cuidado referente à saúde psíquica das pessoas trans, percebendo como a discussão sobre o processo saúde/doença das transexuais e travestis ainda é precária e apontando para a necessidade de ampliação dos estudos que discorram sobre o itinerário à busca de serviços de saúde por pessoas trans, uma vez que a grande maioria nem chega a estes serviços.

Sobre este aspecto, julgamos importante citar uma situação vivenciada pelas autoras, em uma roda de conversa, no campo de estágio. Uma mulher transexual falava sobre algumas dificuldades que enfrenta no seu cotidiano em atividades simples como, por exemplo, pegar um ônibus para trabalhar, pois as pessoas estão o tempo todo olhando-a com diferença, insatisfeitas por ela estar ocupando o mesmo local onde transitam pessoas “ditas normais”, pontuando também a dificuldade que as pessoas têm de perguntar como ela gostaria de ser chamada nos espaços e a constante recusa de lhe chamarem pelo nome social.

O reconhecimento do nome social é uma garantia declarada na Carta de Direito dos Usuários de Saúde, no processo de identificação pelo nome e sobrenome social, presente no seu artigo 4º, inciso I, porém, afirma Adelyany Santos (2014, p. 4552), apesar de avanços como o direito ao uso do nome social, o acesso ao sistema de saúde ainda é precário, seja nos serviços especializados que atendem transexuais ou em qualquer outro serviço que prioritariamente deveria ter como porta de entrada a atenção básica. Construir e garantir a efetiva atenção integral à saúde é, portanto, um desafio.

Questões referentes ao respeito pelo nome social e ao reconhecimento da identidade transexual são fatores importantes no processo de cuidado. Dessa forma, é preciso que a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, garanta que as(os) profissionais estejam preparadas(os) para receber uma pessoa transexual. Con-

siderando que um dos aspectos das representações que as(os) profissionais de saúde têm da transexualidade se aproxima do entendimento de que existem essencialmente diferenças que definem dois sexos, o não cumprimento das expectativas que cada um(a) delas(es) carrega pode provocar conflito e confusão. (Adelyany SANTOS, 2014, p.4552).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve o intuito de dialogar sobre a importância do processo transexualizador para as travestis e transexuais, apontando a necessidade de um atendimento à saúde mais humanizado, atencioso, envolvido com as famílias, as comunidades, as escolas, as universidades, os locais de trabalhos e todos os demais espaços presentes na vida das mulheres/pessoas trans, objetivando a promoção da saúde deste grupo e não apenas a redução de danos.

Percebe-se que, pelo simples fato de serem mulheres transexuais, elas são deslegitimadas enquanto mulheres e são vistas pela sociedade como figuras exóticas dentro de um sistema binário e sexista. Resistir dentro desse sistema é uma grande tarefa e caminho a percorrer por essas pessoas que precisam contar com a sensibilidade de profissionais da saúde para terem os seus direitos garantidos nos espaços públicos.

Para isso, a Psicologia tem o compromisso de assumir uma postura ética na atenção e legitimação do lugar das pessoas travestis e transexuais no seu processo de cuidado, buscando sempre produzir e conservar o bem-estar da(o) indivíduo(o) em todas as esferas de suas vidas, objetivando a minimização, nesses casos, dos efeitos traumáticos que a transfobia poderá causar na vida das pessoas transgêneras.

Despatologizar as identidades trans pode ser o primeiro passo para alcançar esses objetivos, conferindo às mesmas o direito de existir com um corpo que, embora construído socialmente, possui as mesmas bases de validade e fidedignidade que os demais. Assim, é importante entendermos que as mulheres travestis e transexuais poderão procurar um serviço de saúde como qualquer outra pessoa, isto é, poderão adoecer e requerer diversos serviços e atendimentos que não se restringirão apenas ao processo transexualizador – ou a doenças sexualmente transmissíveis, a exemplo de HIV/AIDS, conforme ditam os estigmas sociais – devendo ser vistas, atendidas e respeitadas em sua totalidade.

Enfim, faz-se necessário perceber também a importância de uma intervenção com uma equipe multi e interdisciplinar que inclua a participação da(o) psicóloga(o) no acompanhamento do processo transexualizador, atentando para as questões psicossociais que norteiam o cotidiano de mulheres transexuais que é marcado por violências. Articulações interdisciplinares são necessárias para que as travestis e transexuais cheguem aos serviços de saúde e possam ser acompanhadas em suas questões e especificidades.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Luis. Carlos de. **Documentário Bombadeira**: A dor da beleza. 1h 15min. Salvador, 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dNJgoi1L0gc>>. Acesso em 18 set. 2015.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2016.

ARAGÃO, Carmélia. Literatura contra transfobia. **Capoeira**: Revista de Humanidades e Letras. v.1, n.2, 2015. Disponível em: <<http://www.capoeirahumanidadeseletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/capoeira/article/view/16/24>>. Acesso em 22 set. 2015.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Vivências trans: desafios, dissidências e conformações - apresentação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 485-488, ago. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/PoliticaNacional_SaudeIntegral_LGBT.pdf> Acesso em 25 jul. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 001/99**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf> Acesso em 12 set. 2015.

_____. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf> Acesso em 2 ago. 2010.

FREIRE, Eduardo Corsino et al. A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do sus entre travestis, transsexuais e transgêneros. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 477-484, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de LGBT no Brasil**: Relatório 2015. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>. Acesso em 28 jul. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Jul. 2016.

_____. **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Editora: Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. Brasília, 2012.

_____. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia. 2015.

_____. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARRANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). **Revista História Agora**, Dossiê (In)Visibilidade Trans 2, São Paulo, v.16, n.2, p. 101-123, 2013.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Editora: Vozes. Petrópolis, 2001. p.53-63.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Carta de direito dos usuários de saúde**. 4. ed. Brasília, 2013.

_____. **Portaria N° 1.820**. DE 13 DE AGOSTO DE 2009.

_____. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília. 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em 10 set. 2015.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**: Dossiê Saberes Subalternos v.2, n.2 p. 395-418, 2012. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>>. Acesso em 29 set. 2015.

PERES, Willian Siqueira. Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Corpo, Violência e Poder**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST61/William_Siqueira_Peres_61.pdf>. Acesso em 26 jul. 2016.

ROCHA, Cássio Bruno Araujo. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 507-516, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200507&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 jul. 2016.

SAMPAIO, Líliliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. Transexualidade: aspectos psi-

cológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 42, p. 637-649, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 jul. 2016.

SANTOS, Adelyany Batista dos; SHIMIZU, Helena Eri; MERCHAN-HAMANN, Edgar. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p.4545-4554, nov. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001104545&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 jul. 2016.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Rev. Educação e Sexualidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2015.

SIQUEIRA, Indianara. Transrevolução: marcha das vadias. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2., 2015, Salvador. **Palestra...** Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2015.

TREVISAN, Rosana (coord.). **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Melhoramentos. 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Nova York: OMS, 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos>>. Acesso em 29 jul. 2016.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de LGBT no Brasil**: Relatório 2015. [Blog Internet]. Bahia: GGB, janeiro de 2016. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com>>. Acesso em 29 jul. 2016.

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES EM CONTEXTOS ESCOLARES¹²⁴

Claudiana Maria S. dos Santos

INTRODUÇÃO

Tendo em vista as transformações sociais e as lutas por conquistas e afirmação de direitos que se intensificam na direção das questões de gênero e diversidade, em destaque no campo da sexualidade, este texto traz reflexões sobre como são abordados esses temas em contexto escolar perante o segmento de adolescentes e jovens em Salvador. A análise contempla o fato de que essas temáticas estão frequentemente vinculadas ao ensinamento da educação sexual, além de considerar as proposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs para o Ensino Fundamental que preveem a inclusão destas questões no ensino.

Nesse intuito, apresentarei breves considerações com base em discussões teóricas realizadas a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica em uma escola da rede pública de ensino básico em Salvador, tendo como participantes professoras(es) do ensino fundamental II. A pesquisa aconteceu no âmbito do Projeto Conversas sobre sexualidades: entre o dito, o feito e o desejado na educação básica, sob a orientação da Prof.^a Ms. Joana Leôncio¹²⁵, no curso de Psicologia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Salvador, com duração de um ano.

A proposta desta pesquisa foi identificar discursos e práticas dos sistemas de ensino que enfocam questões de gênero e sexualidade, a influência de estudantes na compreensão sobre o tema e como esta condução reflete na formação de suas subjetividades e em comportamentos sociais. Assim, destaca-se o caráter social e subjetivo dos efeitos desse processo educativo, incluindo a importância do aprendizado para agregar positivamente tanto nas relações sociais como na individualidade de cada sujeita(o), com seus anseios e experiências pessoais, no sentido da superação dos preconceitos e discriminações.

Dentre os aspectos pertinentes ao tema, para o exercício da cidadania considero fundamental haver o reconhecimento e o respeito às diversidades das expressões de gênero e sexualidades existentes, concordando com o que sinaliza

124. Uma primeira versão deste texto encontra-se nos Anais do IV Seminário Enlaçando Sexualidades 2015, disponível em: http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Conversas-sobre-sexualidades-entre-o-dito-o-feito-e-o-desejado-em-educa%C3%A7%C3%A3o-_1_.pdf. Acesso em 10 mar. 2016.

125. Mestra em Educação pela UAA, Py, Especialista em Educação Especial pela UNEB, Professora do curso de Psicologia no Departamento de Educação – Campus I UNEB, Pesquisadora do CANDACES (Grupo de pesquisa sobre gênero, raça, cultura & sociedade) e do Nutex Diadorim (Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade), ambos da UNEB.

Jeffrey Weeks (2010, p.69) ao pontuar favoravelmente que a presença de identidades positivas na diversidade “simboliza a pluralização cada vez mais crescente da vida social e a expansão da escolha individual que esta oferece”.

Ressalta-se que, embora nos PCNs conste a indicação de tratar “orientação sexual” como tema transversal, optei, neste trabalho, e como vem sendo sinalizado por outras(os) autoras(es) (Guacira LOURO, 2010; Deborah BRITZMAN, 2010), por utilizar o termo “educação em sexualidades”¹²⁶ (UNESCO, 2014), pois entendo a orientação sexual como uma predisposição que parte internamente de cada sujeita(o) e que “diz mais respeito ao acontecimento, aos processos inconscientes do que propriamente de uma consciência que hipoteticamente elegeria nossa identidade sexual, identidade de gênero ou atração física” (Fernando TEXEIRA FILHO, 2011, p.57), não estando disposta nem como simples escolha e tampouco como algo orientado por dispositivos externos.

Defendo que, apesar de ser incluída no campo formal do ensino, a educação em sexualidades fundamentalmente acontece em todas as esferas e relações sociais, “em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia” (UNESCO, 2014, p.11). O interesse prioritário neste estudo se refere ao seu estabelecimento como conteúdo associado aos currículos de formação das(os) estudantes em escolas regulares, sua qualidade e nível de alcance, e desdobramentos práticos no bojo das relações constituídas entre educadoras(es) e estudantes no cotidiano escolar.

Com as orientações técnicas de tópicos e objetivos para a educação em sexualidades da UNESCO (2014), tem-se que a sua inserção no campo do ensino deve: garantir o acesso às informações e esclarecimentos de forma abrangente, assegurar um espaço para realizar discussões sobre o tema e possibilitar uma visão positiva sobre a sexualidade, e disponibilizar conhecimentos e possível suporte para as vivências subjetivas, com livre curso para escolhas e práticas em torno da sexualidade.

Este texto se dispõe a trazer considerações sobre como são realizadas as associações entre educação e sexualidade, pensando em como superar as limitações que reduzem os aspectos da sexualidade a abordagens preconceituosas e distantes de possibilitar às(aos) estudantes um conhecimento mais respeitoso quanto às diversidades e mais próximo de suas realidades de vida.

Considerando a propagação dessas discussões no campo da Psicologia, em alinhamento com os estudos de gênero e sexualidades, tecerei considerações tendo em vista o seu compromisso social e político para a superação de desigualdades, atentando para as formas de discriminação que se reproduzem em diferentes espaços e como afetam indivíduos(os) e coletividades. E, neste caso, ao evidenciar formatos de condução de processos educativos e vivências na escola e sensibilizar as(os) profissionais com as temáticas aqui propostas, também serão trazidas reflexões para subsidiar possíveis atuações de psicólogas(os) no sistema educacional.

126. Outras terminologias também têm sido utilizadas em diferentes referências, como: “Educação sexual” (Deborah BRITZMAN, 2010); “Educação da sexualidade” (Aurélio BONA JÚNIOR, 2014).

INTERSECÇÕES ENTRE SEXUALIDADE E GÊNERO

Revisitando a história da sexualidade, verifica-se que esta passa a ser estebelecida como objeto de discussão na sociedade ocidental entre os séculos XVIII e XIX. A noção de sexualidade, tal como tratada por Michel Foucault (1988, p.116), é um “dispositivo histórico” forjado para designar ideias e práticas de relações sexuais humanas ao longo da história. O que se entende hoje como sexualidade é uma invenção social que foi construída na confluência de “múltiplos discursos sobre o sexo: [...] que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’” (Guacira LOURO, 2010, p.11). Para Michel Foucault (1988), em diferentes momentos da história no Ocidente, esses discursos foram criados pelos grupos dominantes a favor da manutenção de seus poderes e privilégios, e reforçados através de suas teorias desenvolvidas nos campos de vários saberes – incluindo os saberes psicológicos, psiquiátricos e psicanalíticos – que foram incorporados nos ditames social, econômico, político e cultural de hierarquização de vontades.

As formulações em torno da sexualidade, realizadas a partir do século XIX, destacam o sexo biológico pelas diferenças anatômicas entre homem e mulher, balizando-se as formas de manifestação e restringindo-as à dicotomia: dois sexos, duas sexualidades (feminina e masculina). As restrições normativas demarcaram deliberadamente o que poderia ser considerado como certo ou errado, normal ou desviante, verdadeiro ou falso no âmbito sexual, conjugando a sexualidade dentro de um padrão específico. Este paradigma surgiu como herança do século XVIII, desde quando se fortaleceram os “dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (Michel FOUCAULT, 1988, p.115), circunscrevendo a sexualidade na tríade ordenadora “poder-saber-prazer”. É neste aspecto que as questões relacionadas à sexualidade passam a se inserir também no campo dos sistemas de educação por via da “pedagogização do sexo” (Michel FOUCAULT, 1988).

Avançando para o início do século XX, as discussões sobre sexualidade ganham evidência com Sigmund Freud (1905) e suas ideias veiculadas na publicação *Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, ampliando a noção de sexualidade, embora ainda compreendida sob o viés da normalidade. Ele defendia a noção de que toda vida humana, desde a infância, seria pautada pelo desenvolvimento psicosssexual ocorrido de maneira singular nas(os) diferentes indivíduos(os), a partir do movimento das pulsões sexuais particulares. Nesse sentido, seguindo as possíveis motivações do inconsciente, haveria certa plasticidade na escolha do objeto sexual e também a possibilidade da repressão dessas motivações em virtude da censura social (Sigmund FREUD, 1996).

Referente aos anos 1980 e 1990, Richard Parker (2010) sinaliza a relevância de pesquisas antropológicas a respeito da sexualidade e do comportamento sexual, salientando-se a vinculação de fatores culturais, políticos e econômicos como determinantes das singularidades nas experiências sexuais.

Na direção dos estudos relacionados à sexualidade e dos movimentos sociais em torno das lutas por direitos civis, igualdade, democracia e mudanças sociais ocorridas no Brasil nos anos 1960, 1970 e 1980 – o que inclui o Movimento Feminista¹²⁷ –, e favorecidas com a promulgação da Constituição Federal Brasileira (1988), intensificam-se as discussões em diversos campos da sociedade que influenciam a aproximação dos temas de educação e sexualidades como conteúdos do ensino escolar. Gradativamente, essas discussões foram sendo integradas aos currículos escolares, principalmente na educação básica, através da oficialização de leis, programas, projetos e políticas educacionais articulados com diferentes atores sociais, demarcando-se, de modo mais sólido, o compromisso no campo da educação ao aliar os conteúdos de ensino com as mudanças de mentalidade e realidade sociais em curso.

Assim, nesse percurso, instituem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs para o Ensino Fundamental, por ação da então Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação – MEC, nos anos de 1997 e 1998, legitimando a importância de readequação dos conteúdos nos currículos escolares com o acréscimo de relevantes temas sociais transversais, dentre os quais estaria a educação em sexualidades (citada como “Orientação Sexual”), incluindo as diversas questões que com ela se relacionam e as suas dimensões biopsicossociais. A institucionalização do estudo da sexualidade como tema transversal trouxe à tona o caráter social dessa dimensão por reivindicar que atravessasse todas as áreas de ensino e não somente esteja vinculado às disciplinas voltadas a conhecimentos biológicos e reprodutivos (BRASIL, 1998a).

Estudos sobre o caráter sócio-histórico das produções humanas propõem novas reflexões sobre as concepções de gênero e sexualidade na direção da Teoria da Construção Social. Para Carole Vance (1995), esta teoria, em seu arcabouço, tem formação baseada nas contribuições de variados campos do conhecimento e correntes intelectuais, contemplando-se:

[...] na Sociologia: interacionismo social, teoria dos rótulos e noção de teoria do desvio; história social, estudos do trabalho, história das mulheres e história marxista; e na antropologia simbólica, análises transculturais sobre a sexualidade e estudos de gênero, para mencionar as correntes mais significativas. Além disso, teóricos de muitas disciplinas reagiram aos novos temas levantados pelos estudiosos das questões feministas, gays (grifo

¹²⁷. Ver histórico do Feminismo no Brasil em: COSTA, Ana Alice. A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, 2008. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismovinteanos.pdf>>; e BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Tempo e Memórias do Feminismo no Brasil. Brasília: SPM, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acessos em 10 mar. 2016.

da autora) e lésbicas a respeito do gênero e da identidade (Carole VANCE, 1995, p. 9-10).

Os estudos em conformidade com a Teoria da Construção Social questionam vertentes essencialistas sobre o constructo sexualidade, por considerá-lo como sendo elaborado “através das culturas e do tempo” (Richard PARKER, 2010, p.128), sugerindo que, ao contrário da lógica de naturalização, a sua caracterização foi forjada por fatores históricos e culturais. Trata-se de uma visão que confronta a tendência universalista e determinista sobre a sexualidade, tentando restringi-la ao ato sexual, negando as suas várias possibilidades de manifestações, inclusive aquelas que fogem da norma heterossexual.

A interpretação pela via da construção social permite situar os conceitos sob outra ótica, o que possibilita entender como eles são elaborados e reproduzidos, e então agir em processo de desconstrução, fundamentado no fato de que ideias concebidas ao longo do tempo, especialmente aquelas que demarcam contradições, podem ser desmistificadas e superadas por atitudes crítico-reflexivas.

Nessa perspectiva, as dimensões de gênero e sexualidade estão como constructos inscritos no social, pois “através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia, e conseqüentemente as tornamos históricas” (Guacira LOURO, 2010, p.11). Nesse caso, nenhuma dimensão humana, nem mesmo as concepções sobre os aportes biológicos, estaria à parte do campo das produções humanas temporais e contextualizadas.

Na década de 1980, com os questionamentos do Movimento Feminista no campo das relações sociais e da sexualidade, o termo gênero adquiriu importância para evidenciar o caráter social das relações entre os sexos, indicando “uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (Joan SCOTT, 1990, p.3). A concepção analítica da categoria gênero proposta por Joan Scott (1990) ultrapassa as conformações do sexo biológico/reprodutivo e suplanta a naturalização das dicotomias feminino-masculino. Ocorre que essa tendência de naturalização em torno das dicotomias, tendo como base o sexo, mantém as desigualdades sociais de gênero ao demarcar padrões que, por exemplo, se refletem em: fixação de disposições subjetivas para cada sexo, cristalização de formas de atuação em papéis delimitados, imposição de hierarquias sociais, políticas e econômicas, e disseminação de representações sociais estigmatizantes. Trata-se de aspectos que se tornam insustentáveis a partir do entendimento de que estas são concepções de gênero construídas ao longo da história e em determinados contextos.

Já a sexualidade, além de envolver relações de gênero, também abrange as relações mediadas pela corporeidade, onde se manifestam os desejos e prazeres. Incluem concepções e experiências socializadas e também vivenciadas de modo particular pelas(os) sujeitas(os), que acontecem de maneira diversificada, agregando inúmeros elementos como: “rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos,

convenções...” (Guacira LOURO, 2010, p.11) e ainda “significados, ideais, desejos, sensações, emoções [...] experiências, condutas, proibições, modelos e imposições políticas” (UNESCO, 2014, p. 49). Desse modo, a sexualidade acontece na confluência de uma série de fatores, constituindo-se enquanto “elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade” (UNESCO, 2014, p.49).

As questões de gênero e sexualidade estão bastante interligadas e, tal como disposto em nossa cultura, tecem relações de regulação entre si no jogo do “sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais” (William PERES, 2011, p.100). Por esta ordem de regulação, após a primazia concedida ao sexo biológico, verifica-se que a ideia do gênero e, neste caso, aquela arbitrariamente imposta pela dicotomia dentro do par homem-mulher, se antepõe regulando a sexualidade. A cristalização dos padrões atende a este sistema delimitando as opções e engessando formulações mais flexíveis diante da diversidade. Por outro lado, desajusta-se este sistema com o entendimento das distinções entre as identidades de gênero e as identidades sexuais.

A identidade de gênero refere-se às identificações sociais a partir de características e/ou representações reconhecidas como femininas ou masculinas refletindo-se nas identidades de mulher ou homem cisgênero ou transgênero¹²⁸, independentemente da disposição do sexo socialmente atribuído pelo nascimento ou da direção do desejo sexual. A identidade sexual é construída em torno das vivências sexuais e da direção do desejo afetivo-sexual entre os pares, nas relações entre indivíduos(os) do mesmo sexo, de sexos opostos, voltadas(os) para os dois sexos, ou pela abstenção de qualquer tipo de relação sexual, corroborando com diversas identidades dentre as quais: heterossexuais, lésbicas, gays, bissexuais e assexuados (Guacira LOURO, 2014).

Em meio a estas definições, há os intersexos, anteriormente denominados hermafroditas, e que se incluem politicamente como parte do segmento LGBTTTI¹²⁹ para fins de afirmação de direitos, segundo Jaqueline Jesus (2012). É

128. A identificação como cisgênero “abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” enquanto a identificação transgênero “abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (Jaqueline JESUS, 2012, p.14). O que se considera aqui como “gênero que foi designado ao nascimento” é a relação direta com o aparato sexual e identidade de gênero condizente (socialmente) com este: uma pessoa com vagina ser considerada uma mulher e, em uma cultura heteronormativa, ser considerada também feminina e heterossexual.

129. O termo intersexo está sendo destacado por algumas autoras(es) com a letra “I” presente na sigla LGBTTTI, como cita William Peres (2011, p.98). Refere-se ao que esclarece Jaqueline Jesus (2012, p.14): “Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido e [...] engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas”, formando um grupo que “tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação”. A sigla LGBTTTI significa: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, englobando categorias com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

importante lembrar que transexuais e travestis são identidades de gênero e não necessariamente têm suas identidades demarcadas em torno da sua sexualidade (ou orientação sexual), já que podem vir a ter desejos e práticas sexuais diversas. Saliento ainda que, entre suas articulações, não há como garantir que a identidade de gênero determine a identidade sexual e vice-versa. Isto significa dizer que seguir uma identificação por via do desejo e/ou da orientação sexual não implica necessariamente em uma determinação de identificação social com performances de gênero feminino ou masculino.

Outro quesito sobre as identidades refere-se ao fato de que elas são formações que se apresentam fluidas, mutáveis, instáveis¹³⁰ e, assim, não haveria de ser diferente com a sexualidade e o gênero, tendo em vista as suas conexões com outros marcadores identitários. Alinhando-se na direção do que William Peres argumenta com base na Teoria Queer, entende-se que:

[...] as identidades são sempre múltiplas e descontínuas, constituídas por variações infinitas de possibilidades, pois sua configuração traz elementos relacionados com sexualidades, orientação sexual, raças e etnias, classes sociais, expressões de gênero, posições geracionais, nacionalidades, etc. (William PERES, 2011, p.98).

Ocorre que, entre esses marcadores, há relações de influências mútuas entrelaçadas na dinâmica dos “pertencimentos sociais que abraçamos” (Guacira LOURO, 2010, p.31), evidenciando que as vivências de gênero e sexualidade são marcadas por estas relações entre diferentes fatores. Em virtude disto, para se proceder a uma análise e discussão apropriadas dos fenômenos aqui relacionados, é relevante considerar a articulação e o cruzamento entre várias categorias.

Em uma análise que considera a interseccionalidade¹³¹ de categorias sociais de identidade, variadas nuances correspondentes ao fenômeno serão acentuadas e, do contrário, pode-se negligenciar aspectos decorrentes da sobreposição entre categorias, especialmente no que concerne à configuração de preconceitos e discriminações. As interrelações entre essas classificações são determinadas pelo estabelecimento histórico de relações de poder sobre o sexo, gênero, etnia/raça, sexualidade, classe, geração, religião, dentre outros.

¹³⁰. Diferentes autoras(os) apontam sobre o caráter não fixo e plural das identidades. (Guacira LOURO, 2010; 2014; Jeffrey WEEKS, 1995; Deborah BRITZMAN, 1996).

¹³¹. Kimberlé Crenshaw (2002), em documento sobre mulheres com ênfase em aspectos raciais e de gênero da exclusão, destaca que sistemas múltiplos de subordinação interagem instaurando “discriminação interseccional”. A autora enfatiza que “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Kimberlé CRENSHAW, 2002, p. 176-177).

Sobretudo no caso do Brasil, uma sociedade profundamente marcada por grandes tensões e desigualdades, há que se considerar esta perspectiva de interseccionalidade, visando uma compreensão mais substancial das especificidades. Na perspectiva deste estudo, é significativo refletir em torno das problemáticas de maior vulnerabilidade que se acentuam, por exemplo, quanto às disparidades representadas nos altos índices das violências que têm acometido os segmentos de mulheres negras e a população LGBTQTTTI negra e/ou jovem¹³².

Ao tratarmos da condução dos processos educativos, por compreender a historicidade do gênero e da sexualidade, como já dito, não há como abordá-los situando apenas o que se refere às determinações do campo das ciências biológicas, porque se incorre no erro de rejeitar o caráter de construção social e suas interrelações com os outros indicadores da vida social e cultural.

DISCURSOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

A escola é uma instância fundamental na tarefa de educação e/ou reeducação para a vida social, com o papel de proporcionar às(aos) sujeitas(os) uma aprendizagem para a devida compreensão da realidade da qual fazem parte e de fomentar a participação plena com inclusão e igualdade. Por se tratar de um ambiente promotor de ensino, cabe à escola desenvolver um projeto de educação em sexualidades que seja realmente capaz de informar, esclarecer e acolher as manifestações de diversidade sexual e de gênero.

Entretanto, enquanto instituição social, a escola tende a validar os padrões da “sociedade disciplinar” e, como tal, produz, mantém e reforça a proliferação de discursos e práticas discriminatórios através dos dispositivos reguladores das expressões de gênero e sexualidades. Instalam-se limites sob a lógica do biopoder, em função dos quais as restrições sobre o sexo e a sexualidade, e tudo mais o que lhe convém, estariam a serviço do controle da corporeidade das individualidades e dos comportamentos sociais. (Michel FOUCAULT 1993 apud Jeffrey WEEKS, 2010).

Aderindo-se a esta conformação, no cotidiano escolar, a atitude comum é de controle de tudo o que se relaciona à sexualidade, seja pela padronização das condutas, pela esquiva em abordar assuntos relacionados ou pelo refreio de qualquer possibilidade de sua manifestação ou expressão pelas(os) sujeitas(os), sejam estas(es) educadoras(es) ou estudantes. Nesse quesito, no contato direto com as(os) estudantes, a(o) professora(or) é a pessoa que dispõe de representações sobre o discurso da sexualidade, como aquela(o) que detém o conhecimento (e os significados)

¹³². Para maiores informações sobre dados que mostram variadas situações de violências sofridas pelas mulheres negras ver: Dossiê Violência contra as Mulheres 2015 (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015). E dados referentes à situação da população LGBTQ ver: Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012 (BRASIL-SDH/PR).

sustentado no plano da ordem saber/poder/prazer, solicitando ao alunado a sujeição ao discurso imposto (Michel FOUCAULT, 2005).

Nesse formato, acontecem o contato e a incorporação das ideias vinculadas a partir das práticas presentes no cotidiano escolar que, reunidas, consolidam ideologias de poder que se legitimam em detrimento do que se considera como desvio da sexualidade. Além dos discursos, constantemente encontra-se arraigado, em todo o universo escolar, o uso de outros recursos que afirmam o padrão a ser seguido: postura de atuação de professoras(es) e demais agentes educadoras(es), conteúdos curriculares, representações em material didático, linguagens, símbolos, disposições de organização do ambiente escolar e exigências de performances específicas.

A escola é um espaço sociopolítico de construção e reprodução de conhecimentos e valores transmitidos “explícita e implicitamente, por meio de atitudes cotidianas” (BRASIL, 1998a, p.77), sendo inteiramente responsável pelos conteúdos que disponibiliza e pelos formatos de socializações que possibilita. Para Michel Foucault (2005, p.44) “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Na medida em que os sistemas de ensino procuram afirmar ou intervir diante das contradições sociais, estarão sempre a influenciar comportamentos sociais e a formação das subjetividades das(os) sujeitas(os) que deles participam, principalmente de estudantes. No que tange à nossa temática de discussão, proposições positivas no campo da educação são aquelas direcionadas à promoção de diálogos e ações em favor do reconhecimento e acolhimento das diversidades existentes, acompanhando as demandas e transformações sociais das(os) sujeitas(os).

Para além da aprendizagem dos conteúdos disciplinares, a escola tem a sua importância como um local onde se efetivam processos de socialização, com inúmeras possibilidades de interação que acontecem principalmente na dinâmica das relações entre professoras(es) e estudantes, e de estudantes entre si. Portanto, a educação contribui no desenvolvimento de sentimentos, emoções, interesses, atitudes e, por conseguinte, na manutenção das diferenciações e segmentações sociais, raciais, políticas e culturais.

A educação propicia aprendizagens para a relação com o mundo e com a(o) outra(o), e para a formação pessoal. O ambiente escolar é aglutinador de vários aspectos relevantes para a vida das(os) sujeitas(os), onde são dispostos aprendizados que poderão ser tidos como parâmetros para compreender e viver suas relações com as(os) outras(os) e para vivenciar livremente as suas escolhas pessoais e identidades. É considerando este contexto que as teorias e práticas empregadas em função da educação em sexualidades precisam ser pensadas de forma política para dar conta das nuances no trato das questões de gênero e sexualidades, sobretudo com vistas a permitir atitudes crítico-reflexivas frente aos equívocos, contradições e barreiras que estão dispostos sobre estas temáticas.

No que diz respeito aos processos de subjetivação, essa construção acontece a partir de movimentos de interação com a realidade existente no contexto social. Nas trocas constantes com essa realidade objetiva, a relação com a(o) outra(o) é um dos fatores constitutivos da subjetividade, quando inclusive é possível reconhecer-se como sujeita(o). Por isso entende-se que “não é possível pensar a subjetividade fora dos domínios da sexualidade” (William PERES, 2010, p.92), sendo ela um componente fundamental nessa constituição.

Pensar na subjetividade é revelar traços particulares de cada pessoa, entendendo, conforme Richard Parker (2010, p.135-136), que todas(os) estão sujeitas(os) a “processos de socialização sexual” em que estão em jogo a assimilação de “significados sexuais intersubjetivos” e sua reprodução nas interações sociais e sexuais a partir de contextos culturais específicos.

Relacionando a realidade encontrada diretamente no ambiente escolar desta pesquisa, nota-se que há certo reconhecimento quanto ao papel que cabe à educação escolar de incluir essas abordagens, mas geralmente prevalecem noções distantes de revelar o caráter subjetivo que envolve essas expressões, e não se considera como as(os) estudantes podem ser afetadas(os) pela forma como são conduzidas as intervenções e socializações que acontecem nesse espaço. Percebem-se associações de ideias ainda restritivas ao se referir aos assuntos de gênero e sexualidade, enfatizando-se uma maior preocupação com aspectos considerados como problemas ou com necessidades de prevenção (patologias e gravidez indesejada, por exemplo).

Cabe destacar que o público de estudantes da educação básica é formado por adolescentes e jovens que vivenciam, de modo significativo, processos de construção identitária. Desse modo, uma educação em sexualidades para este público, ao invés de manter concepções estereotipadas, contribui ao permitir uma maior proximidade com experiências voltadas para “o cuidado de si’ como prática de liberdade”. (Michel FOUCAULT 1988, apud Deborah BRITZMAN, 2010, p. 93).

Uma escola como espaço aberto à diversidade movimenta-se no sentido de superar as limitações que podem vir a ser motivos de opressão das possibilidades de escolhas individuais. Nesse sentido, há uma preocupação com o desenvolvimento psicossocial saudável das(os) indivíduos(as), levando em conta de que maneira o ambiente escolar, com teorias e práticas “normalizadoras”, tende a inibir processos de formações subjetivas das(os) estudantes, já que “sentir-se incluído ou não nas normas produz sofrimento, impede garantia de direitos, restringe as possibilidades de escolha” (Luan CASSAL, 2011, p.128). A título de exemplo do que tem ocorrido à população LGBTQTTTI, quando a inclusão não é sentida satisfatoriamente, repercute-se em casos recorrentes de evasão escolar.

A Psicologia Social traz uma perspectiva de que as pessoas são afetadas em seu psiquismo pelas circunstâncias estabelecidas no meio social. A subjetividade revela-se no contexto histórico-social no qual está inserida(o) a(o) individual(o) e,

como um ser social (Ana BOCK et al, 2008), não há como pensar nessa(e) sujeita(o) e em sua formação pessoal isolada de suas experiências na escola. Pelos conteúdos acessados e experiências vivenciadas no universo escolar, o ser humano pode ser violentado em suas intimidades, sendo atingido em aspectos relacionados às suas próprias subjetividades e expressões de identidade – de gênero e de sexualidade.

A disseminação de preconceitos e discriminações prejudica tanto por via da ação dos comportamentos sociais alheios dirigidos à pessoa como pela interiorização dos estigmas associados ao gênero e à sexualidade. Misoginia¹³³, lesbofobia, homofobia, transfobia, bifobia (William PERES, 2011), e tantas outras possíveis formas preconceituosas de lidar com as alteridades, condensadas ainda pela articulação com outros marcadores sociais das diferenças, podem se tornar um fator de sofrimento psíquico conforme tratamento social dispensado às(aos) sujeitas(os) e/ou pela dificuldade de aceitação de si mesmas(os). O processo de aceitação de si passa por reconhecer-se a partir do olhar da(o) outra(o). Se esse reconhecimento é um fator estrutural e importante para o desenvolvimento da subjetividade, na medida em que esse olhar da(o) outra(o) carrega atribuições negativas sobre uma identidade, então essas ideias distorcidas podem vir a ser internalizadas inapropriadamente pelas(os) sujeitas(os). Ao incorporarem essas ideias negativas em suas subjetivações, elas(es) são afetadas(os), implicando na dificuldade de dar vazão às suas próprias performances de gênero e sexualidade.

OS CURRÍCULOS ESCOLARES E OS PROCESSOS EDUCATIVOS EM SEXUALIDADES

A respeito da condução do tema “educação sexual” no ensino fundamental II da educação básica, deparo-me com alguns questionamentos: a quem serve a “educação sexual”? Como ela é direcionada nos currículos escolares? A escola atende às proposições dos PCNs no que tange ao assunto? Quais são os instrumentos que orientam para inclusão desse tema? O modo com que é lecionado consegue atender às necessidades de esclarecimentos, curiosidades, vivências e experiências das(os) estudantes? São questões que se colocam e que podem sinalizar como este tema vem sendo conduzido nas escolas.

Em minha pesquisa na instituição escolar¹³⁴, identifiquei alguns obstáculos que dificultam que interfaces entre gênero e sexualidade sejam abordadas de maneira

133. O termo misoginia refere-se a uma ideologia sexista decorrentes de medo, ódio irracional, sentimentos hostis, aversão, desprezo e desdém direcionados às mulheres (Ana THURLER, 2015.)

134. Pesquisa realizada em uma escola de ensino básico da rede pública em Salvador, direcionada ao nível de ensino fundamental, para a qual foram instituídos os PCNs de “Orientação Sexual”. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, incluindo pesquisa bibliográfica, documental (análise de Projeto Político Pedagógico do Curso) e de campo, com observação etnográfica e realização de entrevistas semidirigidas. Foram entrevistadas(os) 23 profissionais: direção (02), coordenação pedagógica (01) e professoras(es) do nível fundamental II (20) de diferentes áreas do conhecimento.

mais agregadora e inclusiva. Observei, pela existência de certa inquietação por parte do grupo de direção pedagógica e de algumas(uns) poucas(os) profissionais, uma perspectiva de colaborar com a construção de novas relações humanas, demonstrando-se interesse em consolidar uma educação que contemple, dentre outros aspectos, a compreensão e o respeito a tudo o que se refere à sexualidade e identidade de gênero. Entretanto, na prática realizada pelas(os) educadoras(os), encontrei certa resistência ou dificuldade de tratar sobre os temas relacionados a gênero e sexualidade, o que transpareceu através de: presença de discurso e atitudes discriminatórias; acomodação quanto à atualização e inclusão de assuntos pertinentes; pouco conhecimento sobre as recomendações específicas dos PCNs no que se refere aos Temas Transversais, dentre eles, a “Orientação Sexual”; alegação de despreparo para lidar em sala de aula com possíveis demandas das(os) estudantes no que tange aos diversos aspectos da sexualidade; alegação de existência de pouquíssimos profissionais com formação específica nesses assuntos.

Esses posicionamentos se refletem em outros contrapontos que desfavorecem a efetivação deste tema em processos educativos: questões sobre sexualidade ainda estão mais circunscritas às disciplinas biológicas; indisposição para flexibilizar os currículos à realidade de vida das(os) estudantes e acompanhamento das transformações sociais; resistência quanto à transversalidade, a não ser que se tenha um projeto específico a tratar sobre sexualidade separadamente do currículo; receio dos tabus familiares das(os) estudantes diante da abordagem de determinados assuntos no âmbito da sexualidade. E ainda, ao serem desenvolvidas atividades ligadas a temas relacionados ao campo da sexualidade, costuma-se situar abordagens em um número reduzido de questões que incluem basicamente: assuntos de saúde sexual e reprodutiva, gravidez na adolescência, gravidez indesejada, paternidade responsável, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e uso de contraceptivos.

Ocorre que, como bem sinalizado por uma das educadoras ao sugerir uma intervenção possível para superação dessa prática, a mudança de paradigmas passaria pelo bom senso das(os) educadoras(os) a depender de seu interesse em flexibilizar o currículo escolar, em agir ativamente na construção e atualização do mesmo. Iniciativas como estas estariam a favor do entendimento de que, para além do conteúdo tradicional, o currículo abarca tensões e contradições que suscitam constante posicionamento crítico-reflexivo, especialmente confrontando a teoria e a prática.

Neste aspecto, sugere-se que seria importante haver tal posicionamento por parte das(os) educadoras(os) para contrapor ideias que costumam ser reforçadas continuamente pelos sistemas/instrumentos de ensino, em outros níveis de reflexão e análise crítica. Isto significa dizer que não cabe às(aos) professoras(es) apenas reproduzir conteúdos tradicionais, mas buscar combater modelos recorrentes de preconceitos e discriminações.

No tocante a refletir sobre o papel da escola nessas elaborações, algumas(uns) entrevistadas(os) sinalizam quanto à importância de abordar estes temas e seus diversos aspectos nesse espaço, mas observa-se, de algum modo, uma discrepância entre este reconhecimento e a efetivação desta integração.

No que tange à relação escola – família, evidencia-se uma noção que nos parece distorcida diante do real papel da escola e do formato das relações que precisam se estabelecer com a família. Demonstra-se haver, por parte de algumas(uns) representantes da escola, certa evitação em entender este lugar e fazer com que seja devidamente reconhecido como democrático, plural, amplamente inclusivo, garantindo direitos, contemplando todas as dimensões e relações humanas e sociais.

A educação em sexualidades no ambiente escolar, estando preferencialmente a serviço da cidadania, deve ser conduzida imparcialmente acima de quaisquer limitações sociais no tratamento das questões que têm sido aqui discutidas (BRASIL, 1998a). Com os PCNs para o Ensino Fundamental, se faz o apelo para inserção transversal da educação em sexualidades nos currículos escolares, atravessando os diversos campos do conhecimento, englobando diferentes pontos:

[...] busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. [...] Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1998a, p.287).

As recomendações nos PCNs sinalizam sobre a necessidade de que, para além dos conteúdos disciplinares, os temas transversais sejam revelados como questões sociais e urgentes que “interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrosociais e também atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões”, sugerindo-se que esses temas “sejam trabalhados de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada, e não como áreas ou disciplinas”(BRASIL, 1998b, p.26-27).

Salienta-se que, embora as orientações nele contidas e sua obrigatoriedade de aplicação sejam consideradas por algumas(uns) estudiosas(os) da área como superficiais, os PCNs ainda são tidos como os instrumentos que avançaram na tentativa de incluir e problematizar situações condizentes ao gênero e à sexualidade na

escola. Até o momento, a referência nacional norteadora dos currículos no âmbito da educação básica é de 1998 e, até então, sem constar atualizações¹³⁵.

Ou seja, mesmo sendo um instrumento criado há algum tempo e sem ter atualizações recentes, sua importância não se esgota, na medida em que foi instituído como parâmetro a ser seguido, sem dispensar a necessidade de articulação com questões atuais, principalmente tendo em vista a atual conjuntura política em que, por um lado, vivenciamos um campo de abertura de alguns direitos sociais e dos debates sobre os temas de gênero e sexualidades por meio de entidades e movimentos sociais, mas, por outro lado, temos tido enfrentamentos de grupos conservadores da sociedade. É importante ratificar que, em outros momentos, o campo da educação, através do Ministério da Educação – MEC, desenvolveu e/ou participou de programas e projetos intersetoriais¹³⁶ em parceria com instituições de ensino superior, entidades não governamentais e movimentos sociais, avançando nas discussões e elaboração de materiais informativos sobre gênero e sexualidades. Entretanto trata-se de iniciativas mais pontuais, fazendo-se necessário haver maior abrangência de ações para promoção de mudanças a longo prazo no campo da educação.

Em uma breve análise em torno do panorama atual com relação aos debates e reformulações dos Planos de Educação, grupos conservadores da sociedade (principalmente de cunho religioso e político) têm se manifestado em objeção a inserir nesses planos o compromisso de “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (CRP-03, 2015, grifo nosso), ao que equivocadamente denominam “ideologia do gênero”, numa concepção distorcida sobre a discussão de gênero e sexualidade que vem sendo pautada. Assim, no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), o texto foi suprimido para o que consta agora, de forma genérica, como uma das diretrizes do PNE: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014).

135. Válido frisar que está previsto um novo instrumento em substituição aos PCNs, atualmente em elaboração como “Documento preliminar à Base Nacional Comum Curricular – princípios, formas de organização e conteúdo”. E, contraditoriamente, a “orientação sexual” integrada pelos PCNs como um dos Temas Transversais não está sendo contemplada entre o que agora se considera como Temas Especiais nesse novo documento. As temáticas referentes às questões de gênero e sexualidades estão sendo suprimidas nessa nova proposta, sem constarem como um dos temas especiais, os quais atualmente apenas contemplam: economia, educação financeira e sustentabilidade; culturas indígenas e africanas; culturas digitais e computação; direitos humanos e cidadania; e educação ambiental.

136. Algumas dessas iniciativas foram: Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas - SPE/2003; Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) e de Promoção da Cidadania Homossexual - PBSH/2004; Programa Gênero e Diversidade na Escola – GDE/2006 (UNESCO, 2014). É interessante citar como material informativo o caderno Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos, desenvolvido pela Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC (BRASIL, 2007).

Já sobre os Planos Estaduais e Municipais de Educação, sabe-se que, entre muitos Estados e Municípios do país, tem ocorrido grande incidência dessa “onda” conservadora e, conseqüentemente, os tópicos que apontam qualquer referência à identidade de gênero e sexualidade têm sido excluídos dos textos desses documentos. Em destaque para a situação local, na atualização do Plano Municipal de Educação de Salvador – PME (2015-2025), está prevista a supressão do tema, prevalecendo a oposição imposta pelos grupos conservadores, sem posicionamento quanto ao combate das discriminações sob o ponto de vista de gênero e de sexualidade. No Plano Estadual de Educação – PEE (2015-2025) da Bahia, indica-se a inclusão desse compromisso entre as estratégias e metas “da Formação de Professores”, conforme consta em minuta do respectivo projeto de lei¹³⁷; todavia, esta informação foi retirada da meta relativa ao Ensino Fundamental.

[...] Da Formação de Professores. Meta 15 [...] Estratégias: [...] 15.23) assegurar que as questões de diversidade cultural-religiosa, de gênero, diversidade e orientação sexual, do Estatuto da Criança e do Adolescente e Direitos Humanos sejam tratadas como temática nos currículos de formação inicial e continuada de professores (FÓRUM ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DA BAHIA, 2015)

Por outra via, na tentativa de alertar sobre estas incoerências de exclusões nos Planos de Educação, diversas instâncias representativas de grupos da sociedade têm se manifestado com vistas a esclarecer sobre a importância de agregar estas temáticas ao campo da educação, através de notas públicas de alerta e/ou repúdio¹³⁸, refletindo sobre os dados de situações de vulnerabilidade de determinados grupos, fundamentando-se em orientações de dispositivos nacionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário, apontando na direção da igualdade de gênero e liberdade sexual.

Retornando ao direcionamento dos PCNs, verifica-se que ainda há um grande distanciamento entre a educação em sexualidades que vem sendo realizada, daquela a que os Planos remetem e que objetivam acolher reais necessidades de conhecimento, anseios, curiosidades, vivências pessoais, dúvidas e experiências das(os) sujeitas(os) para o entendimento da realidade social diante das diversidades.

¹³⁷. Até o referido momento (maio/2016), o PME-Salvador (2015-2025) consta, desde janeiro/2016, como Projeto de Lei n° 19/16, aguardando tramitação na Câmara Municipal de Vereadores. Ver em: <http://www.cms.ba.gov.br/msg_executivo.aspx>. Já o PEE-Bahia (2015-2025) foi aprovado em maio/2016, o Projeto de Lei n° 21.625/2015, aguardando tramitação na Assembleia Legislativa da Bahia. Ver em: <<http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/proposicoes-resultado.php?cod=PL/21.625/2015>>. Acessos em 10 mar. 2016.

¹³⁸. Podemos citar: Ministério da Educação – MEC (04 de maio/2016); Conselho Regional de Psicologia 3ª região – Bahia (01 de maio/2016; de 30 de junho/2015). Conselho Nacional de Educação (Brasília, 1º de setembro/2015); Fórum Estadual da Educação da Bahia (Salvador, 20 de agosto/2015); Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Salvador, 10 de julho/2015).

Desse modo, permanecem os dilemas através dos quais se delineiam versões diferentes sobre a “educação sexual” e que Deborah Britzman (2010, p.92) divide em três patamares: “a versão normal, a versão crítica e aquela versão que ainda não é tolerada”. A observação em torno dessas diferentes versões da educação em sexualidades sugere que ela se apresenta sob distintos níveis. A versão normal refere-se àquela lógica, ainda bastante presente nos contextos escolares, que preza pelas noções de normatividade em torno das manifestações de gênero e sexualidades, privilegiando o que se considera como normal e discriminando o que parecer desviante dos padrões impostos. A versão crítica remete a um movimento que já possibilita realizar outras reflexões em torno da cristalização desses padrões, orientando que seja possível estabelecer uma capacidade crítico-reflexiva, mas ainda sendo uma versão que não rompe literalmente com a tendência normativa frente às questões de gênero e sexualidades. Ou seja, a versão normal ainda seria praticada ao lado da versão crítica, reforçando tabus, padrões, preconceitos e discriminações. Enquanto que, mais além destas, estaria a versão não tolerada, uma proposta mais autêntica e orientada para a liberdade, e que ainda está sendo colocada à margem em processos educativos. A versão não tolerada faz alusão a concepções psicanalíticas que trouxeram à tona o caráter polimorfo da sexualidade desde a primeira infância e outras que evidenciam aspectos diversificados das formas de produção e manifestações sexuais, com ênfase na capacidade de busca pelo prazer. O formato não tolerado de educação sexual é aquele confronta veemente e busca transgredir a lógica normalizante, qual pretende invisibilizar e dificultar sua efetivação, especialmente na educação escolar (Deborah BRITZMAN, 2010, p.92).

Na direção do que aponta a referida autora, associando-se aos tratados da Psicanálise, Paulo Ceccarelli (2011), em uma análise crítico-reflexiva muito próxima desse campo, argumenta sobre a repercussão negativa da realização restritiva e equivocada da educação da sexualidade, observando que:

[...] os projetos de “educação sexual” não propiciam espaço para que as sexualidades (insisto no plural) sejam discutidas, fazendo que não surtam efeito algum. O silêncio acerca da existência das diversidades pode fazer com que uma corrente libidinal passe a ser entendida pelo sujeito como desviante. Ao sublinhar uma determinada forma de manifestação pulsional, o imaginário social, no qual a escola está imersa, está não apenas impedindo o curso sadio das pulsões sexuais, mas talvez – e isto pode ser perverso – direcionando a futura orientação sexual da criança. (Paulo CECCARELLI, 2011, p. 237)

Logo, com base nessas proposições, reitera-se a importância de favorecer a defesa da abrangência da sexualidade como parte da vida cotidiana, presente em todas as fases de vida, mesmo que, contraditoriamente, prevaleça a tendência de relegar sua existência, pela tentativa de negligenciá-la ou negativizá-la por parte dos aparatos das

instituições sociais. Incorre-se frequentemente na tentativa de adequar a sexualidade a uma simples utilidade para a dinâmica social de sobrevivência da espécie humana e dispositivos ao seu favor, resumindo sua importância a pretexto da reprodução da espécie, procriação, casamento, controle das populações, dentre outros fins. Toda manifestação que não atenda a esses requisitos tende a ser silenciada, contida e barrada.

Neste sentido, configura-se o que Guacira Louro (2010, p. 20) denomina de “dessexualização do espaço escolar”, com a prática de se manter desviada qualquer atenção sobre a sexualidade e, principalmente, relações com o corpo, prazer, direção e efetivação do desejo sexual. Uma lógica que relativamente se aproxima do que Aurélio Bona Júnior (2014, p.33) coloca como sendo um processo de “dessubjetivação do humano” quando, ao discutir sobre possibilidades de uma “educação emancipatória da sexualidade”, refere-se ao regime de ruptura com a alienação dos corpos e da sexualidade. Embora a sua concepção esteja mais vinculada a uma análise do trabalho material humano, sua ideia de dessubjetivação equivale ao que também ocorre em outros processos de socialização, em que se tenta excluir ou limitar a sexualidade a um plano reduzido, controlado, mantido sobre certas regras, corroborando com o fato de que o corpo deixa de ser o lugar da(o) sujeita(o) para se tornar o lugar do sistema agindo sobre ele (Aurélio BONA JÚNIOR, 2014).

Reitero que estes são pontos importantes para a educação em sexualidades, entretanto há que se discorrer sobre suas temáticas com mais abrangência, por exemplo, incluindo outros enfoques, versando sobre: sexo e práticas sexuais, corpo, identidades sexual e de gênero, relações de gênero, com problematizações a respeito de preconceitos, discriminações, estereótipos e representações sociais, como inclusive já constavam em alguns tópicos dos PCNs. De maneira geral, resumindo o que foi devidamente sugerido por Deborah Britzman (2010, p. 102), ao citar pontos de abordagens feitas na obra Culturas sexuais e culturas de adolescentes de Janice Irving (1994), sobre a relevância de se realizar uma educação em sexualidades de modo que sejam contempladas questões referentes a:

[...] prevenção de dano corporal (no qual a educação sexual se torna um conhecimento preventivo de várias infecções sexualmente transmitidas e de prevenção da gravidez precoce); proteção contra homofobia, o racismo e o ceticismo (no qual a educação sexual critica e corrige práticas de subordinação corporal); e prevenção de estereótipos sobre feminilidade, masculinidade, incapacitações físicas (no qual a educação sexual critica representações do corpo).

Por fim, o trabalho nessa perspectiva de educação em sexualidades precisa integrar a teoria e a prática e simultaneamente associar a atualização dos conteúdos de ensino às atitudes frente às possíveis situações reais que se apresentem dentro da própria escola, considerando as demandas de estudantes

quanto às questões de gênero e sexualidades incentivando e contribuindo para uma formação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES PARA A PSICOLOGIA

Concordo com a deliberação feita nos PCNs para que a educação em sexualidades seja integrada como tema transversal, de modo a ter seus conteúdos perpassados nas mais diversas áreas do ensino fundamental e da educação básica. Entretanto, apesar de algumas iniciativas dentro e fora da sala de aula sobre inclusão de questões de gênero e sexualidades, a abordagem – na prática – ainda é bastante restrita às concepções biológicas, sem considerar a construção social e a importância da transversalidade.

Na direção do que sinaliza Deborah BRITZMAN (2010, p.102), para consolidação de uma “educação efetiva” é favorável que os conhecimentos dispostos sejam sempre confrontados em si mesmos e superados, e não apenas reforçados ajustando-se comodamente a sistemas que foram estabelecidos. Espera-se que assim se proceda na condução da educação em sexualidades, ao ser direcionada não apenas se utilizando de conhecimentos e valores já demarcados tradicionalmente e ultrapassados, mas que se apliquem estratégias e recursos para superar a ordem preestabelecida e acompanhar as transformações sociais, anseios e demandas das(os) sujeitas(os) que acessarem o ambiente escolar.

A relevância dessa prática está em contribuir para aceitação da diversidade de gênero e sexual, em uma perspectiva positiva para a formação e vivências subjetivas, e para a promoção de comportamento social respeitoso com as alteridades presentes no universo escolar. Através de um enfoque histórico-social, inscreve-se a subjetividade da(o) indivíduo(o) no campo social, concluindo que, a depender das disposições encontradas na realidade, essa dinâmica poderá interferir profundamente em sua condição biopsicossocial e, portanto, em seu bem estar psíquico e em suas escolhas pessoais.

Uma educação em sexualidades realizada sob esta perspectiva orienta para a convivência cidadã diante das diferenças, com aceitação de si mesma(o) e das(os) outras(os), com uma constituição saudável das subjetividades nos processos de formações identitárias e com a preparação para o convívio social não discriminatório. Orientar para os assuntos sobre gênero e “educar a sexualidade significa preparar os indivíduos para se conhecer e se relacionar, condição básica para uma educação plena” (Aurélio BONA JÚNIOR, 2014, p.33).

Uma ressalva é feita no sentido de reconhecer que além de possíveis dificuldades didáticas alegadas e/ou posicionamentos de resistência de educadoras(es), até mesmo pelas associações do ponto de vista de suas crenças e valores pessoais, há que se considerar que, como impasses à inclusão dos temas, esbarra-se tanto na limitação destas(es) profissionais como em outros fatores que lhes sobrepõem, tais como: a estrutura disposta dos sistemas de ensino e documentos pedagógicos; a formatação ineficaz

quanto à contemplação dos assuntos de gênero e sexualidade, como tem ocorrido com as deliberações nos Planos de Educação; a desatualização e a desobrigatoriedade quanto ao uso de alguns instrumentos orientadores de ensino, como os PCNs; e a formação fragmentada de profissionais da educação sem abranger esses temas.

No que concerne à Psicologia e ao seu compromisso social, torna-se importante haver uma compreensão menos isolada sobre as(os) indivíduos(os), situando análises que considerem as condições, status e relações a que estão sujeitas(os) nas dinâmicas em sociedade, sob o ponto de vista de uma reflexão crítica sobre os fatos que se impõem nessa realidade “objetiva”. Nessa direção, busca-se conjuntamente uma perspectiva de cuidado de maneira integrada, relevando-se as diferentes dimensões que constituem sujeitas(os) e suas subjetividades.

Alinhando-se aos estudos de gênero, a Psicologia se abre a superar determinações históricas baseadas no estabelecimento de diferenças e hierarquias entre mulheres e homens, transpondo as disposições instituídas pelos padrões de normalidade, contribuindo para a desnaturalização e a desconstrução de noções depreciativas em torno das identidades de gênero e sexualidades, na tentativa de dar vazão às subjetividades historicamente sufocadas, para que aconteçam processos identitários mais autênticos, e para que se estabeleça uma mudança de mentalidade e de comportamento social mais respeitosa diante das diversidades. Uma atenção especial é direcionada para minimizar condições de vulnerabilidade a que têm sido expostas as mulheres e a população LGBTTTI.

Portanto, pensar em interfaces com a educação em gênero e sexualidade, considerando as subjetividades presentes no universo escolar, significa refletir no sentido de buscar tornar o ambiente educativo mais favorável às liberdades dessas expressões, por considerarmos os processos educativos como ferramentas importantes para fomentar a mudança de paradigmas. Parte-se do entendimento de que não cabe à escola favorecer a segregação, mas sim constituir-se como um espaço possível de reconhecimento das alteridades (com suas especificidades e limitações impostas no jogo social), de assimilar comportamento de respeito e de estabelecer relações sociais desprovidas de preconceitos. Que seja a escola um verdadeiro local em que se possibilitem processos de socialização com melhor acolhimento e integração das diversidades sob a perspectiva de promoção da igualdade.

Acredito ser bastante válido o investimento em estudos sobre o tema no campo da Psicologia com vistas a identificar sob quais formas os discursos e as práticas na educação estão a influenciar as experiências das(os) estudantes, violando cotidianamente individualidades e grupos em seus processos identitários e no exercício dos seus direitos, bem como investir em formação para atuação da Psicologia no ambiente escolar, que trabalhe nesta perspectiva.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M. B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BONA JÚNIOR, Aurélio. Corpo e trabalho na educação emancipatória da sexualidade. **Revista Espaço Acadêmico**, n° 154, mar/2014, mensal, ano XIII, p. 21-42.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Nota Pública: MEC repudia tentativas de cerceamento dos princípios e fins da educação brasileira**. 04 de maio de 2016. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=35841%3Anota-publica-sobre-tentativas-de-cerceamento-dos-principios-e-fins-da-educacao-brasileira&catid=211&Itemid=86>. Acesso em 06 de maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais - PCN – terceiro e quarto ciclos: Introdução**. Brasília: MEC, 1998a, vol 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais - PCN – terceiro e quarto ciclos: Temas Transversais**. Brasília: MEC, 1998b, vol 1.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em 03 nov. 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad/MEC. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos - **Cadernos SECAD 4**. Brasília - DF, MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Documento preliminar à Base Nacional Comum Curricular – princípios, formas de organização e conteúdo**. Julho/2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Nota pública do Conselho Nacional de Educação: às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do DF, às Câmaras de Vereadores, aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação e à Sociedade Brasileira**. Brasília, 1° de setembro de 2015. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=20721-nota-publica-sobre-ideologia-genero-01-09-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 03 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 03 nov. 2015.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo Educa-**
do: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010. p. 83-111.

CASSAL, Luan C. B.. Novas configurações familiares: colocando a sexualidade em questão. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Psicologia e diversidade sexual:** desafios para uma sociedade de direitos. Brasília, DF: CFP, 2011. p. 123-129.

CECCARELLI, Paulo R.. Enfrentamento à patologização e à homofobia. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Psicologia e diversidade sexual:** desafios para uma sociedade de direitos. Brasília, DF: CFP, 2011. p. 229-237.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTT (Bahia). Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. **Nota pública sobre a aprovação dos Planos Municipais de Educação: pela igualdade de gênero na educação!** Salvador, 10 de julho de 2015. Disponível em: < <http://institucional.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiateca/documentos/2015/nota-publica-pela-igualdade-de-genero-na-educacao-assinada-pelo-conselho-estadual-dos-direitos-da-po.pdf> >. Acesso em 03 nov. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO – CRP-03 (Bahia). **Carta aberta do CRP-03 acerca da inclusão da temática de gênero nos Planos Municipais de Educação.** 30 de junho de 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO – CRP-03 (Bahia). 9º Congresso Regional de Psicologia da Bahia (9º COREP-BA). **Moção de Apoio ao Plano Estadual de Educação da Bahia.** 01 de maio de 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas.** Santa Catarina: vol. 10, núm. 1, jan., 2002, pp. 171-188.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade:** vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, vol.1, 21ª impressão.

_____. **A ordem do discurso.** 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FÓRUM ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DA BAHIA. **Minuta para o Projeto de Lei do Plano Estadual de Educação 2015-2025.** Salvador, junho de 2015. Disponível em: <<http://institucional.educacao.ba.gov.br/forumestadual>>. Acesso em 03 nov. 2015.

_____. **Nota do Fórum Estadual da Educação da Bahia a respeito da afronta ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e do ultraje às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Salvador, 20 de agosto de 2015. Disponível em: < <http://institucional.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midioteca/documentos/2015/nota-do-fee-badireitos-humanos.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2015.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira. vol.VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 74-147.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra as Mulheres 2015.** Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/>>. Acesso em 15 nov. 2015.

JESUS, Jaqueline G. de. **Orientações sobre a população transgênero:** conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LOURO, Guacira L.. Pedagogias da Sexualidade. In: _____(Org.). **O corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 07-34.

_____. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 125-150.

PERES, Wiliam S. Tecnologias e programação do sexo e do gênero: apontamentos para uma Psicologia Política Queer. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Psicologia e diversidade sexual:** desafios para uma sociedade de direitos. Brasília, DF: CFP, 2011. p. 89-105.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

TEXEIRA FILHO, Fernando S. Apontamentos para uma Psicologia contra-homofóbica. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Psicologia e diversidade sexual:** desafios para uma sociedade de direitos. Brasília, DF: CFP, 2011. p. 49-66.

THURLER, Ana L. Misoginia. In: **Dicionário Feminino da Infância:** acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Elizabeth Fleury-Teixeira & Stela N. Meneghel (orgs). Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2015. p.224-225.

UNESCO. Brasil. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.** Brasília: UNESCO, 2014. 53 p., il.

VANCE, Carole. **A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico.** *Physis online*, 1995, vol. 5, n. 1, p7-32. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-733311995000100001. Acesso em 05 maio 2016.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010. p. 35-82.

“LÁ VAI O BRASIL, SUBINDO A LADEIRA”... RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA EM COMERCIAIS DE AUTOMÓVEIS¹³⁹

Alessa Montalvão Oliveira Denega

Estar no mundo é estar produzindo cultura e estar sendo produzida por ela (Ruth SABAT, 2005, p. 93).

Assistimos, como telespectadoras(es), a uma diversidade de representações de gênero na publicidade televisiva que vem sendo veiculada há décadas. Participamos, como atrizes/atores sociais, da construção destas representações que foram e continuam sendo apropriadas pela indústria de consumo. Neste caso, a publicidade audiovisual, ao visar persuadir o público, transmite um imaginário simbólico sedutor a partir de um fluxo de imagens e sons que são familiares à plateia e que informam maneiras de ser, de agir e pensar nesta cultura e sociedade. Com seu aspecto familiar, o discurso utilizado pela publicidade televisiva reforça a naturalização das relações de gênero e poder que são/foram construídas historicamente através da linguagem.

Entendendo que a crítica da televisão é uma crítica do poder e que discutindo a cultura, estamos discutindo a sociedade e suas/seus sujeitas(os) (Eugenio BUCCI, 2004, p.42), tenho buscado implicar a Psicologia neste processo de investigação e mudança social. Neste sentido, proponho a exposição de alguns conceitos que norteiam a discussão em torno da cultura, televisão, propaganda e, em seguida, aproximo o diálogo entre as relações de gênero e raça/etnia, concentrando as análises de pesquisa em um tipo particular de publicidade: os comerciais de automóveis.

MÍDIA TELEVISIVA E CULTURA

Para o entendimento e análise da cultura, as(os) psicólogas(os) sociais Neuza Guareschi, Patrícia Medeiros e Michel Euclides Bruschi (2013, p.33) definem que seu conceito precisa ser apreendido tanto como “uma forma de vida (ideias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder) quanto como toda uma gama de práticas culturais (formas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa)”. A cultura como objeto para esta abordagem tem um enfoque teórico e

¹³⁹. Este texto apresenta partes da dissertação de Mestrado intitulada “A hora do intervalo: gênero e discurso na publicidade de automóveis” (2015), orientada pela Profa. Dra. Ivya Alves, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA).

político e se propõe interdisciplinar, não se afastando do contexto de onde emergem as práticas, na busca de transformações sociais. Neste sentido, constituindo-se em um movimento teórico-político, Douglas Kellner (2001, p. 49) sinaliza que o ponto-chave dos estudos culturais críticos está na luta contra a dominação e a subordinação, contra as relações estruturais de desigualdade e opressão.

Maria Rita Kehl (2004a) compara os escritos de Theodor Adorno sobre indústria cultural¹⁴⁰, a partir do texto *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, produzido em 1947, com a obra *A sociedade do espetáculo*, de Guy Debord, escrita vinte anos depois, em 1967. Neste interessante comparativo, Maria Rita Kehl desloca o conceito de indústria cultural para o de sociedade do espetáculo, sem que isto represente, necessariamente, uma mudança de paradigma, pois considera que esta passagem na contemporaneidade é resultado da expansão da própria indústria e que foi facilitada pela “mais poderosa de todas as mídias: a televisão”. Explicita, ainda, que, “da indústria cultural à sociedade do espetáculo, o que houve foi um extraordinário aperfeiçoamento técnico dos meios de se traduzir a vida em imagem, até que fosse possível abarcar toda a extensão da vida social”. Neste sentido, sobre o objetivo da indústria cultural e pensando, principalmente, o espaço televisivo, reforça que “não é dirigir-se ao consumidor como sujeito pensante, mas desacostumá-lo da subjetividade” (Maria Rita KEHL, 2004a, p. 44; 52).

Na condição de espectador(a), a(o) sujeita(o) se identifica com a sucessão e repetição de imagens que compõem o “espetáculo” que, cada vez mais, a(o) afasta da possibilidade de compreender a própria existência e o desejo, perdendo-se a singularidade das produções subjetivas. Assim, não há necessidade de pensamento, pois os objetos de desejo se tornam objetos de consumo e esta operação desarticula, segundo a autora, a relação das(os) sujeitas(os) com a dimensão simbólica do desejo e lança todas(os) no registro da satisfação de necessidades (Maria Rita KEHL, 2004a, p. 50-52). Neste contexto, complementa:

[...] o que o espetáculo produz é uma versão hiper-subjetiva da vida social, na qual as relações de poder e dominação são todas atravessadas pelo afeto, pelas identificações, por preferências pessoais e simpatias. E quanto mais o indivíduo, convocado a responder como consumidor e espectador, perde o norte de suas produções subjetivas singulares, mais a indústria lhe devolve uma

¹⁴⁰ Os estudos críticos de comunicação e cultura de massa tiveram início com as(os) teóricas(os) pertencentes à Escola de Frankfurt que desenvolveram um primeiro modelo de estudo cultural, nos anos 1930, aliando a economia política dos meios de comunicação, a análise cultural dos textos e os estudos de recepção pelo público dos efeitos sociais e ideológicos da cultura e das comunicações de massa. Segundo Douglas Kellner e seus proponentes, como Theodor Adorno e Max Horkheimer, as(os) teóricas(os) da Escola de Frankfurt criaram a expressão “indústria cultural”, em 1947, para explicar “o processo de industrialização da cultura produzida para a massa e os imperativos comerciais que impeliam o sistema” (2001, p. 43).

subjetividade reificada, produzida em série, espetacularizada. Esta subjetividade industrializada ele consome avidamente, de modo a preencher o vazio da vida interior da qual ele abriu mão por força da ‘paixão de segurança’, que é a paixão de pertencer à massa, identificar-se com ela nos termos propostos pelo espetáculo (2004a, p. 52-53).

Portanto, a sociedade do espetáculo é a sociedade contemporânea, de massa, de consumo, que tem a imagem como protagonista, atuando diariamente no meio de comunicação televisiva que, mais do que ser um canal de transmissão, deve ser olhado para além da tela, como um lugar atravessado por relações de poder, funcionando na regulação dos valores e na constituição de identidades.

Ao afirmar que a “TV é um lugar em si”, Eugênio Bucci (2004) amplia dizendo que “o lugar da TV, ou melhor, a TV como lugar, nada mais é que o novo espaço público, ou uma esfera pública expandida” e enfatiza que, no Brasil, a partir da década de 1960, ela se torna suporte dos discursos “que identificam o Brasil para o Brasil”, dando intensidade à importância da televisão na cultura brasileira, chegando a dizer que tem “a sensação de que se tirássemos a TV de dentro do Brasil, o Brasil desapareceria” (Eugenio BUCCI, 2004, p. 31).

Não há dúvidas quanto à participação da TV nas formas de socialização na nossa cultura, no agendamento em torno da sua programação, seja na rede aberta ou fechada – telejornalismo, programas interativos com as novas tecnologias, sobre saúde, moda ou gastronomia, novelas, filmes, séries televisivas e, sobretudo, as propagandas – ela, a televisão, ocupa espaço e tempo no cotidiano, pois, mesmo quando não está ligada na sala ou no quarto da vida privada, ela está projetada nos mais diversos espaços públicos, em tela (dentro do ônibus, nos consultórios, entre outros) e atravessa o discurso das pessoas como um “senso comum”¹⁴¹ que dialoga constantemente sobre os “fatos”, “episódios”, “dicas” da sua programação corriqueira, principalmente da rede aberta. Sobre este meio de comunicação que difunde imagens, discursos e regula pensamentos, comportamentos e estilos de ser, dizem:

A TV [...] é o elo que industrializa a confecção do mito e o recoloca na comunidade falante. A TV não manda ninguém fazer o que faz; antes autoriza, como espelho premonitório, que seja feito o que já é feito. Autoriza e legítima práticas de linguagem que se tornam confortáveis e indiscutíveis para a sociedade, pelo efeito da enorme circulação e da constante repetição que

¹⁴¹. Também chamado de conhecimento vulgar ou acrítico (“natural”; “sempre foi assim”), o senso comum é uma forma de conhecimento sem uma investigação profunda, é herdado culturalmente, adquirido a partir das experiências, na comunicação cotidiana, nas relações com o mundo (Alessa DENEÇA, 2015).

ela promove. A TV sintetiza o mito (Eugênio BUCCI; Maria Rita KEHL, 2004, p. 19).

Assim, a TV, de acordo com Maria Rita Kehl, é o principal veículo de produção imaginária dentro desta perspectiva contemporânea. Ela encarna, na sociedade contemporânea, o lugar do Outro¹⁴², lugar do simbólico, da linguagem na cultura. E acrescenta: isto ocorre porque “ela [a televisão] é de certa forma onipresente e onisciente, como Deus. Ela pode estar em todos os lares ao mesmo tempo e o tempo todo, como emissora de fragmentos de um grande saber”. A autora, a partir do livro *Grande Irmão*, de George Orwell (1984), afirma ainda sobre a televisão: “só que não está apenas nos olhando¹⁴³, também está nos propondo”. Neste sentido, não seríamos nós que “estamos sendo vistos por esse Outro, mas ele está nos oferecendo uma produção de visibilidade e de imagens contínuas, que funciona para a(o) sujeita(o) como oferta incessante de objetos para o desejo – e, portanto, como suposição de um saber sobre nosso desejo” (Maria Rita KEHL, 2004b, p. 97, grifos meus).

O quanto a indústria cultural nos propõe ou impõe e o quanto somos ativas(os) ou passivas(os) neste processo não decorre em resultados, mas em questionamentos e não precisamos responder adotando um polo ou outro, caindo nas armadilhas dicotômicas. Estas reflexões nos auxiliam a apreender, pensar e agir de forma diferente quando em contato com o universo audiovisual e persuasivo e não há precisamente como mensurar (nem é este o objetivo) o quanto internalizamos do bombardeio de mensagens, imagens e efeitos sonoros que chegam até nossos sentidos todos os dias e que dão (ou não) sentido às nossas identidades.

Percebendo a participação intensa da comunicação de massa na vida privada-pública cotidiana, tem havido uma preocupação com os impactos sociopsicológicos atribuídos à mídia. Willian Leiss (1990), Ivana Pinsky e Roberto Pavarino Filho (2007) apontam duas categorias para explorar a análise destes impactos: a dos efeitos intencionados e a dos não intencionados. Nos primeiros, frequentemente se investiga as campanhas comerciais de forma que subsidiem as estratégias de investimentos das empresas. Com relação aos efeitos não intencionados da mídia – ou seja, que, supostamente, não foram intencionais, mas que provocaram certa consequência –, referem-se às condutas antissociais, à sub-representação de grupos étnicos ou a representações distorcidas de papéis e estereótipos.

142. O Outro será mantido com inicial em maiúscula, termo utilizado desta forma a partir da teoria lacaniana para distinguir do outro – o igual, semelhante da espécie humana. Este Outro demarca o campo do simbólico e da linguagem (Jacques LACAN, 1985).

143. Que remete ainda à ideia do dispositivo panóptico de vigilância e controle foucaultiano, uma tecnologia de poder exercida sobre o corpo. Esta tecnologia tem, na vigilância, na distribuição de visibilidade do espaço, um lugar efetivo de exercício (Michel FOUCAULT, 1987).

A ausência maior ou menor de representação de atrizes e atores que não ocupam o lugar da norma dominante na sociedade, ou são representadas(os) de forma desqualificada na TV e nos outros meios de comunicação de massa, chamou atenção de críticos sobre os limites da perspectiva marxista (base dos Estudos Culturais, principalmente na década de 1970) para a compreensão da cultura, pois esta não poderia ser completamente explicada apenas pela esfera econômica (Ana ESCOSTEGUY, 2001). Neste contexto, o conceito de ideologia que se concentra fundamentalmente no aspecto econômico é revisitado e ampliado. Isto é, explorar a ideologia contida nos produtos midiáticos estava além dos marcadores de classe social, demandando uma análise também de outros marcadores de poder e multiculturais.

Partindo deste ponto de vista, concordo com Douglas Kellner (2001) quando argumenta que “fazer crítica da ideologia implica criticar ideologias sexistas, heterossexistas e racistas tanto quanto a ideologia da classe burguesa capitalista; tal crítica da ideologia é multicultural” e deve traçar “os modos como as formas e os discursos culturais ideológicos perpetuam a opressão”, deve implicar a análise de “imagens, símbolos, mitos e narrativas, bem como proposições e sistemas de crença” (2001, p. 79; 81).

Neste sentido, a investigação de representações sociais presentes em propagandas – campo produtivo de pesquisas em Psicologia Social (Serge MOSCOVICI, 2009; Ângela ARRUDA, 2014) – deve considerar a sua importância para a cultura e a sociedade, no sentido de avaliar os conteúdos e dinâmicas que compõem os produtos midiáticos, visto que as representações sociais podem ser hegemônicas e, por isto, tendem a estabilizar uma certa ideologia, naturalizando um discurso distorcido para a manutenção de relações de poder, como, por exemplo, ao utilizar frequentemente os preconceitos e estereótipos como formas de representação simbólica do real.

A mídia televisiva tanto contribui para a formação da opinião (propagação) como para a mudança de atitude (difusão) e para a reafirmação de estereótipos (propaganda), o que significa que, nos três momentos, ela atua como difusora/propositora de representações sociais (Ângela ARRUDA, 2014, p. 234). O grupo que constrói a propaganda difunde uma forma de pensamento elaborada e, no caso das propagandas de automóveis, este grupo é composto predominantemente por homens-brancos-adultos-jovens que partilham de uma perspectiva ideológica dominante. É neste sentido que, para tecer uma crítica cultural mais complexa, a Psicologia tem sido convidada a se implicar neste espaço, utilizando o gênero como categoria analítica relacional, isto é, o gênero como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Joan SCOTT, 1995, p. 86).

Vale dizer que a investigação social de perspectiva feminista – ou seja, que utiliza o gênero como categoria de análise sem dissociá-lo do seu caráter político de transformação social – tem crescido amplamente no meio acadêmico, o que inclui a Psicologia. Há um aumento progressivo de publicações e congressos sobre o tema,

além de maior diálogo com as ciências historicamente pertencentes ao terreno das humanidades e filosofias. No entanto, se nos é permitido falar, o modo como iremos nos pronunciar e quem irá nos ouvir (Cecília SARDENBERG, 2002), continuam sendo questões colocadas neste espaço em que as contribuições feministas ainda têm um estatuto científico marginal, pouco reconhecido e legitimado, o que tem sido evidenciado pela dificuldade de inserção destes estudos nas universidades. Como bem argumenta Susan Bordo (2000), fazendo alusão à emblemática colocação de Simone de Beauvoir (1949) sobre o lugar da mulher na sociedade, a pesquisa feminista ainda pode ser considerada “o Outro” no espaço científico:

Beauvoir argumentou que, dentro do mundo social, existem aqueles que ocupam a posição não específica do ‘essencial’ do universal, do humano, e aqueles que são definidos, reduzidos e marcados por sua diferença (sexual, racial, religiosa) em relação à norma. As realizações dos que são assim definidos – como o Outro – nem sempre podem ser menosprezadas; frequentemente elas são até apreciadas, mas sempre em seu lugar especial e periférico: o lugar de sua diferença (Susan BORDO, 2000, p. 12).

Desta maneira, se tem havido um volume quantitativo e qualitativo de vozes feministas nas pesquisas e em resultados, há também um abafamento do seu som pela contracorrente tradicional que ainda encontra amplo espaço na Academia, mantendo o privilégio e o prestígio. Mesmo dentro das Ciências Sociais, os estudos feministas e de gênero são, com frequência, apontados como subdisciplinas. Susan Bordo destaca que “é imperativo [...] insistirmos para que a filosofia feminista seja lida como crítica cultural. Mais precisamente, precisamos insistir para que a ‘teoria do gênero’ seja lida para a crítica cultural que ela oferece” (2000, p. 24, grifos da autora).

Para este olhar analítico mais abrangente, o conceito de gênero deve estar interseccionado a outros marcadores de poder, tais como raça/etnia, geração, classe social, etc. Para este texto, apresento o enfoque na categoria raça/etnia, que foi contextualizada a partir do conceito de Kabengele Munanga (2003a) de que “a raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etnossemântica”. De acordo com o autor, o uso do conceito de raça, hoje em dia, nada tem de biológico: “é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”. Neste sentido, a definição de raça na contemporaneidade se refere ao conceito de etnia que é, portanto, um conceito ideológico, por dar conta do “sociocultural, histórico e psicológico” (2003a, p. 6; 12).

A manutenção aqui do uso do termo raça juntamente com etnia – ao invés da utilização somente de etnia, ainda que este último seja considerado efetivamente o mais correto, já que cada povo possui sua cultura – se faz necessário tendo em

vista a existência do racismo e tomando por perspectiva que o termo raça não é mais utilizado para demarcar o lugar do biológico, mas que ambos os termos, raça e etnia, são ideologicamente manipulados. Conforme pontua Kabengele Munanga (2003a, p. 12), a permanência do uso do termo raça, tem como perspectiva explicar o racismo, na medida em que “este fenômeno continua a se basear na crença da existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas”.

Assim, entendendo, a partir do autor, que “as raças de ontem são as etnias de hoje” (Kabengele MUNANGA, 2003a, p. 12), as mulheres e os homens presentes nos comerciais foram classificadas(os) a partir do fenótipo em evidência que, por sua vez, seguem os critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual, por exemplo, o termo negras(os) refere-se a pretas(os) e pardas(os).

A seguir, proponho a análise de comerciais de automóveis a partir do recorte de gênero e raça/etnia, concentrando o olhar na representação de mulheres negras neste tipo particular de propagandas e buscando observar as mudanças e permanências em torno das construções discursivas – seja na forma de textos, falas ou imagens. Com a inclusão da categoria raça/etnia, tenho ainda como objetivo avaliar como as mulheres negras permanecem invisibilizadas pela propaganda de automóveis, além de identificar: em que contextos estão inseridas, de que forma e quais os significados.

Vale dizer que estes comerciais são parte do material coletado na minha pesquisa de Mestrado e compreendeu um levantamento de 242 propagandas audiovisuais de automóveis, entre o período de 1990 a 2014, de cinco empresas que mais comercializam este produto no Brasil¹⁴⁴ (Alessa DENEGA, 2015).

ARTICULANDO GÊNERO E RAÇA/ETNIA: UM OLHAR SOBRE AS PROPAGANDAS

Para avaliar a presença de mulheres negras nas propagandas levantadas, utilizei como referência a cor da pele – pretas e pardas – como principal critério para a identificação das personagens. Nas representações em evidência, embora tenha observado variações nas configurações de papéis que marcam a participação das mulheres negras nos comerciais de automóveis – figurantes, mães, esposas, motoristas, profissionais, proprietárias/consumidoras – tais representações parecem

¹⁴⁴. Na dissertação de Mestrado, selecionei comerciais, com a presença de mulheres, veiculados pela televisão e reproduzidos na Internet, de cinco empresas – Chevrolet, Fiat, Ford, Renault e Volkswagen –, desde a década de 1990 até o início de 2014. A partir da sistematização das propagandas – considerando o ano do comercial, tipo e modelo do veículo, a narrativa audiovisual, a presença de fala de mulheres, além da observação dos marcadores de raça/etnia e geração –, classifiquei os produtos midiáticos. Atenta às práticas discursivas recorrentes, dividi as propagandas em três grandes grupos: Grupo 1 - Carro, Sedução e Poder; Grupo 2 - Namoro, Casamento e Família; e Grupo 3 - Mulheres com Poder Econômico. Em seguida, realizei a discussão dos resultados com a exibição de recortes de imagens contidas nos comerciais (Alessa DENEGA, 2015).

estar condicionadas a um lugar: representar a diversidade da população brasileira. Explicando melhor: as mulheres negras aparecem nestas propagandas quando há interesse em mostrar a popularidade da marca e do tipo (de automóvel), enquanto destinação para todas as regiões geográficas e abrangendo todas as classes. A visibilidade destas mulheres, onde o protagonismo permanece ignorado, está diluída, portanto, em cenários com pessoas de diferentes raças/etnias e idades e, com frequência, em alusão à nação brasileira, junto a outros símbolos que marcam o imaginário da identidade nacional, definindo a ideia, por meio de um processo metonímico, do que é o Brasil para as(os) brasileiras(os).

Considerando o contexto da publicidade, Eneus Trindade (2012, p. 133-134) construiu uma tipologia discursiva da identidade cultural brasileira. Sua pesquisa trata da análise de propagandas televisivas contemporâneas, de diversos tipos ou modalidades, como alimentos, bebidas, eletrodomésticos, veículos, etc. Em sua tipologia, estão incluídas as metáforas do país: o futebol e o carnaval, o samba; o humor e o jeito da(o) brasileira(o); e o corpo da(o) brasileira(o), idealização e ausência da(o) sujeita(o) (não-representação). As mensagens colocadas nos comerciais são caracterizadas, com frequência, por apresentarem, de acordo com o autor, “uma construção ideológica mítica, pois ressaltam a importância das relações produto/marca/serviço, local e identidade cultural, como elementos de estímulo ao consumo” (2012, p. 169).

Ao buscar representar um “país das partes que constituem o todo, por seus tipos humanos”, há propagandas analisadas pelo autor que exibiram imagens de um povo “constituído de afrodescendentes, mestiças(os) de origem indígena e mesmo aquelas(es) oriundas(os) de outras raças/etnias que vieram se instalar no Brasil, como as(os) orientais nipônicas(os)” (Eneus TRINDADE, 2012, p. 169-170). Tal universo simbólico, que alude a uma ideia de nação brasileira e que busca promover a identificação das(os) telespectadoras(es) brasileiras(os), ancorando e objetivando, através da imagem e da música (letra e melodia), representações sociais que projetam uma “comunidade imaginada”¹⁴⁵, está contido nas propagandas do Chevrolet institucional, de 2009, e da empresa Fiat, de 1998, 1996, 2013 e 2011 – utilizadas nesta pesquisa. Neste espaço, o automóvel também se insere como um ícone da “paixão nacional”.

Seguindo a perspectiva de Eneus Trindade (2012), pude verificar a propaganda do Chevrolet Institucional de 2009 que se inicia com uma música com melodia tipicamente brasileira embalando as cenas rápidas que remetem ao verão: pessoas na praia correndo em direção ao mar, um homem e uma mulher passeiam de carro com expressão feliz (prancha de surfe na parte superior do carro), uma mulher negra e uma mulher asiática dirigem sorrindo (Figuras 1 e 2), crianças se descontruem

¹⁴⁵. Constitui-se como discurso da cultura nacional, uma forma de construção de sentidos que serve de base para afirmar o “teto político” do Estado-nação em seu respectivo universo representativo/simbólico (Stuart HALL, 2000).

¹⁴⁶. Voz em off: termo que se refere a uma técnica de produção onde a(o) sujeita(o) que transmite a voz não aparece visualmente (Leslie FERREIRA et al, 2010).

pintando a imagem do sol com tinta, grupo de homens no carro se dirige para o futebol, automóveis da linha Chevrolet são apresentados em cenário de estrada e de terra, entre outras. Uma vez que a propaganda institucional pretende fortalecer a marca e divulgar diferentes modelos e tipos da sua linha de carros, a voz em off¹⁴⁶ e o slogan encerram o comercial se comunicando com seu público diversificado: “Tem algo novo na rede Chevrolet esperando por você – Conte Comigo”.

A mesma ideia está desenvolvida na publicidade do Fiat Palio de 1998. Com mistura de ritmos que caracterizam a música brasileira, a letra cantada em off menciona nomes comuns na cultura brasileira como “Maria, Mariana, Luízinha e José” e destaca que “Esse carro é a cara do Brasil... vai brasileiro”. As cenas rápidas, fragmentos de várias situações, buscam confirmar a heterogeneidade da população brasileira – crianças de diferentes raças/etnias e pessoas velhas dançando, mulher adulta branca com o filho na bicicleta, casal com mulher e homem negras(os) com filho na cadeirinha de bebê no banco de trás (Figuras 3 e 4), entre outras. O modelo é um automóvel hatch compacto, dirigido, portanto, para um público que prioriza o caráter econômico do veículo.

A fala em off que finaliza o comercial reforça que o carro é para as(os) brasileiras(os): “Fiat Palio, criado para as pessoas mais importantes do Brasil, gente assim, como você”.



Figuras 1 e 2 - Mulher negra e mulher asiática dirigem automóveis: foco na diversidade do público brasileiro



Figuras 3 e 4 - “Esse carro é a cara do Brasil”: crianças asiáticas, família negra

Com formato semelhante, a propaganda do Fiat Uno EP, de 1996, se inicia dando ênfase à potência do motor deste modelo, que ficou mais power (poderoso). A música “Lá vai o Brasil descendo a ladeira”¹⁴⁷, de Moraes Moreira, foi a base/inspiração para acompanhar a narrativa, no entanto, no refrão cantado na propaganda, a palavra “descendo”, da música original é substituída por “subindo”, para dar destaque à potência do motor. Assim, usando como frase-refrão “Lá vai o Brasil, subindo a ladeira”, com a melodia do samba, da música original, a propaganda projeta para o(a) telespectador(a) “o que é o Brasil”. Descrevendo os cenários, é possível perceber que a publicidade deve estar baseada na música: cenas do veículo em caminhos íngremes, circulando em cenários que remetem a cidades brasileiras e com público heterogêneo – classe, cor, idade – compondo as imagens. Uma mulher branca, da varanda de casa, contempla o Uno passar, um homem adulto branco com roupa executiva caminha na rua e olha para o veículo, uma mulher adulta jovem negra “joga beijos” para a câmera com cenário do Rio de Janeiro ao fundo (Figura 5), uma mulher adulta jovem loira em ambiente de



Figuras 5 e 6 - “Lá vai o Brasil, subindo a ladeira...” Mulher negra “joga beijos” ao som de samba e cenário do Rio de Janeiro. Família com fenótipo europeu contempla o automóvel passar.

praia, uma família com fenótipo europeu em uma varanda também observa o movimento do carro (Figura 6).

O trecho da música que acompanha a narrativa diz o seguinte: “enquanto o Brasil em pleno movimento, com muito swing subia a ladeira, a todos mostrava naquele momento, a força que tem a nação brasileira”. Na letra original, o trecho grifado diz

147. Embora apenas trechos da música original tenham sido usados no comercial, vale destacar o que diz a letra: “Quem desce do morro/ Não morre no asfalto /Lá vem o Brasil descendo a ladeira /Na bola, no samba, na sola, no salto /Lá vem o Brasil descendo a ladeira /Na sua escola é a passista primeira /Lá vem o Brasil descendo a ladeira /No equilíbrio da lata não é brincadeira /Lá vem o Brasil descendo a ladeira/E toda cidade que andava quieta /Naquela madrugada acordou mais cedo / Arriscando um verso, gritou o poeta /Respondeu o povo num samba sem medo / Enquanto a mulata em pleno movimento /Com tanta cadência descia a ladeira /A todos mostrava naquele momento /A força que tem a mulher brasileira”. A partir da letra, pode-se observar alguns dos elementos simbólicos que marcam o imaginário nacional como o samba, o futebol e “a mulata”.

“enquanto a mulata em pleno movimento [...]” (grifos meus). Na propaganda, a palavra “mulata” foi substituída pela palavra “Brasil”, porém, vale dizer que, no momento em que a mulher negra aparece no audiovisual, há um casamento entre o áudio e o vídeo, isto é, entre o “Brasil” cantado e a mulher negra, “mulata”, projetada. Esta troca de termos pode sugerir que a Fiat evitou o uso do termo mulata¹⁴⁸, vez que a construção simbólica que associa o corpo da mulher negra como objeto sexual, vinculada ao imaginário social como uma “mulata”, está ancorada em manifestações histórico-culturais desde o período da escravidão. No entanto, ao substituir o termo mulata por Brasil, pode sugerir que o Brasil “é a mulata”, que representa o povo, ou que a maioria deste povo é misturado, é pardo ou constituído de brancas(os), negras(os) e não brancas(os), indicando que agora todas(os) podem adquirir o carro, uma “verdadeira” democracia racial¹⁴⁹.

Assim como o Palio da propaganda anterior, o Uno é um carro do modelo hatch compacto, popular, econômico e se dirige a um público diverso. Para dar, outra vez, destaque à novidade do motor, o comercial se encerra com a voz em off: “Uno EP extra power, o melhor da categoria ficou ainda melhor”.

Andrea Lara (2007) também analisou esta última propaganda em sua pesquisa e, dentro dos 34 comerciais de automóveis avaliados pela autora, entre a década de 1950 até 1990, destacou que esta foi a única propaganda em que se evidenciou a presença de uma mulher negra. Em sua análise, referindo-se a esta cena, ela sinaliza que esta mulher “usa um vestido simples, curto, de alças, sem nenhum conteúdo que a associe a papéis socialmente valorizados”. Neste ponto, concordo com Lara quando escreve que, se é comum a apresentação de mulheres sexualmente como objetos em comerciais de automóveis, “a mulher negra aparece de forma mais reacionária ainda, resgatando do inconsciente das pessoas a construção de uma mulher simples e inferior às mulheres brancas” (2007, p. 94; 95). Neste contexto, a mulher negra representada é apenas cenário e não potencial consumidora do automóvel em cena.

Ao som da música “Vem para a Rua”¹⁵⁰, o comercial institucional (que apresenta a linha de veículos) da Fiat, de 2013, traz como letra o seguinte:

148. De acordo com o Dicionário Houaiss, mulata significa: filha de mãe branca e pai negro ou vice-versa; cabrocha (‘filho’, ‘mestiço jovem’); Aguardente de cana; cachaça. Ainda sobre o termo, encontrei o seguinte: “mulata é uma derivação da palavra mula. Aquele animal estéril resultado do cruzamento do jumento com o cavalo [...] durante o período escravagista brasileiro, essa palavra começou a ser usada para se referir aos filhxs de negrxs com brancxs” (Cris Oliveira escreveu para o “Blogueiras Negras”). Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2013/06/26/palavra-mulata/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

149. Conforme explica Kabengele Munanga (2003a) sobre o mito da democracia racial, no Brasil, este mito bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e, paralelamente, o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro.

150. Música da banda O Rappa que faz sucesso no Brasil principalmente entre jovens e adultas(os) jovens e é conhecida, entre outros aspectos, pelas suas letras de impacto social. A banda mistura ritmos como o rock, rap, MPB e samba. Com o uso do jargão “vamo”, ao invés da palavra “vamos” (letra original), a propaganda, por meio da linguagem, se aproxima mais deste público.

Vem vamo[sic] pra rua pode vir que a festa é sua, que o Brasil vai tá[sic] gigante, grande como nunca se viu, vem vamo[sic] com a gente vem torcer bola pra frente, sai de casa, vem para a rua, pra maior arquibancada do Brasil, ôo, vem pra rua que a rua é a maior arquibancada do Brasil [...] se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar tudo em verde e amarelo só pra ver o Brasil inteiro passar... ôo, vem pra rua que a rua é a maior arquibancada do Brasil.

A voz em off finaliza o comercial, com o reforço da legenda: “Vem com quem mais entende de rua, vem com a Fiat”. Este comercial que foi veiculado no período da Copa das Confederações de futebol, sediada no Brasil, onde aconteceram manifestações pelo país, com o mote “vem pra rua”¹⁵¹, também exemplifica a rápida participação de mulheres negras em meio à “multidão brasileira”. As imagens, que expressam a diversidade de pessoas que assistem ao jogo de futebol



Figura 7 - Criança e diversidade – Comercial Fiat “Vem pra rua”



Figura 8 - Brasileiras(os) – Comercial Fiat “Vem pra rua”

¹⁵¹. Devido ao momento histórico de manifestações no país – inicialmente em protesto ao aumento das tarifas do transporte público e depois abrangendo uma variedade de temas, como a violência policial, gastos públicos em eventos esportivos internacionais, indignação com a corrupção política em geral – no período de junho de 2013, quando esta propaganda estava sendo veiculada, o fim da campanha foi antecipado porque a mesma foi acusada de estimular as pessoas a irem às ruas protestar. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/radar-da-propaganda/vem-pra-rua-da-fiat-sai-do-ar-apos-virar-tema-de-protestos/>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

pela TV, crianças de diferentes raças/etnias correndo nas ruas (Figura 7), multidão nas avenidas junto aos carros e grandes bandeiras (Figura 8), torcedoras(es) de idades diferentes vestidas com cores da bandeira nacional comemorando, dançando, pulando molhadas(os), em clima de festa (Figuras 9 e 10), conjugam com a letra da música neste comercial.



Figuras 9 e 10 - Fiat Institucional 2013 – Vem para rua – Mulheres negras na multidão brasileira, comemoração da copa das confederações de futebol no Brasil

Embora na propaganda institucional da Fiat, de 2011, a ênfase não tenha sido dada à ideia de “nação brasileira” como nas quatro propagandas acima destacadas, utiliza-se um dos símbolos do imaginário nacional: o Carnaval. Nesta propaganda, as primeiras cenas exibem um carro alegórico de escola de samba em movimento – ornamentado com moldes de grandes frutas decorativas – que projeta duas mulheres negras e dois homens – um branco e um negro – dançando ao som de um samba “Vai vai” (Figura 11). Quando o carro alegórico se aproxima de uma concessionária Fiat, uma outra dançarina (a assistente de palco de um programa da rede aberta de televisão) conhecida pelo grande público como

Dany Bananinha¹⁵², sai de dentro de uma grande “banana-cenário” e surge em cena. Neste momento, há dois vendedores adultos (branco e mestiço) na entrada da concessionária e, ao reconhecerem a modelo, um deles, surpreso, diz: “Dani Bananinha?”; o outro vendedor, também boquiaberto fala, admirado: “Eita potássio, hein?” (Figura 12).



Figuras 11 e 12 - Carnaval

A voz em off encerra buscando dar o sentido elaborado para o comercial: “Não importa como você vem, vai voltar para casa de Fiat”. Neste momento, Dany Bananinha desce do carro em direção à loja da Fiat. Com o desfecho da estória, há um corte de cena para a exibição das ofertas dos veículos Uno e Palio com valores promocionais e formas de pagamento facilitadas. No último enquadramento, em tamanho menor, a protagonista aparece rapidamente dirigindo um Fiat.

Da mesma forma que o sentido dado por Andrea Lara (2007) à propaganda anterior, do Fiat Palio, de 1996, quanto aos traços valorizados nesta sociedade – por exemplo, a roupa utilizada, ou a posição que ocupa e o comportamento que expressa – não há como ignorar que, neste comercial, é a modelo branca e loira – que remete ao padrão de beleza europeu – que tem o reconhecimento do público. Ela é a protagonista da narrativa, enquanto as outras, as dançarinas, que são mulheres negras, são apenas figurantes neste cenário e cumprem o estereótipo da “mulata” de escola de samba, conforme Bebel Nepomuceno (2012) analisa bem:

[...] se nas primeiras décadas do século XX era bastante difundido o dito ‘branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar’, hoje, mesmo com todas as mudanças culturais, mulheres afrodescendentes, principalmente as mestiças ou ‘mulatas’, continuam a ser alvos do estereótipo de as mais sensuais e libidinosas entre as mulheres, perpetuado, principalmente através da mídia [...] a televisão herdou, dos romances e

¹⁵². Danielle Soares Ramos, conhecida como Dany Bananinha, é uma modelo, assistente de palco e atriz brasileira.

folhetins do período escravista, personagens negras que obedecem a certo padrão de comportamento (2012, p. 404).

Nas definições de Homi Bhabha (1998), referenciadas por Lara Beleli (2007, p.211), o estereótipo é descrito como “uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre no ‘lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido”. Na publicidade que tem a presença da mulher, o estereótipo é amplamente utilizado, já que “persuadir, independentemente do target, é seduzir, e a erotização passa pelo corpo da mulher e pelo desejo do homem, informando um modo de organização social”, explica Lara Beleli (2007, p. 211).

As(os) produtoras(es) da mensagem publicitária tendem a manifestar os seus sistemas de valores nos discursos que veiculam, que refletem uma sociedade predominantemente sexista, racista, machista, classista, heteronormativa, etarista, etc. Pensando, aqui, principalmente no racismo para falar sobre o processo em que operam estas sociedades construídas por um discurso de valoração a partir das diferenças, me reporto a Kabengele Munanga (2003b) quando argumenta que:

as diferenças unem e desunem; são fontes de conflitos e de manipulações socioeconômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a construção de estereótipos e preconceitos diversos (2003b, p. 4).

Se partirmos da premissa de que nos reconhecemos a partir do olhar da(o) outra(o), entenderemos porque as representações depreciativas resultam em severos impactos psicológicos na(o) indivíduo(a) em sociedade. A maneira como me reconheço e sou reconhecida(o) neste mundo diz muito sobre estes impactos que são, portanto, silenciosos por fora e potencialmente ensurdecedores por dentro. Os padrões e modelos dominantes evidenciados como desejáveis desencadeiam uma sensação de desajuste, prejudicando as relações sociais, profissionais, os relacionamentos afetivos. Neste sentido, a repetição de imagens estigmatizantes resulta em um distanciamento de si, pois “a falta de reconhecimento da identidade não apenas revela o esquecimento do respeito normalmente devido. Ela pode infligir uma ferida cruel ao oprimir suas vítimas de um ódio de si paralisante” (Kabengele MUNANGA, 2003b, p. 6).

Mesmo quando a representação da mulher negra configura uma representação socialmente valorizada – vestida de noiva, com o traje branco – ela é apenas mais uma personagem no conjunto de pessoas, como acontece na campanha do Chevrolet Zafira, de 2004, que busca dar ênfase à diversidade de famílias grandes e destaca o espaço interno do veículo, informando que há lugar para sete pessoas. A música “Família”,

da banda brasileira Titãs – tomada como inspiração, que aglomera não só mães/pais e filhas(os), mas parentes como tia, avó, etc. – embala o comercial com as cenas que contemplam famílias¹⁵³: mulher e homem brancos, filhas(os) e cachorros (Figura 13), família de nipônicos (Figura 14), além das(os) recém-casadas(os), ambas(os) negras(os), ainda vestidas(os) de noivas(os) (Figura 15), entre outras. A voz em off reforça a intenção do comercial do Monovolume e para quem se dirige: “Chevrolet Zafira 2004, a única da categoria com sete lugares, cabe tudo, cabem todos”.



Figura 13 - Família branca, Figura 14 - Família nipônica e Figura 15 - Casal negro

Também observei propagandas em que a mulher negra está representada como profissional (o que é observado pelo vestuário, posição e contexto), mas que, também, quando assumiu este papel, a alusão ao Brasil se manteve presente. É o caso da propaganda da marca Renault, de 1992, que anuncia a chegada da sua linha de carros (vários modelos e tipos) buscando afirmar a sua posição no país, uma vez que a fábrica só iniciou as suas atividades no Brasil em 1998. Com música



Figuras 16, 17 e 18 - Todos(as) contemplam a chegada da linha de carros Renault no Brasil

instrumental – que explora sons do samba, assim como alude à música “Tema da Vitória”, trilha sonora das transmissões de Fórmula 1 na TV¹⁵⁴ –, as cenas mostram pessoas de diversas faixas etárias e em diferentes contextos contemplando a linha Renault que “desfila” pelas ruas. Entre elas, há uma mulher negra, com traje social

153. Como a família e a ideia do cuidado costumam estar associadas às mulheres, é comum que veículos dirigidos para elas chamem atenção sobre o espaço, interno ou externo, do veículo, o que significa que deve acomodar bem as compras e/ou a família, ser econômico e dar destaque aos atributos de segurança, funcionando o carro como uma extensão da casa, tendo as funções do espaço doméstico/privado mantidas com estereótipos repetidamente projetados (Alessa DENEGA, 2015).

154. Esta música ficou bastante identificada com as vitórias do piloto Ayrton Senna na Fórmula 1.

executivo, junto a dois homens brancos, também de roupa social – terno e gravata (Figura 16). Com exceção desta representação da mulher negra, todas(os) as(os) demais personagens da propaganda têm pele branca (Figuras 17 e 18). A voz em off encerra o audiovisual: “Renault, a grande chegada, Renault, a vida em movimento”.

Já na campanha do Gol, da Volkswagen, de 1999, embora a mulher negra em evidência seja uma das protagonistas, representando uma profissional – baiana de acarajé – o enredo tem como objetivo fazer um comparativo entre o Brasil e a Alemanha e, para isto, utiliza diferentes iguarias como símbolos culturais da gastronomia destes países. Em um diálogo entre duas mulheres vestidas de baiana, a mulher negra, que tem sotaque da Bahia, ensina a mulher branca, que representa uma alemã, a fazer um acarajé: “Eu vou te ensinar a fazer acarajé, viu filha? Bote o acarajé, põe o vatapá, camarão...” (Figura 19). A narrativa pretende mostrar a falta de conhecimento e habilidade da “baiana” estrangeira em fazer um acarajé com salsicha e mostarda... (Figura 20).



Figura 19 - “Vou te ensinar a fazer acarajé, viu filha?” Figura 20 - Alemanha e Brasil: salsicha no acarajé

Para contextualizar a intenção do comercial e dar sentido à narrativa, a voz em off conclui: “Eles [os alemães] ainda não conseguem fazer isso igual à gente, mas a gente já consegue fazer isso igualzinho a eles [câmera focaliza o carro Gol]”. Dando ênfase às fábricas brasileiras da Volkswagen que produzem este modelo no país, a voz em off encerra: “Gol, agora produzido no Brasil, do jeitinho Alemão”.

Portanto, as propagandas mencionadas utilizam o simbólico para buscar a identificação de um público diverso. O discurso em torno da cultura nacional está presente seja porque a propaganda pretende reforçar a marca da empresa seja porque se trata de um carro econômico e a pretensão é atrair principalmente adultos e adultas jovens de várias classes sociais. Neste contexto, nas propagandas avaliadas, com relação à presença da mulher negra adulta e jovem, foi possível identificar as seguintes representações: 1) cumpre um estereótipo, como o da sambista de escola de carnaval; 2) é mais uma personagem de público-alvo diverso, representada junto aos grupos étnicos e de diferentes faixas etárias; 3) aparece em movimento junto às

imagens superpostas que provocam uma sensação de multidão, dando sentido à “população brasileira”; 4) quando atua como mãe e esposa é “a cara do Brasil”; e 5) quando profissional, está configurada em um espaço que remete ou faz referência ao país.

Duas propagandas da campanha publicitária “Rever conceitos”, do Fiat Palio, de 2001, um hatch compacto, chamaram atenção para a questão do preconceito racial, a partir da exibição de estereótipos que estão associados à mulher negra - de camadas populares, com empregos de baixa remuneração ou desqualificados, como empregada doméstica - e ao negro - como motorista.

Em uma delas, a cena inicial exhibe duas mulheres – uma branca e outra parda – lado a lado, em um ambiente que sugere um hall de entrada de um prédio “nobre”, aguardando o elevador social (Figura 21). A mulher adulta branca (à esquerda na imagem) sugere, a partir da leitura do senso comum, uma senhora rica, da alta



Figura 21 - À espera do elevador, Figura 22 - “O elevador de serviço é para lá” e Figura 23 - “Comprei a cobertura...”

sociedade (em sua representação, utiliza a maquiagem pesada, sapatos de salto alto, cabelos bem arrumados). Ela avalia, sem discriminação, a senhora ao seu lado – cabelos presos em um coque, sapatos baixos e que, no imaginário do senso comum e considerando o contexto, representaria uma empregada doméstica. Sem olhar nos olhos desta senhora, a mulher branca informa, com expressão de repulsa: “O elevador de serviço é para lá, ó!” (Figura 22). A mulher adulta parda responde, prontamente: “Ah é, obrigada, é que eu comprei a cobertura há pouco tempo, ainda não conheço bem o prédio, brigada, viu?” (Figura 23). A senhora olha para ela, incrédula, e a voz em off interrompe a narrativa: “Xiii, tá na hora de você rever seus conceitos... principalmente seu conceito sobre carros”. As cenas que vêm em seguida mostram imagens do Fiat Palio em movimento nas ruas, enquanto a voz em off finaliza: “Novo Palio 1.8, o carro que está mudando seus conceitos”.

Na segunda propaganda desta mesma série, observa-se, nas primeiras cenas, um ambiente de garagem. Rapidamente, o enquadramento mostra um rapaz negro dando ré com o carro, saindo da vaga e uma mulher branca sentada no banco de trás. Neste momento, uma mulher adulta branca jovem se aproxima apressadamente do carro e se dirige com animação para a mulher que está no banco de trás: a cena indica que ela é sua amiga: “Marina! Quanto tempo! Nossa! Você está tão bonita... tão elegante... tá de motorista... virou madame” (Figura 24). Sem dar muita atenção ao comentário inadequado

da amiga, Marina responde “Não... Virei mãe mesmo” (Figura 25), e voltando o rosto para o bebê que está no seu colo, sugere que a amiga olhe para seu filho: “Olha que lindo!” – close no bebê negro (Figura 26). Neste momento, a câmera desliza o enquadramento para o rosto do homem negro que dirige o carro, que faz um leve gesto com a cabeça, cumprimentando a amiga de Marina, que está com uma expressão envergonhada e a propaganda, então, promove o sentido de que o homem negro que dirige o automóvel não é um motorista (conforme preconcebeu a moça), mas o pai do bebê (Figura 27). A voz em off dispara, como na propaganda anterior: “Xiii, tá na hora de você rever seus conceitos... principalmente seu conceito sobre carros”. Imagens do Fiat Palio são mostradas e a voz em off faz o desfecho: “Novo Palio 2002, o carro que está mudando seus conceitos”.

Sendo o estereótipo uma das maneiras como grupos sociais são descritos em uma cultura, de modo fixo, preconcebido, simplificado, imprimindo a generalização e a homogeneização das(os) sujeitas(os), nestas propagandas, a intenção é chamar atenção



Figura 24 - “Tá de motorista... virou madame!”, Figura 25 - Mãe, Figura 26 - Bebê e Figura 27 - Pai

para práticas discursivas estáticas em torno da(o) sujeita(o) negra(o), em uma tentativa de dar visibilidade e desconstruir o estigma que a(o) representa, tal como na publicidade anterior. Para explicar o recurso de linguagem utilizado nestas propagandas, recorro a Francisco Leite (2009), que define o discurso deste tipo de comercial como sendo contra-intuitivo, isto é, que busca romper com antigos estereótipos e desafia a intuição do senso comum das(os) indivíduos(as), embora inicialmente reforce estes estereótipos. Desta maneira, “com a recepção/interação do discurso publicitário contra-intuitivo pelo indivíduo, tenta-se ‘operacionalizar’ (deslocar) o desenvolvimento do pensamento, inserido no senso comum, levando-o do conhecimento superficial ao reflexivo, filosófico, gerador do senso crítico”. Nestas propagandas, portanto, “o estímulo auxilia o processo de reavaliação e contrabalanceamento de pensamentos estereotípicos ao expor informações que

justificam e/ou caracterizam tais pensamentos como concepções altamente negativas e ultrapassadas” (2009, p. 5; 7).

Neste sentido, ainda que, na publicidade, a perspectiva seja sempre mercadológica, nestes comerciais, há um reforço às pautas de discussão do movimento negro, no que se refere às representações de mulheres e homens na mídia, na propaganda, no senso comum e que costumam ser discutidas no âmbito dos Direitos Humanos. Embora ainda haja pouca participação e visibilidade positiva de negras e negros nos comerciais de automóveis – que, comumente, ocupam posições pouco significativas e quase sempre estigmatizantes – estas últimas propagandas apontam para um movimento mais contemporâneo de valorização desta população. Mesmo entendendo que a expectativa final é estimular o seu público-alvo a comprar o novo conceito para carros econômicos hatch compactos – conforme slogan da campanha – há uma tentativa de sinalizar e problematizar sobre os preconceitos que conformam os estereótipos.

CONCLUSÃO

Ao identificar a presença de mulheres negras nas propagandas, observei que estas estão comumente incluídas em comerciais para um público amplo, para um maior alcance do mercado e reforço da marca da empresa, informando que todas as classes sociais podem adquirir o veículo assim como diferentes raças/etnias, com o predomínio do direcionamento para o público adulto jovem¹⁵⁵. Se as mulheres negras se tornam mais visíveis em cenários que fazem alusão à identidade brasileira, às noções de “comunidade imaginada”, com estereótipos marcados que se movimentam em espaços públicos, que precisam ser de todas(os), tais propagandas tendem a fortalecer o mito da democracia racial no Brasil, que merece ser mais bem discutido e aprofundado.

Por isso, reafirmo a importância dos estudos críticos culturais articulados com as teorias feministas contemporâneas, pois a publicidade audiovisual contida na TV, “desempenha papel fundamental na reestruturação da identidade contemporânea e na conformação de pensamentos e comportamentos” (KELLNER, 2001, p. 304). Sendo estas identidades construídas pelo discurso e legitimadas em imagens, elas podem ser reconstruídas e ressignificadas.

Neste espaço, a Psicologia contribui para a crítica cultural que problematiza sobre as relações de poder, sobre estes lugares e representações predominantemente

¹⁵⁵. Na dissertação de Mestrado (Alessa DENECA, 2015), também explorei comerciais de automóveis com representações de mulheres velhas (utilizando a categoria velha a partir da socióloga Alda Britto da Motta). Estas foram mais facilmente percebidas atuando em cenas com a representação da sogra, em alusão às bruxas dos contos infantis ou confirmando lugares esperados para elas, como o dos comentários da vida das(os) outras(os), da “fofoca”. Neste sentido, tanto com relação às mulheres negras quanto às velhas, quando a visibilidade se tornou mais evidente, os estereótipos foram os protagonistas. Tais discussões também devem ser ampliadas e exploradas, incluindo as representações de homens negros e velhos nestas relações e quais constelações de sentido têm sido colocadas.

tradicionais e conservadores. Ao desconstruir discursos audiovisuais recorrentes no cotidiano, questionamos e damos novos significados a uma cultura historicamente naturalizada, dita “normal” – para o olhar do senso comum. Desta maneira, ampliando esta discussão, levando esta temática para os espaços acadêmicos e não-acadêmicos, fortalecemos nosso compromisso político-social como psicólogas(os) engajadas(os) para uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. Super-homens e Amélias na novela Uga Uga: representações sociais em movimento? In: SOUSA, Clarilza. et al. **Ângela Arruda e as representações sociais**: estudos selecionados. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014. p. 233-259.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 193-215, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 ago. 2016.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1998, p. 194.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 10-29, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9853/9086>>. Acesso em: 15 maio 2014.

BUCCI, Eugênio. A crítica da televisão. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita (Org.). **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004. (Coleção Estado de Sítio). p. 27-42.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita (Org.). **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004. (Coleção Estado de Sítio). 252 p.

DENEGA, Alessa. **A hora do intervalo**: gênero e discurso na publicidade de automóveis. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - PPGNEIM, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ESCOSTEGUY, Ana. Os estudos culturais. **Cartografias** - Estudos Culturais e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, FAMECOS, PUC/RS, 2001. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2014.

FERREIRA, Leslie Picolotto; AMARAL, Vitória Rocha do Prado; MÁRTZ, Maria Laura Wey; SOUZA, Priscila Hay-dée de. Representações de Voz e Fala no Cinema. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 19, p. 151-164, jul. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GUARESCHI, Neuza M. de F.; MEDEIROS, Patrícia Flores; BRUSCHI, Michel Euclides. **Psicologia Social e Estudos Culturais**: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; BRUSCHI, Michel Euclides (Org.). *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 23-49.

KEHL, Maria Rita. O espetáculo como meio de subjetivação. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita (Org.). **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 43-62.

KEHL, Maria Rita. Televisão e violência do imaginário. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita (Org.). **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 87-106.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 75-122.

LARA, Andrea. **Representação de mulher nos comerciais de automóveis**: garota é apenas equipamento opcional. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://btdt.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2697>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LEISS, Willian. **Challenging the old order**: towards a new direction in traffic safety theory. New Brunswick: Transaction, 1990.

LEITE, Francisco. Os efeitos do discurso publicitário contra-intuitivo na (des)construção dos estereótipos sociais. **Revista Elementa** - Comunicação e Cultura, Sorocaba, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://comunicacaoecultura.uniso.br/elementa/v1_n1_08.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 404 p.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. [online]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: 17 maio 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. [online]. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2014.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.

PINSKY, Ivana; PAVARINO FILHO, Roberto. A apologia do consumo de bebidas alcoólicas e da velocidade no trânsito no Brasil: considerações sobre a propaganda de dois problemas de saúde pública. **Revista de**

Psiquiatria do RS, v. 29, n. 1, p. 110-118, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v29n1/v29n1a19.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

SABAT, Ruth. Imagens de gênero e produção da cultura. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. (Org.). **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 93-118.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM/FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismo-ciencia.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TRINDADE, Eneus. **Propaganda, identidade e discurso**: brasilidades midiáticas. Porto Alegre: Sulina, 2012. 191 p.

O QUE TEMOS FEITO: ALGUMAS AÇÕES DO GT RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA

Março/2014

Dia da Psicóloga no CRP-03. "A Mulher e suas Múltiplas Faces" (Salvador)



Agosto/2014

Comemoração do Dia da(o) Psicóloga(o) no CRP-03 (Salvador).



Oficina sobre Gênero e Diversidade. II Semana de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa (Salvador)



Outubro/2014

Projeto Encontros no CRP-03: ciclo de debates sobre temas atuais dentro da Psicologia Escolar e Educacional. “Psicologia, Educação e Diversidade Sexual” (Salvador).

**Janeiro/2015**

Quintal Psi no CRP-03. “Roda de Conversa sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos” (Salvador).

**Março/2015**

Comemoração do Dia da Mulher no CRP-03. “Psicólogas(os) (des)construindo gênero: relatos de experiência sobre pesquisas e estudos na área de gênero” (Salvador).



Maio/2015

Reunião do GTRGP no CRP-03 (Salvador).



9º Congresso Norte e Nordeste de Psicologia – CONPSI. Mesa Redonda Institucional sobre os Grupos de Trabalho do CRP-03 (Salvador).



Junho/2015

Reunião do Conselho Municipal da Mulher de Salvador (Salvador)



Agosto/2015

Semana de Psicologia do CRP-03. "Psicologia e Diversidade Sexual: uma Reflexão sobre questões de Gênero e Cidadania" (Feira de Santana)



Semana de Psicologia do Iperba (Salvador)



Semana de Psicologia da Faculdade Unime. Mesa Redonda "Psicologia, saúde mental e relações raciais: construções de práxis" (Salvador).



Semana de Psicologia da Faculdade Unime. Mesa Redonda “Discussão de Gênero na Psicologia” (Salvador).



Semana de Psicologia do CRP-03. Mesa redonda “Na Bahia a Psicologia tem certeza, a Cura Gay não tem vez” (Salvador).



Semana de Psicologia do CRP-03. Mesa com Grupos de Trabalho: Relações de Gênero e Psicologia, Psicologia e Relações Raciais e Psicologia e Educação (Salvador).



Semana de Psicologia do CRP-03. Debate “Quem é a psicóloga brasileira?” (Vitória da Conquista).



Semana de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa (Salvador)



I Simpósio de Psicologia no CRP-03. Mesa Redonda “Psicologia e Diversidade Sexual: uma reflexão sobre questões de gênero e cidadania” (Feira de Santana).



Setembro/2015

II Simpósio Internacional Desfazendo Gênero. “Gênero e diversidade na Psicologia: produções e desafios contemporâneos” (Salvador).

**Novembro/2015**

4ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (Salvador).

**Março/2016**

Comemoração do Dia da Mulher no CRP-03. “A violência e suas transversalidades de gênero: transexualidade, raça e geração em debate” (Salvador).



Abril/2016

Evento Preparatório ao 9º CNP (Salvador)



Eleição de delegadas(os) para o COREP-BA



Maio/2016

Abertura do 9º COREP – Bahia (Salvador)



Mesa Diretora



Eleição de delegadas(os) para o CNP



Reunião para revisão do livro do GTRGP no CRP-03 (Salvador)



Junho/2016

9º Congresso Nacional da Psicologia (Brasília)



QUEM É QUEM



Alessa Denega

Psicóloga (CRP03/12146) graduada pela Faculdade Ruy Barbosa, Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), Especialista em Psicologia do Trânsito com ênfase em Avaliação Psicológica (Faculdade Arthur Thomas/PR). Atua como psicóloga clínica e do trânsito. Membro do GT Relações de Gênero e Psicologia – CRP03. Realiza pesquisas sobre relações de gênero, cultura, discurso, representações sociais, mídia e propaganda.



Anni Carneiro

Psicóloga (CRP03/9561) e Psicoterapeuta, graduada pela Faculdade Ruy Barbosa e Bacharel Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia. Especializanda em Arteterapia Junguiana pelo Instituto Junguiano da Bahia. Mestre e Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/UFBA. Tutora no Grupo de Pesquisa Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros - PPGNEIM e Escola de Música/UFBA. Coordenadora do Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais do CRP03, Membro do GT Relações de Gênero e Psicologia – CRP03 e Conselheira Representante do CRP 03 no Conselho Municipal de Comunidades Negras em Salvador.



Ariane Senna

Graduada em Psicologia pela Faculdade Unime Salvador. Ativista Social. Atuou como estagiária de Psicologia: no Grupo Alerta de Pernambuco (GAP), no Ponto de Cidadania-CETAD/UFBA, na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e desenvolvimento Social-Coordenação de Políticas para LGBT. Atuou como educadora social no projeto Viva Melhor Sabendo, do Ministério da Saúde/Departamento de DST/AIDS. Coordenadora da Associação de Travestis e Transexuais em ação (Atração). Secretária de Juventude da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Integra o Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEPETP). Membro do GT Relações de Gênero e Psicologia – CRP03.



Céu Cavalcanti

Psicóloga (CRP02/19013). Graduação e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Integrante do Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (Labeshu) e Integrante do Grupo de Trabalho Gênero e Sexualidade do CRP-02 – Pernambuco.



Claudiana Maria S. dos Santos

Graduanda em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia, ex-bolsista do Programa de Iniciação Científica - PICIN- UNEB. Membro do Candaces - Grupo de pesquisa sobre Gênero, Raça, Cultura & Sociedade/UNEB. Membro do GT Relações de Gênero e Psicologia – CRP03.



Darlane Silva Vieira Andrade

Psicóloga (CRP03/03187) e Especialista em Psicologia Conjugal e Familiar pela Faculdade Ruy Barbosa. Mestre e Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA); Pós-doutora em Sociologia na Universidade de Manchester/ Reino Unido. Docente e atual Coordenadora no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade/UFBA. Pesquisadora Permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Membro-fundadora do GT Relações de Gênero e Psicologia – CRP03, e Conselheira representante do CRP03 no Conselho Municipal da Mulher – Salvador (2015-2016).



Diogo Sousa

Psicólogo (CRP-03/10933) graduado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Especialista em Gênero e Sexualidades pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos em parceria com o Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e com a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (CLAM/IMS/UERJ/SPM-PR). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Saúde Comunitária do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA (PPGSC/ISC/UFBA). Membro da Articulação Nacional de Psicólogas(os) LGBT (ANPLGBT). Membro-coordenador do Grupo de Trabalho Psicologia, Sexualidades e Identidades de Gênero; Membro dos Grupos de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia, e Psicologia e Relações Raciais - CRP-03. Representante titular pelo CRP-03 no Programa Selo da Diversidade da Secretaria Municipal de Reparação (SEMUR), em Salvador.



Helena Miranda dos Santos

Psicóloga (CRP-03/5055) graduada pela Faculdade Ruy Barbosa, Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Psicóloga Orientadora Fiscal do Conselho Regional de Psicologia - CRP 03. Membro-fundadora e Coordenadora do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia do CRP-03. Coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Delta/Unime Salvador. Membro do Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos - NAID da Faculdade Delta/Unime Salvador. Estudiosa da área de gênero em articulação com a Psicologia.



Julianin Araujo Santos

Psicóloga (CRP03/7714) graduada pela Universidade Federal da Bahia, Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA) e Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Gestalt-terapia pelo Instituto de Gestalt-terapia da Bahia e Gestalt-terapeuta de Idosos(as), com Formação em História de Vida e Abordagem Clínica pelo Núcleo de Psicologia Social da Bahia. Membro do GT Relações de Gênero e Psicologia – CRP03. Atua com as temáticas de envelhecimento, velhice, gênero, narrativas, gestalt-terapia com idosos.



Laila Andresa Cavalcante Rosa

Musicista, compositora, cantora, instrumentista e etnomusicóloga pernambucana. Graduada em Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestra e Doutora em Etnomusicologia pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta de Etnomusicologia da Escola de Música e do Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA. É pesquisadora permanente do NEIM/UFBA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher) e coordenadora do Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros, coletivo que integra a linha da pesquisa Gênero, Cultura e Arte do referido Núcleo.



Lina Maria Brandão de Aras

Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal da Bahia, Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Pós-doutora na Universidade Federal de Pernambuco. É Professora Titular do Departamento de História, da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Bahia, rebeldias, região, literatura e gênero.



Maiane Santos Sauer

Graduada em Psicologia (Faculdade Ruy Barbosa), Membro do Núcleo de Estudos e Formação em Saúde NEFES (FRB), Estagiária do Ponto de Cidadania (Centro de Estudos e Tratamento do Abuso de Drogas CETAD/UFBA, Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos SJTDH e Comunidade Cidadania e Vida COMVIDA). Estagiária na área de Psicoterapia com enfoque em Diversidade e Direitos Humanos (FRB). Foi estagiária do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT - Bahia Michelle Marry Gomes. É Membro do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia – CRP03.



Paula Rita Bacellar Gonzaga

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/ UFBA) e Doutoranda em Psicologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente se dedica ao estudo de itinerários abortivos, maternidade compulsória e à produção de discursos de controle sobre corpos e sexualidades das mulheres.



**GRUPO DE TRABALHO RELAÇÕES DE
GÊNERO E PSICOLOGIA (GTRGP)**

Endereço:

Rua Prof. Aristides Novis, n° 27, Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.210-630

E-mail:

gtrgp@crp03.org.br

Site do CRP-03:

[www.crp03.org.br/comissao/direitos-humanos/gtrgp- grupo-de-trabalho-em- relacoes-de- genero-e- psicologia/](http://www.crp03.org.br/comissao/direitos-humanos/gtrgp-grupo-de-trabalho-em-relacoes-de-genero-e-psicologia/)

Facebook:

www.facebook.com/gt.genero
www.facebook.com.br/gtrgpcrpbahia

Instagram:

<http://www.instagram.com/gtrgpcrpbahia>

Eu busco, por princípio e ideologia, usar palavras daquelas e daqueles que viveram, vivem e tombaram nesta e por esta terra, porque penso que é importante reiterarmos todos os dias as maravilhas que produzimos diariamente, incansavelmente, sob o fogo cruzado das diversas opressões que somam a nossa história como povo baiano, nordestino, mas como multiplicidade de povo brasileiro e latino-americano. É isso que você leitora e leitor encontrará aqui nos caminhos trilhados por estas linhas, enredadas por diversas autoras no nosso segundo livro do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia, do CRP-03-Bahia.

No entanto, lhes pedirei licença para, considerando o meu sentimento sobre a temática em questão e todas as suas interseccionalidades, sobretudo o racismo estrutural e institucional contra o qual ainda precisamos incansavelmente lutar, usar a citação de uma mulher negra estadunidense do século XIX, chamada Harriet Tubman, que disse:

“Libertei mil escravos. Podia ter libertado outros mil se eles soubessem que eram escravos”.

Libertar: quiçá seja esta a nossa gloriosa tarefa aqui e nos demais espaços de produção de conhecimento, disputa política, educação, práxis e amor, porque nada disso pode ser dissociado quando falamos em formar, entender, cuidar de pessoas. Temos a tarefa árdua de seguir libertando escravas e escravos deste sistema cuja lógica secular é a opressão.

Gente não é uma “substância insípida, inodora e incolor”, como equivocadamente definíamos no passado algo tão precioso e complexo como a água. Pessoas têm cor, sexo, gênero, idade, sexualidades, identidades, necessidades, sensibilidades, formas de funcionamento e subjetividades distintas em cada etapa do seu ciclo vital. A vida se expressa no largo e no profundo, e assim deve ser observada e acolhida. É isso que o livro nos mostra.

É isto que esta publicação propõe: um olhar sensível e amplo sobre a condição humana, a fim de contribuir para uma Psicologia na qual caibam as formas e expressões humanas, uma Psicologia verdadeiramente libertária. Deleite-se!

Alessandra Almeida

Cons. Vice Presidenta do XV Plenário do CRP-03



www.crp03.org.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-65208-04-8



9 788565 208048